

RELATÓRIO DE GESTÃO – ANEXO II – EXERCÍCIO 2005

1) DADOS GERAIS SOBRE A UNIDADE JURISDICIONADA

Nome completo e oficial da empresa:

- Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRAS.

Número do CNPJ:

- 00.001.180/0002-07

Natureza Jurídica:

- Sociedade de Economia Mista

Vinculação Ministerial:

- Ministério das Minas e Energia

Endereço completo da sede:


- SEDE: SCN, Quadra 4, Bloco B, sala 203, Ed. Centro Empresarial Varig – Brasília – DF, CEP: 70.714-900. Telefone: (61)3329.7300 e fac-símile para contato (61) 3329.7306, 3329.7315.
- ESCRITÓRIO CENTRAL: Praia do Flamengo, 66 – A, 14º andar – Flamengo – Rio de Janeiro - CEP: 22.210-903 – Telefone (21) 2514-6421/6425 – Fac-símile para contato: (21) 2514-5903.

Endereço da página institucional da *Internet*:

- www.eletrobras.com

Norma de criação e finalidade da unidade jurisdicionada:

- Constituída em conformidade com a autorização contida na Lei nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961 e organizada pelo Estatuto.
- Na qualidade de entidade da Administração Pública Federal indireta, reger-se-á pela Lei 3.890-A, de 1961, pela legislação das sociedades por ações, pelas disposições especiais de leis federais, no que forem aplicáveis, e pelo seu Estatuto.


Mônica Bastos Concelos
Presidente da Eleto

A ELETROBRÁS tem por objeto social:

I – realizar estudos, projetos, construção e operação de usinas produtoras e linhas de transmissão e distribuição de energia elétrica, bem como a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades, tais como a comercialização de energia elétrica;

II – Cooperar com o Ministério das Minas e Energia na formulação da política energética do País;

- III- Conceder financiamentos a empresas concessionárias de serviço público de energia elétrica sob seu controle, e prestar garantia, no País ou no exterior, em seu favor, bem como adquirir debêntures de sua emissão;
- IV- Conceder financiamentos e prestar garantia, no País ou no exterior, em favor das entidades técnico-científicas de pesquisa sob seu controle;
- V- Promover e apoiar pesquisas de interesse do setor energético, ligadas à geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, bem como estudos de aproveitamento de reservatórios para fins múltiplos;
- VI- Contribuir para a formação do pessoal técnico necessário ao setor de energia elétrica brasileiro, bem como para a preparação de operários qualificados, mediante cursos especializados, podendo, também, conceder auxílio aos estabelecimentos de ensino do País ou bolsas de estudo no exterior e assinar convênios com entidades que colaborem na formação de pessoal técnico especializado;
- VII- Colaborar, técnica e administrativamente, com as empresas de cujo capital participe acionariamente e com órgãos do Ministério ao qual se vincule.

Norma que estabelece a estrutura orgânica no período de gestão sob exame:
Publicação no DOU do Regimento Interno ou Estatuto da Unidade Jurisdicionada de que trata as contas:

A administração da ELETROBRÁS, na forma do Estatuto e da legislação de regência, Decreto nº 4912/03, publicado no DOU em 11/12/2003, compete ao Conselho de Administração e à Diretoria Executiva.


Alcides Barcellos
Presidente da Eletrobrás

ANEXO II – RELATÓRIO DE GESTÃO

1 PRESIDÊNCIA

As principais áreas de atuação em 2005, subordinadas diretamente à Presidência, com fortes impactos, internos ou externos, e cujos objetivos e metas foram criteriosamente perseguidos ao longo do ano, envolveram: (a) planejamento estratégico, (2) comunicação, e (c) patrocínios culturais.

1 Objetivos e Ações (Plano de Ação - 2005):

1.1 Planejamento Estratégico

Dando continuidade às atividades de discussão conceitual e metodológica, empreendidas no exercício anterior, o ano de 2005 marcou a efetiva implementação do Planejamento Estratégico Empresarial da Eletrobrás, cujo lançamento ocorreu em cerimônia com a participação da Ministra de Minas e Energia, bem como das diretorias da empresa e de suas controladas, em 25.02.2005, no Hotel Glória.

Coube ao então presidente Silas Rondeau deflagrar o processo, com a criação de dois comitês: um interno, o Comitê de Planejamento Estratégico, e outro voltado para o planejamento corporativo, - o COPESE - envolvendo as empresas controladas.

A construção da Identidade Empresarial se desenvolveu ao longo de três sessões da 1ª Oficina de Planejamento Estratégico: a primeira, em 18 e 20.04.2005, em Angra dos Reis, para os gerentes do nível NHA; a segunda, em 16 e 17.05.2005, em Angra dos Reis, para os gerentes do nível NHB e a terceira, em 15.06.2005, na Marina da Glória, Rio de Janeiro, para todos os empregados, onde foram consolidados os conceitos de Missão, Visão e Valores, posteriormente aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, como se segue:

Missão

“Criar, ofertar e implementar soluções que atendam os mercados nacional e internacional de energia elétrica, atuando com excelência empresarial, com rentabilidade e responsabilidade social e ambiental, contribuindo para o desenvolvimento do Brasil e dos países aonde venhamos atuar”

Visão

“Ser referência mundial no negócio de energia elétrica, com eficiência empresarial, rentabilidade e responsabilidade social e ambiental”.

Valores

“Ética, Integração, Comprometimento, Valorização das Pessoas, Excelência na Gestão, Transparência e Responsabilidade Social e Ambiental”

Na gestão do presidente Aloísio Vasconcelos, no mês de agosto, a estrutura organizacional do Planejamento Estratégico sofreu uma reformulação natural, sendo criada, na Presidência, a Assessoria de Planejamento Estratégico e Desempenho Empresarial – PRP, à qual se subordinou o Comitê de Gestão do Planejamento Estratégico – CGPE, de caráter propositivo, com representantes de cada Diretoria da empresa.

Aloísio Vasconcelos
Presidente da Eletrobrás

Tendo reavaliado o desenvolvimento das atividades até aquele momento, a PRP, em conjunto com o CGPE, propôs um Programa de Trabalho para o restante do exercício, contemplando etapas claras e bem definidas, como se segue:

- Elaboração do Diagnóstico Estratégico, com a análise das chamadas Ambiências Externa, Interna e Empresarial;
- Elaboração do Diagnóstico Prospectivo, com a análise de cenários alternativos, em nível mundial, nacional e setorial;
- Cruzamento do Diagnóstico Estratégico com o Diagnóstico Empresarial, evidenciando-se uma matriz abrangente de sinalizações estratégicas para a empresa;
- Realização de Workshop para a Diretoria Executiva, com discussão e aprovação dos resultados e
- Definição e aprovação pela Diretoria Executiva das Macro-Orientações Estratégicas.

1.2 Comunicação e Patrocínios Culturais e Esportivos

Considerando que as macros orientações do Planejamento Estratégico foram estabelecidas, a partir, de 2006 e por não existir uma métrica formal para definição e comparação de dados, os resultados apresentados a seguir, limitaram-se aos aspectos quantitativos de cada uma das áreas de atuação do PRR, exceto para o projeto de patrocínio das Seleções de Basquete (feminina e masculina).

1.2.1 Objetivos Gerais do PRR

No âmbito da Eletróbrás, cabe ao Departamento de Relacionamento com a Sociedade – PRR, propugnar, coordenar e promover interna e externamente a política de comunicação, publicidade e patrocínio da empresa de forma integrada bem como, avaliar constantemente a eficácia das ações empresariais para valorização da marca Eletróbrás;

1.2.2 Principais Atividades do PRR

- Eventos, Publicidade e Comunicação.
- Patrocínios

1.2.3 Objetivos Específicos

Eventos, Publicidade e Comunicação

Criar ambientes personalizados, que possibilitem atingir o público interno e externo; promover ações e produtos; potencializar a expansão da marca Eletróbrás a novos mercados, de forma vinculada e compartilhada, buscando o comprometimento dos parceiros, garantindo destaque para a marca Eletróbrás;

Desenvolver conteúdos relevantes nos quais a ética e a estética propostas pela empresa sejam exercidas com criatividade, visando à veiculação da identidade empresarial no âmbito dos seus programas e ações internas e externas e ao mesmo tempo, sensibilizar a sociedade para o correto posicionamento da marca Eletróbrás bem como, da marca do grupo (fixação e revitalização);

Moisés Valente
Presidente da Eletróbrás



Criar e acompanhar o desenvolvimento de projetos gráficos, que garantam unidade visual, mediante utilização de linguagem e tecnologia adequadas ao público interno e externo, visando o processo de informação, comunicação e visualização da logomarca da empresa em materiais gráficos, tais como: correspondências, site, manuais, cartão de visitas, jornais, revistas, boletins, folheteria, banners, guias técnicos e brindes específicos para os eventos e ainda, orientar sobre a aplicação de marcas e assinaturas em peças de publicidade utilizadas em projetos culturais e esportivos, em conformidade com as recomendações da SECOM;

Informar e divulgar a imagem da Eletróbrás, por meio do relacionamento com a imprensa; analisar a performance do setor elétrico e da sociedade, identificando expectativas e fatos geradores.

Patrocínio

Associar a marca da Eletróbrás a ações de interesse público em todos segmentos sociais, utilizando recursos de comunicação, a fim de promover as ações da empresa, que expressem atributos desejados, pela expansão do senso de compromisso sócio-cultural e esportivo.

2 Indicadores:

2.1 Planejamento Energético

Tratando-se de processo pioneiro na empresa, não se trabalhou, nessa fase de implantação, com indicadores de desempenho, mas com um cronograma executivo, que refletiu efetivamente o trabalho realizado.

2.2 Comunicação e Patrocínios Culturais e Esportivos

A determinação dos dados apresentados abaixo está baseada nas atribuições básicas do departamento até dezembro de 2005, conforme diretrizes internas e foram quantificados para demonstrar a aplicação geral dos recursos face às oportunidades e demandas.

Foram consideradas como base de informação as ações de Imprensa, Patrocínio, Eventos e Publicidade. Os dados foram organizados levando-se em conta o número de inserções de matérias em jornais, revistas, TV, rádio, sites e internet; projetos culturais patrocinados com e sem a utilização da Lei Rouanet, projetos esportivos e eventos realizados.



O quadro, a seguir, representa o número de inserções por veículo/mídia (ud):

ÁREA DE ATUAÇÃO	2005			
	ANO	SEMESTRE	TRIMESTRE	MÊS
IMPRENSA				
-Matérias em jornais e revistas	1.542	771	514	129
- Matérias em TV	54	27	18	5
- Matérias em rádio	78	39	26	7
- Matérias em sites e internet	1.687	844	562	141
TOTAL IMPRENSA	3.361	1.681	1.120	282
PATROCÍNIO				
- Lei Rouanet	180	90	60	15
- Doações da própria empresa	57	29	19	5
TOTAL PATROCÍNIO	187	119	79	20
EVENTOS	185	93	62	15
TOTAL EVENTOS	185	93	62	15
PUBLICIDADE				
-Matérias em jornais e revistas	67	34	22	6
- Matérias em TV	1.388	694	321,3	116
- Matérias em rádio	26.309	13.155	88	2.192
- Matérias em sites e internet	2.700.000	1.350.000	900.000	225.000
TOTAL PUBLICIDADE	2.727.764	1.363.883	900.431	227.314

Abaixo os investimentos realizados (R\$):

- Projetos patrocinados com a utilização da Lei Rouanet = R 42
- Projetos patrocinados com recursos próprios = R\$4.486.332,80
- Projetos de publicidade = R\$ 24.779.421,74
- Participação em eventos = R\$1.245.716,00

O quadro, a seguir, representa o retorno de mídia, relativo ao projeto de patrocínio ao Basquete Feminino e Masculino, com investimento realizado = R\$ 8.000.000,00.

EVENTO	IMPRESSA (R\$)	ELETRÔNICA (R\$)	TOTAL (R\$)	IMPRESSA (US\$)	ELETRÔNICA (US\$)	TOTAL (US\$)
TOTAL	49.920.637	135.230.965	185.151.602	21.109,217	56.587,375	77.696,792

3 Avaliação dos Resultados:

3.1 Planejamento Estratégico

Pode-se afirmar que as atividades de Planejamento Estratégicas previstas para o exercício de 2005 foram cumpridas com pleno êxito. Os resultados obtidos foram consolidados no Relatório CGPE No. 001/2005, aprovado pela Diretoria Executiva. A definição da Estrutura de Negócios da ELETROBRÁS, segundo duas grandes funções - ELETROBRÁS Governo e ELETROBRÁS S.A. - conferiu racionalidade e clareza as quatro Macro-Orientações Estratégicas, assim conceituadas:

MARCELO COSTA
Presidente do Conselho

- *Obedecer, no desempenho da função “empresa de capital aberto”, a critérios de governança corporativa, que assegurem maior eficiência à gestão das participações acionárias da ELETROBRÁS (majoritárias e minoritárias) e à análise de viabilidade e atratividade de novos investimentos, visando a maximização dos retornos financeiros.*
- *Pautar-se, no desempenho de funções “de governo”, pela obtenção do equilíbrio econômico-financeiro da ELETROBRÁS para o cumprimento das metas estabelecidas por instrumentos legais, associando retorno institucional, visibilidade e valor de mercado à marca do Grupo.*
- *Reavaliar a participação nas empresas federais de distribuição, considerando a especificidade de cada caso – aspectos regionais, sociais, legais, de gestão, econômicos e financeiros – de modo a que sejam estruturadas, aprovadas e implementadas soluções que agreguem valor econômico aos resultados da ELETROBRÁS.*
- *Atingir um elevado grau de conhecimento e de capacitação tecnológica, através do desenvolvimento e da valorização do pessoal da ELETROBRÁS, buscando atender às novas demandas do ambiente competitivo.*

Foram criadas, desta forma, as condições necessárias para a operacionalização do Planejamento Estratégico Empresarial da Eletrobrás, em 2006, cujas principais atividades previstas são:

- Desdobramento das Macro-Orientações Estratégicas em Estratégias Corporativas;
- Discussão das Estratégias Corporativas nos níveis gerenciais e aprovação pela Diretoria Executiva;
- Geração dos Planos de Ação a partir das Estratégias Corporativas;
- Seleção dos Planos de Ação e definição de atributos (Objetivos, Indicadores, Metas, Matrizes de Envolvimento, Equipes);
- Aprovação dos Planos de Ação pela Diretoria Executiva;
- Implantação e Monitoração dos Planos de Ação.

3.2 Comunicação e Patrocínios Culturais e Esportivos

Verifica-se que o PRR cumpre a sua função estratégica, na medida em que assegura uma comunicação eficaz com os diversos públicos relevantes da instituição.

Muito mais do que informar à sociedade sobre o papel e os serviços desenvolvidos pela empresa e pelo grupo Eletrobrás, o PRR está empenhado em fortalecer o atendimento das expectativas desses públicos, demonstrando que a empresa cumpre a sua função econômica e social, e participa efetivamente como um agente indutor e promotor do desenvolvimento sócio-cultural do país.

Abisio Vasconcelos
Presidente da Eletrobrás

2 DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Manutenção de Bens e Imóveis

Aquisição e Instalação de uma sede própria

Feita a previsão para aquisição de um imóvel, em torno de 22.000 m², inclusive com os gastos com imobilização, todavia não foi concretizada, pela dificuldade de se encontrar no mercado imobiliário as condições de preço e metragem compatíveis com o desejado. Assim, postergou-se a aquisição da sede própria, para outra oportunidade.

Conta	Descrição	Orçado	Realizado	Percentual
20.113	Edificações Obras Civis	120.000.000,00	0,00	0,00
20.117	Gastos - Imobilizações	3.000.000,00	0,00	0,00

Conta	Descrição	Orçado	Realizado	Percentual
615.21.2.13.00	Obras Cont. Manutenção das Instalações	3.884.815,52	717.606,23	18,47

A previsão dos gastos vinculados à conta de custeio, em grande parte devido à esperada mudança de endereço, o que não ocorreu, foram com a: devolução do Ed. Flamengo Park; montagem do CPD no prédio novo; infra-estrutura do prédio novo, fornecimento e colocação de carpetes, de persianas, de divisórias; e a desocupação do Edifício Vital Brasil.

Relativamente ao realizado, diz respeito basicamente a aquisições e instalações nos prédios atuais, principalmente no Edifício da Avenida Rio Branco 53 para onde foram adquiridos PABX, central telefônica, climatizadores, etc.

Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos

Aquisição de bens Móveis e Equipamentos

O percentual baixo de realização deveu-se a expectativa de aquisição de ativos que no decorrer do ano foram preteridos (mudança de endereço) ou sua aquisição postergada, como no caso da aquisição de equipamento para Gráfica, que teve o leilão suspenso por falta de fornecedor apto na data aprazada em dezembro de 2005.

Conta	Descrição	Orçado	Realizado	Percentual
20.116	Móveis Utensílios	1.967.000,00	430.393,84	21,88

Aquisição de 06 veículos para renovação da frota mais a aquisição de 01 veículo utilitário. Concluído.

Conta	Descrição	Orçado	Realizado	Percentual
20.115	Veículos	390.000,00	365.640,00	93,75

Aloísio dos Anjos
Presidente da Eletróbrás

Manutenção e adequação – informática, informação e teleprocessamento.

Consolidação de servidores

A implementação da consolidação de servidores depende da reunificação do Data Center que, por sua vez, depende da definição de uma nova área para sua instalação, que por sua vez depende da reunião da empresa num prédio único. Projeto postergado. Não realizado, tendo sido, no entanto, os recursos deste projeto destinados às aquisições relativas à infra-estrutura para a implantação do Sistema de Gestão Comercial - AJURI nas empresas federalizadas.

Conta	Descrição	Orçado	Realizado	Percentual
20.114	Aquisição de equipamentos para consolidar fisicamente os servidores corporativos	3.438.000,00	-	-

CENTRAL STORAGE PARA AMBIENTE DE CONTINGÊNCIA

A implementação do Ambiente de Contingência depende da reunificação do Data Center que depende da definição de uma nova área para sua instalação que, por sua vez, depende da reunião da empresa num prédio único. Projeto postergado. Não realizado, tendo sido, no entanto, os recursos deste projeto destinados às aquisições relativas à infra-estrutura para a implantação do Sistema de Gestão Comercial - AJURI nas empresas federalizadas.

Conta	Descrição	Orçado	Realizado	Percentual
20.114	Aquisição de equipamento para armazenamento de dados, indispensável para a criação de um Ambiente de Contingência de TI	2.000.000,00	-	-

UPGRADE DO CENTRAL STORAGE DE PRODUÇÃO

O valor realizado foi significativamente inferior ao planejado, por ter havido alteração no projeto e por ter sido obtida uma significativa redução de custo no pregão. Projeto concluído.

Conta	Descrição	Orçado	Realizado	Percentual
20.114	Expansão da capacidade de armazenamento do equipamento em função do projeto de consolidação em andamento	1.253.684,00	219.338,64	17,49

Alcides Azeite
Presidente da Eletr

INFRA-ESTRUTURA PARA IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO COMERCIAL – AJURI NAS EMPRESAS FEDERALIZADAS

O valor realizado foi significativamente inferior ao planejado, por ter sido obtida uma redução de custo no pregão. Projeto concluído.

Conta	Descrição	Orçado	Realizado	Percentual
20.114	Aquisição de equipamentos para o Sistema AJURI	7.312.441,00	5.338.399,42	73,00

Demais Equipamentos

Vários itens foram adquiridos para os diversos departamentos, com uma realização compatível tendo em vista os benefícios que a modalidade de licitação, pregão, trouxe pela diminuição do custo de aquisição.

Conta	Descrição	Orçado	Realizado	Percentual
20.114	Demais equipamentos	2.481.514,00	2.036.136,42	82,05

AÇÕES ADMINISTRATIVAS**1- Recursos Humanos****Concurso Público**

Em 2005, objetivando o atendimento das demandas por profissionais de níveis médio e superior, a Eletrobrás iniciou os trâmites para realização de um novo Concurso Público, visando à contratação de 60 (sessenta) profissionais e formação de cadastro de reserva.

Conta	Descrição	Orçado	Realizado	Percentual
615.21.2.07.00	Serviço Técnico e Administrativo	231.619,00	-	-

Clima Organizacional

Atenta à relação empresa/empregado a empresa deu mais um passo rumo ao estreitamento dessa parceria com a Pesquisa de Clima Organizacional, no intuito de identificar e melhor compreender as demandas do corpo funcional e, posteriormente, apresentar um conjunto de ações visando à melhoria dos índices de satisfação e do clima da empresa. Tal iniciativa contou com um índice de participação de aproximadamente 70% do efetivo da empresa, considerado alto pela consultoria responsável pela pesquisa, levando-se em consideração o critério de participação espontânea.

Programa de Estágio

O Programa de Estágio da Eletrobrás foi valorizado com o aumento do número de vagas oferecido a estudantes de Ensino Médio, Técnico / Profissionalizante e Superior, selecionados entre discentes de instituições de ensino previamente cadastradas.



A elaboração do Manual do Programa de Estágio, aliado ao programa de treinamento da etapa inicial de ambientação também foram importantes conquistas para melhoria do atendimento aos estagiários.

Conta	Descrição	Orçado	Realizado	Percentual
615.99.1.01.00	Estagiários	824.000,00	751.343,63	91
615.99.1.07.00	Participação em Eventos	18.000,00	18.000,00	100

Sistema de Carreira e Remuneração – SCR

Foi revisto o Sistema de Carreira e Remuneração com a participação de representantes da Presidência, Diretorias, Sindicatos e Associação dos Empregados, com especial ênfase em:

Progressão horizontal e vertical, garantindo a evolução da carreira na organização;- separação dos recursos entre os cargos amplos e gerenciais, destinados a movimentações salariais;

- estreitamento entre a avaliação e o estabelecimento de programas de treinamento e desenvolvimento.

Conta	Descrição	Orçado	Realizado	Percentual
615.21.2.07.00	Serviços Técnicos e Administrativos	119.500,00	73.928,00	61

Benefícios

A Eletrobrás ampliou a cobertura das despesas com benefícios assistenciais e de saúde em até 40%, garantindo uma cobertura de 90% da tabela para esse tipo de despesa. Essa ação também promoveu a equidade de direitos, há muito almejada pela empresa, quando unificou a concessão desse benefício, que anteriormente era diferenciada para os empregados admitidos a partir de 1º de dezembro de 1996.

Conta	Descrição	Orçado	Realizado	Percentual
615.01.1.34.00	Auxilio Alimentação	8.000.000,00	6.498.918,90	81
615.01.1.35.00	Auxilio Transporte	1.000.000,00	950.039,68	95
615.01.1.36.00	Auxilio Creche	550.000,00	473.417,89	86

Programas de promoção de saúde e qualidade de vida

Foram realizados exames médicos de saúde ocupacional, indicados a todos os empregados em clínicas de Check-up, onde 98% concluíram os exames e obtiveram o Atestado de Saúde Ocupacional - ASO, facultando a Eletrobrás o registro e levantamento de dados estatísticos de saúde na Empresa, contribuindo para as ações preventivas adotadas nos programas de saúde.

Ainda dentro de uma atuação preventiva, foram os Programas de Promoção de Saúde, desenvolvidos a partir dos indicadores apontados nos exames médicos periódicos anuais, a saber, Programa do Coração, Programa de Reeducação Alimentar, Programa de Vacinação, Programa de Medicina de Viagem e Programa de Ergonomia.

Também de cunho preventivo além de educativo citamos a campanha de vacinação contra gripe, que atingiu 868 empregados, além da realização de eventos em datas específicas, nacionais e internacionais, relacionadas à saúde, com divulgação de material informativo.

Soma-se a essas ações, o registro de realização de 1.288 (mil, duzentos e oitenta e oito) atendimentos de caráter social de apoio e orientação aos empregados e seus dependentes.

A elaboração do Manual de Assistência à Saúde, destinado a esclarecer os empregados sobre os novos procedimentos adotados em relação à cobertura de despesas com assistência à saúde, foi mais um marco de divulgação da ampliação desses benefícios na empresa.

Com foco na segurança do trabalho, destaca-se a reestruturação do SESMT - Serviço de Engenharia, Segurança e Medicina do Trabalho, com o objetivo de incrementar as ações de inspeção predial e segurança do ambiente de trabalho.

Conta	Descrição	Orçado	Realizado	Percentual
615.01.1.33.00	Benefícios Assistenciais	10.878.000,00	7.348.814,75	67,56

Treinamento e Desenvolvimento

As ações de treinamento e desenvolvimento foram programadas a partir do Programa - Portal do Conhecimento, aprovado anualmente pela Diretoria Executiva da empresa.

Em 2005, esse instrumento passou a ser veiculada via Intranet, acessível a todos os empregados, configurando-se mais uma ação de estreitamento da relação empresa/empregado, por meio da transparência das ações de interesse geral.

O Portal do Conhecimento tem o objetivo de realizar ações estratégicas de educação, treinamento e desenvolvimento voltadas ao atendimento das necessidades da organização e destinadas a desenvolver e manter atualizados todos os seus níveis funcionais, com investimentos que atingiram em 2005 uma marca próxima aos 4 (quatro) milhões de reais, nas seguintes linhas de ação:

Treinamento do Setor Elétrico

Onde se verificou uma intensificação da participação da Eletrobrás em ações de treinamento e desenvolvimento, reuniões e encontros voltados para as empresas do Grupo Eletrobrás, sinais da retomada da atuação da empresa como *holding*;

Treinamento Institucional


A esse item do Portal são associadas ações estratégicas, voltadas ao atendimento das necessidades da organização e destinadas a desenvolver e manter atualizados todos os seus níveis funcionais.

Treinamento Especial

A esse item é atribuído o atendimento das necessidades específicas dos empregados, algumas extensivas aos seus dependentes, como forma de propiciar-lhes desenvolvimento pessoal, profissional e cultural.

Treinamento Específico

Esse item estabelece as realizações de ações voltadas ao atendimento das necessidades específicas das unidades organizacionais da Eletrobrás, como forma de promover maior


Presidente da Eletrobrás

produtividade e eficácia em seus resultados operacionais e em atendimento a demandas focalizadas.

Conta	Descrição	Orçado	Realizado	Percentual
615.01.1.37.01	Trein. Específico (toda empresa)	3.291.634,21	1.172.514,96	36
615.01.1.37.02	Trein. Institucional	2.925.000,00	2.440.254,70	83
615.01.1.37.03	Trein Especial	450.000,00	257.854,16	57
615.21.2.22.00	Trein. do Setor Elétrico	150.000,00	108.615,68	72
TOTAL		6.618.634,21	3.979.239,50	58

2 RESPONSABILIDADE SOCIAL

A ELETROBRÁS desenvolveu suas atividades durante o ano de 2005 segundo o que dispõe o "Documento de Referência da Política de Responsabilidade do Grupo Eletrobrás", que estabelece nas suas diretrizes gerais a realização de ações voltadas para o público interno e ações externas que se distribuem em três linhas:

- Ações que envolvem as populações atingidas por empreendimentos das empresas do Grupo;
- Projetos relacionados com as políticas públicas do Governo Federal;
- Demandas formuladas pela sociedade civil.

Conta	Descrição	Orçado	Realizado	Percentual
615.94.1.07.00	Contribuições e Doações Diversas	7.949.700,00	6.529.300,00	82,13
615.94.1.06.00	Doações a Entidades Filantrópicas e OSCIP	1.790.000,00	-	

3 SERVIÇOS GERAIS

Contratação de serviços de locação de centrais de PABX, mais o reajuste e outras contratações.

Conta	Descrição	Orçado	Realizado	Percentual
615.91.4.00.00	Alugueis Diversos	742.572,00	583.633,28	78,60

Contratação de serviços de manutenção predial, telefonistas, reajustes contratuais e outros.

Conta	Descrição	Orçado	Realizado	Percentual
615.21.2.21.00	Serviços Diversos	493.580,00	492.741,45	99,83

Contratos de máquinas de reprografia e aluguel de novos equipamentos (1.152.000,00). Os alugueis de novos equipamentos foram postergados para 2006.

Conta	Descrição	Orçado	Realizado	Percentual
615.91.3.01.00	Máquinas de Reprografia	2.503.840,00	1.276.040,33	51,03

Serviços de vigilância de um terreno próprio na cidade de Macaé, RJ; serviços de segurança do Ed. da Avenida Rio Branco 53, com 8 postos de trabalho de 12 horas e 1 posto de 24 horas, de

fevereiro a novembro de 2005; Serviços de segurança do Ed. Vital Brasil, Ed. Flamengo Park Tower, Camerino e Gráfica, incluindo repactuações.

Conta	Descrição	Orçado	Realizado	Percentual
615.21.2.11.00	Serviço de Vigilância	2.026.409,48	1.986.190,25	98,02

4- INFORMÁTICA

Aprimoramento de sistemas de informação existentes e desenvolvimento de novos sistemas de informação, ambos para atender necessidades dos clientes.

Alguns projetos não foram contratados em função de dificuldades para a contratação. Projeto realizado parcialmente.

Conta	Descrição	Orçado	Realizado	Percentual
615.21.2.07.00	Implantação de atividades de negócio das Unidades Organizacionais de acordo com as diretrizes estabelecidas	1.990.200,00	987.760,85	49,63

Pendências relativas ao sistema de gestão integrada SAP-R3.

Foram realizados estudos e negociações com a SAP, que não chegaram a bom termo. Projeto não realizado.

Conta	Descrição	Orçado	Realizado	Percentual
615.21.1.07.00	Atualização tecnológica do SAP-R3	3.322.555,67	-	-

Contrato Microsoft – Renovação

Realizado conforme planejado. Projeto concluído.

Conta	Descrição	Orçado	Realizado	Percentual
615.91.1.02.02	Manutenção, suporte e atualização de versão dos softwares da Microsoft em uso na empresa.	1.106.497,00	1.151.641,96	104,00

5 – SUPRIMENTOS, LICITAÇÕES 2005

O quadro, a seguir, contém as informações pertinentes à Diretoria de Administração durante o exercício de 2005, no tocante aos contratos e as modalidades de licitação, conforme as Leis n°s 8.666/93, 10520/2002 e Decreto Lei n°s 3931/01 e 4342/02.

Adilson Vasconcelos
Presidente da Eletrobrás

SUPRIMENTOS – LICITAÇÕES EM 2005

Nº CONTRATO	MODALIDADE	OBJETO	CONTRATADO	VALOR GLOBAL	DATA		JUSTIFICATIVA	ENQUADRAMENTO JURÍDICO
					INÍCIO	TÉRMINO		
ECE-087/05	Convite	Especialista em Direito Tributário	Spencer advogados	R\$ 79.080,00	03/03/2005	02/03/2006		Lei 8.666/93
ECE-097/05	Convite	Consultoria contábil tributária	GSRA Consultoria	R\$ 52.125,00	25/04/2005	09/06/2005		Lei 8.666/93
ECE-096/05	Convite	Escritório de advocacia CEAL/CEPISA	TESS Campinho	R\$ 59.126,00	13/04/2005	12/07/2005		Lei 8.666/93
ECE-098/05	Convite	Consultoria contábil	MLS Consultores	R\$ 76.800,00	01/04/2005	31/03/2006		Lei 8.666/93
ECE-112/05	Convite	Serviços de consultoria	Macroplan	R\$ 68.055,00	22/08/2005	06/10/2005		Lei 8.666/93
ECE-109/05	Convite	Sala multimídia para a presidência	Bomproject	R\$ 29.326,00				Lei 8.666/93
ECE-128/05	Convite	Advogado para o Rio Grande do Sul	José Maria Arnt	R\$ 48.240,00	24/06/2005	23/06/2006		Lei 8.666/93
ECE-118/05	Convite	Auditoria externa	Boucinhas e Campos	R\$ 25.570,00	19/08/2005	18/10/2005		Lei 8.666/93
ECE-082/05	Pregão	Canaletas de alumínio	Engeduto	R\$ 79.490,00			Rio Branco, 53	Lei 10.520/02
ODC-002/05	Pregão	Aquisição de papel	Gimba	R\$ 47.385,00				Lei 10.520/02
ECE-088/05	Pregão	Aquisição de carpete	Pedroso	R\$ 87.500,00			Rio Branco, 53	Lei 10.520/02
	Pregão	Aquisição de divisórias	Fracassado - valor acima do estimado				Rio Branco, 53	Lei 10.520/02
	Pregão	Aquisição de automóveis	Fracassado - valor acima do estimado					Lei 10.520/02
ECE-089/05	Pregão	Agência de viagens	Promotional Travel	Taxa de 6,74%	14/03/2005	13/03/2006		Lei 10.520/02
ECE-094/095	Pregão	Aquisição de softwares	Sec/Deskgraphic	R\$ 78.800,00				Lei 10.520/02
ECE-102/05	Pregão	Aquisição de 4 projetores multimídia	KAPX	R\$ 27.400,00				Lei 10.520/02
ECE-101/05	Pregão	Aquisição de 6 notebooks	SOS	R\$ 52.800,00				Lei 10.520/02
ECE-093/05	Pregão	Aquisição de automóveis	General Motors	R\$ 365.640,00				Lei 10.520/02
ECE-107/05	Pregão	Serviços de telecomunicação	Brasil Telecom	R\$ 412.600,00	06/07/2005	05/07/2006		Lei 10.520/02


 Presidente da Eletrobrás

Nº CONTRATO	MODALIDADE	OBJETO	CONTRATADO	VALOR GLOBAL	DATA		JUSTIFICATIVA	ENQUADRAMENTO JURÍDICO
					INÍCIO	TÉRMINO		
ECE-105/05	Pregão	Sistema de controle de acesso	I/O Camp	R\$ 64.000,00	20/05/2005	19/05/2007	Flamengo P Towers	Lei 10.520/02
ECE-108/05	Pregão	Aquisição de switches	Medidata	R\$ 539.500,00				Lei 10.520/02
	Pregão	Táxis especiais	Fracassado-ausência de licitantes habilitadas					Lei 10.520/02
ECE-113/05	Pregão	Software ARCIMS	Imagem Geosistemas	R\$ 51.000,00				Lei 10.520/02
	Pregão	Guarda de documentos	Fracassado - valor acima do estimado					Lei 10.520/02
ECE-121/05	Pregão	Aquisição de Plotter	Hewlett Packard	R\$ 80.000,00				Lei 10.520/02
Apólice	Pregão	Seguro de vida	Bradesco Vida Previdência	taxa de 0,89%				Lei 10.520/02
ECE-124/05	Pregão	Aquisição de impressoras	AMC Informática	R\$ 85.055,76			Projeto AJURI	Lei 10.520/02
ECE-126/05	Pregão	Aquisição de rack e servidores (Ceron)	Star Company	R\$ 535.796,00			Projeto AJURI	Lei 10.520/02
ECE-130/05	Pregão	Aquisição de papel	Xerox	R\$ 89.600,00				Lei 10.520/02
ECE-137/05	Pregão (RP)	Aquisição de 13 projetores multimídia	Estado da Arte	R\$ 71.890,00				Decretos 3931/01 e 4342/02
ECE-135/05	Pregão	Atualização da Fioteca e do Storage	Ação Informática	R\$ 437.400,00				Lei 10.520/02
ECE-134/05	Pregão	Aquisição de 597 desktops	Positivo	R\$ 1.570.000,00			Projeto AJURI	Lei 10.520/02
ECE-129/05	Pregão	Aquisição de servidores e rack (Ceal)	Star Company	R\$ 496.500,00			Projeto AJURI	Lei 10.520/02
	Pregão	Serviços de brigada de incêndio	Fracassado - valor acima do estimado					Lei 10.520/02
ECE-131/05	Pregão	Aquisição servidores (Cepisa/Eletoacre)	Star Company	R\$ 1.900.000,00			Projeto AJURI	Lei 10.520/02
ECE-140/05	Pregão	Lâmpadas para os estados da Federação	Metalight	R\$ 1.061.000,00			Projeto Natal de Luz	Lei 10.520/02
ECE-149/05	Pregão	Recepcionistas	Interage	R\$ 352.680,00	20/10/2005	19/10/2006		Lei 10.520/02

Nº CONTRATO	MODALIDADE	OBJETO	CONTRATADO	VALOR GLOBAL	DATA		JUSTIFICATIVA	ENQUADRAMENTO JURIDICO
					INÍCIO	TÉRMINO		
Nº CONTRATO	MODALIDADE	OBJETO	CONTRATADO	VALOR GLOBAL	DATA	TÉRMINO	JUSTIFICATIVA	ENQUADRAMENTO JURIDICO
ECE-114/05	Concorrência	Auditoria Independente	Trevisan	R\$ 1.454.653,65	01/08/2005	31/07/2008		Lei 8.666/93
ECE-157/05	Pregão	Serviços de brigada de incêndio	Fire Rio	R\$ 987.276,00	01/11/2005	31/10/2006		Lei 10.520/02
ECE-152/05	Pregão	Serviços de copa, cozinha e restaurante	Guelli	R\$ 1.337.070,72	02/12/2005	01/12/2007		Lei 10.520/02
ECE-150/151	Convite	Contencioso - Distrito Federal	Fracassado-ausência de 3 propostas válidas					Lei 8.666/93
	Pregão	Aquisição de switches	Equilibrio/Microware	R\$ 173.261,00				Lei 10.520/02
	Convite	Consultoria SAP R3	Fracassado-ausência de 3 propostas válidas					Lei 8.666/93
ECE-161/05	Convite	Reestruturação Ceam/Manaus Energia	José de Castro	R\$ 42.000,00	16/11/2005	15/01/2006		Lei 8.666/93
	Convite	Contencioso - Distrito Federal	Revogado por interesse da Administração					Lei 8.666/93
ECE-163/05	Convite	Advogado cível/trabalhista - SC	Rodrigo Roberto	R\$ 79.200,00	16/11/2005	15/11/2006		Lei 8.666/93
ECE-160/05	Pregão	Guirlandas para o Rio de Janeiro	L.L.E Ferragens	R\$ 651.600,00			Projeto Natal de Luz	Lei 10.520/02
ECE-154/05	Pregão	Clipping Jornalístico	Vídeo Clipping	R\$ 104.400,00				Lei 10.520/02
ECE-164/05	Pregão	Lâmpadas para os estados da Federação	Centelha	R\$ 383.300,00			Projeto Natal de Luz	Lei 10.520/02
ECE-165/05	Pregão	Serviços de Telecomunicação	Consórcio Minas Energia	R\$ 191.400,00	15/12/2005	14/12/2006		Lei 10.520/02


 Presidente da Eletrobrás

ANÁLISE CRÍTICA DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

1 RECURSOS HUMANOS

Concurso Público

Foi assinado com Universidade Federal do Rio de Janeiro e a Fundação Universitária José Bonifácio um para a prestação de serviços de realização do concurso público, no entanto, como o volume de inscrições superou as previsões iniciais, as receitas auferidas superaram os custos operacionais de realização do concurso. Assim, os desembolsos previstos para o item não precisaram ser efetivados.

Programa de Estágio

No ano de 2005, o nome Eletrobrás foi mantido presente na mídia ao participar, pelo terceiro ano consecutivo, da Mostra 'PUC - Rio, num evento que já conquistou o seu espaço no calendário carioca. Mais de cem mil pessoas visitaram os estandes da Mostra, numa excelente oportunidade de aproximar a marca Eletrobrás de um público jovem e formador de opinião. Pelo menos dois mil estudantes de Ensino Médio e Superior se inscreveram no Programa de Estágio oferecido pela Eletrobrás, sendo este um dos principais indicadores do sucesso deste evento.

Sistema de Carreira e Remuneração – SCR

Ação concluída.

Benefícios

Foi um passo decisivo para o fortalecimento das ações voltadas para retenção de talentos na empresa, com a superação de uma limitação de ordem legal, garantindo a homogeneidade de relacionamento com os seus empregados.

Além disso, foram mantidos os demais benefícios, tais como: auxílio transporte, auxílio alimentação, reembolso parcial de despesas pré-escolares (auxílio creche), programa psicopedagógico e reembolso parcial de mensalidades de Ensino Superior; alguns dos quais são diferenciais da empresa em relação à maioria das empresas brasileiras.

Programas de Promoção de Saúde e Qualidade de Vida

Ações de caráter permanente e, em 2005, o resultado foi plenamente alcançado.

Treinamento e Desenvolvimento

Treinamento do Setor Elétrico

Em 2005 foram realizados 8 (oito) treinamentos no âmbito do Programa de Suprimentos para o Grupo Eletrobrás, os quais superaram a todas as previsões iniciais de participação, tivemos o Lançamento do Planejamento Estratégico do Grupo Eletrobrás e também treinamentos de Negociação Sindical e da Lei Sarbannes-Oxley-404.

Treinamento Institucional

Ações voltadas ao Planejamento Estratégico da Eletrobrás, especialmente as oficinas realizadas em abril e maio, que contaram com a participação de todo o corpo gerencial da empresa em um

Adisio dos Santos
Presidente da Eletrobrás

trabalho de imersão juntamente com os Diretores e o Presidente, além da oficina que ocorreu em junho, para a qual foram convidados todos os empregados da empresa, que contou com maciça participação e ainda, palestras "Panorama Internacional" e "Conjuntura Nacional" que contribuíram para a análise da ambiência externa à empresa e do diagnóstico estratégico prospectivo, fechando o ano com os *workshops* da Diretoria Executiva, realizados em novembro.

Palestras sobre Prevenção à Hipertensão Arterial e de Lançamento do Projeto de Clima Organizacional, realizadas como ações do Espaço Conhecer.

O Programa de Idiomas Estrangeiros, que inscreveu cerca de 400 (quatrocentos) empregados em cursos de idiomas relevantes para o desempenho de suas atividades profissionais; Os Treinamentos de Longa Duração, para os quais foram realizadas aproximadamente 70 (setenta) novas inscrições de empregados em cursos de pós-graduação *lato sensu* (especialização, MBA) e *stricto sensu* (mestrado e doutorado) voltados à capacitação dos quadros técnicos e gerenciais da empresa para atuação em seus principais negócios.

Os cursos do Programa de Treinamento para Aquisições na Eletrobrás, por meio do qual a empresa promoveu uma ação de larga abrangência, incluindo o corpo gerencial, em cursos com foco na Lei 8.666/93 e na nova norma de contratações da empresa.

Os Cursos de Funções Institucionais, essenciais ao atendimento à legislação vigente sobre prevenção de acidentes, segurança e medicina do trabalho.

Treinamentos por Competências:

Ação do Portal, que envolve o aprimoramento de competências básicas exigidas dos empregados para desempenho de suas atividades funcionais. Foram realizadas mais de 100 (cem) inscrições de empregados em cursos de atualização em língua portuguesa e redação empresarial, secretariado executivo e ferramentas de informática.

Treinamento Especial

Foram realizados cursos de formação de Ensino Fundamental e Médio no SESI, cursos de Ensino Médio e Profissionalizante no Colégio 1º de Maio, cursos livres do SENAI e do SESI, Bolsas de Complementação de Nível Superior, que beneficiaram 35 (trinta e cinco) empregados; visitas técnicas e culturais, além de palestras para adolescentes do Programa Pró-Menor.

Treinamento Específico

Estas ações são indicadas pelos respectivos gerentes da empresa, seja para realização em regime fechado, configurando-se em treinamentos exclusivamente voltados para grupos de empregados de determinadas áreas, seja por meio de inscrições em cursos abertos ao mercado.

Dentro dessa linha foram realizadas, em 2005, em torno de 850 (oitocentos e cinquenta) inscrições em treinamentos abertos incluindo cursos, seminários e palestras e realizados diversos treinamentos fechados em temas de interesse da empresa.

2 RESPONSABILIDADE SOCIAL

Em relação às áreas de atuação 24 projetos (62%) atenderam às demandas da sociedade civil e 15 projetos (38%) às políticas públicas do Governo Federal.

Apesar de a ELETROBRÁS ter desenvolvido as ações citadas fez-se necessário em determinado momento a interrupção no apoio a projetos sociais para redefinição do processo de análise dos projetos com base em focos específicos de atuação e selecionados observando critérios de avaliação pré-estabelecidos.

3 SERVIÇOS GERAIS

Os resultados foram alcançados, excetuando-se a conta de máquinas e reprografia onde a contratação de novos equipamentos foi postergada. Assim a realização foi de apenas 51%.

4 INFORMÁTICA

Aprimoramento de sistemas de informação existentes e desenvolvimento de novos sistemas de informação, ambos para atender necessidades dos clientes.

Orçamento parcialmente realizado, em razão de dificuldades na realização dos processos licitatórios para contratação da prestação de serviços.

Pendências relativas ao sistema de gestão integrada SAP-R3.

Despesas não efetivadas em razão de dificuldades, ainda não contornadas, no processo de renovação dos Contratos.

Contrato Microsoft – Renovação

Contratação realizada conforme planejada.

AUDITORIA INTERNA
Presidente
Eletróbrás

OBJETIVOS, METAS E MEDIDAS ADOTADAS PARA SANEAR DISFUNÇÕES DETECTADAS

1 RECURSOS HUMANOS

No aperfeiçoamento das ações de treinamento cabe destacar o início, em dezembro, das ações para criação Universidade Corporativa do Grupo Eletróbrás, com a constituição de comissão interdisciplinar com esse foco, e que deverá criar melhores condições tanto para o treinamento institucional quanto para o específico.

2 RESPONSABILIDADE SOCIAL

O acompanhamento e a avaliação sistemática das ações foram incorporados efetivamente no processo de gestão de projetos sociais, visando minimizar e evitar a pulverização das ações e a conseqüente irrelevância dos resultados.

3 SERVIÇOS GERAIS

Não caberia a adoção de medidas corretivas.

4 INFORMÁTICA

Aprimoramento de sistemas de informação existentes e desenvolvimento de novos sistemas de informação, ambos para atender necessidades dos clientes.

Foi criado um Comitê de Tecnologia para propor e acompanhar ações corretivas de forma a acelerar as contratações através de processo licitatórios.

Pendências relativas ao sistema de gestão integrada SAP-R3.

O assunto foi encaminhado à direção da empresa, que vem atuando junto à direção da empresa fornecedora, a SAP, na busca de uma solução para o problema.


Contrato Microsoft – Renovação

Pelas razões apresentadas, não coube a adoção de medidas corretivas.

Abelino V. de Oliveira
Presidente



DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÕES EM 2005

Nº CONTRATO	MODALIDADE	OBJETO	CONTRATADO	VALOR	VALOR GLOBAL	DATA		Enquadramento jurídico
						INÍCIO	TÉRMINO	
ECE-034/04		Prestação de serv. De manutenção e gerenciamento de sistema de impressão de produção docucolor 2060 E 6060	XEROX Comércio e Indústria Ltda.	914.983,22	1.780.263,22	30/06/04	29/06/06	Caput do Artigo 25, da Lei 8.666/93
ECE-034-A/05	Inexigibilidade	Prorrogação do prazo de vigência contratual por mais 12 meses e acréscimo de quantitativo de mão-de-obra alocada ao contrato e a manutenção do software VIPP		865.280,00		30/06/05		
ECE-1762/02		Serv. De comunicação de voz / dados para Rede Corporativa da Eletrobrás	EMBRATEL - Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A.		3.015.624,23	16/09/02	14/03/06	Caput do Artigo 25, da Lei 8.666/93
ECE-1762-A/03	Inexigibilidade	Acréscimo de quantitativo e qualitativo dos serviços		1.384.616,98		16/12/03		
ECE-1762-B/04		Prorrogação do prazo de vigência por mais 12 meses		85.378,49		15/09/04		
				1.021.632,32				
Nº CONTRATO	MODALIDADE	OBJETO	CONTRATADO	VALOR	VALOR GLOBAL	DATA		Enquadramento jurídico
ECE-1762-C/05		Prorrogação do prazo de vigência por mais 3 meses	 Adilson Viana dos Santos Presidente da Eletrobrás	261.998,22		14/09/05		



3 DIRETORIA DE ENGENHARIA

PPA – PLANO PLURIANUAL

Programas da Eletrobrás

A ELETROBRÁS, participou do PPA 2004-07, com ações próprias, em 4 programas, a saber:

- 0276 – Programa de Gestão da Política de Energia;
- 0295 – Programa de Energia na Região Sul;
- 0273 – Energia Cidadã - Luz para Todos – Universalização e
- 1046 – Eficiência Energética.

Além de coordenar suas próprias ações do PPA, estendeu esse papel, coordenando, junto às Empresas do Grupo ELETROBRÁS, a revisão e o acompanhamento do PPA, das várias ações contempladas nos Programas de Energia nas Regiões Norte, Sul, Sudeste e Centro-Oeste, Nordeste e Sistemas Isolados, dessas Empresas. Atuou, também, no Programa Luz para Todos, como gestora e coordenadora dos contratos junto às empresas Federalizadas do Grupo ELETROBRÁS.

Com relação ao Programa de Eficiência Energética, implementaram projetos em eficiência energética, de capacitação laboratorial, de disseminação de informações, implantação de projetos de conservação e outros, através de ações de caráter não orçamentário.

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

Estudos de Inventário e Projetos de Viabilidade de Implantação de Sistemas de Geração e de Transmissão na Região Amazônica do Programa de Gestão da Política de Energia.

Esta ação tem por objetivo elaborar estudos de viabilidade de aproveitamentos hidrelétricos na Região Amazônica, de modo a promover o uso racional de recursos energéticos da região, em conformidade com as diretrizes estabelecidas no Conselho Nacional de Política Energética – CNPE.

Foram contemplados em 2005, os Estudos de Inventário de Teles Pires, com potencial estimado em 3.600 MW e os Estudos de Viabilidade da UHE de Belo Monte com capacidade prevista de 11.000 MW.

Os Estudos de Inventário Hidrelétrico do rio Teles Pires foram concluídos e o Relatório Final foi entregue na ANEEL no dia 31 de outubro de 2005 para aceite, análise e aprovação. A alternativa final de divisão de queda contemplou seis locais de aproveitamento hidrelétrico, somando um total de cerca de 3600 MW.

Quanto aos estudos de Viabilidade da UHE Belo Monte, após uma paralisação de três anos, devido a impedimentos legais advindos de questões ambientais, foi retomado em 2005.

Abelino Vasconcelos
Presidente da Eletrobrás

A aprovação do Decreto Legislativo nº 788, de 12/07/2005, que autorizou o Poder Executivo a implantar o aproveitamento, propiciou a ELETROBRÁS retomar os estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental, com vistas ao leilão de concessão desse empreendimento.

Em 2005, a realização orçamentária dessa Ação foi de R\$ 676.770,00.

ESTUDOS PARA INTEGRAÇÃO ENERGÉTICA DA AMÉRICA LATINA

Ao final de 2005, foi definido um primeiro estudo a ser realizado em conjunto com a Argentina, referente do aproveitamento da UHE de Garabi, no rio Uruguai, não havendo, portanto desembolso em 2005.

INTERLIGAÇÃO DOS SISTEMAS ELÉTRICOS BRASILEIROS E URUGUAIO, ATRAVÉS DA CONVERSORA DE RIVERA (RESSARCIMENTO DE 50% DOS INVESTIMENTOS REALIZADOS PELA EMPRESA ESTATAL URUGUAIA USINAS Y TRANSMISIONES ELÉCTRICAS – UTE) DO PROGRAMA DE ENERGIA DA REGIÃO SUL.

O Projeto Rivera tem como finalidade efetuar uma interligação entre o sistema elétrico uruguaio e o brasileiro, mediante a implantação de uma Conversora de frequência em Rivera – 70 MW (Uruguai) e construção de uma LT 230 kV – 12 km (sendo 10 km no território uruguaio e 2 km no território brasileiro), interligando a conversora à subestação de Livramento. O projeto contempla também a construção de um bay de LT 230 kV na SE Livramento, de propriedade da CEEE.

A implantação do projeto no território uruguaio ficou a cargo da empresa estatal uruguaia UTE (Administracion Nacional de Usinas Y Transmisiones Eléctricas) e no território brasileiro a cargo da ELETROSUL.

Este projeto teve sua origem na Declaração Conjunta Brasil – Uruguai firmada pelos respectivos Presidentes da República em Maio de 1993, considerando a possibilidade de interconexão elétrica entre os dois países, tendo sido consubstanciada através do Protocolo ao Tratado de Amizade e Cooperação entre Brasil e Uruguai de 28.09.1994 para a interconexão elétrica entre os dois países.

O Projeto foi totalmente concluído em Jan/2001 e encontra-se em operação comercial.

A dotação Orçamentária associada a esta Ação para o ano de 2005, destinou-se ao ressarcimento dos dispêndios efetuados pela ELETROSUL na instalação de novos equipamentos de medição e de manobra na SE Livramento, relacionado ao bay de entrada da LT proveniente da Conversora de Frequência de Rivera. Os medidores e chaves seccionadoras foram instalados e a instalação dos transformadores de corrente e de potencial está previsto para o primeiro trimestre de 2006.

No exercício de 2005 não foi efetuado nenhum desembolso para esta Ação, tendo em vista que a ELETROSUL não apresentou a fatura de execução dos serviços para o efetivo ressarcimento, uma vez que os transformadores de corrente e de potencial não foram instalados, prevendo-se que isso ocorra em 2006.

LUZ PARA TODOS

Programa que tem a ELETROBRÁS como gestora dos recursos a ele alocados.

Antonio V. Barcelos
Presidente ELETROBRÁS

No ano de 2005 foram liberados R\$ 173,1 milhões com recursos da RGR para 57 concessionárias de energia elétrica e 26 cooperativas de eletrificação rural, totalizando nos anos de 2004 e 2005 R\$ 265,7 milhões. Na CDE foram feitas liberações no ano de 2005 no valor de R\$ 527,0 milhões, totalizando nos anos 2004 e 2005 R\$ 822,9 milhões. Estão previstos investimentos de R\$ 7,0 bilhões até o ano de 2008, dos quais R\$ 5,3 bilhões originados dos recursos da CDE e RGR.

Os contratos de financiamento e subvenção celebrados com os agentes executores do Programa totalizaram ao final de 2005 R\$ 2,6 bilhões. Foram analisados e aprovados programas de eletrificação rural de 79 agentes executores. As obras foram iniciadas em meados de 2004 e irão beneficiar um total de 658.497 consumidores, dos quais 175.129 foram contratados em 2005. A participação de cada região do país é apresentada a seguir:

REGIÃO	CONSUMIDORES CONTRATADOS ATÉ 31.12.2005
Centro-Oeste	40.196
Norte	93.583
Nordeste	344.594
Sul	49.193
Sudeste	130.931
Total	658.497

AÇÕES ADMINISTRATIVAS

1) MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA

Segundo dados da EPE em dezembro/2005, ocorreu um crescimento de 4,56%, apresentando recorde histórico, superando os valores de consumo apresentados antes de 2001.

Consumo Industrial	→ 2,38%
Consumo residencial	→ 3,30%
Consumo comercial	→ 7,20%

ADISIO ASSIS JUNIOR
Presidente da EPE/2005

2) COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA

ITAIPU

Repasse de energia para as concessionárias das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

Potência média	→ 10.327 MW
Comercialização	→ 81.089,549 GWh
Faturamento	→ U\$ 2.450 milhões

PROINFA

- Conclusão das contratações de empreendimentos.
- Capacidade instalada → 3.300 MW
- Contratos de compra e venda → 144
- Elaboração do primeiro Plano Anual Proinfa – PAP para homologação e cálculo das quotas de energia e de custeio pela ANEEL.
- Participação dos estudos para operacionalização e comercialização dos créditos de carbono, com foco no MDL – Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, dos empreendimentos contratados.

3) SISTEMAS ISOLADOS

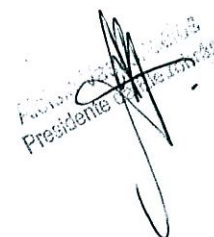
- Coordenação por meio do Grupo Técnico-Operacional da Região Norte – GTON.
- Sistemas Elétricos Isolados existentes → 300
- Concessionárias → 15
- Carga própria de energia → 11.085 GWh
- Parque gerador térmico → 2.533 MW
- Parque gerador hidráulico → 636 MW

4) CONTROLE DE COMBUSTÍVEIS

O Plano Anual de Combustíveis da ELETROBRÁS, homologado pela ANEEL, fixou os valores das quotas anuais referentes aos dispêndios com combustíveis para geração de energia elétrica, visando crédito na Conta de Consumo de Combustíveis –CCC.

Sistemas Isolados → 3,3 bilhões

Sistemas Interligados → 0,1 bilhões



5) PROJETOS AMBIENTAIS

- Acompanhamento da Implantação do PROINFA.
- Elaboração e implantação de procedimentos para a gestão ambiental dos Sistemas Isolados.
- Aprovação da Política Ambiental formal do grupo ELETROBRÁS.
- Andamento de estudos sobre Mudanças Climáticas para subsidiar a habilitação de créditos de carbono dos projetos do PROINFA e do uso de microalgas na gestão das emissões em térmicas a carvão.

6) PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

As atividades de pesquisa e desenvolvimento voltadas ao grupo ELETROBRÁS são executadas pelo Centro de Pesquisa de Energia Elétrica – CEPEL.

- Tecnologias Especiais e Fontes renováveis → 30 projetos
- Instalações e Equipamentos → 28 projetos
- Otimização Energética e Meio Ambiente → 17 projetos
- Sistemas Elétricos → 20 projetos
- Automação de Sistemas → 10 projetos

Alcides Amorim
Presidente do Conselho de Administração
Eletrobrás

4 DIRETORIA FINANCEIRA

DEMONSTRAÇÃO DOS PRINCIPAIS RESULTADOS FINANCEIROS

Foram eleitos índices de análise fundamentalista muito comum, porém bastante relevantes para comparação e a formação de uma opinião acerca do desempenho da empresa.

O resultado da rentabilidade baseado nas Demonstrações Consolidadas da Eletróbrás está assim apresentado:

A empresa apresenta uma boa rentabilidade, porém apresentou uma ligeira queda em todos os índices selecionados. A margem Bruta e a margem líquida e o EBTIDA sofreram uma pequena redução. A Receita Bruta vêm se mantendo estável durante todo o período de análise. Em 2005, esses índices foram influenciados pelo resultado da companhia, que em relação a 2004, foi menor.

Para maiores detalhes, estão apresentados nas demonstrações condensadas do resultado e gráficos detalhados acerca do desempenho da companhia:

PLANILHA DE ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	31/12/2002	AV	31/12/2003	AV	31/12/2004	AV	31/12/2005	AV
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	24.270.399	100%	19.565.314	100%	20.095.967	100%	21.238.876	100%
(-) Custo da Mercadoria Vendida		0%	0	0%	0	0%	0	0%
RESULTADO BRUTO	24.270.399	100%	19.565.314	100%	20.095.967	100%	21.238.876	100%
(-) Despesas Operacionais	(19.749.256)	-81%	(12.970.427)	-66%	(13.978.930)	-70%	(15.966.311)	-75%
RESULTADO OPERACIONAL ANTES R.F.	860.703	4%	6.594.887	34%	6.117.037	30%	5.272.565	25%
(+) Receita Financeira	7.935.232	33%	2.875.025	15%	3.314.466	16%	3.549.073	17%
(-) Despesa Financeira	(4.274.792)	-18%	(8.546.486)	-44%	(6.691.511)	-33%	(7.036.918)	-33%
RESULTADO OPERACIONAL	4521143	19%	923.426	5%	2.739.992	14%	1.784.720	8%
(+/-) Resultado não op./tributos/outros	(3.420.803)	-14%	(600.301)	-3%	(1.446.678)	-7%	(810.131)	-4%
RESULTADO LÍQUIDO	1.100.340	5%	323.125	2%	1.293.314	6%	974.589	5%

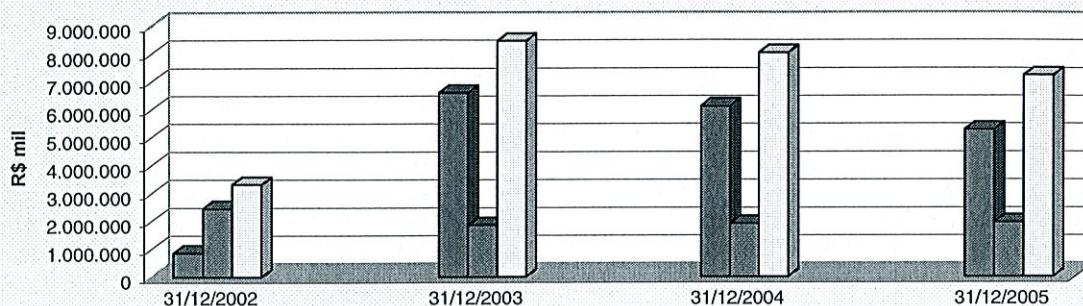
GERAÇÃO DE CAIXA OPERACIONAL

	31/12/2002	31/12/2003	31/12/2004	31/12/2005
RESULTADO OPERACIONAL - EBIT	860.703	6.594.887	6.117.037	5.272.565
(+) Depreciação/ Amortização/ Exaustão	2.454.735	1.857.656	1.911.996	1.957.124
GERAÇÃO DE CAIXA BRUTA - EBITDA	3.315.438	8.452.543	8.029.033	7.229.689

INDICADORES	31/12/2002	31/12/2003	31/12/2004	31/12/2005
Margem Bruta	3,5	33,7	30,4	24,8
Margem Líquida	4,5	1,7	6,4	4,6

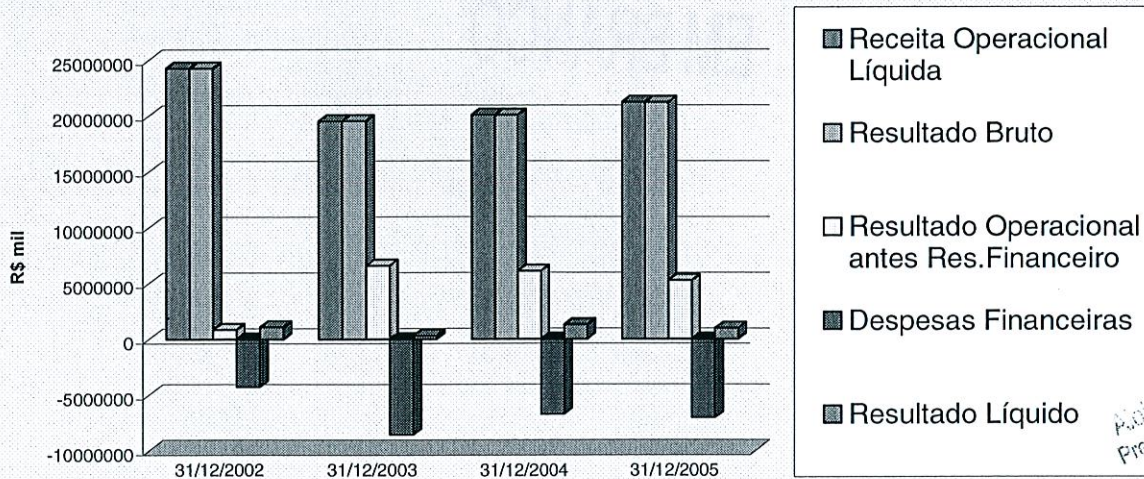
Alcides Macielos
Presidente da Eletróbrás

GERAÇÃO DE CAIXA



- RESULTADO OPERACIONAL - EBIT
- (+) Depreciação/ Amortização/ Exaustã
- GERAÇÃO DE CAIXA BRUTA - EBITDA

RESULTADOS



Auditoria Interna
Presidente
Eletróbrás

PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

Os resultados a seguir são influenciados pelo crescimento das receitas operacionais ocasionada pela quase totalidade da venda da energia descontratada existente nas empresas controladas e pela renegociação com os eletro-intensivo atendidos pela Eletronorte. Também houve influência da variação cambial, pois o decréscimo da correção cambial influencia nas dívidas em moeda estrangeira e em diversas despesas operacionais.

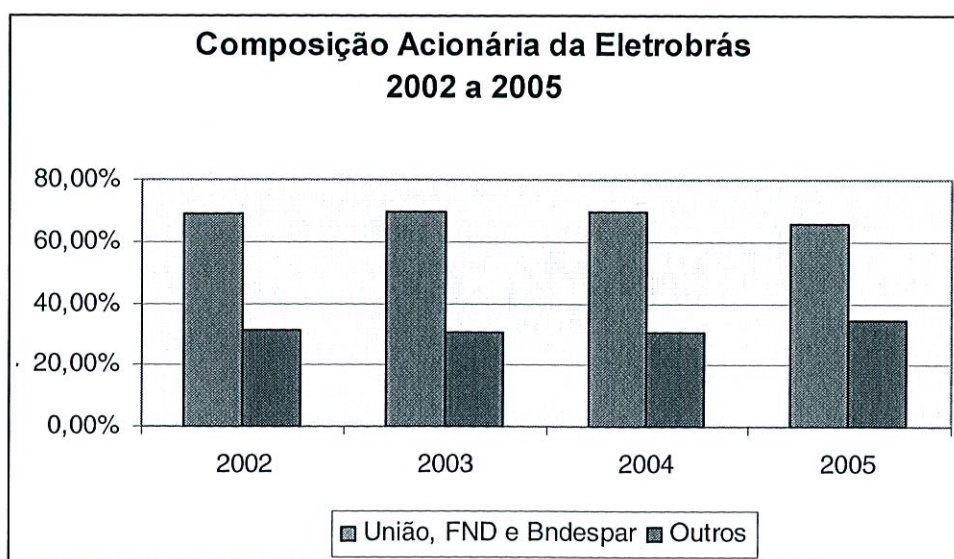
Receitas Operacionais - Participações Societárias – Controladora				
	2005	2004	2003	2002
Investimentos em controladas	1.858.522	538.898	1.404.288	-2.293.419
Investimentos em coligadas	355.927	4.264	68.152	251.273
Investimentos temporários	-	-	-6.653	-1.213.199
Outros investimentos	173.326	180.212	130.406	310.348
TOTAL DAS PARTICIPAÇÕES	2.387.775	723.374	1.596.193	-2.944.997

O resultado de R\$ 2,4 bilhões em 2005 é bastante significativo, sendo 33% do EBITDA (geração de caixa bruta) do resultado consolidado.

Relação com Investidores e Mercado

Em 2005 é mostrado um crescimento de 3,52% da participação dos outros acionistas, ocasionados pela conversão, em ações, dos créditos do empréstimo compulsório.

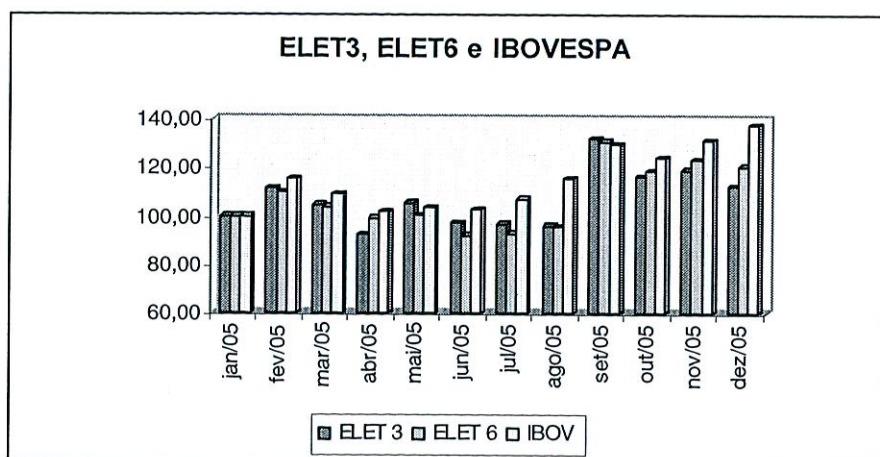
ACIONISTAS	2002	2003	2004	2005
União, FND e Bndespar	69,00%	69,41%	69,32%	65,80%
Outros	31,00%	30,59%	30,68%	34,20%



As ações da Eletrobrás na Bolsa de Valores de São Paulo apresentaram em 2005 as variações mostradas na tabela a seguir:

Atividade Gerenciada
Presidente da Eletrobrás

	ELET 3	ELET 6	IBOV
jan-05	100,00	100,00	100,00
fev-05	111,47	110,06	115,56
mar-05	104,69	103,98	109,28
abr-05	92,63	99,15	102,02
mai-05	105,60	100,33	103,52
jun-05	97,02	92,09	102,88
jul-05	96,87	92,89	106,95
ago-05	96,17	95,47	115,17
set-05	131,86	130,74	129,70
out-05	116,22	118,27	124,00
nov-05	118,88	123,29	131,07
dez-05	112,09	120,40	137,39



Ocorreu uma variação anual positiva com picos e baixos acompanhando o Ibovespa. O valor de encerramento do ano de 2005 para as ações ordinárias (ELET3) foi cotado a R\$ 38,00 e as preferências o valor foi de R\$ 39,60. Vale ressaltar que no início de 2006 as ações da Eletrobrás subiram significativamente, atingindo valores superiores a R\$ 50,00.

Participações Acionárias Bloqueadas para Garantia de Processos Judiciais

A seguir mostra-se a participação acionária da Eletrobrás em 2004 e 2005:

VALOR DA CARTEIRA EM 31.12.2004	R\$ 2.117.954.430,82
VALOR DA CARTEIRA EM 31.12.2005	R\$ 3.246.609.978,91

Alcísio Vasconcelos
Presidente
Eletrobrás

BLOQUEADAS EM 2004		
BLOQUEIOS PROCESSOS OBRIGAÇÕES AO PORTADOR	R\$ 258.829.400,93	12,22%
BLOQUEIOS PROCESSOS CORREÇÃO EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO	R\$ 380.299.954,84	17,96%
BLOQUEIOS PROCESSOS NA RECEITA FEDERAL	R\$ 112.813.063,34	5,33%
BLOQUEIOS PROCESSOS EM VARAS TRABALHISTAS	R\$ 33.444.728,39	1,58%
TOTAL BLOQUEADO EM PROCESSOS JUDICIAIS	R\$ 785.387.147,50	37,08%
BLOQUEIOS PARA GARANTIAS DE CONTRATOS	R\$ 292.634.311,08	13,82%
TOTAL BLOQUEADO EM 31.12.04	R\$ 1.078.021.458,58	50,90%
BLOQUEADAS EM 2005		
BLOQUEIOS PROCESSOS OBRIGAÇÕES AO PORTADOR	R\$ 502.632.180,63	15,48%
BLOQUEIOS PROCESSOS CORREÇÃO EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO	R\$ 846.851.339,03	26,08%
BLOQUEIOS PROCESSOS NA RECEITA FEDERAL	R\$ 203.705.683,58	6,27%
BLOQUEIOS PROCESSOS EM VARAS TRABALHISTAS	R\$ 55.396.045,08	1,71%
TOTAL BLOQUEADO EM PROCESSOS JUDICIAIS	R\$ 1.608.585.248,32	49,55%
BLOQUEIOS PARA GARANTIAS DE CONTRATOS	R\$ 348.726.042,72	10,74%
TOTAL BLOQUEADO EM 31.12.05	R\$ 1.957.311.291,04	60,29%

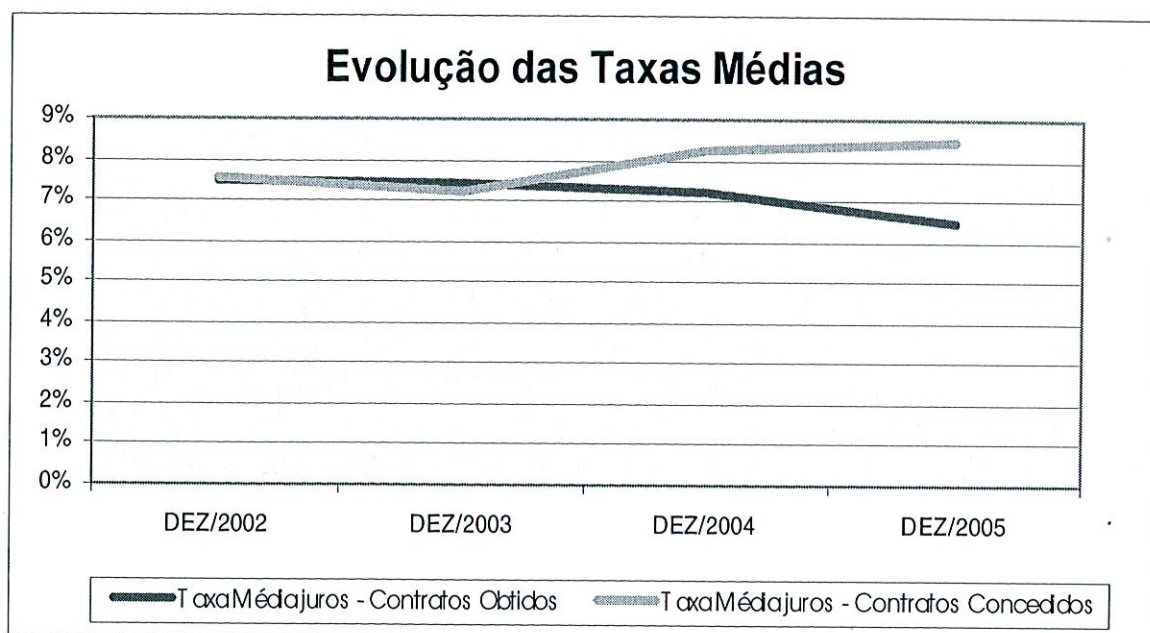
Em 2005 foram efetuados 74 bloqueios para garantia em processos judiciais, sendo 17 para Obrigações e 54 para Empréstimo Compulsório; 1 para Secretaria da Receita Federal e 2 para Varas Trabalhistas.

EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS E OBTIDOS

1) Taxa Média de Juros - Contratos Concedidos x Contratos Obtidos

ITEM	DEZ/2002	DEZ/2003	DEZ/2004	DEZ/2005
Taxa Média Juros - Contratos Obtidos	7,4875%	7,3979%	7,2388%	6,4869%
Taxa Média Juros - Contratos Concedidos	7,5258%	7,1882%	8,2410%	8,4213%

[Handwritten signature]
Presidente



Podemos observar que a ELETROBRÁS consegue rentabilidade maior em sua dívida a receber, comparando com sua dívida a pagar. Ressaltamos que, em 2005, a ELETROBRÁS quitou Eurobônus (US\$ 300 MM) à taxa de 12% a.a., efetuando nova captação, no mesmo valor, com taxa de 7,75% a.a.

Na apuração das taxas médias de juros de contratos obtidos não está incluído o Imposto de Renda sobre encargos nas remessas para o exterior, que elevaria a taxa de dezembro de 2005 para 6,7463%.

2) Evolução das Taxas de Câmbio (Última taxa de cada ano - PTAX 800)

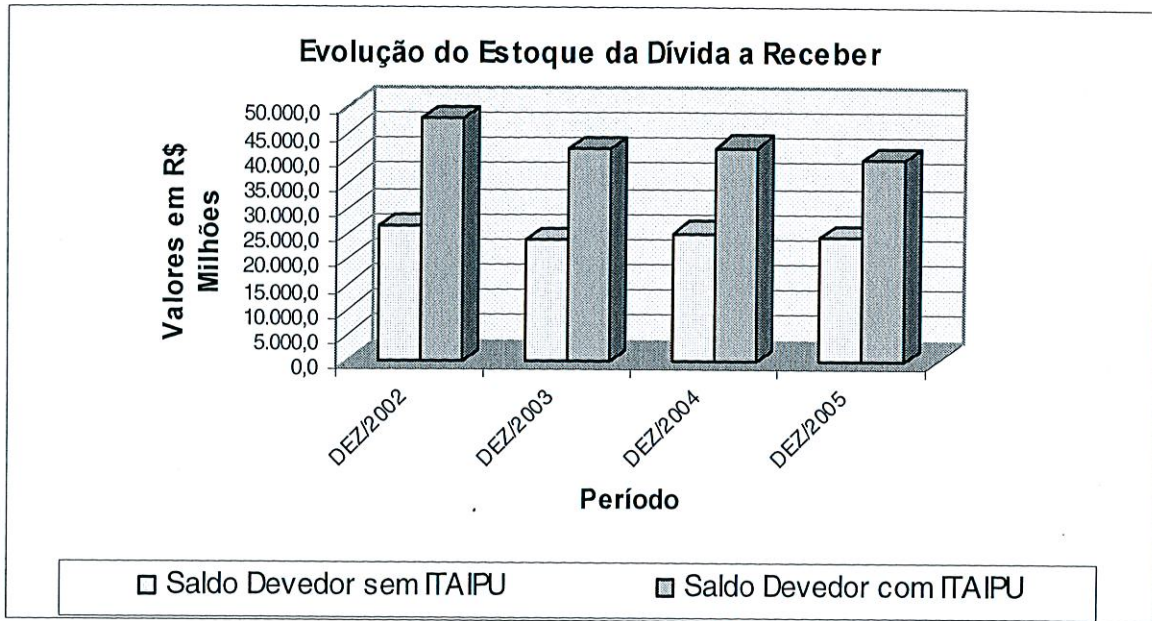
Ano	DEZ/2002	DEZ/2003	DEZ/2004	DEZ/2005
Taxa	3,5333	2,8892	2,6544	2,3407

Atestado
Presidente
Eletrobrás

3) Estoque da Dívida a Receber - Saldos Devedores dos Contratos Concedidos

Valores em R\$ milhão

ITEM	DEZ/2002	DEZ/2003	DEZ/2004	DEZ/2005
Saldo Devedor sem ITAIPU	26.497,6	23.993,0	25.277,7	24.255,7
Saldo Devedor com ITAIPU	47.740,6	41.813,7	42.181,4	39.921,2

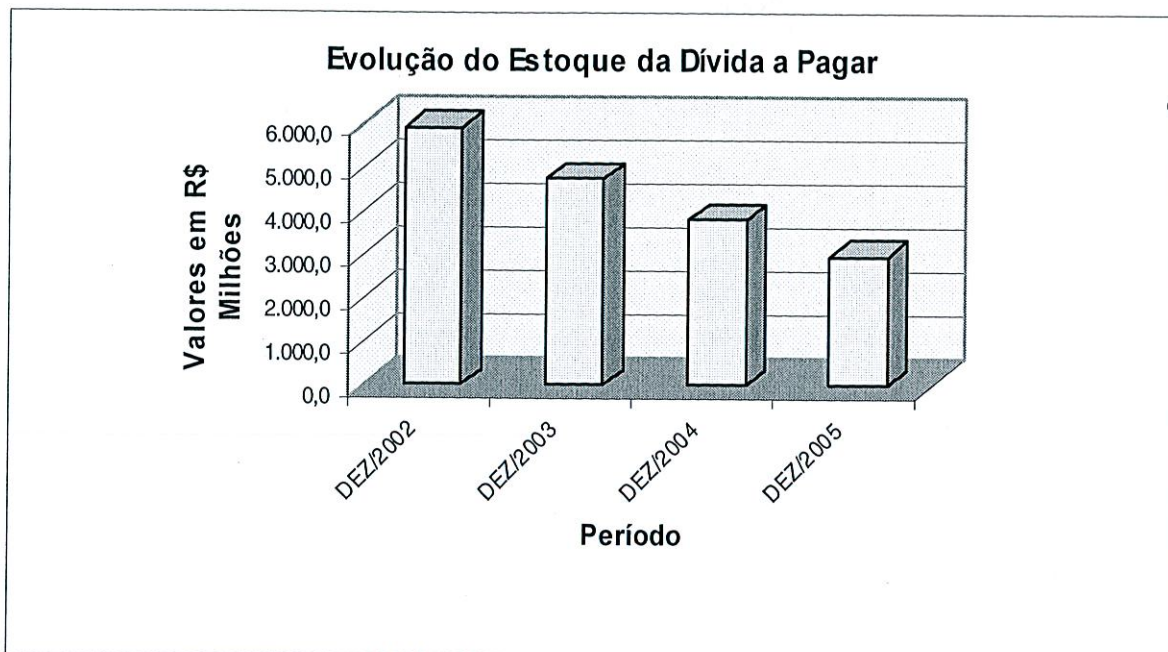


A ELETROBRÁS tem, em sua carteira de contratos concedidos, cerca de 40% do volume total de saldos devedores vinculados a Itaipu Binacional, cujos contratos são em dólar americano que sofreram forte impacto com a redução das taxas de câmbio nos últimos anos. Estão incluídos, nos saldos devedores de contratos concedidos, os acordos de acionistas (parcerias).

4) Estoque da Dívida a Pagar- Saldos Devedores dos Contratos Obtidos

Valores em R\$ milhão

ÍTEM	DEZ/2002	DEZ/2003	DEZ/2004	DEZ/2005
Saldo Devedor	5.970,8	4.797,6	3.834,1	2.995,0



[Handwritten signature]
 Presidente da Eletrobrás

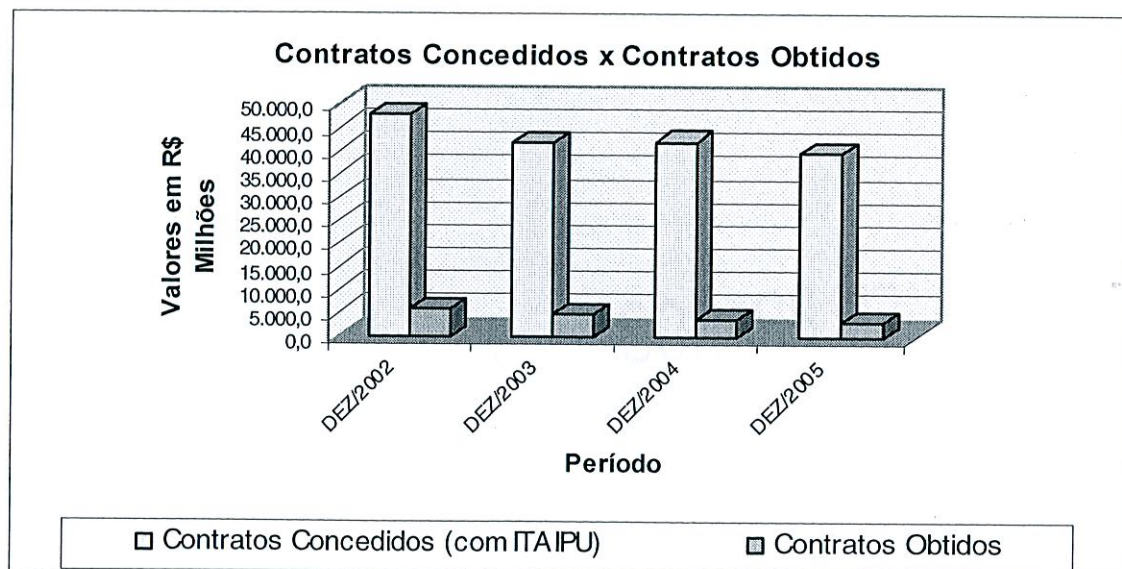
Com relação a sua carteira de contratos obtidos, A ELETROBRÁS, em sua maioria em moeda estrangeira (US\$, Iene e EURO, principalmente) a redução é explicada pelo forte impacto com a redução de taxas de câmbio nos últimos anos, bem como pela redução de seu endividamento, em face do encerramento de alguns contratos.

Estão incluídos, nos saldos devedores de contratos obtidos, os contratos com o Tesouro Nacional.

6) Comparativo - Contratos Concedidos x Contratos Obtidos

Valores em R\$ milhão

ÍTEM	DEZ/2002	DEZ/2003	DEZ/2004	DEZ/2005
Contratos Concedidos (com ITAIPU)	47.740,6	41.813,7	42.181,4	39.921,2
Contratos Obtidos	5.970,8	4.797,6	3.834,1	2.995,0



Dentro de uma análise comparativa, observamos que a carteira a pagar da ELETROBRÁS representa apenas 7,5% do total de seus valores a receber.

FINANCIAMENTOS - FUNDOS SETORIAIS E RECURSOS ORDINÁRIOS

Os dados de 2005 em relação a 2004 indicam uma elevação na aplicação nos fundos setoriais em 27,9%, sendo 32,9% relativos aos recursos da CDE e 12,1% da RGR. Destaca-se o programa Luz Para Todos com aumento de 71% que reflete a maturação do programa iniciado no 2º semestre de 2004. Outros destaques foram os programas de financiamento às concessionárias com recursos da RGR para distribuição (1.415,5%), transmissão (30,2%) e revitalização de parques térmicos (165,0%).

Os recursos ordinários da Eletrobrás foram aplicados, em sua maior parte, em adiantamentos para futuros aumentos de capital nas empresas federais de distribuição e na Eletronuclear. Em relação a 2004, as aplicações em 2005 registraram uma elevação de 76,4%, refletindo um agravamento da situação econômico-financeira destas empresas e a renegociação da dívida da Eletronuclear.

FUNDOS SETORIAIS	2005	2004	2005/2004
CDE			
LUZ PARA TODOS	515.251.100	286.475.500	79,9%
LUZ PARA TODOS - UPPs	11.720.106	9.309.600	25,9%
BAIXA RENDA	1.222.117.599	1.143.645.300	6,9%
CARVÃO MINERAL	332.805.656	133.914.195	148,5%
CPMF	13.549.123	10.840.009	25,0%
OUTROS VALORES	9.720.006		
TOTAL CDE	2.105.163.589	1.584.184.604	32,9%
RGR			
LUZ PARA TODOS	173.111.291	113.700.300	52,3%
LUZ NO CAMPO	16.571.385	176.666.500	-90,6%
RELUZ	47.162.640	51.896.100	-9,1%
GERAÇÃO	--	48.118.100	--
CONSERVAÇÃO	184.522	2.128.500	-91,3%
REVITALIZAÇÃO PARQUES TÉRMICOS	19.924.881	7.519.200	165,0%
DISTRIBUIÇÃO	165.040.299	10.890.300	1415,5%
TRANSMISSÃO	55.960.072	42.993.100	30,2%
CPMF	5.322.926	5.176.906	2,8%
BAIXA RENDA	--	9.428.700	--
OUTROS VALORES	80.130.193	34.122.121	134,8%
TOTAL RGR	563.408.211	502.639.827	12,1%
TOTAL FUNDOS SETORIAIS	2.668.571.800	2.086.824.431	27,9%
RECURSOS ORDINÁRIOS			
Adiantamento Futuro Aumento Capital	591.336.109	155.980.900	279,1%
PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA	10.104.141	10.314.800	-2,0%
EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO	34.740.280	131.190.200	-73,5%
FINANCIAMENTOS	51.448.843	92.237.100	-44,2%
TOTAL RECURSOS ORDINÁRIOS	687.629.373	389.723.000	76,4%

[Handwritten signature]

5 DIRETORIA DE PROJETOS ESPECIAIS

5.1 Departamento de Acompanhamento Empresarial - DPA

1) REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA

1.a) Identificação

Acompanhamento dos processos da Revisão Tarifária Periódica junto às Empresas Federais de Distribuição – EFDs e a ANEEL.

1.b) Descrição

Coordenação dos processos de Revisão Tarifária Periódica das concessionárias de distribuição do Grupo Eletrobrás, fornecendo suporte técnico às EFDs nos assuntos em que o apoio se mostrou necessário e estabelecimento de um canal de compartilhamento de informações com a ANEEL.

1.c) Resultados Obtidos

Os mecanismos de controle da Revisão Tarifária de suas empresas e o entendimento mantido com o órgão regulador permitiram a ELETROBRÁS coordenar o processo, sinalizando necessidades e obrigações às suas concessionárias de distribuição, de forma a garantir um justo reajuste tarifário para as empresas, de forma a contribuir para minorar as dificuldades financeiras dessas companhias.

Durante o processo, foi alvo de especial atenção os seguintes aspectos:

avaliação da base de remuneração – embora com grande dificuldades, com exceção da CEPISA, todas as concessionárias terminaram suas avaliações a tempo;

estimativa dos custos eficientes – a ELETROBRÁS contratou consultoria especializada, para juntamente com as concessionárias, avaliar seus custos operacionais e comparar com os valores atribuídos pela ANEEL na Empresa de Referência, metodologia utilizada pelo órgão regulador para estimar os custos eficientes para a concessão. No caso das empresas dos sistemas isolados, procurou-se mostrar à ANEEL as particularidades dessas concessões, buscando-se adequar o modelo a realidade da região;

Parcela A – levantamento e consistência dos valores que compõe a chamada “Parcela A”, dispêndios com o suprimento de energia elétrica e encargos tarifários;

Perdas não Técnicas de Energia Elétrica – para evitar que o órgão regulador reconhecesse no cálculo da energia requerida apenas uma pequena parcela das perdas reais de energia, e em atendimento à solicitação da ANEEL, a ELETROBRÁS liderou a elaboração de planos de combate às perdas para cada EFD.

A ELETROBRÁS teve um papel relevante no processo de revisão tarifária das EFDs em 2005. A Aneel, em diversas ocasiões, destacou a importância da presença da Eletrobrás em todas as discussões com as empresas.

Os critérios usados pela Aneel na revisão tarifária em geral foram razoáveis. Os custos operacionais eficientes calculados pelo regulador foram compatíveis com os custos reais das EFDs, com exceção da Manaus e da Boa Vista. Na verdade, para Ceal, Ceron e Eletroacre os custos da Empresa de referência (ER) são superiores aos custos reais projetados para 2005. Entretanto, deve-se considerar que talvez essas empresas não estejam cumprindo com todas as funções consideradas na ER.

No caso da Ceal, observa-se que a folga derivada do fato do PMSO da ER ser maior que o real é consumida pelas perdas e inadimplência reais e o fluxo de caixa líquido é R\$ 23 milhões menor que os R\$ 106 milhões previstos pela Aneel.

No caso da Cepisa, não há folga no PMSO, mas um déficit de R\$ 2 milhões, que se soma aos elevados valores reais de perdas e inadimplência. O fluxo de caixa líquido é negativo, ou seja, não gera recursos nem para a manutenção nem para novos investimentos.

Tanto no caso da Ceron, quanto no da Eletoacre, observa-se que a folga derivada do fato do PMSO da ER ser maior que o real é reduzida pelas perdas e inadimplências reais. Mas em ambos os casos o fluxo de caixa líquido é positivo, ainda que R\$ 15 milhões menor que os R\$ 82 milhões previsto na Ceron e R\$ 6 milhões menor que os R\$ 21 milhões previstos na Eletoacre.

No caso da Manaus, apesar do PMSO real ser 81% maior que o da ER e do valor elevado das perdas não repassadas às tarifas, o fluxo de caixa líquido de 136 milhões é substancial, ainda que represente 50% do que deveria ser.

No caso da Boa Vista, a situação é bem mais grave. É a única empresa onde a remuneração dos acionistas (EBITDA) é negativa e o fluxo de caixa líquido é o mais negativo, apesar de ser a menor empresa, tanto em termos de faturamento, quanto de consumidores.

Quanto à inadimplência, o critério usado é bastante restritivo, mas é o mesmo utilizado nas revisões tarifárias de todas as concessionárias (0,5% da receita do ano anterior).

Quanto às perdas, todas as empresas apresentaram um Plano de Redução de Perdas elaborado com o apoio da Eletróbrás. Por essa razão, a Aneel elevou os percentuais de perdas inicialmente repassados às tarifas. Porém, em nenhum caso as perdas totais foram repassadas às tarifas.

Os planos apresentados prevêm metas ambiciosas:

Perdas em Relação à Energia Requerida

(%)	CEAL	CEPISA	CERON	EACRE	MESA	BOVESA
1. Perdas Atuais	27,8	38,9	34,4	30,8	29,9	22,2
2. Meta de Perdas p/ 2009	23,5	25,4	24,4	21,7	21,5	18,6
3. Redução no Período (1- 2)	4,3	13,5	10,0	9,1	8,4	3,6

As perdas que o regulador considerará na "Parcela A" em 2006 poderão ser menores dos que as previstas nos planos, exceto no caso da Ceal, onde o regulador já se comprometeu com as metas do plano. Para as demais empresas é fundamental começar a interagir com o regulador com antecedência, mostrando os resultados da implementação dos planos, as dificuldades encontradas, etc, de forma a que as perdas sejam adequadamente repassadas às tarifas.

Em alguns casos, entretanto, os critérios utilizados pela Aneel prejudicaram as empresas. Os mais importantes são os tratamentos do Luz para Todos e das usinas UTE Floresta e UHE Balbina.

A Aneel não levou em consideração os investimentos do "Luz para Todos" na revisão tarifária de 2005 devido ao seu impacto elevado, especialmente na Cepisa, e transferiu a responsabilidade para a solução da questão para o Grupo de Trabalho formado por representantes do MME e da ANEEL, encarregado de identificar e propor ações a serem implementadas para minimizar eventuais impactos tarifários.

O Prazo de conclusão dos trabalhos do referido GT era 24/08/2005 e não há notícias de suas conclusões. A Eletrobrás deve se empenhar para que essa questão seja devidamente equacionada no reajuste de 2006. Caso o Governo Federal não encontre meios de compensar o ônus financeiro imposto às empresas, estas poderão requerer uma revisão tarifária extraordinária.

A Aneel não considerou os investimentos da UTE Floresta na base de remuneração da Boa Vista, sob a alegação de que atualmente ele contrata energia da Eletronorte, proveniente da Venezuela através da LT Guri. A UTE Floresta permanece como reserva fria.

A base de remuneração aprovada pela Aneel para a Manaus considerou apenas 66% do valor da UHE Balbina, porque o valor novo de reposição (4.457,57 R\$/kW) foi considerado elevado em relação aos parâmetros de custos utilizados pela ANEEL. Adotou-se como referência o custo de instalação de Irapé (360 MW), atualizado pelo IGPM (R\$ 2.951,08/kW).

Quatro empresas tiveram diferimento de parte da receita requerida calculada na revisão tarifária: Ceal, Cepisa, Boa Vista e Eletroacre. Entretanto, o valor do diferimento que consta das NTs da Aneel em todos os casos é menor do que a diferença entre a receita requerida integral e a receita requerida com diferimento, como se vê abaixo.

	CEAL	CEPISA	BOA VISTA	ELETROACRE	TOTAL
1. RECEITA REQUERIDA LÍQUIDA INTEGRAL	480.433.806	433.352.737	96.350.852	139.825.878	2.472.856.984
2. RECEITA REQUERIDA LÍQ. C/DIFERIMENTO	465.580.167	398.730.939	92.291.628	132.192.576	2.411.689.021
3. DIFERIMENTO	14.853.639	34.621.797	4.059.224	7.633.303	61.167.964
4. DIFERIMENTO MOSTRADO NAS NTCs	10.773.005	24.998.555	2.932.138	5.527.975	44.231.674
5. DIFERENÇA	4.080.634	9.623.243	1.127.086	2.105.328	16.936.290

A Eletrobrás e as empresas com diferimento devem acompanhar atentamente o processo de reajuste anual de 2006 para certificar-se de que os diferimentos serão compensados corretamente.

A Cepisa foi à única empresa para a qual a Aneel arbitrou uma base de remuneração provisória. Eletrobrás deverá acompanhar os trabalhos de avaliação dos ativos da Cepisa para certificar-se que a empresa cumprirá o prazo acordado com o regulador. Isto evitará que a Aneel arbitre uma base definitiva por ocasião do reajuste da Cepisa em 2006 (agosto).

Por essas razões é importante que a Eletrobrás acompanhe os reajustes tarifários das EFDs em 2006 com o mesmo empenho do acompanhamento das revisões tarifárias de 2005, tendo em vista a relevância dos assuntos pendentes com o regulador.

2) REESTRUTURAÇÃO SOCIETÁRIA CEAM-MESA

2.a) Identificação

Operação societária para integrar as atividades de distribuição das empresas Manaus Energia S.A. e Companhia Energética do Amazonas – CEAM.

2.b) Descrição

O Estado do Amazonas tem seu fornecimento de energia elétrica efetuado por duas concessionárias: a Manaus Energia S.A. que atende a capital e algumas localidades adjacentes, onde se situa um significativo e concentrado parque industrial, envolvendo um contingente populacional de cerca de 1,6 milhão de habitantes, correspondendo a 86% do mercado de energia elétrica do Estado, e a Companhia Energética do Amazonas S.A. – Ceam, atendendo o interior, com baixa densidade demográfica, e com cerca de 1,5 milhão de habitantes.

A Ceam teve seu controle assumido pela Eletrobrás (96,97% de seu capital social) em Abril de 2000, enquanto que a Manaus é uma sociedade de capital fechado constituída em Dezembro de 1997 a partir de cisão da Eletronorte da qual é subsidiária integral. Ambos os processos visavam a posterior privatização daquelas empresas, sob a égide do Programa Nacional de Desestatização - PND, o que, com o passar do tempo, não se concretizou.

Nesse contexto de incertezas que então se estabeleceu, a Ceam não assinou seu contrato de concessão com a Aneel e, também, o quadro de pessoal da Manaus não se consolidou, hoje dependendo de mão de obra terceirizada e, por isso mesmo, com sérias questões trabalhistas.

Cabe assinalar ainda que a força de trabalho e os custos operacionais da Manaus são cerca 80% superiores aos custos reconhecidos pela Aneel e com direito a serem remunerados na tarifa. Também a Ceam, embora não tenha passado pelo processo de revisão tarifária, apresenta custos operacionais elevados, cerca de 60% maiores do que os que se estimam prováveis de serem reconhecidos por aquela agência reguladora.

Agravados pela situação de indefinição institucional, ambas as empresas fazem frente ainda a sérios problemas estruturais, já que são dependentes de fontes de suprimento energético de alto custo e, no caso da Ceam, tem a responsabilidade de suprir pequenas localidades isoladas, de difícil acesso e sem escala. Oneradas por elevados e crescentes níveis de inadimplência, perdas, e endividamento, elas vêm enfrentando contínuas dificuldades financeiras, requerendo, dessa forma, esforços urgentes em prol de sua recuperação.

Uma das importantes e possíveis medidas a serem tomadas refere-se a uma reestruturação societária capaz de aproveitar possíveis ganhos de escala, integrando atividades de ambas as empresas. O convívio destas duas empresas atendendo partes separadas do mesmo Estado implica em uma série de duplicidades (contabilidade, informática, estoques, etc.), que se procurou inicialmente reduzir pela unificação de sua governança (Diretoria e Conselhos). Desde a época em que o Sistema Eletrobrás assumiu o controle dessas concessionárias que a lógica natural da integração de diversas atividades vem sugerindo o exame de sua integração. As principais motivações que orientaram nesse sentido são:

- a) Promover a redução de custos com o aproveitamento das sinergias e com a racionalização das atividades;
- b) Implementar uma solução de caráter mais permanente para o quadro empresarial dessas duas empresas;

- c) Permitir o repasse para o interior do Estado de ganhos que possam vir a ser obtidos com a atividade de fornecimento à Capital;
Viabilizar o equilíbrio econômico-financeiro da concessionária estadual resultante;
- d) Afetar positivamente as expectativas dos acionistas da Eletrobrás, aumentando seu valor de mercado.

2.c) Resultados Obtidos

O Grupo Executivo da Dimensão Institucional do Comitê do Acompanhamento da Gestão das Empresas Federais de Distribuição – COAGE ficou encarregado de coordenar os trabalhos de implementação da referida reestruturação societária. Para isso, foram criados subgrupos responsáveis pelas seguintes atividades: questões legais; avaliação e transferência patrimonial e contábil e financeiro-orçamentário; estrutura organizacional, normas e procedimentos; pessoal; instalação, bens, equipamentos e informática; tarifas e comercialização.

Em paralelo, foi contratada consultoria especializada para analisar os aspectos envolvidos e formular o modelo para a concretização da operação societária.

Considerando os estudos do Grupo Executivo e os dos consultores contratados chegou-se a conclusão de que a melhor solução é a incorporação da CEAM pela Manaus, tendo em vista ainda a sua posterior cisão com a transferência da geração de Manaus para a Eletronorte, quando da integração dessa região ao Sistema Nacional Interligado - SIN.

Os principais argumentos que conduziram à proposição da integração das áreas de distribuição dessas duas empresas foram:

- a) a obtenção de ganhos decorrentes das sinergias entre elas e dos ganhos de escala; com a racionalização de suas atividades e com a redução de seus custos;
- b) facilitar a gestão do fluxo de caixa das mesmas, permitindo que eventuais ganhos na capital possam ser transferidos para cobrir os custos do abastecimento do interior (mecanismo de transferência de renda que está implícito no modelo regulador e que opera na maioria das concessionárias de distribuição de energia elétrica do país, principalmente naquelas que atendem a regiões mais carentes);
- c) ganhos financeiros ligados à recuperação de créditos oriundos do ICMS pago pela geração do interior do Estado (da atual Ceam) na compra de óleo combustível contra pagamentos de ICMS associados à venda de energia elétrica pela empresa integrada no mercado total do Estado; naturalmente, isso só será possível depois que a substituição do óleo combustível pelo gás natural na geração de Manaus¹ gerar espaço para essa compensação;
- d) ganhos referentes à redução do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro, CSSL, que deveriam passar a ter que ser pagos pela Manaus, quando essa começasse a ter resultados positivos isoladamente, o que deveria acontecer a partir de 2008 (apesar do fluxo de caixa manter-se negativo por longo período até 2012) no cenário mais provável estudado.

Entretanto, para a efetivação da operação societária descrita anteriormente, é necessário que sejam equacionadas condicionantes legais e regulatórias, em particular, concluir-se as etapas necessárias para a inclusão da Ceam no Programa Nacional de Desestatização (PND).

¹ Supôs-se a chegada do gás natural a Manaus acontecendo em 2007 ou em 2008. Note-se que a substituição do óleo pelo gás é essencial para a redução dos subsídios recebidos da Conta de Consumo de Combustíveis CCC, assim como pela redução dos pagamentos de ICMS pelo combustível da geração de Manaus, permitindo sua compensação integral com o ICMS cobrado dos consumidores na venda final de energia elétrica.

3) ACOMPANHAMENTO DO PLANO DE GESTÃO (EFD)

Descrição

Coordenação do monitoramento dos resultados gerenciais alcançados pelas empresas, bem como da realização das ações constantes dos seus Planos de Ação, fundamentais para o atendimento das metas estipuladas para cada indicador de desempenho empresarial. O acompanhamento da realização dos Planos de Ação das empresas é uma atividade de monitoramento contínuo. São também acompanhados os valores dos recursos relacionados ao custeio e/ou investimento dos projetos.

Indicadores de Performance

O Plano de Gestão elaborado e aprovado no âmbito do COAGE para as empresas possui um conjunto de metas de atendimento dos indicadores abrangendo as diversas áreas empresariais:

Financeira – PMSO, Solvência, Rentabilidade, Capital de Giro, Geração de Fundos e Inadimplência;

Mercado – Indicadores de Qualidade do Atendimento e de Produtividade: Perdas de Energia, DEC, FEC, TMA, Consumo Médio total, dentre outros.

Recursos Humanos – Desempenho de pessoal, capacitação profissional, Políticas de Segurança e Salarial, Gestão do conhecimento e a Inovação.

Engenharia – Eficiência Energética, Universalização dos Serviços, Equipamentos.

Plano de Ação

O Plano de Gestão contempla, além da evolução do desempenho de indicadores, a definição de um Plano Estratégico para cada empresa. Alinhado com os objetivos estratégicos empresariais estabelecidos no âmbito do COAGE, visando a solução de problemas estruturais e conjunturais, o Plano de Ação é traçado. Assim, um conjunto de ações é definido, objetivando encaminhar positivamente o desempenho dos indicadores. Cada ação do Plano de Ação é diretamente associada a um dos indicadores, o que possibilita, efetivamente, não só a busca pela melhora em seu desempenho, mas também o acompanhamento do impacto sobre os resultados da empresa.

Avaliação dos Resultados

Os resultados são avaliados mensalmente através do acompanhamento dos Demonstrativos do exercício, bem como através do risco de não atendimento às metas empresariais estipuladas e aprovadas para cada indicador de desempenho.

5.2 Departamento de Desenvolvimento Tecnológico e Industrial - DPT

ALAGOAS EÓLICA – Convênio com o Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento – LACTEC/PR

OBJETIVO:

“Elaboração do Atlas Eólico e a Disseminação da Tecnologia Eólica no Estado de Alagoas”.

METAS:

Assinatura do Convênio;
Pagamento da 1ª parcela.

ATIVIDADES REALIZADAS:

Ambas as metas foram atingidas.

ALAGOAS SOLAR – Convênio com a Universidade Federal de Pernambuco – UFPE e a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Federal de Pernambuco – FADE.

OBJETIVO:

“Elaboração do Atlas Solarimétrico Preliminar e Disseminação da Tecnologia Solar no Estado de Alagoas”.

METAS:

Assinatura do Convênio;
Pagamento da 1ª parcela.

ATIVIDADES REALIZADAS:

Ambas as metas foram atingidas.

PROTOCOLO CNI / IEL – Convênio com o Centro de Pesquisas de Energia Elétrica – CEPEL, a Confederação Nacional da Indústria – CNI e o Instituto Euvaldo Lodi – IEL, no âmbito do PROQUIP II.

OBJETIVO:

Promover a “Qualidade e Eficiência Energética de Transformadores de Distribuição”.

METAS:

Assinatura do Convênio;
Pagamento da 1ª parcela.

DESVIO OCORRIDO:

As metas não foram atingidas devido ao atraso na assinatura por parte da CNI e do IEL.

TECNOLOGIA POWER LINE COMMUNICATIONS – PLC – PROJETO OPERA 2 – Protocolo de Intenções com a Associação de Empresas Proprietárias de Infra-estrutura e Sistemas Privados de Telecomunicações – APTEL, com o objetivo de possibilitar a comunicação de localidades não atendidas por recursos de comunicação através do uso do equipamento PLC. Projeto piloto sendo analisado para aplicação na localidade de Barreirinhas, MA.

OBJETIVO:

“Pesquisa e Desenvolvimento na Área de PLC”.

METAS:

Assinatura do Protocolo.

ATIVIDADES REALIZADAS:

A meta foi atingida.



PROJETO UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG – Convênio com a Universidade Federal de Campina Grande – UFCG e Fundação Parque Tecnológico da Paraíba – PaqTc-PB.**OBJETIVO:**

“Implantação do Laboratório de Isolamentos Elétricos do Departamento de Engenharia Elétrica da UFCG”.

METAS:

Assinatura do Convênio;
Pagamento da 1ª parcela.

ATIVIDADES REALIZADAS:

Ambas as metas foram atingidas.

PROJETO UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA – Convênio com a UFMA e a Fundação Sôsândrade de Apoio a Universidade Federal do Maranhão – FSADU.**OBJETIVO:**

“Criação do Instituto de Energia Elétrica da UFMA”.

METAS:

Assinatura do Convênio;
Pagamento da 1ª parcela;
Pagamento da 2ª parcela.

ATIVIDADES REALIZADAS:

A primeira e a segunda meta foram atingidas.

DESVIO OCORRIDO:

A terceira meta não foi atingida, pois a 2ª parcela não foi paga por atrasos na licitação.

ACORDO DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA ELETROBRÁS COM A FINEP PARA APOIO DOS PROJETOS DA REDE BRASIL TECNOLOGIA – 2005 DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA – MCT.**OBJETIVO:**

Articular a cooperação e a parceria das empresas do Grupo ELETROBRÁS com as Universidades, Centros de Pesquisa e a Indústria, para induzir a fabricação local dos bens requeridos para a manutenção e expansão do Setor Elétrico Brasileiro, promovendo o desenvolvimento tecnológico e o aumento da competitividade da Indústria Nacional, bem como a qualidade dos bens fornecidos, conforme diretrizes do Plano de Desenvolvimento Tecnológico e Industrial - PDTI.

METAS:

Assinar Acordo de Cooperação Financeira formalizando a colaboração técnica e financeira entre ELETROBRÁS e FINEP para apoio aos projetos aprovados na Chamada Pública Ação Transversal RBT 05/2005.

ATIVIDADES REALIZADAS:

O DPT coordenou os processos de negociação para elaboração dos termos do Acordo firmado entre as empresas formalizando o apoio técnico e financeiro da ELETROBRÁS aos projetos selecionados na Chamada Pública MCT/FINEP/Ação Transversal RBT 01-2005, visando o desenvolvimento de pesquisas e produtos aplicáveis ao setor elétrico e de interesse do Grupo ELETROBRÁS. O citado Acordo de Cooperação Financeira (ECE 145/2005) foi assinado pela FINEP e ELETROBRÁS em 03/11/2005.

A mencionada Chamada Pública visa envolver Universidades e Instituições de Pesquisa, em parceria com empresas brasileiras fornecedoras, grupo ou consórcio de empresas, no desenvolvimento de equipamentos e produtos que tenham a possibilidade de substituir competitivamente aqueles normalmente demandados e importados pelo setor elétrico.

O DPT participa da elaboração da Chamada Pública, indicando as demandas tecnológicas das empresas do Grupo, que darão origem às propostas de linhas de pesquisa; tem assento no Comitê Técnico que faz a avaliação de mérito das propostas e acompanha e avalia, junto com técnicos da FINEP, o desenvolvimento das propostas selecionadas. A ELETROBRÁS faz o acompanhamento financeiro dos seus recursos aplicados nestes projetos de pesquisa

Os projetos aprovados na Chamada Pública têm seu início previsto para o ano de 2006, e os aportes financeiros serão feitos pela ELETROBRÁS no decorrer dos anos de 2006 e 2007, conforme cronograma de desembolso constante nos respectivos convênios.

Os projetos aprovados no Edital do ano de 2005 e que serão acompanhados pelo DPT / FINEP são descritos a seguir:

NOME	ENTIDADE	ESCOPO RESUMIDO DO PROJETO
Sistema fotovoltaico autônomo para iluminação com LEDS	ASTEF / Universidade Federal do Ceará	Otimização visando redução de custo de sistemas fotovoltaicos com nacionalização de reatores eletrônicos para LEDS
Sistema de monitoramento remoto	AEBA / Fundação Universidade Federal do Rio Grande	Desenvolver processo de transmissão de dados obtidos de medição eólica em grandes distâncias
Desenvolvimento de um qualímetro de alta performance com wavelets e recuperação lock-in	CEFET-BA	Desenvolvimento de sistema computacional para supervisão e diagnóstico da qualidade de energia, utilizando técnicas modernas de processamento digital de sinais.
Sistema eólico para interligação à rede elétrica	ASTEF / Universidade Federal do Ceará	Desenvolvimento de processador de energia e de inversor com controle para interligação à rede elétrica de aerogeradores.
Sensores a fibra óptica para monitoração de hidrogeradores	FPLP/ PUC-RJ	Desenvolvimento de tecnologia nacional de sensores a fibra óptica para monitoração mecânica de hidrogeradores.

Projetos aprovados em 03/11/2005
Proj. 01/05/05

NOME	ENTIDADE	ESCOPO RESUMIDO DO PROJETO
Desenvolvimento de equipamentos hidráulicos para turbinas de hidrelétricas	FEESC / Univ. Federal de Santa Catarina	Desenvolvimento de bomba de engrenagens, sensor e válvula distribuidora para regulador de velocidade em geradores hidráulicos de 350 MVA.
Desenvolvimento dinâmico otimizado de sistemas fotovoltaicos conectados a redes de distribuição	FAURGS / Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Simulador de comportamento de um sistema fotovoltaico conectado à rede elétrica
Sistema analítico de dados de qualidade de energia	FUMSOFT - MG	Desenvolvimento de sistema em equipamento eletrônico de tecnologia digital para registro e análise de eventos transitórios na rede elétrica.
Robô para inspeção de linhas de transmissão	FUNCEFET - PR / Universidade Tecnológica Federal do Paraná	Desenvolvimento de robô para inspeção de linhas de transmissão
Controlador integrado para sistemas de geração híbrida solar e eólica	FUMSOFT - MG	Desenvolvimento de sistema automático de integração de fontes alternativas de geração para comunidades isoladas.
Medidor de corrente de fuga em pára-raios	FEESC / Univ. Federal de Santa Catarina	Desenvolvimento de equipamento nacional com tecnologia própria.
Desenvolvimento de transformadores ópticos de tensão para medição e proteção de sistemas de alta tensão	FUSP / Universidade de São Paulo	Desenvolvimento de transformadores ópticos de tensão aplicáveis aos sistemas de potência em níveis de alta tensão.
Desenvolvimento de um sistema de supervisão e diagnóstico da qualidade de energia por técnicas de processamento de sinais e inteligência artificial	FCR / Universidade Federal do Mato Grosso do Sul	Desenvolvimento de ferramenta computacional para diagnóstico de eventos ocorridos no sistema elétrico.

CECASE - Centro de Catalogação do Setor Elétrico – A ELETROBRÁS e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP, através da sua Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI, firmaram Acordo de Cooperação Técnica, para acesso, adesão e utilização do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG. Paralelamente, a SLTI/MP credenciou a ELETROBRÁS como Unidade Catalogadora Especializada em Serviços, Materiais e Equipamentos utilizados na Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica.

Como resultado do Acordo, foi implantado em 1º de agosto de 2005, o CECASE, coordenado pelo DPTL.

OBJETIVOS:

Atender aos pedidos de catalogação de todas as unidades administrativas no âmbito do Governo Federal, quanto a cadastramento de materiais e equipamentos contidos nas classes 59 e 61 do Catálogo do Federal Supply Classification.

[Handwritten signature and stamp]

METAS:

Atender aos pedidos em até 48 horas, conforme Acordo de Cooperação Técnica.

ATIVIDADES REALIZADAS:

Atendidos 850 pedidos em 2005.

PLANPUR – PLANO PLURIANUAL DE DEMANDA DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS**OBJETIVOS:**

Processo de execução e revisão periódica do relatório PLANO PLURIANUAL de DEMANDA de EQUIPAMENTOS e MATERIAIS, promovendo sua divulgação junto ao segmento industrial e associações de classe com interesse nesta área, visando prioritariamente sua capacitação tecnológica e fabril para o atendimento às necessidades de fornecimento de bens aos empreendimentos para expansão e melhorias do Sistema Elétrico Brasileiro.

METAS:

Divulgação anual dos seguintes relatórios:

- Volume 1 – Usinas Hidrelétricas;
- Volume 2 – Usinas Térmicas;
- Volume 3 – Linhas de Transmissão;
- Volume 4 – Subestações.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS:

Coleta de dados de equipamentos e materiais previstos para serem utilizados nos novos empreendimentos;

Divulgação dos volumes anteriormente mencionados para as indústrias de base, relativos ao ano de 2005.

PROCAD – Projeto de Cadastro de Fornecedores**OBJETIVOS:**

Facilitar o intercâmbio de ações e informações, através da utilização de critérios e de metodologias uniformes para as atividades de Cadastramento, abrangendo as informações dos perfis social, administrativo, econômico e técnico dos fornecedores, principalmente dos seus desempenhos nos fornecimentos às Empresas do Grupo ELETROBRÁS;

Simplificar os procedimentos adotados nos processos de Habilitação de Fornecedores, facilitando os processos de licitação e contratação.

METAS:

Possibilitar a constituição de um cadastro uniforme no Setor Elétrico através da implantação da padronização de critérios técnicos e comerciais para cadastramento de fornecedores nacionais e estrangeiros de materiais e serviços, permitindo o efetivo intercâmbio de ações e informações entre as empresas, de forma a contribuir para o fortalecimento do poder de compra do Grupo ELETROBRÁS;

Contribuir para a constituição de um cadastro uniforme no Setor e para a implantação do banco de dados, via Internet, para a otimização dos Sistemas Gerenciais da Logística do Suprimento.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS:

Revisão do Manual do PROCAD, onde foi uniformizado o procedimento de cadastro do Setor Elétrico;

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS:

Alimentação com informações referentes à: necessidade/oferta de materiais e equipamentos e as transações decorrentes (alienação, doação, permuta e empréstimos) entre as empresas do Grupo.

AQUISIÇÃO ESPECIAL

OBJETIVO

Permitir de forma consolidada, o planejamento e a programação das compras das empresas do Grupo.

METAS

Implantar a elaboração da relação total dos materiais que serão adquiridos através de programa específico de investimento, cujo processo de aquisição será acompanhado pelo Grupo Aquisição Especial;

Elaborar programa de acompanhamento anual e/ou plurianual, que permita às empresas do Grupo um melhor planejamento de suas compras, possibilitando assim, uma programação setorial ordenada das aquisições de bens junto aos fornecedores, no sentido de racionalização dos custos de aquisição;

Manter atualizados instrumentos legais de interesse das empresas do Grupo para as seguintes áreas:

- Documento padrão para licitação com recursos nacionais;
- Normas Gerais de Licitação e Contratação de Serviços;
- Manual de Acordo de Participação.



ATIVIDADES REALIZADAS

Treinamentos Realizados para as Empresas do Grupo Eletróbrás:

- 1º Curso – COMENTÁRIOS, TEORIA E PRÁTICA DA LEI 8666/93, REALIZADO EM DUAS TURMAS:
 - 1ª turma, dias 17, 18 e 19 de Agosto de 2005, em Brasília;
 - 2ª turma, dias 31/08, 01 e 02 de Setembro de 2005 - Local Centro de Treinamento da ELETRONORTE – Brasília.
- 2º Curso – PREGÃO PRESENCIAL E CAPACITAÇÃO DE PREGOEIRO;
 - Realizado em única turma, nos dias 22 e 23 de Setembro de 2005 - Local Centro de Treinamento da ELETRONORTE – Brasília.
- 3º Curso – AS DIFICULDADES ENCONTRADAS PELOS ÓRGÃOS DE COMPRA NA OPERACIONALIZAÇÃO DE SEUS PROCESSOS LICITATÓRIOS, realizado em 3 turmas:
 - 1ª turma, dia 14 de Outubro, em Recife, atendendo aos funcionários da CHESF, CEAL e da CEPISA;
 - 2ª turma, dia 21 de Outubro de 2005, em Florianópolis, atendendo aos funcionários da ELETROSUL, CGTEE e de ITAIPÚ, e;
 - 3ª Turma, dia 18 de Novembro de 2005, no Rio de Janeiro, atendendo aos Funcionários de FURNAS, ELETRÓBRÁS, CEPTEL e ELETRONUCLEAR.

PROJETO NBR 19000- ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DA QUALIDADE BASEADOS NAS NORMAS DA FAMÍLIA NBR ISO 9000 PARA OS FORNECEDORES DE PRODUTOS

OBJETIVO:

Melhorar a qualidade dos bens e serviços utilizados pelas Empresas, com a conseqüente redução de custos e adequação no atendimento aos prazos de entrega.

METAS:

Conclusão das atividades relacionadas à revisão do Projeto;
Lançamento oficial da 2ª edição do Projeto NBR 19000;
Desenvolvimento e implantação de um novo Sistema de Informações.

ATIVIDADES REALIZADAS:

Término da revisão dos 16 documentos que regiam o Projeto;
Publicação no Diário Oficial da União de Aviso para os fornecedores sobre o lançamento da 2ª edição do Projeto;

Realização de evento de lançamento no CEPEL com a presença de fornecedores e associações de classe;

Desenvolvimento de novo Sistema de Informações realizado. O sistema está na fase de migração de dados do sistema antigo para o atual, porém ainda não está disponível para utilização dos usuários das empresas do grupo.

DESVIO OCORRIDO:

O processo de contratação da empresa responsável pelo desenvolvimento do Sistema de Informações foi longo devido à realização de três processos de carta-convite, além disso, ocorreram problemas administrativos e o sistema que estava previsto para ficar pronto em maio de 2005 só foi entregue em setembro. Como a área de Informática apresenta uma demanda muito grande de atividades somente agora a mesma encontra-se à disposição do nosso sistema para finalização da migração de dados.

CERTIFICAÇÃO "ISO 9001 – SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE"

OBJETIVO:

Obter por parte de uma certificadora credenciada pelo INMETRO, a certificação da DPTQ com base na norma NBR ISO 9001 – Sistema de gestão da qualidade.

METAS:

Implantação da norma NBR ISO 9001, incluindo a capacitação da equipe, a elaboração dos documentos necessários e a primeira auditoria interna.

ATIVIDADES REALIZADAS:

Ações de implantação da norma, incluindo os treinamentos necessários, a elaboração do manual da qualidade e de 30 documentos oficiais do sistema.

A auditoria interna não foi realizada no final do ano como previsto, tendo sofrido um atraso.

DESVIOS OCORRIDOS:

O trabalho de implantação envolve várias etapas de trabalho conjunto, o que acabou por ser prejudicado devido ao envolvimento dos técnicos com o lançamento do Projeto NBR 19000. Além disso, o técnico responsável pela atividade desligou-se da empresa para ir trabalhar na PETROBRÁS, o que impactou negativamente nas atividades de implantação.

NORMAS TÉCNICAS DE SISTEMAS DE GESTÃO

OBJETIVO:

Acompanhar e buscar a inserção dos interesses da ELETROBRÁS nas discussões das séries de normas de sistemas de gestão da qualidade, ambiental e de responsabilidade social.

METAS:

Renovação do Convênio ELETROBRÁS/ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas/CB-25 (Qualidade);

Consolidação do nome da ELETROBRÁS como ativa participante da normalização nacional e internacional de sistemas de gestão.

ATIVIDADES REALIZADAS:

Elaboração e assinatura do Convênio ABNT/CB-25, visando à viabilização do Plano Setorial de Normalização do setor;

Participação na delegação brasileira para a 23ª Reunião do ISO - *International Organization for Standardization / TC 176 – Quality Management and Quality Assurance*, ocorrida em outubro de 2005, na cidade do Panamá – Panamá;

Participação na elaboração de normas nacionais e análise de documentos internacionais para sistemas de gestão da qualidade; ambiental e de responsabilidade social.

NORMAS TÉCNICAS SETORIAIS (ENERGIA ELÉTRICA)

OBJETIVO:

Assegurar que as demandas específicas de normalização da ELETROBRÁS sejam atendidas.

METAS:

Criação de grupo na ABNT para elaboração de normas voltadas à energia eólica;

ATIVIDADES REALIZADAS:

Criação da Comissão de Estudos – CE (Turbinas para Geração Eólica) no ABNT / CB-3 (Eletricidade), cuja secretaria está sob responsabilidade da ELETROBRÁS;

CONSOLIDAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DA ELETROBRÁS JUNTO AO INMETRO

OBJETIVO:

Atuar e representar o setor de energia elétrica nos diversos fóruns do INMETRO.

METAS:

Viabilização da documentação técnica necessária à aprovação de modelo pelo INMETRO do Sistema de medição desenvolvido pelo CEPEL, para permitir a comercialização do mesmo.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS:

Criação no INMETRO do GT – Regulamentação Técnica do Sistema de Medição Centralizada que elaborou o regulamento técnico metrológico do sistema de medição centralizada de energia ativa de conexão direta.

PARTICIPAÇÃO NO MBC – MOVIMENTO BRASIL COMPETITIVO

OBJETIVO:

Integrar a ELETROBRÁS nas ações do MBC, instituição que tem como missão expressivamente para a melhoria da qualidade, competitividade e produtividade das organizações públicas e privadas.



METAS:

Conclusão do *position paper* do Comitê do Setor Público, do qual a ELETROBRÁS é membro integrante.

ATIVIDADES REALIZADAS:

Conclusão do documento, que apresenta alguns projetos e ações para o setor público, visando proporcionar a melhoria da qualidade, da produtividade e competitividade do mesmo.

5.3 Departamento de Desenvolvimento de Projetos Especiais - DPE

O DPE desenvolve seis programas setoriais no âmbito do PROCEL, abrangendo as áreas de administração pública municipal, prédios públicos com ênfase nos federais, iluminação pública, indústria, saneamento ambiental e edificações. O planejamento das ações se encontra nos planos de ação de cada programa que se realizam através de convênios, contratos e protocolos, para cada um destes instrumentos jurídicos são explicitadas as metas quantitativas e qualitativas. Como gerenciamos mais de 60 convênios e 40 contratos, assim escolhemos para simplificar como indicadores para este relatório os referidos convênios e contratos, explicitando os resultados de forma consolidada.

A área de administração pública é foco do **PROCEL GEM**.

O PROCEL GEM – Núcleo de Gestão Energética Municipal, atua com o intuito de colaborar com o administrador público municipal na gestão e uso eficiente de energia elétrica nos centros consumidores pertencentes à Prefeitura, bem como na identificação de oportunidades de economia e geração de energia, tendo em vista a redução dos desperdícios e dos gastos respectivos, obtendo, em consequência, maiores recursos para serem utilizados em setores considerados prioritários para a comunidade.

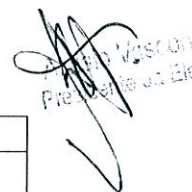
As ações de capacitação do PROCEL GEM têm como públicos-alvos principais técnicos municipais ligados à área de energia elétrica e os Prefeitos e Secretários. Além destes, há os técnicos de concessionárias de energia elétrica, empresas de serviços de conservação de energia – ESCOs, consultores e especialistas em assuntos relacionados à energia elétrica, que podem atuar como multiplicadores das metodologias e dos conceitos de GEM.

Indicadores de gestão:

INDICADOR	PREVISÃO 2005	REALIZAÇÃO 2005
Acompanhamento de Convênios para implementação das ações nas prefeituras	2	2
Celebração de Novos Contratos para implementação das ações nas prefeituras	3	2
Celebração de Novos Convênios para implementação das ações nas prefeituras	2	1
Celebração de Novos Protocolos de Cooperação Técnica	2	2
Municípios atendidos *	100	1007

A realização inclui 845 municípios da RCE (20 novos), 138 municípios participantes dos treinamentos em parceria com a USAID, 22 municípios do Projeto Comunidades na BA e 2 Planos de Gestão de Energia Municipal - PLAMGEs elaborados.

Por meio dos projetos implementados, foi possível atingir os seguintes resultados:



INDICADOR	RESULTADO
PLAMGEs Elaborados *	51
Potencial de Redução de Consumo (MWh/ano) *	2.955,00
Treinamentos realizados**	4
Pessoas treinadas**	389

* - A realização inclui 2 PLAMGEs elaborados diretamente pela Eletrobrás e 49 elaborados pela RCE. Já o potencial de redução se refere somente aos 2 PLAMGEs da Eletrobrás.

** - O resultado se refere a 1 treinamento do Projeto Comunidades e 3 treinamentos em parceria com a USAID não previstos no Plano de Trabalho.

A área de prédios públicos é o foco do **PROCEL EPP**

As ações de eficiência energética em prédios públicos foram iniciadas em 1997 pela ELETROBRÁS/PROCEL visando reduzir o desperdício de energia nos níveis federal, estadual e municipal. Atualmente o PROCEL EPP (Programa de Eficiência Energética em Prédios Públicos) tem por objetivo implantar projetos-piloto com potencial de reaplicação em larga escala, implementar ações de sensibilização, capacitação, divulgação, projetos-demonstração e realizar parcerias com outros setores.

Indicadores de gestão:

INDICADOR	PREVISÃO 2005	REALIZAÇÃO 2005
Acompanhamento de convênios para implementação das ações	30	30
Acompanhamento de convênios para implementação de laboratórios de instalação predial	3	3
Celebração de Novos Convênios para implementação das ações	9	9

Por meio dos projetos implementados, foi possível atingir os seguintes resultados em 2005:

INDICADOR	RESULTADO
Unidades Consumidoras atendidas	35
Redução de Consumo (Mwh/ano)	4.756,74
Redução de Demanda (kW)	998,59

Auditoria Interna ELETROBRÁS

A área de iluminação pública é foco do **PROCEL RELUZ**

O PROCEL RELUZ busca realizar um significativo potencial de melhoria da eficiência energética nos sistemas de iluminação pública, e de modo a ampliar os benefícios de economia de energia e recursos e melhor qualidade de vida noturna a toda população urbana. Além de estar diretamente ligada à segurança pública no tráfego, a iluminação pública embeleza as áreas urbanas, destaca e valoriza monumentos, prédios, paisagens e áreas de lazer e orienta percursos.

Este programa prevê a disponibilização de investimentos da ordem de R\$ 2 bilhões por parte da ELETROBRÁS para tornar eficientes 5 milhões de pontos de iluminação pública e instalar 1 milhão de novos pontos no País até 2010.

O financiamento do RELUZ conta com recursos da Reserva Global de Reversão - RGR. A Lei nº 10.438, de 26.04.2002, prorrogou a utilização da RGR pela ELETROBRÁS até o final de 2010.

Indicadores de gestão:

INDICADOR	PREVISÃO 2005	REALIZAÇÃO 2005
Acompanhamento de Contratos de implementação dos projetos	35	22
Celebração de Novos Contratos	18	4

Por meio dos projetos implementados, foi possível atingir os seguintes resultados:

INDICADOR	RESULTADO
Municípios beneficiados	197
Pontos de IP eficientizados	392.937
Redução de Consumo (Mwh/ano)	62.170,55
Redução de Demanda (kW)	15.510,55

O setor industrial é foco do PROCEL INDÚSTRIA

Este programa tem como objetivos desenvolver e implementar atividades que venham reduzir o desperdício de energia no setor industrial por meio de convênios com entidades representativas, quais sejam, Confederação Nacional das Indústrias – CNI e suas Federações, Instituições de Ensino, Associações e outras, além de promover ações de eficiência energética junto à empresas de micro e pequeno porte através de convênios com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE.

Indicadores de gestão:

INDICADOR	PREVISÃO 2005	REALIZAÇÃO 2005
Acompanhamento dos Convênios com Federação das Indústrias	11	11
Acompanhamento dos Convênios com as Instituições de Ensino para implementação de laboratório	12	12
Celebração de novos convênios com as Federações das Indústrias	7	2
Celebração de Protocolo de Cooperação Técnica	2	1
Inauguração de laboratório	2	1

Por meio dos projetos implementados, foi possível atingir os seguintes resultados em 2005:

INDICADOR	RESULTADO
Multiplicadores estaduais	40
Técnicos das Indústrias	876
Indústrias de médio e grande porte que aderiram ao Programa	100

O setor de saneamento ambiental industrial é foco do **PROCEL SANEAR**

Este programa tem como objetivos principais: Promover ações que visem ao uso eficiente de energia elétrica e água em sistemas de saneamento ambiental, incluindo os consumidores; Incentivar o uso eficiente dos recursos hídricos, como estratégia de prevenção à escassez de água destinada à geração hidroelétrica; Contribuir para a universalização dos serviços de saneamento ambiental, com menores custos para a sociedade.

Indicadores de gestão:

INDICADOR	PREVISÃO 2005	REALIZAÇÃO 2005
Acompanhamento dos Convênios com Companhias de Água	12	12
Acompanhamento dos Convênios com as Instituições de Ensino para implementação de laboratório	05	05
Celebração de novo Protocolo de Cooperação Técnica	2	0

Por meio dos projetos implementados, foi possível atingir os seguintes resultados em 2005:

INDICADOR	RESULTADO
Seminários de sensibilização	4
Dirigentes de companhias prestadoras do serviço de saneamento ambiental sensibilizados	136
Curso de capacitação de técnicos	4
Técnicos de companhias prestadoras do serviço de saneamento ambiental treinados	242

Nota: Este programa já atingiu 23 estados da federação

A área de edificações é foco do **PROCEL EDIFICA**

Objetivos deste Programa são: Implementar o plano de Ação de edificações, com vistas à divulgação e ao estímulo à aplicação dos conceitos de eficiência energética em edificações; Viabilizar a implementação da Lei 10.295 - Lei de Eficiência Energética, de 17/10/2001, no que concerne a edificações; Contribuir com a expansão do setor habitacional do país de forma a reduzir os custos operacionais na construção e utilização dos imóveis.

Indicadores de gestão:

INDICADOR	PREVISÃO 2005	REALIZAÇÃO 2005
Acompanhamento dos Convênios para implementação do Plano de Ação	5	5
Acompanhamento dos Convênios com as Instituições de Ensino para implementação de laboratório	13	13
Inauguração dos laboratórios de eficiência energética e conforto ambiental	4	2
Celebração de novos convênios com as Instituições de Ensino para implementação de laboratório	4	2
Edição de caderno de boas práticas em diversos setores	5	2
Celebração de novo Protocolo cooperação técnica	2	1
Cursos de aquecimento solar para setor hoteleiro	0	2

Metas e Previsão orçamentária

O Departamento utiliza duas fontes de recursos: recursos ordinários da Eletrobrás e os recursos da RGR, utilizados unicamente pelo PROCEL RELUZ.

Fonte de Recursos	PREVISÃO 2005 (R\$ milhões)	REALIZAÇÃO 2005 (R\$ milhões)
Ordinários da Eletrobrás	25,5	21,06
Reserva Global de Reversão	85	46,5

5.4 Departamento de Planejamento e Estudos de Conservação de Energia – DPS

Programa PROCEL

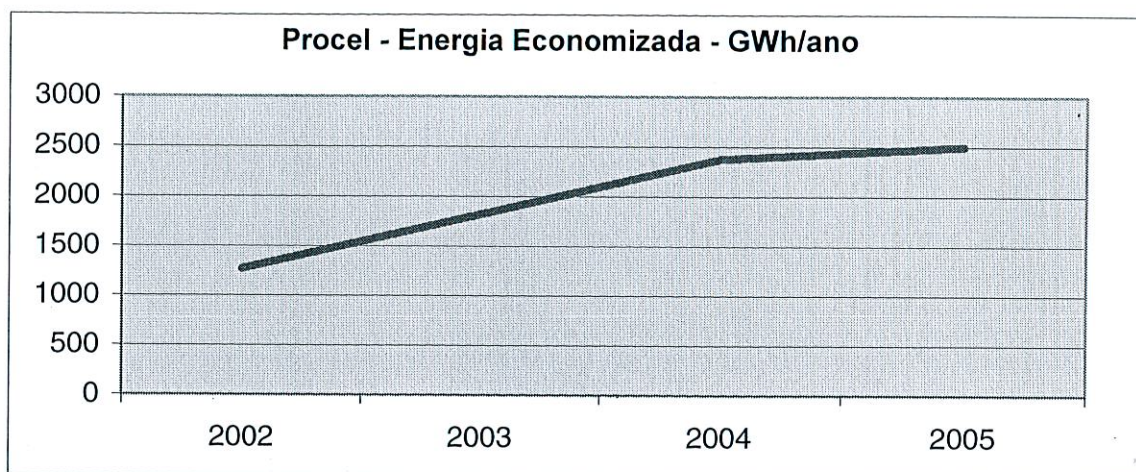
O Programa Nacional de Conservação de Energia – PROCEL, originalmente instituído pela Portaria Interministerial nº 1877, de 30 de dezembro de 1985 e posteriormente mantido por Decreto de 18 de julho de 1991 é o programa do governo federal, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia - MME, destinado a promover o uso eficiente da energia elétrica no país e o combate ao seu desperdício.

A ELETROBRÁS, na função de Secretaria Executiva do PROCEL, é a responsável pelo planejamento e execução das ações do Programa, fornecendo o suporte técnico e financeiro para seu funcionamento.

Alberto Vitorino
Presidente do Departamento

Os benefícios gerados pelo Programa podem ser contabilizados tanto pela economia de energia quanto pelos investimentos evitados na expansão do setor, que se revertem em benefícios para a sociedade.

Em 2005, o PROCEL, com investimentos de aproximadamente R\$ 96 milhões incluindo recursos próprios da Eletrobrás, da RGR e do Global Environment Facility -GEF desenvolveu projetos que contribuíram para uma economia de energia estimada em cerca de 2.500 Gwh. Estes resultados podem ser comparados ao consumo de energia elétrica de 1,5 milhão de residências no período de um ano, representando um investimento evitado para o setor elétrico em torno de R\$ 2 bilhões que podem ser alocados para programas governamentais prioritários na área social. O gráfico a seguir mostra a economia de energia estimada no período de 2002 a 2005.



Projeto de Eficiência Energética – PEE Brasil

O Projeto de Eficiência Energética (PEE) envolve recursos de US\$ 11,9 milhões e está sendo financiado pelo Global Environment Facility – GEF por intermédio do Banco Mundial e apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. Este projeto despendeu recursos em 2005 de aproximadamente US\$ 5,1 milhões, para o desenvolvimento das seguintes ações: Capacitação Laboratorial.

- Aquisição do Goniofotômetro e de equipamentos auxiliares para ensaios em luminárias, lâmpadas e reatores para o Laboratório de Iluminação do CEPEL;
- Implantação do Simulador Solar para o GREEN Solar/PUC-MG;
- Implantação das Câmaras Climáticas no Laboratório de Refrigeração do CEPEL;
- Aquisição de equipamentos para ensaios de bombas centrífugas na UNIFEI;
- Aquisição de equipamentos para testes e ensaios em sistemas de iluminação no LACTEC/PR;
- Capacitação de cinco Laboratórios (iluminação, refrigeração, ventiladores de teto, motores elétricos e condicionadores de ar) no complexo do LABELO/PUC-RS.

Implantação do Centro Brasileiro de Informação em Eficiência Energética e do portal de Internet PROCEL-Info.

Disseminação de Informação de Eficiência Energética e Treinamento, incluindo distribuição de livros, guias e casos de sucesso.

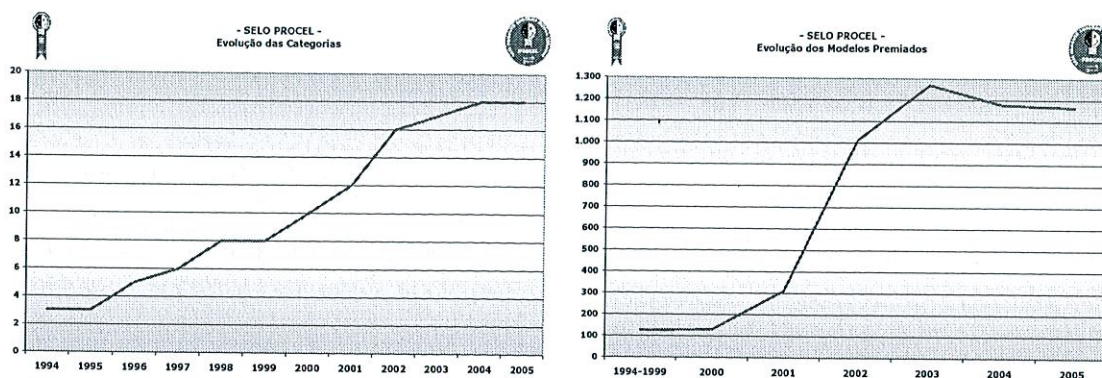
Avaliação do Mercado de Eficiência Energética nos setores público, residencial, comercial e industrial atendidos em baixa e alta tensão.

Presidente da Eletrobrás

Elaboração e acompanhamento do Plano de Marketing do PROCEL.

Selo PROCEL

Instituído em 1993, o Selo PROCEL de Economia de Energia destina-se a destacar anualmente, para o consumidor, os eletrodomésticos e equipamentos mais eficientes em suas categorias. A concessão do selo é fruto do trabalho conjunto da ELETROBRÁS/PROCEL com o Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE) do Inmetro. Os gráficos a seguir mostram, respectivamente, a evolução das categorias e modelos premiados no período de 1994-2005.



Em 2005, o Selo PROCEL foi concedido a 1.165 modelos, distribuídos em 18 categorias de equipamentos e eletrodomésticos. Destaca-se ainda que nesse ano foi concedida a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE para bombas centrífugas até 25 cv e para máquinas de lavar roupa.

PROCEL Educação

O Programa PROCEL nas Escolas, atuando em escolas de níveis fundamental e médio e em universidades, atingiu cerca de 2 milhões de alunos, por meio do programa de educação ambiental "A Natureza da Paisagem – Energia", desenvolvido para atender o ensino básico, e da disciplina "Conservação de Energia", desenvolvida para o nível superior.

Para chegar a esses resultados, o PROCEL realizou seis cursos, envolvendo 200 profissionais de dez concessionárias, que por sua vez, capacitaram 2.200 professores abrangendo um total de 1.500 escolas, além de 12 universidades.

Desde a sua criação em 1995, o PROCEL nas Escolas já treinou cerca de 15 milhões de alunos, bem como capacitou 122.000 professores.

PROCEL Marketing

O PROCEL Marketing desenvolveu em 2005 as seguintes ações:

- Apoio ao I Workshop do Selo PROCEL;
- Edição 2005 do Prêmio Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia, com 118 Inscrições nas categorias: Indústria, Imprensa, Micro, Pequenas e Médias Empresas, Edificações, Empresas do Setor Energético, Órgãos e Empresas da Administração Pública;

Interação com o público por meio do site do PROCEL, do serviço “Fale Conosco” e do serviço 0800;

- Veiculação do Boletim do PROCEL (coordenação da pauta junto à área de Comunicação);
- Prêmio Jovem Cientista – Edição 2005 - Tema: “Sangue - Fluido da vida”;
- Trabalho de divulgação da marca junto à Escola de Samba Mangueira;
- Cine Eletrobrás – exibição de filmes ao ar-livre, em cidades onde não existem salas de cinema;
- CNT – Programa Popularidade – programa voltado para a defesa do consumidor, exibido de 2ª a 6ª feira às 10h30, no canal CNT (projeto finalizado);
- Elaboração do Plano de Marketing do PROCEL (BIRD);
- Produção e veiculação de campanha publicitária – realizada com recursos do Banco Mundial - composta por três comerciais de 30 “, nas principais emissoras de TV”;
- Atendimento a 2915 consultas - Fale Conosco – site PROCEL (jan/nov-05);
- Contabilização de 200 mil visitas ao site em 2005;
- 31 eventos (Seminários, feiras, congressos, lançamento de material técnico e marketing esportivo);
- Produção de material para divulgação do PROCEL.

Principais Investimentos Realizados em Eficiência Energética 2005 – DPS

Subprogramas		Investimentos (R\$)	Fonte de Recursos
PEE-Brasil	Avaliação de Mercado	2,8 milhões	GEF
	Capacitação Laboratorial	7,6 milhões	
	Disseminação de Informação e Treinamento	1,7 milhão	
	PROCEL-Info	0,7 milhão	
	Total		
PROCEL Educação		1,3 milhão	Eletrobrás
PROCEL Marketing	ECV-0E73-05- F.R. Marinho.	3,1 milhão	Eletrobrás
	ECP-0E73-5- ELIMAR		
	ECP-0E73-4- C. D.C.JESUS		
	RES-0E73-4- INNER		
	ECP-0E73-4- S.I.BARROCA		
	ECP-0E73-5- A.D.C.M.A.		
	ECP-0E73-5- Eventos ao Luar		
	ECP-0E73-5- PLURAL N.P.M		
ECP-0E73-5- I.I.R.B			
Outros		0,2 milhão	Eletrobrás
Total		17,4 milhões	

Handwritten signature and stamp:
 13/10/2005
 Fís. 011
 ELETROBRÁS

Ressalta-se que os pagamentos efetivados totalizaram 15,6 milhões de reais, sendo que a diferença com o empenhado se deve a atrasos nas diversas fases dos projetos por parte das executoras.

5.5 Departamento de Assuntos Internacionais - DPI

Visando ampliar e consolidar sua atuação no setor energético internacional, a Eletrobrás participou juntamente com o Ministério das Relações Exteriores (MRE) e em apoio ao Ministério das Minas e Energia (MME) em diversas negociações internacionais, com destaque para as que culminaram com a assinatura do Compromisso de Puerto Iguazú, entre Brasil e Argentina, com o objetivo de fomentar a integração energética entre os dois países, e do Memorando de Entendimento sobre uma integração elétrica de grande porte entre o Brasil e a Venezuela. Ainda em conjunto com o MME e o MRE, participou das negociações com argentinos e paraguaios com o objetivo de efetuar mudanças nos parâmetros do Acordo Tripartite de Itaipu, visando proporcionar maior flexibilidade operacional àquela usina. Ainda com o objetivo de projetar-se no cenário internacional, a empresa vem prospectando negócios na África, em particular no sul desse continente, em parceria com outras empresas brasileiras, visando à implantação de aproveitamentos hidroelétricos naquela região.

Além das atividades acima citadas, a empresa participou de duas rodadas de negociação junto à Iniciativa de Integração da Infra-estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) e das reuniões no Itamaraty sobre a liberação do comércio de serviços no âmbito da OMC, ALCA, MERCOSUL e MERCOSUL-EU, visando resguardar os interesses do setor elétrico nacional.

Na busca de novos parceiros internacionais no setor elétrico, a Eletrobrás deu continuidade às negociações com o grupo chinês *China International Trust and Investment Corporation (CITIC)*, visando a construção da UTE de Candiota II, Fase C, e a revitalização do parque térmico de Manaus. Tem mantido entendimentos para acordos de parceria e cooperação com empresas estrangeiras, européias e asiáticas, para atuação no país e no exterior. A empresa também recebeu a visita de 20 delegações estrangeiras, oriundas da China (12 delegações), Coreia, Noruega, Suécia, Finlândia, El Salvador, Tailândia e África do Sul.

Coordenou e apoiou diversos eventos internacionais com destaque para:

- V CIERTEC - Seminário Internacional sobre Gestão de Perdas, Eficiência Energética e Proteção da Receita no Setor Elétrico, com o apoio local da CEAL – Companhia Energética de Alagoas, de 29 a 31 de agosto, em Maceió;
- EIEE - Encontro Internacional de Energia Eólica, com o apoio local da COSERN – Companhia Energética do Rio Grande do Norte, de 21 a 23 de setembro, em Natal.

Brasília, de abril de 2006


ALQISIO MARCOS VASCONCELOS NOVAIS
Presidente



QUADRO DEMONSTRATIVO REFERENTE AO ANO DE 2005				
Mês de referência	Valor da folha de pagto participantes	Valor total das contribuições pagas pelos empregados participantes	Valor total das contribuições pagas pela patrocinadora	Valor total de outros recursos repassados pela patrocinadora (*)
JANEIRO	4.478.923,12	577.105,12	577.105,12	127.300,37
FEVEREIRO	4.191.467,47	518.654,37	518.654,37	126.982,95
MARÇO	4.051.046,04	489.530,25	489.530,25	126.784,70
ABRIL	4.087.471,20	496.482,92	496.482,92	126.971,85
MAIO	4.107.383,63	484.436,57	484.436,57	126.649,61
JUNHO	4.445.286,88	607.913,07	607.913,07	125.755,20
JULHO	4.525.245,67	562.085,62	562.085,62	144.115,13
AGOSTO	4.386.554,74	536.765,20	536.765,20	145.041,70
SETEMBRO	4.349.452,27	527.757,49	527.757,49	142.390,42
OUTUBRO	4.367.246,00	531.778,46	531.778,46	142.100,90
NOVEMBRO	4.400.031,61	540.231,52	540.231,52	113.062,49
DEZEMBRO	4.545.140,28	569.115,63	569.115,63	114.171,49
13 SALÁRIO	4.703.058,65	595.123,61	595.123,61	0,00
TOTALIZADORES	56.638.307,56	7.036.979,83	7.036.979,83	1.561.326,81

(*) valor referente ao seguro de vida em grupo, parte da patrocinadora.



Demonstrações Contábeis

Centrais Elétricas Brasileiras S.A. ELETROBRÁS

*31 de dezembro de 2005 e de 2004
com parecer dos Auditores Independentes*

*Alcides Resconcelos
Presidente da Eletrobrás*

*João Vicente Amato Torres
Contador: CRC-RJ-057991/O-S-DF*

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRÁS
Companhia Aberta

**ÍNDICE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004**

	<u>Página</u>
- Parecer dos Auditores Independentes	I a V
- Balanço Patrimonial – Ativo	1
- Balanço Patrimonial – Passivo	2
- Demonstração do Resultado do Exercício	3
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	4
- Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos	5
- Demonstração do Fluxo de Caixa	6 e 7
- Demonstração do Valor Adicionado	8
- Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	
- Nota 1 – Contexto Operacional	9 e 10
- Nota 2 – Concessões do Serviço Público	11
- Nota 3 – Principais Práticas Contábeis	12 a 16
- Nota 4 – Procedimentos de Consolidação	17 a 20
- Nota 5 – Apresentação das Demonstrações Contábeis	21 e 22
- Nota 6 – Disponibilidade	23
- Nota 7 – Consumidores e Revendedores	24
- Nota 8 – Financiamento e Empréstimos Concedidos	25
- Nota 9 – Remuneração dos Investimentos	26
- Nota 10 – Títulos e Valores Mobiliários	27 e 28
- Nota 11 – Créditos Renegociados	29 a 31
- Nota 12 – Créditos Tributários	32
- Nota 13 – Ativo Regulatório	33 e 34
- Nota 14 – Estudos e Projetos	35
- Nota 15 – Adiantamento para Participações Societárias	36
- Nota 16 – Investimentos	37 a 39
- Nota 17 – Imobilizado	40
- Nota 18 – Seguros	41
- Nota 19 – Financiamentos e Empréstimos Obtidos	42
- Nota 20 – Fornecedores	43
- Nota 21 – Empréstimos Compulsório	43
- Nota 22 – Tributos e Contribuições Sociais	44 a 46
- Nota 23 – Remuneração aos Acionistas	47
- Nota 24 – Créditos do Tesouro Nacional	48
- Nota 25 – Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios	49
- Nota 26 – Previdência Complementar	50 e 51
- Nota 27 – Venda Antecipada de Energia	52
- Nota 28 – Contingências	53 a 58
- Nota 29 – Descomissionamento de Usinas Nucleares	59

[Assinatura]
João Vicente Amato-Torres
Presidente da Eletrobrás

[Assinatura]
João Vicente Amato-Torres
Contador: CRC-RJ - 057991/O-3-DF

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRÁS
Companhia Aberta

**ÍNDICE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004**

	Página
- Nota 30 – Patrimônio Líquido	60 a 62
- Nota 31 – Leilão de Energia	63
- Nota 32 – Receitas Operacionais – Participações Societárias	64
- Nota 33 – Reversão de Provisão para PASEP e COFINS	65
- Nota 34 – Provisões Operacionais	65
- Nota 35 – Participação dos Empregados e Administradores	65
- Nota 36 – Remuneração de Empregados e Dirigentes	66
- Nota 37 – Segmentos de Negócios	66
- Nota 38 – Instrumentos Financeiros e Gestão de Risco	67 e 68
- Nota 39 – Gestão de Recursos Federais	69 e 70
- Nota 40 – Evento Subseqüente	71 e 72
- Anexos às Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	
- Anexo I – Consumidores e Revendedores	73
- Anexo II – Financiamentos e Empréstimos	74
- Anexo III – Investimentos em Empresas Consolidadas	75
- Anexo IV – Ativo Imobilizado	76
- Anexo V – Financiamentos e Empréstimos a Pagar	77
- Anexo VI – Demonstração do Resultado por Segmento	78
- Anexo VII – Resumo das Demonstrações Contábeis das Controladas	79
- Anexo VIII – Índice das Demonstrações Contábeis	80 e 81

[Signature]
Roberto Vasconcelos
Presidente da Eletrobrás

[Signature]
João Vicente Amato Torres
Contador - CRC-RJ - 057991/O-S-DF



BDO Trevisan



PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos administradores e acionistas
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS

- 1 Examinamos o balanço patrimonial da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS - controladora e consolidado, levantado em 31 de dezembro de 2005 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (controladora) e das origens e aplicações de recursos, correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis. Conforme mencionado na nota 16, em 31 de dezembro de 2005 os investimentos em determinadas empresas controladas foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial com base nas demonstrações contábeis examinadas por outros auditores independentes e, nosso relatório, no que se refere aos valores desses investimentos e da receita de equivalência patrimonial por eles produzida, nos montantes de R\$ 19.102.075 mil e R\$ 851.735 mil, respectivamente, está baseado exclusivamente nos relatórios desses auditores.
- 2 Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
- 3 Em nossa opinião, com base em nossos exames e nos pareceres emitidos por outros auditores independentes, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás em 31 de dezembro de 2005, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
- 4 As demonstrações complementares, compreendidas pelas demonstrações do fluxo de caixa e do valor adicionado – controladora e consolidado – apresentadas com o propósito de permitir análises adicionais, embora não requeridas como parte integrante das demonstrações contábeis exigidas pela legislação societária brasileira, foram por nós examinadas de acordo com os procedimentos de auditoria descritos no parágrafo 2 e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas em todos os aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

João Vicente Amato Torres
Contador: CRC-RJ - 057991/O-S-DF

Aloisio Vastoncelos
Presidente da Eletrobrás



BDO Trevisan



PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos administradores e acionistas
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS

- 5 A Companhia visando a certificação junto a U.S. – Security and Exchange Commission - SEC, vem trabalhando no processo de melhorias de seus controles internos e de sua governança corporativa, para aderência à Lei Sarbanes Oxley (seção 404) e conseqüente redução da possibilidade de riscos e fraudes em seus negócios, em todos os níveis. Em 31 de dezembro de 2005, esse projeto encontrava-se em fase final de implantação, sendo que os testes para validação das melhorias estão previstos para meados do segundo semestre de 2006.
- 6 As demonstrações contábeis de FURNAS - Centrais Elétricas S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2005, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram parecer datado de 17 de fevereiro de 2006, contendo ênfases referentes aos seguintes fatos: a) contas a receber que a Companhia possui no montante de R\$ 294 milhões correspondente a transações de venda de energia realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (antigo MAE) no período de setembro de 2000 a setembro de 2002, cuja liquidação está suspensa em razão de liminares judiciais concedidas decorrentes de ações movidas por concessionárias de distribuição, estando a realização desses créditos sujeita ao desfecho favorável das ações; b) necessidade de destinação das reservas de lucros (artigos 196 e 199 da Lei 6.404/76), que em 31 de dezembro de 2005 encontram-se superiores ao capital social e c) ênfase semelhante ao parágrafo 5.
- 7 As demonstrações contábeis da ELETROSUL Centrais Elétricas S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2005, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram parecer datado de 24 de fevereiro de 2006, sem ressalvas, contendo ênfase sobre a revisão tarifária periódica (reposicionamento tarifário fixado em caráter provisório pela ANEEL), aplicado sobre a tarifa a partir de 01 de julho de 2005 e que está em processo de validação e homologação definitiva pela ANEEL, sendo que as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2005 não contemplam eventuais ajustes que poderão resultar do reposicionamento tarifário definitivo.

João Vicente Amato Torres
Contador: CRC-RJ - 057991/O-S-DF

Aloísio Vasconcelos
Presidente da ELETROBRÁS



BDO Trevisan



PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos administradores e acionistas
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS

- 8 As demonstrações contábeis da Eletrobrás Termonuclear S.A. - ELETRONUCLEAR, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2005, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram parecer datado de 17 de fevereiro de 2006, sem ressalvas, contendo ênfases referentes aos seguintes fatos: a) em 31 de dezembro de 2005 a companhia possuía R\$ 110.095 mil a receber de Furnas – Centrais Elétricas S.A., vinculados ao pagamento prévio pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE a Furnas e ainda sob o efeito de liminares judiciais movidas por empresas do setor para a suspensão do pagamento, sendo que a realização desse ativo está sujeita às decisões judiciais referentes a tais ações legais; b) após a apuração de prejuízos constantes nos exercícios anteriores, a Companhia, no exercício em curso, apurou um lucro líquido de R\$ 190.653 mil, decorrentes principalmente da variação cambial positiva sobre empréstimos em moeda estrangeira. O Decreto nº 5.287, de 26 de novembro de 2004 e a Portaria nº 320 do Ministério de Minas e Energia – MME, de 03 de dezembro de 2004, regulamentaram a comercialização de energia produzida pela Companhia, tendo estabelecido critérios de formação e de reversão anual da tarifa pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. A administração da companhia entende que esses instrumentos legais propiciam as condições necessárias para o alcance do equilíbrio econômico-financeiro, de forma a permitir a formação de recursos para possibilitar a obtenção de lucratividade; c) a administração da companhia tem realizado gestões com órgãos governamentais para que o projeto de Angra 3 seja incluído em seu programa de investimentos nos próximos exercícios, o que permitiria um incremento das operações e a recuperação dos recursos já aplicados e apresentados como imobilizado em curso, sendo que nas circunstâncias atuais, ainda não é praticável prever qualquer conclusão sobre a mencionada situação; e d) ênfase semelhante à descrita no parágrafo 5.
- 9 As demonstrações contábeis da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2005, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram parecer sem ressalvas, datado de 24 de fevereiro de 2006, contendo ênfases referentes aos seguintes fatos: a) a Empresa possui registrado no realizável a longo prazo o montante de R\$ 49.885 mil referente ao parcelamento de débitos com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, em análise pelo grupo de estudos constituído através da Portaria 110/03, que em face ao atual estágio das análises, a administração não reconheceu qualquer perda sobre os referidos créditos; e b) registro de valores a pagar no exigível a longo prazo no montante de R\$ 105.739 mil, referentes a transações de venda e compra de energia realizada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE ocorridas em exercícios anteriores. A Empresa, ao longo do ano 2002 e durante o primeiro semestre de 2003, ajustou os montantes referentes às transações de energia realizadas no âmbito da CCEE registrados no período de 1 de setembro de 2000 a 31 de dezembro de 2002. Esses valores podem estar sujeitos a modificação, dependendo de decisão de processos judiciais em andamento movidas pela CEEE e por empresas do setor, relativos, em sua maioria, à interpretação das regras do mercado em vigor para aquele período.

João Vicente Amato Torres
Contador: CRC-RJ - 057991/O-S-DF

Aloisio Vasconcelos
Presidente da Eletrobrás



BDO Trevisan



PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos administradores e acionistas
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS

- 10 As demonstrações contábeis da Centrais Elétricas de Rondônia S.A. - CERON, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2005, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram parecer sem ressalvas, datado de 2 de março de 2006, contendo ênfases referentes aos seguintes fatos: a) a Companhia vem sofrendo prejuízos ao longo dos anos. Assim, a Companhia para desenvolvimento e continuidade normal de suas operações vem implementando medidas visando à viabilidade econômico-financeira do empreendimento; e b) a Companhia é parte em diversas ações cíveis, trabalhistas e tributárias, cujo valor global importa em aproximadamente R\$ 466 milhões. Face às incertezas em relação às exigibilidades e Autos de Infração e, considerando o estágio atual dos recursos apresentados, suportados, ainda, por Parecer de seus Assessores Jurídicos, a Administração da Companhia optou por constituir provisão no montante de R\$ 30,5 milhões.
- 11 As demonstrações contábeis da CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2005, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram parecer sem ressalvas, datado de 13 de março de 2006, contendo ênfase referente ao fato que, de acordo com a decisão da 49ª Vara do Trabalho de São Paulo, a partir de setembro de 2005, a Fundação CESP passou a processar a folha de pagamento de beneficiários do plano de complementação de aposentadoria regido pela Lei 4.819, mediante recursos repassados pela Companhia, da forma realizada até dezembro de 2003. A Procuradoria Geral do Estado de São Paulo manifestou-se, inicialmente, no sentido de que o Governo do Estado é integralmente responsável pelos recursos para referidos pagamentos. Em janeiro de 2006 a Procuradoria Geral do Estado reviu sua posição e passou a entender que a responsabilidade do Governo do Estado se restringe aos limites estaduais constitucionais determinados para pagamento dos benefícios de aposentadoria. Desde então, o Governo do Estado passou a glosar parte dos recursos repassados à Companhia. A Administração da Companhia, amparada por seus assessores legais, entende que a responsabilidade pelos pagamentos dos benefícios relacionada ao assunto em questão é de responsabilidade do Governo do Estado, como consequência, nenhuma obrigação em relação a esse plano foi registrada.


João Vicente Amato Torres
Contador: CRC-RJ - 057991/O-S-DF


Aloisio Vasconcelos
Presidente da ELETROBRÁS



BDO Trevisan

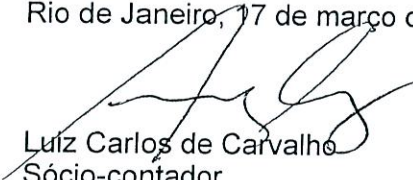


PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos administradores e acionistas
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS

- 12 As demonstrações contábeis da Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. - EMAE, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2005, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram parecer sem ressalvas, datado de 8 de março de 2006, contendo ênfase referente ao fato da empresa estar avaliando os impactos econômico-financeiros sobre seus negócios, resultantes das alterações introduzidas pelo novo modelo setorial e as recentes experiências com os leilões de energia. A avaliação da Administração da empresa é de que serão necessárias outras medidas, atualmente em discussão com o Poder Concedente, além das medidas já tomadas visando à redução de custos e ao aumento de receitas, para permitir rentabilidade a suas operações e a realização dos investimentos feitos em seu parque gerador. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis a empresas em regime normal de operações e não incluem quaisquer ajustes em relação a essas incertezas.
- 13 As demonstrações contábeis correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2004, cujos valores estão sendo apresentados para fins comparativos, foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram parecer datado de 18 de março de 2005, sem ressalvas, contendo ênfases semelhantes às descritas nos parágrafos 6 e 8.

Rio de Janeiro, 17 de março de 2006.


Luiz Carlos de Carvalho
Sócio-contador
CRC 1SP197193/O-6 "S" RJ
BDO Trevisan Auditores Independentes
CRC 2SP013439/O-5 "S" RJ


João Vicente Amato Torres
Contador: CRC-RJ - 057991/O-S-DF


A. Oisio Vasconcelos
Presidente da Eletrobrás

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A - ELETROBRÁS
BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004
(em milhares de Reais)

ATIVO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2005	2004	2005	2004
CIRCULANTE				
Disponibilidades	1.561.282	955.749	3.817.837	2.657.201
Consumidores e revendedores	1.313.494	1.106.026	4.070.809	3.832.584
Financiamentos e empréstimos - principal	2.119.261	2.236.892	838.036	751.070
Financiamentos e empréstimos - encargos	2.305.060	1.421.442	31.802	46.422
Conta de Consumo de Combustível - CCC	178.941	558.594	162.827	545.456
Remuneração dos investimentos	698.249	464.419	70.791	26.438
Títulos e valores mobiliários	237.010	225.600	237.349	410.119
Créditos renegociados	71.835	113.179	395.415	301.595
Créditos tributários	1.233.268	1.263.686	1.464.625	1.549.980
Direito de ressarcimento	270.139	141.778	270.139	141.778
Devedores diversos	2.066	5.832	392.603	252.410
Almoxarifado	2.506	426	449.565	423.555
Despesas pagas antecipadamente	-	-	56.274	90.281
Outros	243.303	564.086	553.206	875.377
	<u>10.236.414</u>	<u>9.057.709</u>	<u>12.811.278</u>	<u>11.904.266</u>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO				
Financiamentos e empréstimos - principal	32.174.985	35.049.098	13.521.118	14.269.004
Créditos renegociados	2.749.366	2.469.819	4.419.564	4.325.835
Títulos e valores mobiliários	1.249.788	1.402.118	1.253.557	1.484.503
Estoque de combustível nuclear	-	-	524.255	504.643
Estudos e projetos	292.334	300.568	308.015	336.835
Consumidores e revendedores	-	-	1.102.487	872.088
Créditos tributários	769.020	535.022	1.809.212	1.405.255
Cauções e depósitos vinculados	168.855	148.992	470.094	457.403
Conta de Consumo de Combustível - CCC	362.627	9.292	362.627	9.292
Outros	25.893	8.253	413.981	225.223
	<u>37.792.868</u>	<u>39.923.162</u>	<u>24.184.910</u>	<u>23.890.081</u>
Adiantamentos para participação societária	1.033.031	681.514	202.145	80.384
	<u>38.825.899</u>	<u>40.604.676</u>	<u>24.387.055</u>	<u>23.970.465</u>
PERMANENTE				
Investimentos	41.894.129	39.994.152	4.529.594	3.460.275
Imobilizado	89.653	87.401	78.674.385	79.720.081
Diferido	-	-	45.306	13.943
	<u>41.983.782</u>	<u>40.081.553</u>	<u>83.249.285</u>	<u>83.194.299</u>
TOTAL DO ATIVO	<u>91.046.095</u>	<u>89.743.938</u>	<u>120.447.618</u>	<u>119.069.030</u>

As notas explicativas e os anexos I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII são parte integrante das demonstrações contábeis.

João Vicente Amato Torres
Contador: CRC-RJ - 057991/O-5-DF

Atílio Vasconcelos
Presidente da Eletrobrás

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A - ELETROBRÁS
BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004
 (em milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2005	2004	2005	2004
CIRCULANTE				
Financiamentos e empréstimos - principal	182.057	1.492.154	1.565.224	2.524.220
Financiamentos e empréstimos - encargos	18.798	30.464	85.892	63.462
Empréstimo compulsório	166.274	142.058	166.274	142.058
Fornecedores	1.396.439	1.236.708	2.252.891	2.116.538
Tributos e contribuições sociais	1.069.444	1.115.605	1.608.142	1.673.879
Conta de Consumo de Combustível - CCC	143.044	570.478	143.044	570.478
Remuneração aos acionistas	472.572	398.204	503.976	425.293
Créditos do Tesouro Nacional	46.239	44.068	46.239	44.068
Obrigações estimadas	5.912	2.537	191.203	131.178
Venda antecipada de energia	-	-	31.380	28.963
Previdência complementar	26.439	25.942	366.968	416.541
Provisões para contingências	-	-	980.094	975.043
Remuneração e ressarcimento	-	-	356.615	362.943
Outros	156.875	129.025	745.355	651.046
	<u>3.684.093</u>	<u>5.187.243</u>	<u>9.043.297</u>	<u>10.125.710</u>
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO				
Financiamentos e empréstimos - principal	2.344.544	1.975.332	19.903.788	20.612.310
Créditos do Tesouro Nacional	499.157	974.052	499.157	974.052
Reserva Global de Reversão - RGR	5.724.538	5.060.049	5.724.538	5.060.049
Empréstimo compulsório	83.999	3.616.678	83.999	3.616.678
Tributos e contribuições sociais	1.194.030	1.963.333	3.203.061	3.644.301
Descomissionamento de usinas nucleares	-	-	347.786	346.056
Venda antecipada de energia	-	-	723.451	255.423
Conta de Consumo de Combustível - CCC	393.093	1.067	393.093	1.067
Provisões para contingências	1.345.616	1.022.170	2.169.992	1.695.547
Previdência complementar	2.827	17.996	1.920.625	2.229.831
Outros	59.308	52.209	471.739	389.811
	<u>11.647.112</u>	<u>14.682.886</u>	<u>35.441.229</u>	<u>38.825.125</u>
PARTICIPAÇÕES DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES	-	-	248.202	244.386
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social	24.235.829	20.785.196	24.235.829	20.785.196
Reservas de capital	25.907.304	23.418.859	25.907.304	23.418.859
Reservas de reavaliação	247.855	-	247.855	-
Reservas de lucros	22.362.625	21.597.549	22.362.625	21.597.549
Lucros acumulados	-	1.584.651	-	1.584.651
	<u>72.753.613</u>	<u>67.386.255</u>	<u>72.753.613</u>	<u>67.386.255</u>
Adiantamentos para futuro aumento de capital	2.961.277	2.487.554	2.961.277	2.487.554
	<u>75.714.890</u>	<u>69.873.809</u>	<u>75.714.890</u>	<u>69.873.809</u>
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>91.046.095</u>	<u>89.743.938</u>	<u>120.447.618</u>	<u>119.069.030</u>

As notas explicativas e os anexos I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRÁS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004
(em milhares de Reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2005	2004	2005	2004
RECEITAS OPERACIONAIS				
Venda e transmissão de energia elétrica	6.054.270	6.506.186	19.029.001	18.616.76
Subvenções - consumo de combustível	-	-	2.387.900	1.857.51
Acréscimo moratório sobre energia elétrica	18.203	44.604	326.556	325.86
(-) Encargos setoriais	-	-	(565.079)	(562.02)
(-) ICMS	-	-	(401.877)	(325.48)
Participações societárias	2.387.775	723.374	582.858	183.32
	<u>8.460.248</u>	<u>7.274.164</u>	<u>21.359.359</u>	<u>20.095.96</u>
DESPESAS OPERACIONAIS				
Pessoal	150.171	128.094	2.161.854	1.807.43
Material	2.970	2.744	220.870	177.96
Serviços	80.374	61.474	1.121.065	997.07
Energia comprada para revenda	6.047.449	6.441.912	4.598.705	4.891.00
Combustível para produção de energia elétrica	-	-	2.823.891	2.247.19
PASEP e COFINS	89.859	188.635	949.775	698.37
Reversão de provisão para PASEP e COFINS	-	(528.637)	-	(528.63)
Uso da rede elétrica	-	-	560.219	302.37
Encargos de capacidade emergencial	-	-	56.687	146.78
Depreciação e amortização	4.768	2.549	1.957.124	1.911.99
Provisões operacionais	1.130.449	453.067	1.366.676	1.258.89
Resultado a compensar de Itaipu	-	-	(790.412)	(733.55)
Doações e contribuições	129.777	110.981	177.003	147.40
Outras	106.338	78.309	883.337	654.61
	<u>7.742.155</u>	<u>6.939.128</u>	<u>16.086.794</u>	<u>13.978.93</u>
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	<u>718.093</u>	<u>335.036</u>	<u>5.272.565</u>	<u>6.117.03</u>
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS				
Receitas de juros, comissões e taxas	4.292.325	4.074.505	2.175.693	1.577.38
Encargos de dívidas	(650.511)	(730.399)	(1.931.883)	(1.684.83)
Encargos - remuneração aos acionistas	(1.570.686)	(1.146.240)	(1.570.686)	(1.146.24)
Remuneração e ressarcimento	-	-	(1.041.833)	(1.007.01)
Receita de aplicações financeiras	214.571	197.671	590.832	459.47
Atualizações monetárias líquidas	256.774	747.699	(841.285)	549.64
Atualizações cambiais líquidas	(2.454.976)	(1.655.957)	(1.651.231)	(2.853.43)
Outras receitas financeiras	176.960	184.223	782.548	727.96
RESULTADO FINANCEIRO	<u>264.457</u>	<u>1.671.502</u>	<u>(3.487.845)</u>	<u>(3.377.04)</u>
RESULTADO OPERACIONAL	<u>982.550</u>	<u>2.006.538</u>	<u>1.784.720</u>	<u>2.739.99</u>
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	<u>16.384</u>	<u>1.723</u>	<u>(60.685)</u>	<u>(22.50)</u>
RESULTADO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL, DO IMPOSTO DE RENDA, DAS PARTICIPAÇÕES DOS EMPREGADOS E ADMINISTRADORES E DA PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA	<u>998.934</u>	<u>2.008.261</u>	<u>1.724.035</u>	<u>2.717.48</u>
Contribuição social	(2.528)	(191.805)	(157.776)	(362.28)
Imposto de renda	(6.817)	(510.142)	(462.836)	(957.99)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES	<u>989.589</u>	<u>1.306.314</u>	<u>1.103.423</u>	<u>1.397.20</u>
Participação nos lucros	(15.000)	(13.000)	(133.059)	(97.57)
Participação minoritária	-	-	4.225	(6.31)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	<u>974.589</u>	<u>1.293.314</u>	<u>974.589</u>	<u>1.293.31</u>
LUCRO LÍQUIDO POR LOTE DE 1.000 AÇÕES	<u>R\$1,73</u>	<u>R\$2,41</u>	<u>R\$1,73</u>	<u>R\$2,4</u>

As notas explicativas e os anexos I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETRÔBRÁS

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004**
(em milhares de Reais)

	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E INTEGRALIZADO	RESERVAS DE LUCROS						ADIANTAMENTOS PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
		RESERVAS DE CAPITAL	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	LEGAL	ESTATUTÁRIAS	DIVIDENDOS NÃO DISTRIBUÍDOS	RETENÇÃO DE LUCROS			LUCROS ACUMULADOS
Em 31 de dezembro de 2003	20.785.196	23.418.859	-	1.482.183	13.706.954	4.660.639	59.150	1.584.651	2.140.100	67.837.732
Encargos financeiros	-	-	-	-	-	756.676	-	-	347.454	1.104.130
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	1.293.314	-	1.293.314
Destinação do resultado:										
Constituição de reservas	-	-	-	64.666	659.590	-	207.691	(931.947)	-	-
Remuneração aos acionistas	-	-	-	-	-	-	-	(361.367)	-	(361.367)
Em 31 de dezembro de 2004	20.785.196	23.418.859	-	1.546.849	14.366.544	5.417.315	266.841	1.584.651	2.487.554	69.873.809
Aumento de capital - A.G.E. de 28.04.2005										
Capitalização do empréstimo compulsório	1.053.630	2.488.445	-	-	-	-	-	-	-	3.542.075
Capitalização de reservas	2.397.003	-	-	(545.511)	-	-	(266.841)	(1.584.651)	-	-
Reavaliação - Coligadas	-	261.153	-	-	-	-	-	-	-	261.153
Encargos financeiros	-	-	-	-	-	1.031.658	-	-	473.723	1.505.381
Realização de reservas de reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	13.298	-	974.589
Lucro líquido do exercício	-	-	-	48.729	497.041	-	-	(545.770)	-	-
Destinação do resultado:										
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	-	-	(442.117)	-	(442.117)
Remuneração aos acionistas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2005	24.235.829	25.907.304	247.855	1.595.578	14.318.074	6.448.973	-	-	2.961.277	75.714.890

Antônio Vasconcelos
Presidente da Eletrôbras

João Vicente Amato Torres
Contador: CRC-RJ - 057991/O-S-DF



As notas explicativas e os anexos I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRÁS
DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004
 (em milhares de Reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2005	2004	2005	2004
ORIGENS				
Das operações - lucro líquido do exercício	974.589	1.293.314	974.589	1.293.314
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante líquido:				
Depreciação e amortização	4.768	2.549	1.957.124	1.911.996
Variações monetárias líquidas de longo prazo	1.448.956	162.631	812.193	(311.353)
Ajuste dos investimentos	(2.192.804)	(611.494)	(121.392)	(124.654)
Provisões de longo prazo	22.923	(607.393)	(108.780)	(126.271)
Participação minoritária no resultado	-	-	(4.225)	6.314
Encargos financeiros incidentes sobre o patrimônio líquido	1.505.381	1.104.130	1.505.380	1.104.130
Resultado a compensar de Itaipu	-	-	(790.412)	(733.552)
Outras	-	-	61.824	56.779
	<u>1.763.813</u>	<u>1.343.737</u>	<u>4.286.301</u>	<u>3.076.703</u>
De Acionistas	-	-	-	15.252
De Terceiros				
Financiamentos obtidos	883.040	110.868	2.187.978	1.308.744
Reserva Global de Reversão e Empréstimo Compulsório	730.363	682.643	730.363	682.643
Transferência do circulante para o exigível a longo prazo	40.762	507	394.626	340.349
Transferência do realizável a longo prazo para o circulante	2.406.783	2.730.145	2.943.320	2.603.408
Redução do ativo permanente	745.537	604.238	790.067	191.916
	<u>4.806.485</u>	<u>4.128.401</u>	<u>7.036.354</u>	<u>5.127.060</u>
TOTAL DAS ORIGENS	<u>6.570.298</u>	<u>5.472.138</u>	<u>11.322.655</u>	<u>8.219.015</u>
APLICAÇÕES				
Na aquisição de direitos e bens do imobilizado e em gastos diferidos	7.020	16.729	3.253.645	1.856.765
Em financiamentos e empréstimos concedidos	901.218	1.139.578	828.443	813.431
Em participação em empresas de energia elétrica	9.432	55.000	9.523	9.888
Em adiantamentos para participação societária	269.485	87.480	269.485	297.181
Transferência do exigível a longo prazo para o circulante	790.364	1.992.893	2.602.149	3.823.900
Remuneração aos acionistas	442.117	361.367	444.732	363.961
Transferência do circulante para o realizável a longo prazo	1.450.267	1.685.991	1.669.894	1.877.115
Outras	18.540	23.141	255.359	174.881
	<u>3.888.443</u>	<u>5.362.179</u>	<u>9.333.230</u>	<u>9.217.122</u>
Variação do capital circulante líquido	<u>2.681.855</u>	<u>109.959</u>	<u>1.989.425</u>	<u>(998.107)</u>
Demonstração da variação do capital circulante líquido:				
Ativo circulante:				
No início do exercício	9.057.709	9.126.685	11.904.266	12.181.194
No fim do exercício	10.236.414	9.057.709	12.811.278	11.904.266
Variação	<u>1.178.705</u>	<u>(68.976)</u>	<u>907.012</u>	<u>(276.928)</u>
Passivo circulante:				
No início do exercício	5.187.243	5.366.178	10.125.710	9.404.531
No fim do exercício	3.684.093	5.187.243	9.043.297	10.125.710
Variação	<u>(1.503.150)</u>	<u>(178.935)</u>	<u>(1.082.413)</u>	<u>721.179</u>
Variação do capital circulante líquido	<u>2.681.855</u>	<u>109.959</u>	<u>1.989.425</u>	<u>(998.107)</u>

As notas explicativas e os anexos I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII são parte integrante das demonstrações contábeis.

João Vicente Amato Torres
 Contador: CRC-RJ - 057991/O-S-DF

(Assinatura)
 Adilson de Aguiar
 Presidente da Eletrobrás

CENTAS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A - ELETROBRÁS

INFORMAÇÕES ADICIONAIS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004

(Em milhares de reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2005	2004	2005	2004
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro líquido do exercício	974.589	1.293.314	974.589	1.293.314
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com o caixa gerado pelas operações				
Depreciação e amortização	4.768	2.549	1.957.124	1.911.996
Variações monetárias líquidas de longo prazo	1.448.956	162.631	812.193	(311.353)
Resultado de participação societária	(2.192.804)	(611.494)	(121.392)	(124.654)
Provisões de longo prazo	22.923	(607.393)	(108.780)	(126.271)
Participação minoritária no resultado	-	-	(4.225)	6.314
Encargos financeiros incidentes sobre o patrimônio líquido	1.505.381	1.104.130	1.505.380	1.104.130
Resultado a compensar de Itaipu	-	-	(790.414)	(733.552)
Outras	-	-	61.826	56.779
Sub total	<u>1.763.813</u>	<u>1.343.737</u>	<u>4.286.301</u>	<u>3.076.703</u>
(Acréscimos) decréscimos nos ativos operacionais				
Consumidores e revendedores	(207.468)	409.293	(238.225)	459.788
Financiamentos e empréstimos - principal	117.631	93.804	(86.966)	89.113
Financiamentos e empréstimos - encargos	(883.618)	(596.606)	14.620	22.536
Conta de consumo de combustível - CCC	379.653	(129.798)	382.629	(101.967)
Remuneração dos investimentos	(233.830)	142.037	(44.353)	(27.530)
Títulos e valores mobiliários	(11.410)	(40.568)	172.770	(31.387)
Créditos renegociados	41.344	(15.711)	(93.820)	(61.963)
Créditos tributários	30.418	(2.342)	85.355	(111.581)
Direito de ressarcimento	(128.361)	61.006	(128.361)	61.006
Devedores diversos	3.766	(272)	(140.193)	81.617
Almoxarifado	(2.080)	546	(26.010)	150.936
Despesas pagas antecipadamente	-	-	34.007	(19.315)
Outros	320.783	(130.611)	322.171	(365.179)
	<u>(573.172)</u>	<u>(209.222)</u>	<u>253.624</u>	<u>146.074</u>
Acréscimos (decréscimos) nos passivos operacionais				
Financiamentos e empréstimos - principal	(1.310.097)	694.978	(958.996)	420.914
Financiamentos e empréstimos - encargos	(11.666)	(35.966)	22.430	(119.904)
Empréstimo compulsório	24.216	(170.634)	24.216	(170.634)
Fornecedores	159.731	(429.564)	136.353	(351.280)
Tributos e contribuições sociais	(46.161)	(91.789)	(65.737)	(8.279)
Conta de consumo de combustível - CCC	(427.434)	258.830	(427.434)	258.830
Remuneração aos acionistas	74.368	30.977	78.683	29.474
Créditos do Tesouro Nacional	2.171	(282.032)	2.171	(282.032)
Obrigações estimadas	3.375	689	60.025	46.102
Venda antecipada de energia	-	-	2.417	28.963
Previdência complementar	497	3.141	(49.573)	160.998
Provisões para contingências	-	-	5.051	670.029
Remuneração e ressarcimento	-	-	(6.328)	42.696
Outras	27.850	(157.565)	94.309	(4.698)
	<u>(1.503.150)</u>	<u>(178.935)</u>	<u>(1.082.413)</u>	<u>721.179</u>
Recursos provenientes das (aplicados nas) atividades operacionais	<u>(312.509)</u>	<u>955.580</u>	<u>3.457.512</u>	<u>3.943.956</u>

(CONTINUA)

João Vicente Amato Torres
Contador: CRC-RJ - 057991/O-S-DF

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A - ELETROBRÁS

INFORMAÇÕES ADICIONAIS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004

(Em milhares de reais)

(CONTINUAÇÃO)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2005	2004	2005	2004
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Recursos recebidos de acionistas e partes relacionadas	-	-	-	15.252
Empréstimos e financiamentos obtidos a longo prazo	883.040	110.868	2.187.978	1.308.744
Financiamentos obtidos de longo prazo transferidos para o circulante	(790.364)	(1.992.893)	(2.602.149)	(3.823.900)
Remuneração aos acionistas	(442.117)	(361.367)	(444.732)	(363.961)
Empréstimos e financiamentos concedidos - liberações	(901.218)	(1.139.578)	(828.443)	(813.431)
Empréstimos e financiamentos concedidos - recebimento	2.406.783	2.730.145	2.943.320	2.603.408
Refinanciamentos obtidos (transfer. do circul. para o exig. longo prazo)	40.762	507	384.626	340.349
Refinanciamentos concedidos (transfer. do circul. para realiz. longo prazo)	(1.450.267)	(1.685.991)	(1.669.894)	(1.877.115)
Empréstimo compulsório e RGR	730.363	682.643	730.363	682.643
Outros	(18.540)	(23.141)	(255.359)	(174.881)
Recursos provenientes das (aplicados nas) atividades de financiamento	458.442	(1.678.807)	445.710	(2.102.892)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Aquisição de ativo imobilizado	(7.020)	(16.729)	(3.253.645)	(1.856.765)
Investimentos	466.620	461.758	511.059	(115.153)
Recursos provenientes das (aplicados nas) atividades de investimento	459.600	445.029	(2.742.586)	(1.971.918)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	605.533	(278.198)	1.160.636	(130.854)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	955.749	1.233.947	2.657.201	2.788.055
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1.561.282	955.749	3.817.837	2.657.201
	605.533	(278.198)	1.160.636	(130.854)

João Vicente Amato Torres
Contador: CRC-RJ - 057991/O-S-DF

Aloísio Vasconcelos
Presidente da Eletróbrás

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004
(em milhares de Reais)

	2005			2004		
	CONTROLADORA	Distribuição %	CONSOLIDADO	CONTROLADORA	Distribuição %	CONSOLIDADO
1 - RECEITAS (DESPESAS)						
Venda de mercadorias, produtos e serviços	6.072.473	102,66%	21.743.457	6.550.790	110,75%	20.800.148
Provisão para devedores duvidosos	-	0,00%	-	-	0,00%	-
Não operacionais	16.384	0,28%	(60.685)	1.723	0,03%	(22.506)
	6.088.857	102,94%	21.682.772	6.552.513	110,78%	20.777.642
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS						
Materiais, serviços de terceiros e outros	(319.459)	-5,40%	(2.224.544)	(253.508)	-4,29%	(1.698.985)
Encargos setoriais	-	-	(565.079)	-	-	(562.021)
Energia comprada para revenda	(6.047.449)	-102,24%	(4.598.705)	(6.441.912)	-108,91%	(4.891.001)
Combustível para produção de energia elétrica	(6.366.908)	-107,64%	(2.823.891)	(6.695.420)	-113,19%	(2.247.198)
	(278.051)	-4,70%	11.470.553	(142.907)	-1,18%	11.378.437
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO						
4 - RETENÇÕES						
Provisões operacionais	(1.130.449)	-19,11%	(1.366.676)	(453.067)	-7,66%	(1.258.896)
Depreciação, amortização e exaustão	(4.768)	-0,08%	(1.957.124)	(2.549)	-0,04%	(1.911.996)
	(1.135.217)	-19,19%	(3.323.800)	(455.616)	-7,70%	(3.170.892)
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA						
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA						
Participações societárias	2.387.775	40,37%	582.858	723.374	12,23%	183.320
Receitas financeiras	4.940.630	83,53%	3.428.590	5.204.098	87,93%	3.314.466
	7.328.405	123,89%	4.011.448	5.927.472	100,21%	3.497.786
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR						
	5.915.137	100,00%	12.158.201	5.328.949	90,09%	11.705.331
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO						
PESSOAL						
Pessoal - encargos e honorários da Diretoria	132.053	2,23%	2.034.659	117.684	2,21%	1.680.236
Participação de empregados nos lucros	15.000	0,25%	133.059	13.000	0,24%	97.572
Plano de aposentadoria e pensão	18.118	0,31%	127.195	10.410	0,20%	127.195
	165.171	2,79%	2.294.913	141.094	2,65%	1.905.003
TRIBUTOS						
Impostos, taxas e contribuições	99.204	1,68%	1.972.264	361.945	6,79%	1.815.503
ENCARGOS FINANCEIROS E ALUGUEIS						
	4.676.173	79,05%	6.916.435	3.532.596	66,29%	6.691.511
ACIONISTAS						
Dividendos e juros sobre capital próprio	442.117	7,47%	442.117	361.367	6,78%	361.367
Participação de acionistas não controladores	-	0,00%	4.225	-	0,00%	(6.314)
Lucros retidos	532.472	9,00%	528.247	931.947	17,49%	938.261
	974.589	16,48%	974.589	1.293.314	24,27%	1.293.314
	5.915.137	100,00%	12.158.201	5.328.949	100,00%	11.705.331

Arcísio Vasconcelos
Presidente Eletrobrás



João Vicente Amato Torres
Contador: CRC-RJ - 057991/O-5-DF

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRÁS**Companhia Aberta****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004
(CONTROLADORA E CONSOLIDADAS)****NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL**

A ELETROBRÁS, empresa de capital aberto, com sede em Brasília (DF) – Setor Comercial Norte, Quadra 4, Bloco B – Pétala C, sala 203 – Asa Norte, com ações negociadas nas bolsas de valores de São Paulo – Brasil e Madri - Espanha, tem como objeto social realizar estudos, projetos, construção e operação de usinas geradoras de energia elétrica, de linhas de transmissão e distribuição de energia elétrica, bem como a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades. Tem como objeto, também, cooperar com o Ministério de Minas e Energia na formulação da política energética do País; conceder financiamentos, prestar garantias no País e no exterior, podendo, inclusive, adquirir debêntures de empresas que atuam no serviço público de energia elétrica e que estejam sob seu controle acionário; conceder financiamentos e prestar garantias, no País ou no exterior, em favor de entidades técnico-científicas de pesquisa; promover e apoiar a pesquisa de interesse do setor de energia elétrica, ligadas às atividades de geração, transmissão e distribuição, bem como realizar estudos de aproveitamento de bacias hidrográficas para fins múltiplos; contribuir na formação do pessoal técnico necessário ao setor elétrico brasileiro, bem como na preparação de operários qualificados, mediante cursos especializados, podendo, também, conceder auxílio aos estabelecimentos de ensino do País ou bolsas de estudo no exterior e firmar convênios com entidades que colaborem na formação de pessoal técnico especializado; colaborar, técnica e administrativamente, com as empresas das quais participa acionariamente e com órgãos do Ministério de Minas e Energia.

A Companhia é responsável pela gestão de recursos setoriais, representados pela Reserva Global de Reversão – RGR, pela Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, pela Utilização de Bem Público – UBP, e pela Conta de Consumo de Combustível – CCC, que financiam os programas do Governo Federal de Universalização de Acesso à Energia Elétrica – LUZ PARA TODOS, o Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – RELUZ, o Programa de Incentivos às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA, o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL e a aquisição de combustíveis fósseis utilizados nos sistemas isolados de geração de energia elétrica.

O PROINFA tem como objetivo implantar 3.300 MW de capacidade, promovendo a diversificação da matriz energética brasileira e a busca por soluções de cunho regional com a utilização de fontes renováveis de energia elétrica, mediante o aproveitamento econômico dos insumos disponíveis e das tecnologias aplicáveis, a partir do aumento da participação da energia elétrica produzida com base naquelas fontes, no Sistema Elétrico Interligado Nacional, sendo assegurada à ELETROBRÁS o direito à compra da energia a ser produzida e sua comercialização, pelo período de 20 anos.

A ELETROBRÁS é controladora das empresas Furnas Centrais Elétricas S.A. - FURNAS, Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE, Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF, ELETROSUL Centrais Elétricas S.A., Eletrobrás Termonuclear S.A. - ELETRONUCLEAR e da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE. A função básica dessas controladas é a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

A Companhia é controladora, também, da Light Participações S.A. - LIGHTPAR e, em regime de controle conjunto, da ITAIPU BINACIONAL, nos termos do Tratado Internacional firmado entre os Governos do Brasil e do Paraguai.

A Empresa é controladora indireta das empresas Manaus Energia S.A. e Boa Vista Energia S.A., controladas integrais da ELETRONORTE, que atuam na geração e distribuição de energia elétrica nos s do Amazonas e Roraima.

A ELETROBRÁS atua, também, como o agente responsável pela comercialização da energia elétrica gerada pela ITAIPU Binacional.

João Vicente Amato Torres
Contador: CRC-RJ - 057991/O-S-DF



Alosio Vasconcelos
Presidente da Eletrobrás

NOTA 2 – CONCESSÕES DO SERVIÇO PÚBLICO

As principais concessões, com capacidade instalada superior a 500 MW estão listadas a seguir:

	<u>RIO</u>	<u>CAPACIDADE EM MW</u>	<u>VENCIMENTO</u>
FURNAS:			
UHE Furnas	Grande	1.216	07/07/2015
UHE Estreito	Grande	1.050	07/07/2015
UHE Marimbondo	Grande	1.440	07/03/2017
UHE Itumbiara	Paranaíba	2.082	26/02/2020
UHE Serra da Mesa	Tocantins	1.275	07/05/2011
UTE Santa Cruz	-	766	07/07/2015
CHESF:			
UHE Complexo Paulo Afonso	São Francisco	3.879	02/10/2015
Luiz Gonzaga (Itaparica)	São Francisco	1.479	03/10/2015
Xingó	São Francisco	3.162	02/10/2015
Sobradinho	São Francisco	1.050	09/02/2022
ELETRONORTE:			
UHE Tucuruí	Tocantins	6.870	11/07/2024

A capacidade total instalada das usinas do Sistema ELETROBRÁS é de cerca de 37.000 MW e a geração de energia elétrica considera as seguintes premissas:

- a) existência de períodos, tanto ao longo do dia, como no horizonte anual, em que ocorrem maior ou menor demanda de energia no sistema para o qual a usina, ou sistema de geração, está dimensionado;
- b) existência, também, de períodos em que máquinas são retiradas da operação para a execução de manutenção, seja preventiva ou corretiva;
- c) disponibilidade hídrica do rio onde está localizada.

A produção de energia elétrica das usinas é função do Planejamento e Programação da Operação Eletroenergética, com horizontes e detalhamentos que vão desde o nível anual até os diários e horários, elaborados, atualmente, pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, que define o montante e a origem da geração necessária para o atendimento à demanda do País de forma otimizada, baseada na disponibilidade hídrica do Brasil e de máquinas em operação, bem como o custo da geração e a viabilidade de transmissão dessa energia através do sistema que interliga as diferentes regiões do País.

João Vicente Amato Torres
Contador: CRC-RJ - 057991/O-S-DF

João Vascóncelos
Presidente da Eletrobrás

A capacidade de transmissão do Sistema ELETROBRÁS está demonstrada a seguir:

	LINHAS - em KM	SUBESTAÇÕES
FURNAS	19.277	43
ELETRONORTE	9.779	53
CHESF	18.423	80
ELETROSUL	9.068	33
Outras	75	-
	<u>56.622</u>	<u>209</u>

NOTA 3 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Na elaboração das Demonstrações Contábeis da Controladora e Consolidadas foram adotadas as práticas contábeis descritas a seguir:

I - GERAIS

a) DISPONIBILIDADES

Estão demonstradas ao custo e são representadas substancialmente, por aplicações financeiras de curto prazo, acrescidas das remunerações obtidas até a data de encerramento das Demonstrações Contábeis e não excedem ao seu valor de mercado. As aplicações financeiras são mantidas junto ao Banco do Brasil S.A., nos termos da legislação específica para as Sociedades de Economia Mista sob controle federal, emanada do Decreto-lei nº 1.290, de 03 de dezembro de 1973, com as alterações decorrentes da Resolução nº 2.917, de 19 de dezembro de 2001, do Banco Central do Brasil, que estabeleceu novos mecanismos para as aplicações das empresas integrantes da Administração Federal Indireta;

b) CONSUMIDORES E REVENDEDORES

O saldo de consumidores e revendedores (Vide Anexo I) é composto por créditos provenientes do fornecimento e suprimento de energia elétrica, incluídos aqueles decorrentes de energia transacionada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, além do fornecimento e suprimento não faturado, até 31 de dezembro de 2005, registrado com base no regime de competência.

Inclui, também, os acréscimos moratórios em função de atrasos no pagamento por parte dos consumidores, concessionários e permissionários;

c) FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS

Os financiamentos e empréstimos concedidos (Vide Anexo II) e seus respectivos encargos apropriados até a data do Balanço estão atualizados segundo os índices contratuais de atualização monetária ou cambial;

Adriano Vasconcelos
Presidente da Eletrobrás

João Vicente Amato Torres
Contador: CRC-RJ - 057991/O-S-DF

d) PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

São constituídas provisões para créditos de liquidação duvidosa, em montante julgado suficiente pela administração da Companhia, para a cobertura de eventuais perdas na realização de contas e títulos a receber (Vide Notas 7, 8 e 11 e Anexos I e II às Notas Explicativas);

e) CONTA DE CONSUMO DE COMBUSTÍVEL - CCC

Nos termos da Lei nº 8.631, de 04 de março de 1993, a ELETROBRÁS administra os valores relativos aos recolhimentos efetuados pelos concessionários do serviço público de energia elétrica, para crédito na Conta de Consumo de Combustíveis - CCC, correspondentes às quotas anuais dos dispêndios com combustíveis para geração de energia elétrica. Os valores registrados no ativo circulante, em contrapartida ao passivo circulante, correspondem às disponibilidades de recursos (conta bancária vinculada) e às quotas não quitadas pelos concessionários;

f) INVESTIMENTOS

As participações societárias em controladas (Vide Anexo III), bem como os demais investimentos em coligadas com participação acionária igual ou superior a 20% do capital total das companhias investidas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial, nos termos da legislação societária e da Instrução CVM 247/96. A contrapartida do ajuste decorrente dessa avaliação está computada no resultado do exercício. Os demais investimentos estão avaliados ao custo de aquisição (Vide Nota 16);

g) FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS A PAGAR

Os financiamentos e empréstimos obtidos e os correspondentes encargos apropriados até a data do Balanço, estão atualizados pelos índices contratuais e demonstrados no Anexo V;

h) RESERVA GLOBAL DE REVERSÃO - RGR

Os saques feitos pela ELETROBRÁS junto à RGR (Vide Nota 39), destinados a concessão de empréstimos e financiamentos às concessionárias de energia elétrica, são registrados como exigibilidades. Sobre tais saques incidem juros de 5% ao ano, a partir da vigência da Lei nº 8.631, de 04 de março de 1993;

Aloisio Vasconcelos
Presidente da Eletrobrás

i) EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO

Está registrado pelo valor do principal, acrescido de atualização monetária, com base no IPCA-E e juros de 6% ao ano (Vide Nota 21);

j) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ foi calculado pelo regime de apuração do lucro real anual, sendo utilizada a alíquota de 15% e adicional de 10% sobre o lucro real, conforme definido pela legislação tributária aplicável. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro ajustado nos termos da legislação aplicável.

Em atendimento ao disposto na Deliberação CVM nº 273, de 20 de agosto de 1998, e da Deliberação CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, estão registrados no ativo circulante, no realizável a longo prazo e no exigível a longo prazo os ativos diferidos e as obrigações fiscais diferidas, calculados sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, conforme demonstrado nas Notas 12 e 22;

l) BENEFÍCIOS CONCEDIDOS A EMPREGADOS

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os relacionados ao plano de assistência médica são provisionados, conforme os procedimentos estabelecidos pela Deliberação CVM nº 371/2002, baseando-se em cálculo atuarial elaborado por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, sendo os custos referentes ao aumento do valor presente da obrigação, resultante do serviço prestado pelo empregado, reconhecidos ao longo do tempo de serviço dos empregados.

O método da unidade de crédito projetada considera cada tempo de serviço como base de uma unidade de benefício, consideradas no cômputo da obrigação final. São utilizadas, também, premissas como a estimativa da evolução dos custos de assistência médica, hipóteses biométricas e econômicas, bem como, informações históricas de gastos incorridos e contribuições dos empregados;

m) OUTROS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

Os demais ativos encontram-se registrados pelos seus efetivos valores de custo, retificados, quando aplicável, por provisões de forma a refletir seus efetivos valores de realização. Incluem, também, os rendimentos e eventuais variações monetárias ou cambiais auferidos; os passivos encontram-se registrados por seus valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, conforme aplicável, dos encargos e variações monetárias ou cambiais incorridos; e

n) APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

O resultado do exercício é apurado segundo o regime de competência.

João Vicente Amato Torres
Contador: CRC-RJ - 057991/O-5

II - PRÁTICAS ESPECÍFICAS DO SETOR ELÉTRICO

a) IMOBILIZADO EM SERVIÇO

O imobilizado está registrado ao custo de aquisição ou construção, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A depreciação é calculada pelo método linear. As taxas anuais de depreciação são calculadas de acordo com a Instrução ANEEL nº 44, de 17 de março de 1999, apresentadas na Nota 17 e no Anexo IV;

b) IMOBILIZADO EM CURSO

De acordo com o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, juros, outros encargos financeiros (variações monetárias e cambiais), relacionados aos empréstimos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados em construções em andamento, são registrados nesta conta como parte dos custos.

Despesas administrativas gerais são alocadas ao imobilizado e outras construções em andamento. A alocação de custos diretos com pessoal e serviços externos é permitida com base em critérios estabelecidos pela Agência Reguladora;

c) OBRIGAÇÕES VINCULADAS A CONCESSÃO

Registra-se uma obrigação para contribuições recebidas da União e de consumidores exclusivamente para o investimento na rede de distribuição de energia elétrica. Essa obrigação é registrada como redutora do ativo imobilizado, no término da concessão da Companhia, será compensada contra os ativos da concessionária, incluindo aqueles adquiridos com as contribuições recebidas da União e de consumidores. O término da concessão da Companhia depende de ações futuras da ANEEL. Tais ações não foram antecipadas até o momento pelo órgão regulador;

d) ALMOXARIFADO (INCLUSIVE DO IMOBILIZADO)

Os materiais no almoxarifado, classificados no ativo circulante, estão registrados ao custo médio de aquisição e aqueles destinados à construção do ativo imobilizado são classificados no ativo imobilizado, pelo custo de aquisição (os bens de almoxarifado são registrados pelo custo médio). Os valores contabilizados não excedem aos seus custos de reposição ou valores de realização;

Abílio V. Fernandes
Presidente do Eletrobrás

João Vicente Amato Torres
Contador: CRC-RJ-057991/O-S-DF

e) DECORRENTES DO ACORDO GERAL DO SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA

De acordo com o estabelecido pela Resolução nº 72 da ANEEL, de 07 de fevereiro de 2002, está apresentado dentro da rubrica consumidores e revendedores o valor referente à Recomposição Tarifária Extraordinária-RTE, definida pela Resolução nº 91, da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica - GCE, de 21 de dezembro de 2001 e pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002 (Vide Nota 13);

f) DESCOMISSIONAMENTO DE USINAS NUCLEARES

Conforme previsto no Manual de Contabilidade da ANEEL, é constituído um passivo em quotas mensais, durante o tempo de vida útil econômica de usinas termonucleares, com o objetivo de alocar ao respectivo período de competência da operação os custos a serem incorridos com sua desativação técnico-operacional, ao término da vida útil das usinas.

Os valores são apropriados ao resultado do exercício, com base em uma quota fixada em quantidades de dólares norte - americanos, à razão de 1/30 ao ano dos gastos estimados, e convertida pela taxa corrente do final de cada mês de competência. O passivo relativo ao descomissionamento é mantido atualizado pela variação do dólar norte - americano (Vide Nota 29);

g) ESTOQUE DE COMBUSTÍVEL NUCLEAR

O concentrado de urânio em estoque, os serviços em curso correspondentes e os elementos de combustível nuclear disponíveis no núcleo do reator e no estoque da piscina de combustível usado - PCU, estão registrados pelos seus custos de aquisição.

O consumo dos elementos de combustível nuclear é apropriado ao resultado do exercício em função da sua utilização no processo da geração de energia; e

h) PARADAS PROGRAMADAS

Os custos incorridos antes e durante as paradas programadas são inicialmente registrados no Ativo Circulante, e após a retomada da operação da usina, os custos são apropriados ao resultado em quotas mensais, até o início da próxima parada.

III - PRÁTICAS CONTÁBEIS ESPECÍFICAS DE ITAIPU BINACIONAL

Para a contabilização de suas operações a Itaipu Binacional segue as práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil e no Paraguai, observadas as disposições específicas estabelecidas no Tratado Internacional, firmado entre os Governos do Brasil e do Paraguai, em 26 de abril de 1973, que rege a ITAIPU Binacional.

Américo Mascarenhas
Presidente da Eletrobrás

As principais disposições que divergem das práticas contábeis adotadas no Brasil são:

- a) Não é registrada a depreciação de suas instalações, por ter sua receita calculada com base nos encargos do passivo e não se constituir um item do Custo do Serviço de Eletricidade, conforme definido no Anexo "C", do Tratado Internacional assinado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai, em 26 de abril de 1973;
- b) Os resultados acumulados não integram o Patrimônio Líquido e são alocados na rubrica Resultados a Compensar, transferido para o ativo imobilizado; e
- c) A remuneração sobre capital próprio dos acionistas não leva em consideração a realização de lucros, sendo apresentado como despesa operacional no resultado.

NOTA 4 – PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO

a) As demonstrações contábeis consolidadas foram elaboradas de acordo com as normas estabelecidas pela Instrução CVM nº 247, de 27 de março de 1996 e incluem as seguintes empresas:

	PARTICIPAÇÃO	
	2005 e 2004	
	Direta	Indireta
FURNAS	99,54%	-
CHESF	99,45%	-
ELETROSUL	99,71%	-
ELETRONORTE	98,66%	-
ELETRONUCLEAR	99,80%	-
ITAIPU BINACIONAL(*)	50,00%	-
CGTEE	99,94%	-
LIGHTPAR	81,61%	-
MANAUS ENERGIA (**)	-	100%
BOA VISTA ENERGIA (**)	-	100%

(*) – Controlada em conjunto com a ANDE

(**) – Participação indireta por meio da ELETRONORTE

[assinatura]
Conselheiro
Presidente de Eletrobrás

b) Os Balanços Patrimoniais e as Demonstrações dos Resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2005 e de 2004 das empresas consolidadas estão demonstradas de forma resumida no Anexo VI.

c) Apresentamos abaixo as principais práticas de consolidação adotadas:

- eliminação dos investimentos da investidora nas empresas investidas, em contrapartida à sua participação nos respectivos patrimônios líquidos;

- eliminação de saldos a receber e a pagar inter-companhias;
- eliminação das receitas e despesas inter-companhias; e
- destaque da participação dos demais acionistas no patrimônio líquido e no resultado das empresas investidas consolidadas.

Face à inexistência de resultados não realizados nas operações inter-companhias, o lucro líquido e o patrimônio líquido da controladora são iguais aos do consolidado.

e) As Demonstrações Contábeis da Itaipu Binacional são originalmente elaboradas em Dólares Norte-Americanos e foram convertidas para Reais, à taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2005 (US\$ 1.00 – R\$ 2,3407) divulgada pelo Banco Central do Brasil (31 de dezembro de 2004 - US\$ 1.00 – R\$ 2,6544).

f) Para fins de consolidação, as Demonstrações Contábeis da Itaipu são incorporadas às da controladora em conjunto, na proporção de 50% das contas patrimoniais e de resultado. Nos termos do Tratado Internacional, firmado entre os Governos do Brasil e do Paraguai, em 26 de abril de 1973, que rege a ITAIPU Binacional, o resultado do exercício da controlada em conjunto, alocado na rubrica Resultados a Compensar, é transferido para o ativo imobilizado.

g) A seguir está apresentado, simplesmente para efeito de análise, o resumo do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado Consolidado excluindo os efeitos da consolidação proporcional da Itaipu Binacional. A informação, de caráter meramente informativo, visa apresentar aos acionistas e analistas do mercado de capitais a influência das Demonstrações Contábeis da ITAIPU Binacional nas demonstrações consolidadas do Sistema ELETROBRÁS, não devendo o mesmo ser considerado, em nenhuma hipótese, como sendo as Demonstrações Contábeis Consolidadas do Sistema ELETROBRÁS.



João Vasconcelos
Presidente do Eletrobrás

João Vicente Amato Torres
Contador: CRC-RJ - 057991/O-S-DF

R\$ mil
BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO
(DE CARÁTER MERAMENTE INFORMATIVO)

2005

	<u>COM ITAIPU</u>	<u>SEM ITAIPU</u>
Ativo		
Circulante		
Disponibilidades	3.817.837	3.781.875
Consumidores e revendedores	4.070.809	4.032.612
Financiamentos e empréstimos	869.838	877.865
Outros	4.052.794	4.040.225
	<u>12.811.278</u>	<u>12.732.577</u>
Realizável a Longo Prazo		
Financiamentos e empréstimos	13.521.118	21.247.432
Créditos renegociados	4.419.564	4.285.692
Outros	6.446.373	6.420.806
	<u>24.387.055</u>	<u>31.953.930</u>
Permanente		
Investimentos	4.529.594	4.646.629
Imobilizado e diferido	78.719.691	55.156.238
	<u>83.249.285</u>	<u>59.802.867</u>
Total do Ativo	<u>120.447.618</u>	<u>104.489.374</u>
Passivo e Patrimônio Líquido		
Circulante		
Financiamentos e empréstimos	1.651.116	1.011.760
Fornecedores	2.252.891	2.914.799
Tributos e contribuições sociais	3.203.061	3.203.061
Outros	1.936.229	1.515.940
	<u>9.043.297</u>	<u>8.645.560</u>
Exigível a Longo Prazo		
Financiamentos e empréstimos	19.903.788	4.935.551
Outros	15.537.441	14.945.171
	<u>35.441.229</u>	<u>19.880.722</u>
Participações Minoritárias	248.202	248.202
Patrimônio Líquido	<u>75.714.890</u>	<u>75.714.890</u>
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	<u>120.447.618</u>	<u>104.489.374</u>

[Signature]
Aloísio Vasconcelos
Presidente da Eletrobrás

João Vicente Amato Torres
Contador: CRC-RJ - 057991/O-S-DF

R\$mil
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
(DE CARÁTER MERAMENTE INFORMATIVO)
2005

	COM ITAIPU	SEM ITAIPU
Receitas Operacionais		
Venda de energia elétrica	19.029.001	18.990.670
Participações societárias	582.858	614.138
Outras	1.747.500	1.747.467
	<u>21.359.359</u>	<u>21.352.275</u>
Despesas Operacionais		
Pessoal, material e serviço	2.161.854	3.050.050
Energia comprada para revenda	4.598.705	7.622.430
Depreciação e amortização	1.957.124	1.957.124
Provisões operacionais	1.366.676	1.366.676
Resultado a compensar de Itaipu	(790.412)	-
Outras	6.792.847	5.357.083
	<u>16.086.794</u>	<u>19.353.363</u>
Resultado Operacional antes do Resultado financeiro	<u>5.272.565</u>	<u>1.998.912</u>
Receitas (despesas) financeiras		
Receita de juros, comis. e taxas	2.175.693	2.627.519
Encargos de dívidas	(1.931.883)	(931.227)
Remuneração e ressarcimento	(1.041.833)	-
Atualizações monetárias líquidas	(841.285)	410.570
Atualizações cambiais líquidas	(1.651.231)	(1.663.738)
Outras	(197.306)	(652.738)
	<u>(3.487.845)</u>	<u>(209.614)</u>
Resultado Operacional	<u>1.784.720</u>	<u>1.789.298</u>
Resultado não Operacional	<u>(60.685)</u>	<u>(65.263)</u>
Resultado antes da CSLL e IRPJ	<u>1.724.035</u>	<u>1.724.035</u>
CSLL e IRPJ	<u>(620.612)</u>	<u>(620.612)</u>
Result. antes das participações	<u>1.103.423</u>	<u>1.103.423</u>
Participação nos lucros	(133.059)	(133.059)
Participação minoritária	4.225	4.225
Lucro líquido do exercício	<u>974.589</u>	<u>974.589</u>
Lucro por lote de 1.000 ações	<u>1,73</u>	<u>1,73</u>

[Assinatura]
João Vicente Amato Torres
Presidente da Eletrobrás

João Vicente Amato Torres
Contador: CRC-RJ - 057991/O-S-DF

NOTA 5 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis da Controladora e Consolidadas estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com as disposições da Lei das Sociedades por Ações – Lei 6.404/76 e regulamentações e disposições complementares da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, conjugada com a legislação específica emanada da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e foram examinadas por auditores independentes.

I – Auditores Independentes

Em cumprimento ao disposto na Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a ELETROBRÁS informa que contratou, os serviços de auditoria independente da empresa BDO Trevisan Auditores Independentes, pelo prazo de três anos, contados de 1º de agosto de 2005 para execução de serviços de auditoria das demonstrações contábeis da controladora e consolidadas do Sistema ELETROBRÁS, no valor total de R\$ 1.454 mil devendo ser ressaltado, adicionalmente, que a Companhia não possui com a referida empresa nenhum outro contrato de prestação de serviços que não o referente aos próprios serviços de auditoria externa.

Segue abaixo a relação dos auditores independentes das empresas do Sistema ELETROBRÁS, que, individualmente, também prestam serviços exclusivos de auditoria independente:

<u>Controladas e Controlada em Conjunto</u>	<u>Auditor Independente</u>
CGTEE	Deloitte Touche Tohmatsu
CHESF	BDO Trevisan
ELETRONORTE	BDO Trevisan
ELETRONUCLEAR	HLB Audilink e CIA
ELETROSUL	KPMG
FURNAS	HLB Audilink e CIA
ITAIPU	BDO Trevisan
LIGHTPAR	Loundon Blomquist


João Vicente Amato Torres
Presidente da Eletrobrás

II – Novos Padrões de Apresentação

A Deliberação CVM nº 496 de 03 de janeiro de 2006, alterou a data de entrada em vigor da Deliberação CVM nº 488, de 03 de outubro de 2005, fixando que sua eficácia se dará a partir do exercício de 2006.

A Deliberação CVM nº 488/2005 converge com as práticas contábeis internacionais, ao aprovar o Pronunciamento IBRACON nº 27/2005, que estabelece novos padrões de apresentação e divulgação de demonstrações contábeis.

João Vicente Amato Torres
Contador: CRC-RJ - 057991/O-S-DF

Como consequência do citado pronunciamento do IBRACON, o ativo deve ser classificado em CIRCULANTE e NÃO CIRCULANTE, sendo este último desmembrado em REALIZÁVEL A LONGO PRAZO, INVESTIMENTOS, IMOBILIZADO, INTANGÍVEL e DIFERIDO. O passivo deve ser classificado em CIRCULANTE e NÃO CIRCULANTE.

Dessa forma, segue abaixo, a apresentação da presente demonstração contábil pelos novos padrões de apresentação estabelecidos pela CVM:

	R\$ mil			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2005	2004	2005	2004
ATIVO				
CIRCULANTE				
Disponibilidades	1.561.282	955.749	3.817.837	2.657.201
Consumidores e revendedores	1.313.494	1.106.026	4.070.809	3.832.584
Financiamentos e empréstimos	4.424.321	3.658.334	869.838	797.492
Outros	2.937.317	3.337.600	4.052.794	4.616.989
	<u>10.236.414</u>	<u>9.057.709</u>	<u>12.811.278</u>	<u>11.904.266</u>
NÃO CIRCULANTE				
Realizável a longo prazo				
Financiamentos e empréstimos	32.174.985	35.049.098	13.521.118	14.269.004
Créditos renegociados	2.749.366	2.469.819	4.419.564	4.325.835
Outros	3.901.548	3.085.759	6.446.373	5.375.626
	<u>38.825.899</u>	<u>40.604.676</u>	<u>24.387.055</u>	<u>23.970.465</u>
Investimentos	41.894.129	39.994.152	4.529.594	3.460.275
Imobilizado	89.653	87.401	78.674.385	79.720.081
Diferido	-	-	45.306	13.943
	<u>41.983.782</u>	<u>40.081.553</u>	<u>83.249.285</u>	<u>83.194.299</u>
TOTAL DO ATIVO	<u>91.046.095</u>	<u>89.743.938</u>	<u>120.447.618</u>	<u>119.069.030</u>
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
CIRCULANTE				
Fornecedores	1.396.439	1.236.708	2.252.891	2.116.538
Tributos e contribuições sociais	1.069.444	1.115.605	1.608.142	1.673.879
Outros	1.218.210	2.834.930	5.182.264	6.335.293
	<u>3.684.093</u>	<u>5.187.243</u>	<u>9.043.297</u>	<u>10.125.710</u>
NÃO CIRCULANTE				
Financiamentos e empréstimos	2.344.544	1.975.332	19.903.788	20.612.310
Reserva Global de Reversão	5.724.538	5.060.049	5.724.538	5.060.049
Tributos e contribuições sociais	1.194.030	1.963.333	3.203.061	3.644.301
Provisão para contingências	1.345.616	1.022.170	2.169.992	1.695.547
Outros	1.038.384	4.662.002	4.439.850	7.812.918
	<u>11.647.112</u>	<u>14.682.886</u>	<u>35.441.229</u>	<u>38.825.125</u>
PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES	-	-	248.202	244.386
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>75.714.890</u>	<u>69.873.809</u>	<u>75.714.890</u>	<u>69.873.809</u>
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>91.046.095</u>	<u>89.743.938</u>	<u>120.447.618</u>	<u>119.069.030</u>

João Vicente Amato Torres
Presidente da Eletrobrás

João Vicente Amato Torres
Contador: CRC-RJ - 057991/O-S-DF

III - Informações adicionais às demonstrações contábeis

Com o objetivo de propiciar informações adicionais, estão sendo apresentados:

- a) Demonstração do fluxo de caixa, preparada de acordo com as Normas e Procedimentos contábeis - NPC 20 emitida pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - IBRACON;
- b) Demonstração do valor adicionado, de acordo com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 1.010, de 21 de janeiro de 2005; e
- c) Demonstração da segmentação de negócio, de acordo com a Norma Internacional de Contabilidade "SFAS-131" emitida pelo "Financial Accounting Standarts Board"

IV - Siglas Utilizadas

Para efeito de melhor entendimento, estão relacionadas no Anexo VIII as principais siglas adotadas nestas notas explicativas.

NOTA 6 - DISPONIBILIDADES

As disponibilidades financeiras são mantidas junto ao Banco do Brasil S.A., nos termos da legislação específica para as Sociedades de Economia Mista sob controle federal, emanada do Decreto-lei nº 1.290, de 03 de dezembro de 1973, com as alterações decorrentes da Resolução nº 2.917, de 19 de dezembro de 2001, do Banco Central do Brasil, que estabeleceu novos mecanismos para as aplicações das empresas integrantes da Administração Federal Indireta.

As aplicações financeiras, de liquidez imediata, encontram-se em fundos de investimento financeiro - extramercado, que tem como meta a rentabilidade em função da Taxa Média da SELIC.

O total das disponibilidades, em 31 de dezembro de 2005, encontra-se abaixo demonstrado:

	R\$ mil			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2005	2004	2005	2004
Caixa e Bancos	51.755	195.200	110.798	253.508
Aplicações Financeiras	1.509.527	760.549	3.707.039	2.403.693
	<u>1.561.282</u>	<u>955.749</u>	<u>3.817.837</u>	<u>2.657.201</u>

Moisés dos Anjos
Presidente da Eletrobrás

NOTA 7 - CONSUMIDORES E REVENDEDORES DE ENERGIA ELÉTRICA

I - Os valores a receber de consumidores e revendedores de energia elétrica encontram-se detalhados no Anexo I destas Notas Explicativas.

João Vicente Amato Torres
Contador: CRC-RJ - 057991/O-S-DF

II - Comercialização da energia elétrica gerada por Itaipu Binacional

A Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, atribuiu à ELETROBRÁS a responsabilidade pela aquisição da totalidade da energia elétrica produzida por ITAIPU Binacional, passando a ser a comercializadora desta energia elétrica a partir de janeiro de 2003, tendo sido sub-rogados à ELETROBRÁS os compromissos de aquisição e repasse de energia elétrica firmados originalmente por FURNAS e ELETROSUL.

Neste exercício, foram comercializados o equivalente a 81.089 GWh, sendo a tarifa de suprimento (compra) de energia praticada por ITAIPU Binacional de US\$ 20,50/kW e a tarifa de repasse (venda) US\$ 21,53/kW.

O resultado da comercialização da energia elétrica da ITAIPU Binacional, nos termos do Decreto nº 4.550, de 27 de dezembro de 2002, tem a seguinte destinação:

- se positivo, deverá ser destinado, mediante rateio proporcional ao consumo individual, a crédito do "bônus" nas contas de energia dos consumidores do Sistema Elétrico Nacional Interligado, integrantes das Classes Residencial e Rural, com consumo mensal inferior a 350 kWh.

- se negativo, é incorporado pela ANEEL no cálculo da tarifa de repasse de potência contratada no ano subsequente à formação do resultado.

Dessa forma, a atividade de comercialização da energia elétrica gerada pela controlada em conjunto não produz efeitos no resultado líquido da ELETROBRÁS. No exercício de 2005 foi apurado resultado positivo de R\$ 128.361 mil, estando incluído no Ativo Circulante, na rubrica Direito de Ressarcimento, no montante acumulado de R\$ 270.139 mil (31 de dezembro de 2004 - R\$ 141.778 mil).

III - Operações na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os valores relativos às operações praticadas no âmbito da CCEE estão registrados com base nas informações disponibilizadas pela Câmara.

As operações realizadas no exercício de 2005 geraram, para a ELETROBRÁS e suas controladas, um crédito líquido de R\$ 484.780 mil.

A controlada FURNAS mantém registrados créditos no montante de R\$ 293.560 mil, relativos à comercialização de energia no âmbito do extinto MAE, referentes ao período de setembro de 2000 a setembro de 2002, cuja liquidação financeira está suspensa em função da concessão de liminares nas ações judiciais propostas por diversas concessionárias de distribuição de energia elétrica, contra a ANEEL e o MAE.


Atólisio Mascarello
Presidente de Eletrobrás

João Vicente Amato Torres
Contador: CRC-RJ - 057991/O-S-DF

De acordo com as normas estabelecidas no Acordo de Mercado, a resolução dessas pendências implicaria em uma nova contabilização, que seria objeto de liquidação entre as partes sem a interveniência da CCEE. Nesse sentido, foram mantidas negociações, com a participação da ANEEL, CCEE e agentes envolvidos, visando o equacionamento das pendências judiciais relativas ao referido processo de contabilização e liquidação, de forma a viabilizar uma solução negociada para as referidas ações. Atualmente, estão sendo negociados acordos bilaterais com cada credor. Em relação às demais ações judiciais relacionadas à CCEE (MAE) a controlada FURNAS continua a acompanhar sua evolução, mantendo a intenção de negociar com as partes envolvidas. (Vide Nota 11 item c).

IV – Provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD

O saldo da PCLD em 31 de dezembro de 2005 é de R\$ 382.158 mil (31 de dezembro de 2004 – 117.829 mil) é constituída com observância das normas da ANEEL a partir de análise dos valores constantes das contas a receber vencidas e do histórico de perdas, sendo considerada pela administração da Companhia como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Para fins fiscais, o excesso de provisão constituída em relação ao disposto na Lei 9.430/1996, está sendo adicionado ao Lucro Real, para efeitos de apuração do IRPJ devido e, também, à base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL.

NOTA 8 – FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS

I - Os financiamentos e empréstimos a receber são oriundos de recursos próprios da ELETROBRÁS, além dos recursos setoriais – RGR, CDE e UBP, do empréstimo compulsório, de recursos externos captados através de agências internacionais de desenvolvimento, instituições financeiras, como, também, decorrentes do lançamento de títulos no mercado financeiro internacional.

Todos os financiamentos e empréstimos estão respaldados por contratos assinados com as mutuárias. Os recebimentos destes valores; em sua maioria, estão previstos em parcelas mensais, amortizáveis em um prazo médio de 10 anos, sendo a taxa média de juros, ponderada pelo saldo devedor, de 8,42% a.a..

a) Os financiamentos e empréstimos concedidos, com cláusula de atualização em moeda estrangeira, representam cerca de 51% do total da carteira. Já os que prevêm atualização com base em índices que representam o nível de preços internos, atingem a 26% do saldo da carteira.

O detalhamento dos financiamentos e empréstimos concedidos pela ELETROBRÁS, incluindo juros, comissões e taxas está apresentado no Anexo II.

b) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD

A ELETROBRÁS possui provisão sobre créditos decorrentes de empréstimos e financiamentos, dentre os quais destacamos o crédito em aberto há longa data,

Atestado
Assinado por
Presidente da Eletrobrás



junto à AES Eletropaulo, que é objeto de ação judicial movida pela Companhia, transitada em julgado, com sentença favorável à ELETROBRÁS, contudo, até o momento, não obteve êxito no recebimento desses valores.

Dessa forma, a Companhia, de forma conservadora mantém uma provisão para créditos de liquidação duvidosa, no valor de R\$ 347.903 mil (31 de dezembro de 2004 – R\$ 332.214 mil), correspondente ao principal e ao serviço da dívida decorrente de contrato de financiamento concedido àquela empresa. A Companhia também constitui PCLD para diversos outros créditos, no montante de R\$ 123.463 mil (31 de dezembro de 2004 – R\$ 10.756 mil). Tal volume de provisão é julgado suficiente pela administração da Companhia para fazer face a eventuais perdas nestes ativos.

NOTA 9 – REMUNERAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

Os valores referem-se a dividendos e juros sobre o capital próprio, decorrentes de investimentos permanentes mantidos pela ELETROBRÁS e são apresentados como segue:

R\$ mil

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2005	2004	2005	2004
FURNAS	187.341	156.526	-	-
CHESF	313.765	214.853	-	-
ITAIPU	22.405	15.927	-	-
ELETROSUL	69.960	50.675	-	-
ELETRONUCLEAR	45.189	-	-	-
OUTROS	59.589	26.438	70.791	26.438
	<u>698.249</u>	<u>464.419</u>	<u>70.791</u>	<u>26.438</u>

Durante o exercício de 2005, a ELETROBRÁS realizou financeiramente o montante de R\$ 616.022 mil.


Alcides Vasconcelos
Presidente da Eletrobrás

João Vicente Amato Torres
Contador: CRC-RJ - 057991/O-S-DF

NOTA 10 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	R\$ mil			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2005	2004	2005	2004
CIRCULANTE				
CFT-E1	128.341	125.872	128.341	125.872
ELET	-	-	108.669	184.519
NTN- P	108.669	99.728	-	99.728
OUTROS	-	-	339	-
	<u>237.010</u>	<u>225.600</u>	<u>237.349</u>	<u>410.119</u>
LONGO PRAZO				
FINOR/FINAM	1.816	287.082	1.816	287.082
RENDIMENTOS DE PARCERIAS INVESTIMENTOS	272.570	685.642	272.570	685.642
TEMPORÁRIOS				
ELET	-	-	-	81.330
PARTES BENEFICIÁRIAS	652.575	-	652.575	-
OUTROS	483	483	4.252	1.538
	<u>1.249.788</u>	<u>1.402.118</u>	<u>1.253.557</u>	<u>1.484.503</u>

a) CFT- E1 –Títulos públicos com remuneração equivalente à variação do IGP-M, sem juros, com data de resgate fixada para agosto de 2012. A controladora mantém uma provisão para ajuste a valor de mercado na data base de 31 de dezembro de 2005, no montante de R\$ 127.700 mil, apresentado como redutor do respectivo ativo.

b) NTN-P – Títulos públicos recebidos no processo de privatização de investidas. Estes títulos possuem remuneração equivalente à variação da Taxa Referencial – TR, divulgada pelo Banco Central do Brasil, com juros de 6% a.a. incidentes sobre o valor atualizado com data de resgate fixada a partir de fevereiro de 2012.

c) FINOR/FINAM – Refere-se substancialmente a incentivos fiscais destinados a projetos na área de atuação das controladas CHESF e ELETRONORTE, para os quais a Companhia mantém provisão para perdas na sua realização, constituída com base em valor de mercado, em montante de R\$ 282.062 mil, apresentada como redutora do respectivo ativo.

d) RENDIMENTOS DE PARCERIAS – Referem-se aos rendimentos a receber decorrentes dos investimentos, em regime de parcerias (Vide Nota 16), e correspondem a uma remuneração média equivalente à variação do IGP-M acrescido de juros de 12% a 13% a.a. sobre o capital aportado, estando demonstrados a seguir:

Alaísio de Azevedo
Presidente da Eletrobrás

João Vicente Amato Torres
Contador: CRC-RJ - 057991/O-S-DF

	R\$ mil	
	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	2005	2004
INVESTCO (Vide Nota 40)	-	457.631
EATE	83.710	91.912
ITIQUIRA	84.716	57.612
TANGARÁ	42.586	33.743
ETPE	14.737	17.211
GUASCOR	13.452	8.257
ELEJOR	33.369	19.276
	<u>272.570</u>	<u>685.642</u>

e) INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS – A Companhia detém ações ordinárias de concessionárias estaduais de energia elétrica originariamente de propriedade de diversos Estados da Federação, que foram adquiridas com o objetivo de promover a sua privatização.

Esses títulos, que estão inseridos no PND, têm como base de avaliação o valor do patrimônio líquido contábil dessas empresas, considerando a ausência de um valor de mercado efetivo.

O saldo em 31 de dezembro de 2005, substancialmente representado por adiantamentos para futuro aumento de capital, está líquido da parcela de R\$ 2.789.288 mil que corresponde ao valor acumulado das provisões para perdas constituídas, fundamentalmente, em exercícios anteriores, conforme demonstrado a seguir:

	R\$ mil	
	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	2005	2004
CEAL	188.071	191.730
CEPISA	-	99.703
CERON	66.892	78.926
ELETROACRE	57.334	33.492
CEAM	10.047	25.060
	<u>322.344</u>	<u>428.911</u>

[Signature]
Aloisio Vasconcelos
Presidente da Eletrobrás

f) PARTES BENEFICIÁRIAS – Títulos das empresas decorrentes da reestruturação do investimento na INVESTCO S.A.. Estes títulos têm rendimentos anuais equivalentes a 10% do lucro das referidas empresas, a serem pagos juntamente com os dividendos e serão resgatados em outubro de 2032, mediante sua conversão em ações preferenciais do capital social das citadas empresas Lajeados (Vide Nota 40), conforme a seguir demonstrado:

João Vicente Amato Torres
Contador: CRC-RJ - 057991/O-S-DF

	R\$ mil
CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
PAULISTA LAJEADO	49.975
REDE LAJEADO	266.798
EDP LAJEADO	184.577
CEB LAJEADO	151.225
	652.575

NOTA 11 – CRÉDITOS RENEGOCIADOS

	R\$ mil			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2005	2004	2005	2004
CIRCULANTE				
CEB	44.369	44.762	80.508	66.310
CELG	21.401	24.268	77.527	109.248
CEEE	19.397	20.397	19.397	20.397
AES-SUL	11.835	23.999	11.835	23.999
CEMAT	2.991	3.795	46.202	27.790
Rolagem da dívida dos Estados	-	-	116.977	59.793
Outros	890	23.803	72.017	21.903
(-) PCLD	(29.048)	(27.845)	(29.048)	(27.845)
	71.835	113.179	395.415	301.595
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO				
Cessão de créditos				
Itaipu	2.251.754	1.871.999	2.251.754	1.871.999
CELG	360.274	401.283	678.532	714.453
CEB	90.725	109.937	271.611	310.414
Rolagem da dívida dos Estados	-	-	943.018	977.429
Outros	46.613	86.600	274.649	451.540
	2.749.366	2.469.819	4.419.564	4.325.835

Os créditos renegociados formalizam-se por contratos de parcelamentos dos débitos acumulados pelos devedores, e prevêem juros e atualizações monetárias, com prazos fixados para a amortização do principal e dos encargos e são considerados recuperáveis pela Administração da companhia, onde cabe destaque:

a) Oriundos de energia elétrica repassada à CEB

A ELETROBRÁS é detentora de créditos decorrentes da comercialização, então praticada por FURNAS, da energia elétrica gerada por ITAIPU Binacional, que foram recebidos por sub-rogação a partir de janeiro de 2003. Tais créditos foram, no exercício de 2003, renegociados para equacionamento da inadimplência da distribuidora CEB, com atuação no Distrito Federal, no montante original de R\$ 163.892 mil. A negociação estabelece, entre outras condições, o pagamento das dívidas em atraso até o final do exercício de 2008

Aloisio Vasconcelos
Presidente da Eletrobrás

(60 meses), atualizadas pela taxa SELIC, com garantias reais, mediante a transferência diretamente da instituição financeira arrecadadora da CEB, de 4% de seu faturamento bruto mensal.

O montante a receber em 31 de dezembro de 2005 é de R\$ 135.094 mil (31 de dezembro de 2004 - R\$ 154.699 mil), sendo R\$ 90.725 mil no longo prazo (31 de dezembro de 2004 - R\$ 109.937 mil).

A controlada FURNAS também renegociou créditos detidos contra a CEB, no montante de R\$ 191.129 mil, relativamente à energia própria, com amortização em 144 meses, contados desde o dia 14 de agosto de 2003, em parcelas correspondentes a 3 % do seu faturamento bruto, podendo ser automaticamente prorrogado até a liquidação final do compromisso. O saldo devedor é atualizado pelo IGP-M e acrescido de juros de 1% a.m. e monta a quantia de R\$ 217.023 mil (31 de dezembro de 2004 - R\$ 222.025 mil), e em 31 de dezembro de 2005, parte do direito creditório deste contrato, no montante de R\$ 162.000 mil, foi cedido ao Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) - FURNAS II (Vide Nota 25).

b) Oriundos de energia elétrica repassada à CELG

No mesmo cenário, a ELETROBRÁS renegociou em 2003 com a CELG, os créditos decorrentes do repasse de energia da ITAIPU Binacional, no montante de R\$ 392.021 mil. A repactuação prevê a realização desses créditos mediante transferência, efetuada diretamente pela instituição financeira arrecadadora da distribuidora, de 3,34% de seu faturamento bruto mensal. O parcelamento tem um prazo estimado para a sua quitação total de 216 meses contados a partir de janeiro de 2004 e é corrigido pela variação do Dólar Norte-Americano.

O saldo em 31 de dezembro de 2005 corresponde a R\$ 381.675 mil (31 de dezembro de 2004 - R\$ 425.551 mil), sendo R\$ 360.274 mil no longo prazo (31 de dezembro de 2004 - R\$ 401.283 mil). A Companhia mantém PCLD no valor de R\$ 29.048 mil (31 de dezembro de 2004 - R\$ 27.845 mil)

De forma semelhante, a controlada FURNAS renegociou em dezembro de 2003 o montante de R\$ 378.938 mil, sendo o prazo estimado de pagamento de 216 meses, corrigido mensalmente pelo IGP-M e juros de 1% a.m.. O pagamento mensal corresponde a 2,56% do faturamento bruto da CELG e está lastreado em garantia baseada em conta bancária vinculada, sendo o saldo da dívida, em 31 de dezembro de 2005, correspondente a R\$ 374.385 mil (31 de dezembro de 2004 - R\$ 398.150 mil). Parte do direito creditório deste contrato, no montante de R\$ 258.000 mil, foi cedido ao Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) - FURNAS II (Vide Nota 25).

c) Oriundos da comercialização no âmbito da CCEE

A controlada FURNAS repactuou junto à CEMIG, através de Termo de Acordo e Reconhecimento de Dívidas firmado em 01 de agosto de 2005, os débitos daquela empresa relativos à energia livre, comercializada no âmbito da CCEE, no período de setembro de 2000 a setembro de 2002.

O débito repactuado, no montante de R\$ 72.083 mil, será quitado em 50 parcelas mensais, atualizado pela Taxa SELIC e acrescido de juros de 1% a.a..

d) Rolagem da dívida dos Estados

Em conformidade com o Programa de Saneamento das Finanças do Setor Público, implementado pela Lei nº 8.727/93, a controlada FURNAS firmou contrato de cessão de crédito com a União, para refinanciamento de dívidas da CELG existentes àquela época, relativas à compra de energia, a serem realizados em 240 meses, contados a partir de abril de 1994. Os créditos são atualizados com base no IGP-M e remunerados a 11 % a.a., cujo saldo em 31 de dezembro de 2005 é de R\$ 494.062 mil (31 de dezembro de 2004 - R\$ 484.133 mil), registrado no realizável a longo prazo. Parte do direito creditório deste contrato, no montante de R\$ 228.000 mil, foi cedido ao Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) - FURNAS II (Vide Nota 25).

A controlada ELETROSUL detém créditos junto à União atualizados pelo IGP-M e acrescidos de juros de 12,68% a.a., no montante de R\$ 565.933 mil, em 31 de dezembro de 2005 (31 de dezembro de 2004 - R\$ 553.089 mil), sendo R\$ 497.335 mil no realizável a longo prazo (31 de dezembro de 2004 - R\$ 493.296 mil), decorrentes da assunção de direitos que a controlada possuía junto às concessionárias estaduais de energia elétrica, os quais serão realizados em 240 meses, contados a partir de abril de 1994.

A legislação regente prevê que, vencido o prazo de 20 anos e remanescendo saldo a receber, o parcelamento poderá ser estendido por mais 120 meses. Esta hipótese é prevista uma vez que a União repassa somente os recursos efetivamente recebidos dos Estados que, por sua vez, estão limitados por lei a níveis de comprometimento de suas receitas.

e) Cessão de créditos - TESOURO NACIONAL / ITAIPU BINACIONAL

A ELETROBRÁS cedeu à União, em 1998, créditos em montante equivalente a US\$ 10,756,524 mil detidos contra a Itaipu Binacional, correspondendo a 65,47% do saldo total dos créditos que a Companhia mantinha junto àquela controlada em conjunto, com a conseqüente liquidação de dívidas de igual montante.

Como conseqüência, estabeleceu-se um fluxo de pagamentos efetuados diretamente pela Itaipu Binacional ao Tesouro Nacional, compatibilizado com os vencimentos das dívidas de médio e longo prazos - DMLP, assumidas pela União naquele mesmo ano. Em função desta adequação ao citado fluxo, as parcelas pagas pela ITAIPU Binacional à União não guardam a efetiva proporção em relação ao saldo cedido, fazendo com que a União receba, sazonalmente, até o exercício de 2007, parcelas mensais superiores à sua efetiva proporção na cessão de crédito, quando, em função da liquidação substancial de parte da referida DMLP, essa situação se inverterá, cabendo à União o recebimento de valores inferiores aos 65,47%, a favor da ELETROBRÁS.


Adilson Mascarenhas
Presidente da Eletrobrás

João Vicente Amato Torres
Contador: CRC-RJ - 057991/O-S-DF

Por decorrência, a ELETROBRÁS registra o diferencial entre os valores a receber apropriados por competência e o valor efetivamente recebido, como um ativo realizável a longo prazo, no montante de R\$ 2.251.754 mil, em 31 de dezembro de 2005, equivalentes a US\$ 962.000 mil (31 de dezembro de 2004 - R\$ 1.871.999 mil - US\$ 705.244 mil) a ser compensado nos pagamentos futuros, a serem praticados pela Itaipu Binacional a partir de 2007, quando ocorrerá a citada inversão do fluxo de pagamentos, cabendo à ELETROBRÁS uma parcela superior à sua proporção dos créditos cedidos.

Este procedimento mantém inalterado o fluxo de pagamentos totais à ELETROBRÁS e ao Tesouro Nacional, contratualmente previsto para Itaipu Binacional, bem como não produz qualquer efeito no resultado da companhia.

NOTA 12 – CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

	R\$ mil			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2005	2004	2005	2004
ATIVO CIRCULANTE				
Imposto de renda retido na fonte	652.020	664.072	615.821	678.429
Antecipações de IRPJ e CSLL	564.395	574.691	782.225	643.944
PASEP/COFINS compensáveis	16.853	24.923	25.144	55.857
ICMS a recuperar	-	-	8.342	50.884
Ativos fiscais diferidos				
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	-	-	-	37.574
Provisão para contingências	-	-	-	83.292
Outros	-	-	33.093	-
	<u>1.233.268</u>	<u>1.263.686</u>	<u>1.464.625</u>	<u>1.549.980</u>

Do montante de créditos tributários apresentados acima, serão compensados, quando da apresentação da Declaração das Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica - DIPJ, os montantes de R\$ 740.461 mil, correspondente às obrigações de IRPJ e R\$ 298.391 mil, relativo à CSLL (Vide Nota 22).

	R\$ mil			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2005	2004	2005	2004
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO				
ICMS a recuperar	-	-	801.292	610.515
Ativos fiscais diferidos:				
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	-	-	111.635	183.958
Provisão para contingências	457.510	358.124	457.510	429.157
Provisão para créditos duvidosos	170.141	126.077	170.141	126.077
Provisão para redução ao valor de mercado	140.408	48.768	-	48.768
Outros	961	2.053	268.634	6.780
	<u>769.020</u>	<u>535.022</u>	<u>1.809.212</u>	<u>1.405.255</u>

Os créditos tributários de longo prazo da ELETROBRÁS correspondem a diferenças temporárias, sendo seu aproveitamento em função da realização das provisões que lhe deram origem.

Considerando o histórico de rentabilidade da empresa, bem como a expectativa de geração de lucros tributáveis nos próximos exercícios, os créditos tributários registrados contabilmente atendem às disposições da CVM sobre o assunto, expressas através da Deliberação CVM nº 273, de 20 de agosto de 1998 e Deliberação CVM nº 371, de 27 de junho de 2002.

Tendo em vista a natureza dos créditos tributários, principalmente sobre provisões para créditos de liquidação duvidosa e para contingências, a expectativa é de que serão realizados ao longo dos próximos cinco a oito exercícios.

A controlada CHESF registra créditos tributários sobre base negativa de contribuição social. Parte desse ativo, no montante de R\$ 21.108 mil já foi recuperada neste exercício, sendo que espera-se a sua completa recuperação em até seis anos.

NOTA 13 – ATIVO REGULATÓRIO

a) Decorrente do Acordo Geral do Setor Elétrico

O setor de energia elétrico brasileiro foi submetido em 2001 a um Programa Emergencial de Redução de Consumo de Energia Elétrica. O Governo Federal criou a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica para administrar programas de ajuste de demanda, coordenar ações para o aumento da oferta de energia e implementar medidas de caráter emergencial durante o período do racionamento que vigorou de 1º de junho de 2001 a 28 de fevereiro de 2002.

A Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, que concretizou os instrumentos legais de implementação do Acordo Geral do Setor Elétrico, autorizou a ANEEL a proceder a Recomposição Tarifária Extraordinária – RTE, que teve por propósito fazer frente aos impactos financeiros a que ficaram submetidas as distribuidoras do Sistema Elétrico Interligado Nacional sujeitas ao Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica, os montantes referentes à "Parcela A" e "Energia Livre".

Os valores registrados como ativos regulatórios decorrentes do Acordo Geral do Setor Elétrico apresentam-se na conta de "Consumidores e Revendedores" conforme apresentado abaixo:

João Vicente Amato Torres
Contador: CRC-RJ - 057991/O-5-DF

	R\$ mil	
	CONSOLIDADO	
	2005	2004
Perda de receita	33.662	9.131
Parcela A	45.683	42.129
Energia livre	1.271.457	983.674
Total	1.350.802	1.034.934
Circulante	387.689	317.176
Longo prazo	963.113	717.758

A RTE visa ressarcir as perdas de receita dos geradores e distribuidores de energia elétrica no período de racionamento, conforme previsto na Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e Resolução Normativa nº 1 da ANEEL, de 12 de janeiro de 2004.

Os custos da "Parcela A" referem-se às despesas que as concessionárias de distribuição tem o direito de diferir e repassar aos consumidores finais através de um ajuste futuro das tarifas. Os custos incluídos na "Parcela A" são limitados, pelos contratos de concessão, ao custo da energia comprada e de outros custos e impostos.

A parcela referente à "Energia Livre" pertence às empresas de geração ou distribuição que incorreram em despesas com a compra de energia no âmbito do extinto MAE, durante o período do racionamento, decorrentes da redução da geração de energia elétrica nas usinas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), como prevê o art. 2º da Lei nº 10.438.

A controlada ELETRONORTE diante do risco provável da não realização total da "RTE" e da "Parcela A", em função do prazo fixado pela Lei nº 10.438/2002 e Resolução Normativa da ANEEL nº 1, de 12 de janeiro de 2004, sobretudo, levando-se em consideração que a grande maioria desses consumidores tornaram-se livres e que não tem sido recuperado valores relevantes, constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 30.996 mil (RTE-R\$ 27.689 mil e Parcela A-R\$ 3.307 mil).

Ainda em relação à "Parcela A" esse crédito somente é realizado após a recuperação de toda perda de receita no período de racionamento, assim como da energia livre (repasso da ELETRONORTE distribuidora para as geradoras).

A controlada FURNAS cedeu ao Fundo de Investimento de Direitos Creditórios o valor de R\$ 126.000 mil (Vide Nota 25), relativo a RTE.

b) Decorrente da Majoração de PIS e COFINS

Em decorrência das alterações introduzidas pelas Leis nºs 10.637/2002 e 10.833/2003, que majoraram as alíquotas do PIS/PASEP, de 0,65% para 1,65%, e da COFINS, de 3% para 7,6%, respectivamente, e considerando o direito de repasse à tarifa das diferenças destas alíquotas, conforme previsto na Lei nº 8.987/1995 e nos contratos firmados pela Companhia, foi apurado um Ativo Regulatório de PIS/PASEP e COFINS, correspondente às diferenças não


João Vicente Amato Torres
Presidente da Eletrobrás

repassadas. Este procedimento teve amparo nos Ofícios-Circulares nºs 2.093/2004-SFF/SRT/ANEEL, 2.306/2004-SFF/ANEEL, 190/2005-SFF/ANEEL e 302/2005-SFF/ANEEL.

A ANEEL, por intermédio da Resolução Homologatória nº 149, de 30 de junho de 2005 e Ofício nº 160/2005-SRT/ANEEL de 28 de dezembro de 2005, visando compensar o impacto financeiro e econômico resultante da majoração das alíquotas do PIS/PASEP e da COFINS, aprovou o registro deste Ativo Regulatório no valor de R\$ 152.235 mil que começou a ser realizado financeiramente a partir de julho de 2005, em 12 (doze) parcelas mensais, por meio do faturamento da Receita Anual Permitida, que totaliza em dezembro de 2005 o montante de R\$ 127.552 mil. O saldo desse ativo, em 31 de dezembro de 2005 é de R\$ 63.320 mil (31 de dezembro de 2004 – R\$ 117.229 mil).

NOTA 14 – ESTUDOS E PROJETOS

Referem-se, principalmente, aos custos incorridos pela companhia, com estudos de viabilidade de aproveitamentos de bacias hidrográficas e de linhas de transmissão, destinados à construção de novas usinas hidrelétricas e sistemas de transmissão.

Cabe destaque aos estudos próprios de viabilidade de aproveitamento da bacia do Rio Uruguai, desenvolvidos ao amparo de Tratado Internacional firmado entre os Governos da Argentina e do Brasil, para a implantação da Usina de Garabi, cujos custos incorridos até 31 de dezembro de 2005, montam a R\$ 30.921 mil (31 de dezembro de 2004 – R\$ 30.921 mil), recuperáveis na avaliação da Administração da companhia.

É composto, também, e em decorrência do processo de reestruturação patrimonial que objetivava a privatização das controladas CHESF e ELETRONORTE, pelos custos incorridos pelas citadas empresas controladas com estudos e projetos voltados para o aproveitamento de diversos potenciais hidráulicos. Tais ativos foram transferidos para a ELETROBRÁS em 1999, com a aquiescência da ANEEL e, de acordo com o artigo 45, da Lei nº 8.987/95, serão indenizados pelo Poder Concedente, com recursos obtidos pela licitação de concessões de exploração desses potenciais.

O montante dos custos com estudos e projetos, incluídos os valores referentes às concessões a licitar, já ajustado para refletir seu valor provável de realização, em 31 de dezembro de 2005, é demonstrado como segue:


Aloysio Vasconcelos
Presidente da Eletrobrás

João Vicente Amato Torres
Contador: CRC-RJ - 057991/O-S-DF

EMPREENHIMENTOS	R\$ mil	
	2005	2004
Inventário bacia Rio Uruguai	30.921	30.921
Inventário bacia Rio Madeira	26.500	26.500
Inventário bacia Baixo Araguaia - Tocantins	7.000	7.000
Inventário bacia Rio Xingu	40.000	40.000
Inventário bacia Rio Tapajós	7.000	7.000
Inventário complexo Trombetas - Erepecuru	7.500	7.500
Inventário bacia Médio Tocantins	20.078	28.589
UHE Barra do Peixe	9.374	9.374
UHE Belo Monte	52.256	52.256
UHE Cachoeira Porteira	17.521	17.521
UHE Serra Quebrada	27.163	27.163
UHE Ji-Paraná	10.667	10.667
Outros estudos	36.354	36.077
TOTAL DA CONTROLADORA	292.334	300.568
Estudo de viabilidade da Foz do Rio Bezerra	14.086	14.086
AHE Simplício - Queda Única	-	19.550
Outros estudos	1.595	2.631
TOTAL DE FURNAS	15.681	36.267
TOTAL DO CONSOLIDADO	308.015	336.835

NOTA 15 - ADIANTAMENTOS PARA PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA

A ELETROBRÁS apresenta no realizável a longo prazo, valores correspondentes a adiantamentos para futuro aumento de capital nas seguintes empresas:

	R\$ mil			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2005	2004	2005	2004
Controladas:				
FURNAS	31.154	31.154	-	-
CHESF	294.397	294.397	-	-
ELETROSUL	114.599	114.599	-	-
LIGHTPAR	62.285	62.285	-	-
ELETRONORTE	98.695	98.695	-	-
ELETRONUCLEAR	351.517	-	-	-
	<u>952.647</u>	<u>601.130</u>	-	-
Outros investimentos	<u>80.384</u>	<u>80.384</u>	<u>202.145</u>	<u>80.384</u>
	<u>1.033.031</u>	<u>681.514</u>	<u>202.145</u>	<u>80.384</u>

[Signature]
Aloisio Vasconcelos
Presidente da Eletrobrás

João Vicente Amato Torres
Contador: CRC-RJ - 057991/O-S-DF

NOTA 16 – INVESTIMENTOS

	R\$ mil			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2005	2004	2005	2004
Equivalência patrimonial:				
a) Controladas (Anexo III)	38.152.210	37.051.863	-	-
b) Coligadas				
CEEE	97.479	35.379	97.479	35.379
EMAE	324.960	343.436	324.960	343.436
CEMAT	329.185	126.537	329.185	126.537
CTEEP	1.396.294	1.306.179	1.396.294	1.306.179
CEMAR	146.680	51.188	146.680	51.188
CELPA	418.747	321.038	418.747	321.038
REDE LAJEADO	217.533	-	217.533	-
CEB LAJEADO	63.163	-	63.163	-
EDP LAJEADO	109.755	-	109.755	-
PAULISTA LAJEADO	24.733	-	24.733	-
	<u>3.128.529</u>	<u>2.183.757</u>	<u>3.128.529</u>	<u>2.183.757</u>
Custo de aquisição				
CESP	269.680	269.680	269.680	269.680
CELESC	28.242	28.242	28.242	28.242
AES TIETÊ	23.047	23.047	23.047	23.047
COELCE	15.329	15.329	15.329	15.329
CDSA	11.801	11.801	11.801	11.801
SAELPA	11.272	11.272	11.272	11.272
Investimentos em parcerias	220.743	359.660	818.206	669.445
Outras	33.276	39.501	223.488	143.989
	<u>613.390</u>	<u>758.532</u>	<u>1.401.065</u>	<u>1.172.805</u>
	<u>41.894.129</u>	<u>39.994.152</u>	<u>4.529.594</u>	<u>3.356.562</u>
Outros investimentos	-	-	-	103.713
	<u>41.894.129</u>	<u>39.994.152</u>	<u>4.529.594</u>	<u>3.460.275</u>

A avaliação dos investimentos em controladas e coligadas tomou por base os patrimônios líquidos em 31 de dezembro de 2005. Para as empresas coligadas CTEEP e PAULISTA LAJEADO foi considerada, ao amparo da Instrução CVM nº 247/96, a posição em 30 de novembro de 2005, tendo em vista que corresponde à última informação disponível até a conclusão destas demonstrações.

A ELETROBRÁS têm diversas ações no âmbito do judiciário, em vários estágios de julgamento, onde figura como ré (Vide Nota 28). Foram oferecidos em garantia ativos que representam 5% do total da carteira para os recursos dessas ações judiciais, conforme abaixo descrito:

Participações Societárias	Valor do investimento	Percentual de bloqueio	Investimento bloqueado
CTEEP	1.396.294	89,63%	1.251.498
EMAE	324.960	100,00%	324.960
CESP	269.680	98,67%	266.093
CEEE	97.479	77,71%	75.751
AES TIETE	23.047	28,63%	6.598
COELCE	15.329	100,00%	15.329
DUKE	3.344	58,16%	1.945
CEMAT	329.185	62,48%	205.675
CEB	3.528	100,00%	3.528
CELPA	418.747	5,31%	22.235
CELPE	4.689	70,32%	3.297
CELESC	28.242	15,35%	4.335
Ações bloqueadas	2.914.524		2.181.244
Ações livres	38.979.605		-
	<u>41.894.129</u>		<u>2.181.244</u>

Ao longo dos últimos anos a ELETROBRÁS vem expandindo seus negócios em participações acionárias e como decorrência foram firmados, investimentos em parcerias em projetos com a iniciativa privada, onde a Companhia figura como acionista minoritário, detendo ações preferenciais. Estes empreendimentos têm como objeto a atuação na área de geração e transmissão de energia elétrica, cujos valores aportados estão classificados no Ativo Permanente.

No mesmo sentido, tendo em vista as necessidades de expansão de investimento do Setor Elétrico, em consonância com a intenção do Governo Federal em atrair novos capitais na forma estabelecida pela Lei nº 10.438/2002, as empresas controladas pela ELETROBRÁS participam, de forma minoritária, em empresas de concessão de serviços de energia elétrica.

EMPRESAS	R\$ mil			
	CONTROLADA		CONSOLIDADO	
	2005	2004	2005	2004
GUASCOR	3.300	3.300	3.300	3.300
INVESTCO	-	157.200	-	157.200
ITIQUIRA	41.339	21.234	41.338	21.234
EPTE	11.826	14.926	11.826	14.926
EATE	66.444	83.882	66.444	83.882
TANGARA	32.718	32.718	32.717	32.718
ELEJOR	65.116	46.400	65.115	46.400
ENERPEIXE	-	-	315.000	209.218
STN	-	-	93.100	49.033
TRANSLESTE	-	-	9.600	7.932
TRANSIRAPÉ	-	-	5.474	-
ARTEMIS	-	-	64.976	11.233
SC ENERGIA	-	-	36.461	319
UITAPURU	-	-	15.946	-
ETAU	-	-	14.224	22.828
OUTROS	-	-	42.685	9.222
	<u>220.743</u>	<u>359.660</u>	<u>818.206</u>	<u>669.445</u>

Assinado
 Presidente da Eletrobrás

I - CONTROLADORA

Em dezembro de 2005 foi firmado contrato de promessa de compra e venda de ações entre a ELETROBRÁS e as controladoras da INVESTCO com o objetivo de reestruturar a participação acionária da Companhia na INVESTCO, empreendimento constituído para a exploração da concessão da UHE Luiz Eduardo Magalhães, em sociedade com o GRUPO REDE, a EDP - ENERGIAS DO BRASIL, a CEB e a CMS ENERGY, cuja principal característica é troca de ações preferenciais do capital social da INVESTCO por ações, também preferenciais, representativas do capital social das empresas REDE LAJEADO ENERGIA, CEB LAJEADO, EDP LAJEADO ENERGIA e PAULISTA LAJEADO ENERGIA, bem como a aquisição de Partes Beneficiárias dessas empresas (Vide Nota 40).

II- FURNAS

Participa, desde outubro de 2003, com 40% do capital social da ENERPEIXE, que tem como objeto a concessão de exploração da UHE Peixe Angical, localizada no Rio Tocantins.

O saldo do investimento, em 31 de dezembro de 2005, incluindo os novos aportes de capital, monta R\$ 315.000 mil, sendo R\$ 30.000 mil de adiantamento para futuro aumento de capital. A companhia está em fase pré-operacional, com previsão de início das operações para 2006.

Furnas também participa de mais quatro empreendimentos de transmissão - TRANSLESTE, TRANSUDESTE, CENTRO OESTE DE MINAS e TRANSIRAPÉ, totalizando esses investimentos em 31 de dezembro de 2005 em R\$ 23.934 mil.

III - CHESF

Participa com 49% do capital social da empresa STN, que tem por objeto a exploração da linha de transmissão de 541 km, em 500 Kv, no trecho Teresina-PI - Fortaleza-CE, com previsão de receita anual de R\$ 77.900 mil, sendo que a operação comercial teve início em 1º de janeiro de 2006. O saldo contábil do investimento, em 31 de dezembro de 2005, corresponde a R\$ 93.100 mil.

IV - ELETROSUL

Participa de forma minoritária em diversos investimentos com a iniciativa privada, com o objetivo de exploração do serviço de transmissão de energia elétrica, onde se destacam:

a) ARTEMIS Transmissora de Energia S.A., onde participa com 44% das ações do capital social, tendo como objetivo a exploração de linhas de transmissão em 525 Kv - Salto Santiago - PR - Ivaiporã - PR e Ivaiporã - PR - Cascavel D'Oeste - PR, tendo iniciado suas operações em outubro de 2005. O saldo contábil do investimento em 31 de dezembro de 2005 é de R\$ 64.976 mil.


Aloisio
Presidente da Eletrobrás

João Vicente Amato Torres
Contador: CRC-RJ - 057991/O-S-DF

b) SC ENERGIA, onde participa com 49% das ações do capital social, tendo como objetivo a exploração de linhas de transmissão em 525 Kv - Campos Novos - SC - Blumenau -SC. O saldo contábil do investimento em 31 de dezembro de 2005 de R\$ 36.461 mil.

A ELETROSUL participa, ainda, de mais quatro outros empreendimentos em linhas de transmissão - ETAU, GRALHA AZUL, UIRAPURU, IRS ENERGIA, cujos investimentos totais em 31 de dezembro de 2005 correspondem a R\$ 30.190 mil.

V - ELETRONORTE

Participa com 49% do capital social da AETE que tem como objeto a exploração de linhas de transmissão em 230 Kv, no trecho Coxipó - MT - Rondonópolis - MT, sendo que a operação comercial teve início em setembro de 2005. O saldo deste investimento, em 31 de dezembro de 2005, corresponde a R\$ 21.300 mil.

VI - LIGHTPAR

As controladas FURNAS, CHESF, ELETROSUL, ELETRONORTE e a LIGHTPAR ingressaram no negócio de provimento de meios de transporte de sinais de informações, utilizando parte de suas infra-estruturas de transmissão.

Para viabilização do negócio houve a necessidade de associação da controlada LIGHTPAR, detentora de estrutura legal e estatutária adequada aos propósitos empresariais que se desejava, com a iniciativa privada, participando, de forma minoritária, no capital social da ELETRONET, constituída para viabilizar a exploração do negócio de provimento de meios de transporte de sinais de informações e prestação de serviços de telecomunicações.

A LIGHTPAR, desde setembro de 2002, assumiu a administração da ELETRONET em razão do inadimplemento no aporte de parte da integralização do capital social, incorrido pelo acionista majoritário AES BANDEIRANTE, o qual detém 51% do capital da empresa, cujo Conselho de Administração decidiu pela confissão da falência da Empresa e convocou uma Assembléia Geral Extraordinária dos acionistas da ELETRONET, que aprovou a referida confissão e autorizou que fossem tomadas as medidas judiciais cabíveis.

NOTA 17 - IMOBILIZADO

O valor do imobilizado, cujo detalhamento está demonstrado no Anexo IV, é retificado pelas obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica, que representam os valores recebidos da União, dos Municípios e de Consumidores, bem como doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador, sendo seu vencimento estabelecido pelo Órgão Regulador para concessões de geração, transmissão e distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da respectiva concessão e se constituem no seguinte:


Aloisio Vasconcelos
Presidente da Eletrobrás

João Vicente Amato Torres
Contador: CRC-RJ - 057991/O-S-DF

	CONSOLIDADO	
	R\$ mil	
	2005	2004
Participação da União	403.021	403.021
Amortização	102.267	102.267
Contribuições de consumidores	30.461	30.238
Doações e subvenções destinadas a investimentos	1.584	1.584
Outras	70.436	61.109
	<u>607.769</u>	<u>598.219</u>

a) Participação da União - refere-se a recursos recebidos do Governo Federal para aplicação em obras prioritárias de geração e transmissão de energia elétrica.

b) Amortizações - provenientes das "Reservas para Amortização" constituídas até 1971, nos termos do Decreto Federal nº 41.019/57, que foram aplicadas, até aquele ano, na expansão do Serviço Público de Energia Elétrica.

c) Contribuições de consumidores - referem-se a recursos recebidos pelos Concessionários de Serviço Público de Energia Elétrica para viabilizar a execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica, não previstos no planejamento da expansão dos serviços.

Em virtude de sua natureza, as contas não representam obrigações financeiras efetivas, não devendo, desta forma, ser incluídas como exigibilidades para fins de determinação de indicadores econômico-financeiros.

De acordo com o Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição e comercialização, são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

NOTA 18 – SEGUROS

Os principais ativos imobilizados em serviço do Sistema ELETROBRÁS estão segurados de acordo com a política de cobertura de ativos, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas, estando as principais especificações abaixo demonstradas:

Riscos	R\$ mil	
	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	Importância Segurada	Prêmio
Nomeados	24.120.150	60.271
Aeronáuticos	26.521	891
Diversos	136.602	4.830
	<u>24.283.273</u>	<u>65.992</u>


Aloisio Vasconcelos
Presidente da Eletrobrás

João Vicente Amato Torres
Contador: CRC-RJ - 057991/O-5-PL

Riscos Nomeados - cobertura para perdas e danos materiais decorrentes de incêndio, queda de raio, explosão de qualquer natureza e danos elétricos nas subestações e usinas.

Riscos Aeronáuticos - cobertura para prejuízos sofridos, reembolsos de despesas e responsabilidades civis em decorrência de acidentes, causados às aeronaves.

Riscos Diversos - cobertura para equipamentos móveis, transporte nacional, internacional e outros.

NOTA 19 – FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

O detalhamento dos financiamentos e empréstimos obtidos, incluindo encargos, está apresentado no Anexo V (Vide Nota 38).


I – Liquidação de Obrigações

Em maio e junho de 2005, a ELETROBRÁS liquidou, nos vencimentos, o financiamento na modalidade A/B Loan, no valor equivalente a US\$ 150,000 mil e um bônus no montante equivalente a US\$ 300,000 mil, captados em 2002 e 2000, respectivamente. O financiamento possuía vencimento em três anos e taxa de juros com spread de 4% a.a. acima da variação da Libor e o bônus possuía cupom de 12% a.a. e vencimento em cinco anos.

II – Captação de Recursos

a) **BÔNUS INTERNACIONAIS** - a ELETROBRÁS concluiu no quarto trimestre de 2005 a operação de lançamento de Bônus no mercado internacional no valor equivalente a US\$ 300,000 mil, liderada pelo Banco Dresdner Kleinwort Wasserstein.

Os títulos foram emitidos com prazo de 10 anos, com vencimento para 30 de novembro de 2015, com resgate total na data do vencimento e com cupom de juros semestrais à taxa de 7,75% a.a., possibilitando um "yield", para os investidores que compraram os referidos bônus na data do lançamento, de 7,87% a.a..


Presidente do Conselho
Eletrobrás

b) **A/B LOAN** - a ELETROBRÁS realizou uma segunda captação de recursos no valor de US\$ 100,000 mil, na modalidade A/B Loan, junto a Corporación Andina de Fomento - CAF e o Banco Santander, com taxa de juros e spread de 1,96% a.a. acima da variação da Libor e prazo de liquidação de 10 anos.

Os recursos obtidos nestas operações destinam-se ao programa de investimentos do Sistema ELETROBRÁS previsto para o exercício de 2006.

NOTA 20- FORNECEDORES

Inclui, principalmente, a energia comprada para revenda e tem a seguinte composição:

	R\$ mil			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2005	2004	2005	2004
CIRCULANTE				
Bens e Serviços	22.648	23.761	1.358.300	1.207.663
Energia Comprada para Revenda	1.360.541	1.211.045	894.591	902.529
CCEE	13.250	1.902	-	6.346
	<u>1.396.439</u>	<u>1.236.708</u>	<u>2.252.891</u>	<u>2.116.538</u>

NOTA 21- EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO

O Empréstimo Compulsório, instituído pela Lei nº 4.156/62 com o objetivo de gerar recursos destinados à expansão do setor elétrico brasileiro, foi extinto pela Lei nº 7.181, de 20 de dezembro de 1983, que fixou a data de 31 de dezembro de 1993 como prazo final de arrecadação.

Durante os 5 primeiros anos, iniciados em 1964, o empréstimo foi cobrado de todos os consumidores nas respectivas contas de energia elétrica, prevendo-se o seu resgate após decorridos 10 anos.

Até 1977, o empréstimo foi quitado com a emissão de Obrigações ao Portador. A partir de então, em virtude de alterações promovidas pelo Decreto-lei nº 1.512/76, os referidos títulos deixaram de ser emitidos, passando sua cobrança a incidir somente sobre os consumidores industriais com consumo igual ou superior a 2.000 kw/h, constituindo um crédito desse tipo de consumidor junto às concessionárias de energia elétrica. O prazo de resgate foi ampliado para 20 anos e passou a incidir atualização monetária sobre os créditos constituídos.

A Assembléia Geral Extraordinária de Acionistas da ELETROBRÁS, realizada em 28 de abril de 2005, aprovou a conversão em capital de créditos do Empréstimo Compulsório, no montante de R\$ 3.542.075 mil, constituídos no período de 1988 a 2004, em ações preferenciais da ELETROBRÁS, com a emissão de 27.246.730.045 ações preferências da classe B.

Após a citada conversão em capital de créditos do Empréstimo Compulsório, o estoque remanescente de recursos arrecadados, registrados no passivo circulante e exigível a longo prazo, vencível a partir de 2008, continuará sendo remunerado à taxa de 6% ao ano, acrescido de atualização monetária com base na variação do IPCA-E e correspondem, em 31 de dezembro de 2005, a R\$ 250.273 mil (31 de dezembro de 2004 - R\$ 3.758.736 mil), dos quais R\$ 83.999 mil a longo prazo (31 de dezembro de 2004 - R\$ 3.616.678 mil).


João Vicente Amato Torres
Presidente da Eletrobrás

Nos termos do parágrafo 11, do artigo 4º da Lei nº 4.156, de 28 de novembro de 1962, com as alterações introduzidas pelo artigo 5º do Decreto-Lei nº 644, de 23 de junho de 1969, as denominadas Obrigações da ELETROBRÁS, emitidas em contrapartida ao Empréstimo Compulsório arrecadado nos exercícios de 1964 a 1976, encontram-se com o seu prazo de resgate vencido, já tendo decaído o direito referente ao recebimento do valor correspondente a cada título, não mais havendo, portanto, a possibilidade de negócios com os mesmos desde 1º de julho de 2002. Dessa forma, o passivo relativo ao Empréstimo Compulsório refere-se única e exclusivamente aos créditos residuais de 1988 a 1994, dos consumidores industriais com consumo superior a 2.000 Kw/h, arrecadado no período de 1987 a 1993, bem como dos juros não reclamados relativos a esses créditos, não havendo, portanto, passivos constituídos relativos às Obrigações ou Cautelas de Obrigações.

NOTA 22 - TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	R\$ mil			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2005	2004	2005	2004
Imposto de Renda				
Passivo circulante	740.461	769.918	871.794	924.108
Exigível a longo prazo	899.435	1.465.099	1.091.289	1.801.966
Contribuição Social				
Passivo circulante	298.391	341.823	342.500	351.482
Exigível a longo prazo	294.595	498.234	357.696	522.472
PASEP e COFINS				
Passivo circulante	27.116	2.665	129.214	104.750
Exigível a longo prazo	-	-	25.973	22.680
ICMS				
Passivo circulante	-	-	18.625	9.726
Exigível a longo prazo	-	-	478.336	52.645
PAES				
Passivo circulante	-	-	111.748	100.155
Exigível a longo prazo	-	-	1.237.490	1.216.768
Outros				
Passivo circulante	3.476	1.199	134.261	183.658
Exigível a longo prazo	-	-	12.277	27.770
Total	<u>2.263.474</u>	<u>3.078.938</u>	<u>4.811.203</u>	<u>5.318.180</u>
Passivo circulante	<u>1.069.444</u>	<u>1.115.605</u>	<u>1.608.142</u>	<u>1.673.879</u>
Exigível a longo prazo	<u>1.194.030</u>	<u>1.963.333</u>	<u>3.203.061</u>	<u>3.644.301</u>

Conforme mencionado na Nota 12, as obrigações referentes a IRPJ e CSLL serão compensadas com créditos tributários existentes.

a) Obrigações fiscais diferidas e PAES

As obrigações fiscais diferidas incluídas nos saldos do exigível a longo prazo, demonstrados acima, estão assim compostas:

R\$ mil

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2005	2004	2005	2004
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO				
Diferenças temporárias tributáveis				
IRPJ e CSLL				
Sobre variações cambiais	1.194.030	1.963.333	1.194.030	1.963.333
Outros	-	-	143.207	260.950
	<u>1.194.030</u>	<u>1.963.333</u>	<u>1.337.237</u>	<u>2.224.283</u>
PASEP e COFINS	-	-	25.973	22.680
ICMS	-	-	478.336	52.645
PAES	-	-	1.349.238	1.316.923
Outros	-	-	12.277	27.770
	<u>1.194.030</u>	<u>1.963.333</u>	<u>3.203.061</u>	<u>3.644.301</u>

O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos registrados no Exigível a Longo Prazo correspondem à aplicação das respectivas alíquotas sobre as diferenças temporárias tributáveis, representadas, principalmente, pelas variações cambiais não realizadas. Neste exercício, em virtude da valorização do Real frente ao Dólar Norte Americano, foi revertido, a crédito do resultado do exercício, o valor de R\$ 769.303 mil.

b) Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação entre os montantes de IRPJ e CSLL registrados como despesa nos exercícios de 2005 e 2004 e aqueles apurados com base nas alíquotas nominais, é apresentada a seguir:

	CONTROLADORA			
	2005		2004	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro antes do IRPJ e CSLL	998.934	998.934	2.008.261	2.008.261
Total do IRPJ e CSLL calculado as alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	249.734	89.904	502.065	180.743
Efeitos de adições e (exclusões):				
Equivalência patrimonial	(383.453)	(138.043)	14.734	5.304
Provisão - redução ao vl. de mercado	91.623	32.984	20.470	7.369
Demais adições ou (exclusões)	48.913	17.683	(27.127)	(1.611)
Total da despesa de IRPJ e CSLL	<u>6.817</u>	<u>2.528</u>	<u>510.142</u>	<u>191.805</u>

Alcides Maciel
Presidente da Eletrobrás

c) Parcelamento Especial - PAES

FURNAS

Em julho de 2003, FURNAS optou pelo PAES, transferindo os saldos do REFIS para esta nova modalidade de parcelamento. O valor a ser recolhido representa 1,5% do faturamento mensal, com prazo de financiamento limitado a 180 meses e saldo devedor corrigido pela Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP. Com esta opção, a Empresa incluiu, também, os valores relativos ao parcelamento especial do Imposto Territorial Rural - ITR em 60 meses e débitos relativos ao Imposto de Renda e Contribuição Social incidentes sobre as operações com antigo Mercado Atacadista de Energia - MAE.

O montante da dívida do Parcelamento Especial - PAES em 31 de dezembro de 2005, está assim discriminada:

	<u>R\$ mil</u>
Débitos incluídos no REFIS	
PASEP e COFINS	743.431
ITR	<u>80.614</u>
	824.045
Atualização monetária até 31 de julho de 2003	211.102
Pagamentos efetuados até 31 de julho de 2003	<u>(392.558)</u>
Saldo do REFIS transferido para o PAES	<u>642.589</u>
 Novos débitos incluídos no PAES	
IRPJ	239.934
CSLL	<u>86.266</u>
Total dos débitos do PAES	<u>326.200</u>
 Débito consolidado em 31 de julho de 2003	968.789
Atualização monetária	248.654
Pagamentos efetuados	<u>(207.585)</u>
Saldo do PAES em 31 de dezembro de 2005	<u>1.009.858</u>

[Assinatura]
Aécio Vaz de Azevedo
Presidente da Eletrobrás

O saldo do PAES em 31 de dezembro de 2004 é de R\$ 994.428 mil.

O valor presente desses débitos, a serem liquidados com base na taxa mensal equivalente a 1,5% da receita bruta, limitada às parcelas restantes, é de R\$ 849.051 mil, sendo as seguintes premissas utilizadas para sua determinação:

1 - a receita foi projetada com base no montante faturado até dezembro de 2005, atualizado pela taxa média anual de inflação, estimada em 7,5%.

2 - o valor presente do débito foi obtido descontando-se o fluxo de pagamentos atualizados pela Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, de 8,5% a.a. e descontados à taxa de 11% a.a., taxas estas compatíveis com o cenário econômico descrito.

ELETRONORTE

Da mesma forma, com o objetivo de regularizar débitos junto à Receita Federal e INSS, em março de 2000 a controlada ELETRONORTE ingressou no Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, sendo que, em 2003 o saldo foi transferido para o PAES e seu valor em 31 de dezembro de 2005 é de R\$ 91.619 mil (31 de dezembro de 2004 – R\$ 76.071 mil).

ELETROSUL

Também de forma análoga, a controlada ELETROSUL em agosto de 2003, em virtude de decisão desfavorável em ação judicial decorrente do PASEP e COFINS sobre a receita decorrente da venda de energia de ITAIPU, emanada pelo Tribunal Regional Federal da 4ª região, optou pelo pagamento desta exigibilidade, por meio do Parcelamento Especial – PAES, cujo saldo, em 31 de dezembro de 2005 é de R\$ 247.761 mil (31 de dezembro de 2004 – R\$ 246.424 mil).

NOTA 23 - REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

O estatuto da empresa estabelece como dividendo mínimo obrigatório 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária, respeitada a remuneração mínima de 8% do Capital Social para as ações preferenciais da classe "A" e 6% para as preferenciais da classe "B".

A seguir, está demonstrado o lucro líquido ajustado, e o valor do dividendo mínimo obrigatório, nos termos da Lei nº 6.404/76, bem como, o valor total da remuneração proposta aos acionistas, a ser deliberada em Assembléia Geral Ordinária:

	R\$ mil	
	CONTROLADORA	
	2005	2004
Lucro líquido do exercício	974.589	1.293.314
Reserva legal	(48.729)	(64.666)
Lucro líquido ajustado	925.860	1.228.648
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	231.465	307.162
Remuneração proposta aos acionistas		
Ações ordinárias	153.058	129.306
Ações preferenciais da classe A	252	267
Ações preferenciais da classe B	288.807	231.794
	442.117	361.367

Alcides de Azevedo
Presidente do Eletrobrás

João Vicente Amato Torres
Contador: CRC-RJ - 057991/O-S-DF



Remuneração Proposta (em Reais), por lote de 1.000 ações

	2005	2004
Ações ordinárias - 0,79% do capital (2004 - 0,74%)	0,33	0,29
Ações preferenciais "A" - 8,00% do capital (2004 - 9,41%)	3,43	3,64
Ações preferenciais "B" - 6,00% do capital (2004 - 7,06%)	2,57	2,73

A remuneração aos acionistas referente ao exercício de 2005 corresponde a 47,75% do lucro líquido ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76 (31 de dezembro de 2004 - 29,41%) e será atualizada com base na taxa SELIC, estabelecida pelo Banco Central do Brasil, nos termos do Decreto nº 2.673, de 16 de julho de 1998, que dispõe sobre o pagamento, pelas empresas estatais federais, de dividendos ou de juros sobre o capital próprio. A atualização incide até a data do efetivo início do pagamento da remuneração, relativa ao exercício de 2005, data esta a ser deliberada pela Assembléia Geral Ordinária que apreciará a presente Demonstração Contábil e a proposta de destinação do resultado deste exercício.

Em cumprimento ao deliberado na 45ª Assembléia Geral Ordinária, realizada em 28 de abril de 2005, o pagamento da remuneração aos acionistas relativa ao exercício de 2004 na forma de Juros sobre o Capital Próprio, integralmente imputados aos dividendos, teve início em 21 de dezembro de 2005, fazendo jus ao recebimento os acionistas registrados na data base de 29 de abril de 2005.

Em R\$ / por lote de 1.000 Ações

Tipo/Classe	Valor bruto em 31.12.04	Valor atualizado em 21.12.2005
Ações Ordinárias	0,28575152	0,33864005
Ações Preferenciais "A"	3,63952476	4,31314883
Ações Preferenciais "B"	2,72964357	3,23486162

Sobre os valores pagos incidiram Imposto de Renda na Fonte à alíquota de 15% (quinze por cento), sobre o valor principal e de 20% (vinte por cento) sobre a parcela da remuneração equivalente à aplicação da Taxa SELIC, nos termos da legislação aplicável.

O saldo da remuneração aos acionistas demonstrado no passivo circulante contém a parcela de R\$ 30.455 mil (31 de dezembro de 2004 - R\$ 36.837 mil) referente a remunerações não reclamadas de exercícios anteriores.

 João Vicente Amato Torres
 Contador da Eletrobrás
NOTA 24 - CRÉDITOS DO TESOUREIRO NACIONAL

	R\$ mil			
	CONTROLADORA E CONSOLIDADO			
	CIRCULANTE		LONGO PRAZO	
	2005	2004	2005	2004
Aquisição CEEE	35.709	31.934	431.001	472.434
Cessão de créditos de Itaipu	-	-	-	414.023
Outros	10.530	12.134	68.156	87.595
	<u>46.239</u>	<u>44.068</u>	<u>499.157</u>	<u>974.052</u>

NOTA 25 – FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS

A controlada FURNAS efetuou operações de cessão de créditos de sua titularidade, com a finalidade de obter recursos para fazer face ao seu programa de investimentos.

As principais condições da cessão são as seguintes:

I – FIDC FURNAS I

1. Constituído pelo Banco Santander Brasil, sendo seu administrador;
2. A cessão ao Fundo FURNAS I foi formalizada por Instrumento Particular de Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças, assinado em setembro de 2004;
3. A taxa de desconto é de 1,38% a.a.;
4. A atualização do fluxo cedido é feita mediante a aplicação da taxa SELIC anual, do BACEN, apurada no período compreendido entre a data da cessão e o último dia útil que anteceder a data de pagamento;
5. A controlada manteve-se como mandatária da cobrança;
6. A cessão foi efetuada com a co-obrigação de FURNAS pelo pagamento dos Direitos Creditórios, nos termos do Código Civil Brasileiro; e
7. Créditos cedidos:

<u>CRÉDITOS CEDIDOS</u>	<u>PERÍODO DE REALIZAÇÃO</u>	<u>R\$ mil</u> <u>VALOR CEDIDO</u>
RTE	01/2007 a 01/2008	126.000
Financiamento - CEMAT	10/2004 a 03/2009	164.000
Energia - PROMAN	10/2004 a 12/2006	52.000
Total cedido		342.000

II – FIDC FURNAS II

1. Constituído pelo Banco Santander Brasil, em conjunto com os bancos Bradesco, BB Banco de Investimento, Itaú BBA e Votorantim sendo o administrador a BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários LTDA.;
2. A cessão ao Fundo FURNAS II foi formalizada pelo Instrumento Particular de Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças, assinado em maio de 2005;
3. A taxa de desconto é de 1,80% a.a.;
4. A atualização do fluxo cedido é feita mediante a aplicação da taxa SELIC anual, do BACEN, apurada no período compreendido entre a data da cessão e o último dia útil que anteceder a data de pagamento;

[Signature]
Alcides Carneiro de Azevedo
Presidente da Eletrobrás

5. A controlada manteve-se como mandatária da cobrança.

6. A cessão foi efetuada com a co-obrigação de FURNAS pelo pagamento dos Direitos Creditórios, nos termos do Código Civil Brasileiro.

7. Créditos cedidos:

CRÉDITOS CEDIDOS	PERÍODO DE REALIZAÇÃO	R\$ mil
		VALOR CEDIDO
Créditos - Lei nº 8727/93	06/2005 a 05/2010	228.000
Refinanciamento energia CEB	06/2005 a 05/2010	162.000
Refinanciamento energia CELG	06/2005 a 05/2010	258.000
Contratos diversos	06/2005 a 02/2008	255.050
Total cedido		903.050

As demonstrações consolidadas, nos termos da Instrução CVM nº 408/2004, e dadas as características dos fundos, consideram o saldo de recebíveis como parte integrante do ativo e o montante dos patrimônios dos FIDC's refletido como financiamentos e empréstimos de curto e longo prazo.

NOTA 26 – PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

I – CONTROLADORA

A ELETROBRÁS é patrocinadora da ELETROS, uma entidade fechada de previdência complementar, com patrimônio próprio, segregada da patrocinadora, que tem por finalidade gerir plano previdenciário visando complementar benefícios de aposentadoria e pensão em favor dos empregados da patrocinadora.

A ELETROS gere um plano de benefício definido, que complementa o salário real médio dos últimos anos de atividade em relação ao valor do benefício da Previdência Social, tem suas reservas matemáticas, revisadas anualmente e calculadas atuarialmente segundo o regime de capitalização.

Na qualidade de patrocinadora-instituidora, a ELETROBRÁS efetua contribuições mensais, acrescidas de uma sobretaxa de administração de 15% do total das contribuições previdenciárias referentes a seus empregados.

[Signature]
Aloisio Vasconcelos
Presidente da Eletrobrás

As contribuições são debitadas em despesas administrativas e totalizaram, no exercício findo em 31 de dezembro de 2005, R\$ 16.686 mil (31 de dezembro de 2004 - R\$ 10.410 mil).

As taxas de contribuições praticadas são as seguintes:

- 2,5% - até a metade do teto da previdência
- 5,0% - da metade do teto até o teto da previdência
- 10,5% - do teto da previdência até 3 vezes o teto
- 15,0% - acima de 3 vezes o teto da previdência para os participantes de regulamentos antigos.

Em consonância com o pronunciamento do IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários através da Deliberação nº 371, de 13 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a forma de contabilização, pelas patrocinadoras, dos benefícios concedidos aos empregados, a administração da ELETROBRÁS promove anualmente uma reavaliação atuarial do plano de benefício do qual é patrocinadora, cuja necessidade de cobertura do passivo atuarial de sua responsabilidade é apontada com base em relatório de atuário independente, pelo método da unidade de crédito projetada.

	R\$ mil	
	2005	2004
Valor justo dos ativos dos planos	1.411.693	1.207.641
(-) Valor presente da obrigação atuarial	1.407.712	1.251.579
	3.981	(43.938)
Obrigações com garantia de renda mínima	(33.247)	-
Necessidade de cobertura atuarial	(29.266)	(43.938)

Da necessidade de cobertura atuarial apontada, a ELETROBRÁS já havia reconhecido em seus registros contábeis o valor de R\$ 26.439 mil (31 de dezembro de 2004 - R\$ 52.061 mil), referente a obrigações contratadas apuradas com base nos regulamentos do plano de benefício, razão pela qual, foi complementada a parcela de R\$ 2.827 mil (31 de dezembro de 2004 reversão de R\$ 8.123 mil), totalizando um saldo de R\$ 29.266 mil (31 de dezembro de 2004 - R\$ 43.938 mil), estando apresentada no circulante a parcela de R\$ 26.439 mil (31 de dezembro de 2004 - R\$ 25.942 mil) e no exigível à longo prazo a parcela de R\$ 2.827 mil (31 de dezembro de 2004 - R\$ 17.996 mil), sob o título "Previdência complementar". Os valores contratados estão sujeitos à atualização monetária com base na variação do IGP-M e juros de 8% a.a. sobre as parcelas a vencer e de 12% a.a. sobre as parcelas vencidas, com amortizações em parcelas mensais, vencendo-se a última em 31 de dezembro de 2006.

Para efeito da reavaliação atuarial efetuada nos termos da Deliberação CVM nº 371/00, foram utilizadas as seguintes premissas:

- taxa de 10,24% para o desconto da obrigação atuarial (inflação + 6% a.a. de juros reais);
- taxa de rendimento de 10,24% a.a. esperada sobre os ativos do plano (inflação + 6% a.a. de juros reais);
- taxa de crescimento salarial de 7% a.a. (inflação + 2,86% a.a. de crescimento real); e
- índice de reajuste de benefícios concedidos de prestação continuada de 4% a.a. (somente inflação).


Aloisio Vasconcelos
Presidente da Eletrobrás

II - CONSOLIDADO

Além da ELETROS, que é patrocinada pela ELETROBRÁS, as empresas controladas são patrocinadoras de entidades específicas de previdência privada que têm de igual forma, finalidade de complementar benefícios de aposentadoria

e pensão a seus empregados, através de planos de benefícios e de contribuições, conforme abaixo:

Patrocinadora	Fundação
FURNAS	REAL GRANDEZA
CHESF	FACHESF
ELETROSUL	ELOS
ELETRONORTE, MANAUS e BOA VISTA	PREVINORTE
ELETRONUCLEAR	NUCLEOS e REAL GRANDEZA
ITAIPU	FIBRA (Brasil) e CAJA (Paraguai)
CGTEE	ELETROCEEE

As contribuições são debitadas em despesas administrativas e totalizaram, no exercício findo em 31 de dezembro de 2005, R\$ 127.195 mil (31 de dezembro de 2004 - R\$ 102.447 mil).

Com base nos regulamentos dos planos de benefício e em atendimento ao pronunciamento IBRACON, aprovado pela Deliberação CVM nº 371/00, as empresas avaliam atuarialmente suas obrigações relativas a benefícios complementares a empregados, cuja necessidade de cobertura apurada está refletida nas Demonstrações Contábeis, atingindo o montante de R\$ 2.287.593 mil, estando apresentadas no circulante a parcela de R\$ 366.968 mil (31 de dezembro de 2004 - R\$ 416.541 mil) e no exigível a longo prazo a parcela de R\$ 1.920.625 mil (31 de dezembro de 2004 - R\$ 2.229.831 mil), sob o título Previdência Complementar.

Para efeito das reavaliações atuariais efetuadas nos termos da Deliberação CVM nº 371/2000, foram utilizadas as seguintes premissas:

- (a) taxas de 10,24% a 12,36% a.a. para o desconto da obrigação atuarial;
- (b) taxas de rendimento de 10,24% a 12,36% a.a. esperada sobre os ativos do plano;
- (c) taxa de crescimento salarial de até 7,12% a.a.; e
- (d) índice de reajuste de benefícios concedidos de prestação continuada de até 6% a.a..

NOTA 27 - VENDA ANTECIPADA DE ENERGIA ELÉTRICA

A controlada ELETRONORTE participou em 2004 de leilão de compra de energia elétrica realizado pela ALBRÁS, para um período de 20 anos, sendo 750 MW médios/mês, de junho de 2004 a dezembro de 2006 e 800 MW médios/mês, de janeiro de 2007 a dezembro de 2024, estabelecendo como parâmetro para a celebração do contrato um preço mínimo compatível com a tarifa de equilíbrio da Usina Hidrelétrica de Tucuruí.

O preço ofertado foi composto por um preço base, acrescido de um prêmio, calculado em função da cotação do alumínio no mercado internacional.

João Vicente Amato Torres
Contador: CRC-RJ - 057991/O-S-DF


Abisio Vasconcelos
Presidente da Eletrobrás

Com base nestas condições, a ALBRÁS, visando reduzir o preço base, fez uma oferta de pré-compra de energia.

O edital de licitação previa o pagamento antecipado, que se constitui em créditos de energia da ALBRÁS e que será amortizado durante o período de fornecimento, em parcelas fixas mensais expressas em MW médios, de acordo com a tarifa vigente no mês do faturamento.

O cronograma de pagamentos antecipados ficou assim estabelecido:

Ano	R\$ mil	
	Liberações contratadas	Liberações realizadas
2004	300.000	300.000
2005	500.000	500.000
2006	250.000	-
2007	150.000	-
Total	1.200.000	800.000

Esse passivo correspondente apresenta a seguinte posição em 31 dezembro de 2005:

Ano	R\$ mil		
	Valores recebidos	Pagamentos efetuados	Saldo
2004	300.000	(15.968)	284.032
2005	500.000	(29.201)	470.799
Total	800.000	(45.169)	754.831

Do valor total devido de R\$ 754.831 mil, está registrado contabilmente no passivo circulante a parcela de R\$ 31.380 mil (31 de dezembro de 2004 - R\$ 28.963 mil) e no exigível a longo prazo a parcela de R\$ 723.451 mil (31 de dezembro de 2004 - R\$ 255.423 mil).

NOTA 28 - CONTINGÊNCIAS

A ELETROBRÁS e suas controladas têm diversas ações no âmbito do judiciário, em vários estágios de julgamento, onde figuram como ré. A Administração da Companhia, seguindo as normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, adota o procedimento de classificar as causas impetradas contra a Empresa em função do risco de perda, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, da seguinte forma:

- Para as causas cujo desfecho negativo para a empresa seja considerado como *provável*, são constituídas provisões;
- Para as causas cujo desfecho negativo para a empresa seja considerado como *possível*, as informações correspondentes são divulgadas em Notas Explicativas; e

Alcides Vascelos
Presidente da ELETROBRÁS

João Vicente Amato Torres
Contador: CRC-RJ - 057991/O-S-DF

- Para as causas cujo desfecho negativo para a empresa seja considerado como *remoto*, somente são divulgadas em Notas Explicativas as informações, que, a critério da Administração, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das Demonstrações Contábeis.

Nesse sentido, para fazer face a eventuais perdas, são constituídas provisões para contingências, apresentando a seguinte composição por natureza:

	R\$ mil			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2005	2004	2005	2004
CIRCULANTE				
Trabalhistas	-	-	324.681	323.659
Tributárias	-	-	22.576	15.152
Cíveis	-	-	632.837	636.232
	-	-	980.094	975.043
EXÍGIVEL A LONGO PRAZO				
Trabalhistas	17.072	17.072	246.077	198.992
Tributárias	-	-	126.697	12.689
Cíveis	1.328.544	1.005.098	1.797.218	1.483.866
	<u>1.345.616</u>	<u>1.022.170</u>	<u>2.169.992</u>	<u>1.695.547</u>

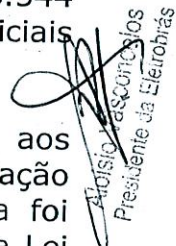
I - Ações judiciais cíveis

A provisão para contingências cíveis, na controladora, no valor de R\$ 1.328.544 mil (31 de dezembro de 2004 - R\$ 1.005.098 mil), corresponde a ações judiciais relacionadas ao Empréstimo Compulsório, em favor da ELETROBRÁS.

O reconhecimento dos juros e da atualização monetária devida aos consumidores, foi procedido nos exatos termos estabelecidos na legislação aplicável, significando dizer que para o cálculo da atualização monetária foi observado o disposto no art. 2º do Decreto-lei nº 1.512/76 e no art. 3º da Lei nº 4.357/64, com as alterações promovidas pela Lei nº 5.073/96.

Dessa forma, a ELETROBRÁS, em fiel cumprimento à legislação de regência, no cômputo da atualização monetária devida ao consumidor industrial, não corrige, por impedimento legal, os valores pagos desde a data do efetivo recolhimento, mas sim, a partir do dia 1º de janeiro do ano subsequente à sua arrecadação e, ao efetivar o pagamento anual dos juros sobre o montante arrecadado, o faz a partir do segundo ano após o recolhimento, com base no parágrafo único, do art. 4º, do Decreto nº 81.668/78 que regulamentou o Decreto-lei nº 1.512/76.

Contra essa sistemática de cálculo determinada pela legislação que rege o Empréstimo Compulsório instituído pelo Governo Federal, tem havido ações judiciais de cobrança, nas quais os consumidores industriais defendem a tese de que a denominada correção monetária do Empréstimo Compulsório deve ser paga na sua integralidade, ou seja, desde a data do pagamento até a data da


Adilson Rescort
Presidente da Eletrobrás

restituição do empréstimo ou de sua conversão em ações da ELETROBRÁS, questionando, também, os expurgos dos índices inflacionários levados a efeito por força das normas legais que deram amparo ao diversos planos econômicos de combate a inflação, implementados no País.

Nesse sentido, encontram-se ajuizadas 2.438 ações em trâmite em diversas instâncias do Poder Judiciário, objetivando sentenças que reconheçam aos seus autores o direito de receber a correção monetária plena sobre valores que contribuíram à título de Empréstimo Compulsório, para as quais, a Administração da Companhia, amparada em seus consultores jurídicos, estima entre oito a dez anos, o prazo médio para a solução definitiva dos processos em curso.

Com base nesse critério, a Administração da ELETROBRÁS, fundamentada por seus consultores jurídicos, avalia que o risco de perda das ações vinculadas ao Empréstimo Compulsório é classificado como possível. Contudo, dada a relevância dos valores envolvidos adota, por conservadorismo, a prática de constituir provisão para contingências para fazer face a eventuais perdas decorrentes de decisões judiciais desfavoráveis.

Desse modo, o valor acumulado da provisão, no montante de R\$ 1.328.544 mil (31 de dezembro de 2004 - R\$ 1.005.098 mil) é julgado suficiente pela administração da Companhia e está em conformidade com os diversos estágios em que se encontram as ações judiciais.

II - Ações judiciais trabalhistas

Não existem contingências de natureza trabalhistas relevantes envolvendo a Companhia, sendo que as referidas causas têm a probabilidade de perda avaliada, substancialmente, como possível pelos consultores jurídicos. No entanto, a companhia mantém uma provisão de R\$ 17.072 mil, para fazer face a eventuais perdas.

III - Tributárias - Auto de Infração da Secretaria da Receita Federal

A Secretaria da Receita Federal lavrou em julho de 2003, Auto de Infração contra a ELETROBRÁS referente à contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS, no valor histórico de R\$ 281.702 mil, que atualizado até 31 de dezembro de 2005 atinge o montante de R\$ 441.427 mil.

O referido Auto diz respeito à exclusão da base de cálculo da referida contribuição, das receitas decorrentes das operações de financiamento destinadas à aquisição de bens do ativo imobilizado, praticadas com ITAIPU Binacional.

A ELETROBRÁS discorda dessa autuação, amparada nos termos do Tratado Internacional firmado entre os Governos do Brasil e do Paraguai e legislações posteriores correlatas, incluindo atos normativos da SRF, que regem todas as operações praticadas pela e com a ITAIPU Binacional.


Auditor de Contas
Presidente da ELETROBRÁS

A ELETROBRÁS, amparada em seus consultores jurídicos, impugnou esse auto de infração, não obtendo sucesso em 1ª instância administrativa, onde foi confirmado o débito em discussão, já tendo sido interposto o respectivo recurso, pendente de decisão pelo Conselho de Contribuintes.

Com base na opinião dos consultores jurídicos, a Administração da companhia espera obter decisão favorável nesse processo, cuja avaliação de risco de perda é remota, razão pela qual não foi constituída provisão.

IV - Contingências em empresas controladas

a) CHESF

1. A Companhia é autora de um processo judicial no qual pede a declaração de nulidade parcial de aditivo (Fator K de correção analítica de preços) ao contrato de empreitada das obras civis da Usina Hidrelétrica Xingó, firmado com o Consórcio formado pela Companhia Brasileira de Projetos e Obras - CBPO, CONSTRAN S.A. - Construções e Comércio e Mendes Júnior Engenharia S.A., e a devolução de importâncias pagas, no valor de aproximadamente R\$ 350.000 mil, sendo que os trabalhos periciais já se encontravam concluídos e os autos conclusos para o Juiz. A Administração, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos, registrou provisão, no Exigível a Longo Prazo, no valor de R\$ 252.978 mil, para eventuais perdas decorrentes deste assunto.

2. Ações de indenização ajuizadas pelo Consórcio formado pelas empresas CBPO/CONSTRAN/Mendes Júnior, nas quais pede a condenação da Companhia e o pagamento de compensação financeira adicional, em virtude de atraso no pagamento das faturas do contrato referente à Usina Hidrelétrica Xingó. Uma, impetrada em 08 de junho de 1999, para as faturas emitidas a partir de 30 de abril de 1990 e outra, impetrada em 31 de maio de 2000, para as faturas emitidas até aquela data. Nas aludidas ações, as autoras formularam pedido genérico, limitando-se a apontar a existência de um suposto direito a compensação financeira, remetendo para a liquidação da sentença a apuração dos valores. Atualmente os processos estão conclusos para despacho e provavelmente ocorrerá o saneamento final para prolação da sentença, sendo julgadas como de risco possível, portanto, não provisionada.

3. Ações cíveis públicas propostas contra a controlada, no valor de R\$ 200.000 mil, tendo por objeto obter compensação financeira em decorrência de alegados danos ambientais causados a pescadores, provocados pela construção da UHE Xingo, não provisionadas por possuírem avaliação de risco possível.

4. A controlada possui, também, ações consideradas como de risco de perda remoto, pelos consultores jurídicos da Companhia, destacando-se uma ação de cobrança em andamento movida pela empresa Mendes Júnior, contratada para a construção da Usina Hidrelétrica Itaparica, por alegados prejuízos financeiros resultantes de atraso no pagamento de faturas por parte da Companhia. A referida Ação de Cobrança está baseada na Ação Declaratória julgada procedente para o fim de declarar a existência de uma relação de crédito da Mendes Júnior junto à CHESF, assegurando ressarcimento financeiro.


Aloísio Vascelos
Presidente da Eletrobrás

Nesta ação de cobrança cabia à Mendes Júnior, para fazer jus a alguma espécie de ressarcimento financeiro, em cumprimento a decisões do Tribunal de Justiça de Pernambuco e Superior Tribunal de Justiça, comprovar que captou recursos especificamente para o financiamento da obra de Itaparica, em decorrência do atraso da CHESF no pagamento de algumas faturas, e que as despesas financeiras que teve, com essa captação de recursos, teria sido superior ao total de acréscimos pagos pela CHESF, com esses atrasos.

Por determinação do Juízo Federal da 12ª Vara, em Pernambuco, está em andamento perícia contábil, em que, respondendo quesito da CHESF, o Perito Judicial declarou "não ser possível, a partir da análise dos registros contábeis da Mendes Júnior, afirmar ter ela captado, nos períodos em que ocorreram atrasos no pagamento das faturas, recursos no mercado financeiro, especificamente para o financiamento da obra de Itaparica".

Entregue o laudo pericial, em juízo, as partes apresentaram pedidos de esclarecimentos ao Perito, que ainda não foram objeto de análise pelo Juízo da 12ª Vara Federal. Os autos foram ainda encaminhados ao Ministério Público Federal que declarou estar concluindo manifestação sobre a ação, a ser entregue ao Juízo.

Considerando a anulação de todos os atos desenvolvidos na esfera da Justiça Estadual, e as rígidas determinações do MM. Juiz Federal com relação à nova perícia, exigindo a completa identificação dos recursos próprios ou captados pela Mendes Júnior, e a comprovação de sua efetiva aplicação nas obras de Itaparica, não é possível estimar valor para o litígio, nem mesmo em caráter de expectativa. Considerando que, até o momento, o perito do Juízo não conseguiu comprovar a existência de qualquer crédito em favor da autora, mesmo após ter tido acesso à contabilidade desta, como também da ré.

Os autos do processo se encontravam conclusos para o Juiz, para providências cartorárias e aguardo da manifestação do Ministério Público Federal. Em 30 de setembro de 2005 o perito do juízo entregou o Laudo Complementar, com o qual respondeu questões argüidas pelas partes, mas sem acrescentar nada de novo quanto às suas opiniões anteriores. Em 31 de dezembro de 2005 os autos se encontravam com vistas para o Ministério Público Federal, para emissão do competente parecer.

b) ITAIPU Binacional

A controlada em conjunto ITAIPU Binacional, possui provisões de longo prazo para fazer face a diversas ações judiciais de natureza cível e trabalhista, nos montantes de R\$ 205.783 mil (31 de dezembro de 2004 - R\$ 233.095 mil) e R\$ 210.776 mil (31 de dezembro de 2004 - R\$ 160.727 mil), respectivamente.

c) FURNAS

1. Em maio de 2001, a controlada FURNAS recebeu autos de infração da Secretaria da Receita Federal relativos ao FINSOCIAL, COFINS e PASEP, no montante atualizado de R\$ 1.031.350 mil, em decorrência de exclusões nas

Aloisio Vescovo Sobrinho
Presidente da Eletrobrás

bases de cálculo relativas, principalmente, a repasse e transporte de energia elétrica de ITAIPU por um período de dez anos. Estes autos de infração sobrepueram-se a outros emitidos em 1999 para um período de fiscalização de cinco exercícios, no montante de R\$ 615.089 mil, que haviam sido objeto de adesão ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS em março de 2000 e transferidos em julho de 2003, para o Parcelamento Especial - PAES.

Por discordar da autuação, a Administração de FURNAS apresentou recurso de impugnação, justificado por procedimento fiscal incompleto, cumprido *extra lege*, superposição de fiscalização e por um período abrangido pela decadência. No exercício de 2004, o Conselho de Contribuintes julgou favoravelmente a FURNAS o recurso interposto relativo ao Auto de Infração relativo ao FINSOCIAL. No exercício de 2005 houve também decisão favorável à FURNAS com relação ao Auto de Infração referente ao PASEP, em função do período de fiscalização ter ultrapassado cinco anos. Quanto ao Auto de Infração da COFINS não houve, até a presente data, julgamento do recurso interposto por FURNAS.

A administração da controlada, fundamentada na opinião de sua Consultoria Jurídica, entende que a ação fiscal extrapola os limites legais, com possibilidade judicial favorável a FURNAS, razão pela qual não foi constituída provisão.

2. A controlada FURNAS possui diversas ações judiciais de natureza trabalhista, para as quais constitui provisões para contingências, dentre as quais as mais relevantes referem-se a questão relacionada à mudança de data-base dos engenheiros, no valor de R\$ 63.355 mil (31 de dezembro de 2004 - R\$ 61.665 mil), sendo R\$ 5.466 mil relativos a empregados transferidos para a ELETRONUCLEAR em decorrência da cisão ocorrida em 1997 e, adicional de periculosidade para eletricitários que, de acordo com o entendimento do Tribunal Superior do Trabalho, deve ser concedido pelo percentual integral e não proporcional como vinha sendo praticado por FURNAS a todos os empregados que prestam serviços em atividade sujeita ao risco elétrico. O montante estimado para cobertura de eventuais perdas desta ação é de R\$ 33.375 mil.

d) ELETRONORTE

A controlada vem sendo acionada em diversos processos judiciais, de natureza cível, tributária e trabalhista. Durante o exercício de 2005, a Administração procedeu a uma avaliação dos riscos de contingência relacionados a tais processos judiciais e, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisões no valor total de R\$ 713.834 mil, (31 de dezembro de 2004 - R\$ 693.181 mil), sendo, cível, no valor de R\$ 499.850 mil (31 de dezembro de 2004 - R\$ 492.944 mil), tributária, no valor de R\$ 18.090 mil (31 de dezembro de 2004 - R\$ 12.325 mil) e trabalhista, no valor de R\$ 175.974 mil (31 de dezembro de 2004 - R\$ 125.588 mil) e outras no valor de R\$ 19.929 mil (31 de dezembro de 2004 - R\$ 62.324 mil), julgadas suficientes para a cobertura de eventuais perdas nos riscos cujas chances de desfecho desfavorável são considerados prováveis.

João Vicente Amato Torres
Contador: CRC-RJ - 057991/O-5-DF

e) Inconstitucionalidade do PIS/PASEP e COFINS

O Supremo Tribunal Federal – STF declarou a inconstitucionalidade do parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98, que ampliou a base de cálculo do PIS/PASEP e da COFINS e deu, naquela época, novo conceito ao faturamento, que passou a abranger todas as receitas auferidas pela pessoa jurídica, independente do tipo de atividade exercida e a classificação contábil adotada. Tal dispositivo não possuía previsão constitucional que o amparasse, tendo sido objeto de emenda constitucional posterior.

A referida decisão somente beneficia as empresas autoras dos recursos extraordinários julgados.

Com base no Código Tributário Nacional – CTN, as empresas do Sistema ELETROBRÁS ingressaram com recurso administrativo junto à Secretaria da Receita Federal, com o fim de obter o reconhecimento do direito e a restituição do valor pago a maior em decorrência da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo dessas contribuições, sendo que, até a conclusão destas demonstrações contábeis, não havia registro de julgamento do pleito.

As empresas do Sistema ELETROBRÁS possuem créditos fiscais em potencial de PIS/PASEP, relativo ao período de fevereiro de 1999 a novembro de 2002, e de COFINS, relativo ao período de fevereiro de 1999 a janeiro de 2004, que estão em fase de apuração, não estando concluída a sua quantificação.

Considerando este novo cenário, estão sendo analisadas as possibilidades e procedimentos a serem adotados no sentido de viabilizar o reconhecimento destes créditos por parte das autoridades tributárias.

NOTA 29 - DESCOMISSIONAMENTO DE USINAS NUCLEARES

O descomissionamento é um conjunto de medidas necessárias para retirar de serviço, com segurança, instalações nucleares, viando a redução da radioatividade residual a níveis que permitam liberar o local para múltiplos usos.

No caso das usinas termonucleares brasileiras a alternativa de desativação considerada, que consiste no desmantelamento total da usina, precedido de confinamento por um período de 10 a 30 anos.

Com a entrada em operação de Angra II, foram atualizados os novos estudos sobre os custos de descomissionamento, tomando como referência os valores orçados em estudos específicos para um conjunto de 17 usinas americanas e 10 européias, canadenses e japonesas que se encontram em diversos estágios do processo de descomissionamento, assim como os critérios determinados pelas normas americanas da *NRC – Nuclear Regulatory Commission*, em estudos de usinas semelhantes às brasileiras e, inclusive, estudo específico realizado na usina de Krisko, que é tida como gêmea de Angra I.

João Vicente Amato Torres
Contador: CRC-RJ - 057991/O-S-DF

Desse modo, verificou-se que o custo fixado em 1985 para a desativação de Angra I, equivalente a US\$ 111,000 mil era insuficiente para suportar o descomissionamento da Usina, necessitando ser elevado para US\$ 197,816 mil, tendo sido mantida a previsão de término da vida útil em dezembro de 2014 e, no caso de Angra II, o valor inicial fixado em 2000 de US\$ 240,000 mil foi julgado adequado e mantido e o término de sua vida útil está estimado para agosto de 2030.

Como decorrência, o saldo do passivo para descomissionamento das usinas nucleares Angra I e II é de R\$ 347.786 mil, em 31 de dezembro de 2005 (31 de dezembro de 2004 - R\$ 346.056 mil), conforme demonstrado abaixo:

DESCOMISSIONAMENTO

Usina	Passivo Constituído		Passivo a Constituir		Total	
	US\$ mil	R\$ mil	US\$ mil	R\$ mil	US\$ mil	R\$ mil
Angra I	105,915	247.916	91,901	215.112	197,816	463.028
Angra II	42,667	99.870	197,333	461.898	240,000	561.768
Total	148,582	347.786	289,234	677.010	437,816	1.024.796

Dadas as características específicas de operação e manutenção de usinas nucleares sempre que ocorrerem alterações no valor estimado do custo de descomissionamento das usinas termonucleares, decorrentes de novos estudos em função de avanços tecnológicos, deverão ser alteradas as quotas mensais de forma a ajustar o saldo da obrigação à nova realidade.

NOTA 30 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

I - Capital Social

As ações da ELETROBRÁS não têm valor nominal. As preferenciais não têm direito a voto e não são conversíveis em ordinárias, entretanto, gozam de prioridade no reembolso do capital e na distribuição de dividendo, às taxas anuais de 8% no caso de ações de classe "A" (subscritas até 23 de junho de 1969) e 6% para as de classe "B" (subscritas a partir de 24 de junho de 1969), calculado sobre o capital correspondente a essas classes de ações.

Em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 28 de abril de 2005, os acionistas da ELETROBRÁS deliberaram pela conversão de R\$ 3.542.075 mil relativos aos débitos da Companhia junto aos detentores do Empréstimo Compulsório. Como conseqüência, o capital social da Companhia foi aumentado em R\$ 1.053.630 mil, com a emissão de 27.246.730.045 ações preferenciais da classe B, tendo sido destinado para a reserva de capital - ágio na emissão de

João Vicente Amato Torres
Contador: CRC-RJ - 057991/O-5-DF

ações, o valor de R\$ 2.488.445 mil, nos termos da legislação de regência (Vide Nota 20).

Nesta mesma AGE, os acionistas da companhia, nos termos do artigo 199 da Lei nº 6.404/76, deliberaram pela capitalização de reservas de lucros correspondente ao excesso do saldo das reservas de lucros e lucros acumulados, verificado por ocasião do encerramento das Demonstrações Contábeis relativas ao exercício de 2004, em relação ao capital social. Como consequência, o capital social foi aumentado no valor de R\$ 2.397.003 mil, sem emissão de novas ações.

Como decorrência das duas operações de aumento do capital social havidas neste exercício, o Capital Social da Companhia foi aumentado no valor total de R\$ 3.450.633 mil passando, portanto, de R\$ 20.785.196 mil, em 31 de dezembro de 2004, para R\$ 24.235.829 mil, em 31 de dezembro de 2005.

O capital social em 31 de dezembro de 2005 está representado por 564.749.250.925 ações e sua distribuição, pelos principais acionistas e espécies de ações, é apresentada a seguir:

ACIONISTA	QUADRO DE AÇÕES						
	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS			CAPITAL TOTAL	
	QUANTIDADE	%	Série A	Série B	%	QUANTIDADE	%
UNIÃO	264.328.120.835	58,41	-	17.595.501.100	15,69	281.923.621.935	49,94
BNDESPAR	66.878.975.753	14,78	-	-	-	66.878.975.753	11,84
FND	22.810.794.898	5,04	-	-	-	22.810.794.898	4,03
OUTROS	98.493.872.064	21,77	73.460.000	94.568.526.275	84,31	193.135.858.339	34,19
	<u>452.511.763.550</u>	<u>100,00</u>	<u>73.460.000</u>	<u>112.164.027.375</u>	<u>100,00</u>	<u>564.749.250.925</u>	<u>100,00</u>

Do total das 193.135.858.339 ações em poder dos minoritários, 108.591.957.417 ações, ou seja, 56,23 % são de propriedade de investidores não-residentes, sendo 70.758.495.844 ações ordinárias e 37.833.461.573 ações preferenciais da classe "B".

Da participação total de acionistas domiciliados no exterior, 46.793.250.500 ações ordinárias e 1.563.644.000 ações preferenciais da classe "B" estão custodiadas, lastreando o Programa de *American Depositary Receipts* - ADR, de nível I.

Em 31 de dezembro de 2005 o valor patrimonial das ações, por lote de mil, é de R\$ 134,07 (31 de dezembro de 2004 - R\$ 130,00).

João Vicente Amato Torres
Contador: CRC-RJ-057991/O-5-DF

II - Reservas de Capital

	R\$ mil	
	2005	2004
Compensação de insuficiência de remuneração - CRC	18.961.102	18.961.102
Ágio na emissão de ações	3.243.272	754.827
Especial - Decreto-lei nº 54.936/64	387.419	387.419
Correção monetária do balanço de abertura de 1978	309.655	309.655
Correção monetária do compulsório - 1987	2.708.432	2.708.432
Doações e subvenções - FINOR, FINAM e outros	297.424	297.424
	<u>25.907.304</u>	<u>23.418.859</u>

A Reserva de Capital denominada CRC corresponde à participação percentual da ELETROBRÁS, no reconhecimento das insuficiências de remuneração de suas controladas, absorvidas pela Conta de Resultado a Compensar - CRC e reconhecidas patrimonialmente por ocasião da liquidação dos compromissos do Tesouro Nacional por força do extinto regime de remuneração garantida vigente no setor elétrico brasileiro até o exercício de 1993.

III - Reservas de Lucros e Lucros Acumulados

O Estatuto Social da companhia prevê a destinação de 50% do lucro líquido do exercício para a constituição de reserva de investimentos e de 1% para a reserva de estudos e projetos.

As reservas estatutárias - Investimentos e Estudos e Projetos estão limitadas, respectivamente, a 75% e 2% do capital social.

	R\$ mil	
	2005	2004
Legal (art.193 - Lei 6.404/76)	1.595.578	1.546.849
Estatutárias:		
Estudos e projetos (art.194-Lei 6.404/76)	228.809	219.061
Investimentos (art.194 - Lei 6.404/76)	14.078.184	14.136.402
Outras (art.194 - Lei 6.404/76)	11.081	11.081
Retenção de lucros (art. 196 - Lei 6.404/76)	-	266.841
Dividendos não distribuídos (art.202 - Lei 6.404/76)	6.448.973	5.417.315
	<u>22.362.625</u>	<u>21.597.549</u>
Lucros Acumulados	-	1.584.651
	<u>22.362.625</u>	<u>23.182.200</u>

IV - Reservas de Reavaliação

Refere-se a reserva reflexa das coligadas relevantes CELPA e CEMAT avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, que procederam à reavaliação de bens de seu ativo imobilizado.

João Vicente Amato Torres
Contador: CRC-RJ - 057991/O-S-DF

V - Adiantamentos para futuro aumento de capital

Os adiantamentos de recursos recebidos do Tesouro Nacional são classificados no Patrimônio Líquido nos termos da Norma de Execução Conjunta nº 20/1990, da Coordenadoria de Contabilidade do Tesouro Nacional e destinaram-se a:

	R\$ mil	
	2005	2004
Aquisição de participação acionária na CEEE	1.365.471	1.147.033
Aquisição da participação acionária na CGTEE	1.288.601	1.082.460
Linha de transmissão Banabuí-Fortaleza	44.804	37.637
Usina Hidrelétrica de XINGÓ	125.885	105.747
Linhas de transmissão no da Bahia	19.705	16.553
Fundo Federal de Eletrificação - Lei nº 5.073/66	116.811	98.124
	2.961.277	2.487.554

NOTA 31 – LEILÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

I – Energia existente

A controlada ELETRONORTE, participou de Leilão de Energia Existente, onde vendeu 90 MW médios para entrega a partir de 2008, ao preço de R\$ 83,47/MWh.

Neste ano, a empresa intensificou as vendas de curto prazo, obtendo uma performance de venda em torno de 134 MW médios no ano e receita de R\$ 38.120 mil.

A controlada FURNAS, participou de Leilão de Energia Existente, onde comercializou 281 MW médios, em contratos de 08 (oito) anos, com início a partir de 2009.

A controlada CGTEE através da participação nos Leilões de Energia proveniente de empreendimentos já existentes, obteve os seguintes resultados:

- Comercialização de 104 MW médios/ano ao preço de R\$ 83,50/MWh, pelo período de 8 anos, com início de suprimento a partir de 1 de janeiro de 2008, com assinatura de contratos com 34 agentes de distribuição.
- Comercialização de 35 MW médios/ano ao preço de R\$ 91,80/MWh, pelo período de 8 anos, com início de suprimento a partir de 1 de janeiro de 2008, com assinatura de contratos com 17 agentes de distribuição.


 Arquivo de Concilios
 Presidente da Eletrobrás

João Vicente Amato Torres
 Contador: CRC-RJ - 057991/O-5-DF

II – Energia nova

a) FURNAS - a controlada arrematou a concessão de três novas usinas hidrelétricas - SIMPLÍCIO (333,7 MW médios), PAULISTAS (52,5 MW médios) e a participação de 15% (21 MW médios) na usina de BAGUARI, projeto em parceria com a CEMIG (34%) e NEOENERGIA (51%), todas colocadas à venda no primeiro leilão de energia nova realizado pela ANEEL em 16 de dezembro de 2005. No mesmo leilão FURNAS negociou 100% da energia destes empreendimentos.

b) ELETROSUL - a controlada obteve no leilão nº 002/2005 promovido pela ANEEL, a concessão para a exploração da UHE Passo São João, com capacidade de 77MW e negociou 37MW médios, ao preço de R\$ 113,22 MWh, para suprimento no período de janeiro de 2010 a dezembro de 2040.

NOTA 32 – RECEITAS OPERACIONAIS - PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

	R\$ mil			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2005	2004	2005	2004
Investimentos em controladas				
Equivalência patrimonial	1.264.876	(9.695)	-	-
Juros sobre o capital próprio	546.681	496.535	-	-
Rendimentos de capital - ITAIPU	46.965	52.058	-	-
	<u>1.858.522</u>	<u>538.898</u>	-	-
Investimentos em coligadas				
Equivalência patrimonial	268.935	(49.239)	319.730	(54.322)
Juros sobre o capital próprio	86.992	53.503	86.992	53.503
	<u>355.927</u>	<u>4.264</u>	<u>406.722</u>	<u>(819)</u>
Outros investimentos				
Juros sobre o capital próprio	16.846	15.772	19.656	17.548
Dividendos	44.168	44.050	44.168	46.201
Remuneração dos investimentos em parcerias	112.312	120.390	112.312	120.390
	<u>173.326</u>	<u>180.212</u>	<u>176.136</u>	<u>184.139</u>
	<u>2.387.775</u>	<u>723.374</u>	<u>582.858</u>	<u>183.320</u>


 Arício de Azevedo
 Presidente da Eletrobrás

João Vicente Amato Torres
 Contador: CRC-RJ - 057991/O-S-DF

NOTA 33 – REVERSÃO DE PROVISÃO PARA PASEP E COFINS

O Decreto nº 5.164, de 30 de julho de 2004 do Poder Executivo reduziu a zero as alíquotas da contribuição para o PASEP e COFINS incidentes sobre as receitas financeiras das pessoas jurídicas sujeitas à incidência não cumulativa das referidas contribuições.

Como decorrência das alterações mencionadas, a ELETROBRÁS reverteu em 2004, o saldo do exigível a longo prazo – obrigações fiscais diferidas, relativas ao PASEP e COFINS, no montante de R\$ 528.637 mil, incidentes até então sobre o líquido de receitas e despesas financeiras. Por consequência foram revertidos, também, os créditos tributários correspondentes ao imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido, no valor de R\$ 179.736 mil, relativo à aplicação da alíquota de 34% sobre as obrigações fiscais diferidas revertidas de PASEP e COFINS.

NOTA 34 – PROVISÕES OPERACIONAIS

	R\$ mil			
	CONTROLADA		CONSOLIDADO	
	2005	2004	2005	2004
Contingências	323.447	307.751	454.756	946.572
Créditos de liquidação duvidosa	128.395	23.179	233.313	190.187
Títulos e valores mobiliários				
Investimentos temporários	366.490	81.877	366.490	81.877
FINAM e FINOR	282.063	-	282.063	-
Outros	30.054	40.260	30.054	40.260
	<u>1.130.449</u>	<u>453.067</u>	<u>1.366.676</u>	<u>1.258.896</u>

NOTA 35 - PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS E ADMINISTRADORES

A participação dos empregados nos lucros ou resultados ocorre com base em acordos coletivos de trabalho firmados com os empregados e entidades sindicais, nos termos da legislação federal específica em vigor.

Dessa forma, no exercício de 2005 a ELETROBRÁS provisionou o montante de R\$ 15.000 mil (31 de dezembro de 2004 – R\$ 13.000 mil) e, no consolidado, R\$ 133.059 mil (31 de dezembro de 2004 – R\$ 97.572 mil), correspondente à participação dos empregados e administradores nos lucros ou resultados - PLR. O valor provisionado está em conformidade com a Resolução nº 10, de 30 de maio de 1995, do Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – CCE.

Alcides de Azevedo
Presidente da Eletrobrás

João Vicente Amato Torres
Contador: CRC-RJ - 057991/O-5-DF

A PLR será objeto de deliberação pela Assembléia Geral Ordinária de Acionistas a ser realizada em abril de 2006.

NOTA 36 - REMUNERAÇÃO DE EMPREGADOS E DIRIGENTES

A menor e a maior remunerações pagas a empregados, tomando-se por base o mês de dezembro de 2005, foram de R\$ 1.404,00 e R\$ 18.487,92 (inclui adicional de transferência) respectivamente, de acordo com a política salarial praticada pela ELETROBRÁS. O maior honorário atribuído a dirigente, tomando-se por base o mês de dezembro de 2005, correspondeu a R\$ 20.810,40.

NOTA 37 - SEGMENTOS DE NEGÓCIOS

As informações sobre a demonstração do resultado dos segmentos de negócios operacionais do Sistema ELETROBRÁS estão apresentadas no Anexo VI, de acordo com o modelo de gestão, a partir de bases internas utilizadas para avaliação de performance dos segmentos e para a decisão de alocação de investimentos.

Os critérios de divulgação estão de acordo com o previsto pela ANEEL e recomendações da CVM e apoiados, também, no pronunciamento SFAS 131 - *Disclosures about Segments of an Enterprise and Related Information e, contempla as seguintes áreas de negócio:*

GERAÇÃO - construção e operação de usinas hidráulicas, térmicas, termonucleares e outras fontes, objetivando a produção de energia elétrica para fornecimento prioritário no país;

TRANSMISSÃO - construção e operação de linhas de transmissão, objetivando o transporte da energia elétrica entre os centros de produção e de consumo.

COMERCIALIZAÇÃO - intermediação em operações de compra e venda de energia elétrica.

DISTRIBUIÇÃO - construção e operação de sistemas de distribuição de energia elétrica em centros urbanos e destinados a consumidores finais.

ADMINISTRAÇÃO - órgãos corporativos cujos custos não podem ser atribuídos a demais áreas, em particular vinculados à gestão financeira, de participações acionárias e administração central.

As informações de natureza contábil por segmento de negócios foram elaboradas na premissa de atribuição de itens que tenham efetivo controle e gestão exercida pelas áreas totalmente identificadas com o segmento operacional.


Ass. Contábil e Financeira
Eletrobrás

NOTA 38 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Gestão de recursos

Nas aplicações de recursos financeiros da ELETROBRÁS destacam-se, fundamentalmente, os empréstimos e financiamentos de longo prazo e os investimentos em participações acionárias em empresas concessionárias de serviço público de energia elétrica.

Os empréstimos e financiamentos concedidos estão associados à função de agente de financiamento do setor elétrico nacional, onde se destacam primordialmente aqueles concedidos à ITAIPU Binacional e as controladas ELETRONORTE e CHESF, e são remunerados em média a 8,42% a.a. (31 de dezembro de 2004 - 8,24 % a.a.).

De acordo com o Estatuto Social, a ELETROBRÁS está restrita a conceder financiamentos apenas às concessionárias de serviço público de energia elétrica. Desta forma, a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital da empresa) é por ela definida, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor. Na impossibilidade de buscar outras alternativas, que não o próprio setor elétrico, o valor justo desses empréstimos corresponde ao seu valor contábil.

No exigível à longo prazo, destacam-se os empréstimos e financiamentos obtidos, o Empréstimo Compulsório e a Reserva Global de Reversão - RGR.

Os empréstimos e financiamentos captados são compostos de financiamentos contratados junto a agências multilaterais internacionais - BID, BIRD, CAF e etc., não sendo praticável descontá-los a uma taxa diferente da estabelecida no acordo da dívida brasileira. Os demais empréstimos são captados a taxas internacionais, fazendo com que o valor contábil seja próximo ao seu valor justo.

O Empréstimo Compulsório, extinto pela Lei nº 7.181, de 20 de dezembro de 1993, teve como prazo limite para seu recolhimento, o dia 31 de dezembro de 1993. Atualmente a ELETROBRÁS gerencia o estoque residual do empréstimo compulsório arrecadado, atualizando-o com base no IPCA-E e remunerando-o à taxa de 6% a.a., com prazo de resgate definido. Dadas as suas restrições de aplicações, os saldos contábeis estão apresentados ao valor justo.

A ELETROBRÁS finalizou o exercício de 2005 com 15 contratos passivos, entre empréstimos, financiamentos e bônus, que totalizam R\$ 2.545.399 mil (31 de dezembro de 2004 - R\$ 3.497.950 mil), conforme demonstrado a seguir:

João Vicente Amato Torres
Presidente da Eletrobrás

João Vicente Amato Torres
Contador: CRC-RJ - 057991/O-S-DF

Moeda	US\$ mil (equivalentes)	%	R\$ mil
Dólar Norte-Americano	694,459	63,86	1.625.521
Yene	233,584	21,48	546.750
EURO	159,409	14,66	373.128
Total	1,087,452	100,00	2.545.399

No encerramento deste exercício, a empresa mantinha 748 contratos concedidos de empréstimos e financiamentos, totalizando R\$ 36.599.306 mil (31 de dezembro de 2004 - R\$ 38.707.432 mil), conforme demonstrado a seguir:

Moeda	US\$ mil (equivalentes)	%	R\$ mil
Dólar Norte-Americano	7,248,021	46,35	16.965.443
IGP-M	4,011,019	25,65	9.388.593
Real	3,697,979	23,65	8.655.858
Yene	254,379	1,63	595.425
EURO	424,654	2,72	993.987
Total	15,636,052	100,00	36.599.306

A ELETROBRÁS presta garantias e avais a empresas controladas, as quais atingiram o montante, em 31 de dezembro de 2005, de R\$ 316.955 mil (31 de dezembro de 2004 - R\$ 316.955 mil).

b) Risco cambial

Comparando-se a dívida e os recebíveis em moeda estrangeira, observa-se uma cobertura de cerca de 7,3 vezes, além disso, os prazos de pagamentos e recebimentos também se mostram compatíveis.

A ELETROBRÁS, após a Resolução nº 2.917 do BACEN, de 12 de dezembro de 2001, que autoriza a diversificação dos investimentos praticados exclusivamente no Banco do Brasil, avalia, periodicamente, novas políticas de aplicação das disponibilidades de recursos próprios com o objetivo de maximizar seus rendimentos e criar mecanismos de proteção contra eventuais riscos cambiais.

A ELETROBRÁS não detém instrumentos derivativos, uma vez que a administração considera que o saldo de recebíveis, em moeda estrangeira, e o fluxo de realização são suficientes para que se mantenha adimplente com seus compromissos.

c) Gerenciamento de investimentos

A ELETROBRÁS exerce a função de holding, com investimentos em participações societárias, detendo controle acionário em seis empresas geradoras e de transmissão de energia elétrica - FURNAS, CHESF, ELETRONORTE, ELETRONUCLEAR, ELETROSUL e CGTEE, cujas ações não são negociadas em bolsas de valores.

[Signature]
Aloísio dos Santos
Presidente da Eletrobrás

João Vicente Amato Torres
Contador: CRC-RJ - 057991/O-S-DF

Além dessas participações majoritárias, a ELETROBRÁS detém 50% do capital da ITAIPU Binacional, onde exerce o controle em conjunto com a empresa paraguaia ANDE e o controle acionário da LIGHTPAR. Participa também, em regime de investimento temporário, nas empresas federais de distribuição - ELETROACRE, CEAM, CERON, CEAL e CEPISA.

A ELETROBRÁS matem também, participações minoritárias, em diversas outras concessionárias de energia elétrica.

Em 31 de dezembro de 2005, a ELETROBRÁS mantinha investimentos avaliados ao custo, no valor de R\$ 613.390 mil, dos quais R\$ 378.320 mil referem-se a empresas de capital aberto - concessionárias de serviço público de energia elétrica. Embora as ações dessas empresas sejam admitidas em negociação em bolsas de valores, seu reduzido volume de negócios não caracteriza a existência de um mercado ativo, conforme definido na Instrução CVM nº 235/96, bem como os preços praticados não representam, necessariamente, os valores que seriam obtidos na negociação de um volume significativo de ações, demonstrando, portanto, a inexistência de condições razoáveis para o estabelecimento de preços de mercado para esses ativos, de forma a permitir uma adequada comparação com os valores contábeis.

NOTA 39- GESTÃO DE RECURSOS FEDERAIS

A ELETROBRÁS é responsável pela gestão de recursos da União denominados Reserva Global de Reversão - RGR, que se constitui em um fundo criado para cobertura de gastos da União com indenizações de eventuais reversões de concessões vinculadas ao serviço público de energia elétrica. Os recursos são aplicados na concessão de financiamentos destinados à expansão do setor elétrico brasileiro, melhoria do serviço e na realização do Programa de Conservação de Energia Elétrica - PROCEL, além de financiar os programas RELUZ e LUZ PARA TODOS e o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA.

A contribuição para a formação da RGR é de responsabilidade das Empresas Concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica, mediante uma quota denominada reversão e encampação de serviços de energia elétrica, de até 2,5% do valor dos investimentos dos concessionários e permissionários, limitado a 3% da receita anual. O valor da quota é computado como componente do custo do serviço (Vide Nota 3).

Os concessionários recolhem suas quotas anuais de RGR, em duodécimos, até o último dia útil de cada mês, em conta bancária vinculada, administrada pela ELETROBRÁS, que movimenta a conta nos limites previstos na Lei nº 5.655/71 e alterações posteriores.

Nesse sentido, os recursos da RGR são aplicados em projetos específicos de investimento, a saber:

João Vicente Amato Torres
Contador: CRC-RJ - 057991/O-S-DF

I - Nas concessionárias, permissionárias e cooperativas de eletrificação rural, para expansão dos serviços de distribuição de energia elétrica especialmente em áreas urbanas e rurais de baixa renda e para o programa de combate ao desperdício de energia elétrica;

II - para instalações de produção a partir de fontes eólica, solar, biomassa e pequenas centrais hidrelétricas, assim como termelétrica associada a pequenas centrais hidrelétricas;

III - para estudos de inventário e viabilidade de aproveitamento de potenciais hidráulicos, mediante projetos específicos de investimento;

IV - para implantação de centrais geradoras de potência até 5.000 kW, destinadas exclusivamente ao serviço público em comunidades populacionais atendidas por sistema elétrico isolado;

V - para o desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica, de acordo com as políticas e diretrizes estabelecidas para o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - PROCEL;

VI - para o desenvolvimento e implantação do programa de universalização da energia elétrica - LUZ PARA TODOS, do Ministério das Minas e Energia;


VII - Para projetos destinados à efficientização da iluminação pública, através do Programa RELUZ, que objetiva tornar eficientes e expandir pontos de iluminação pública no País; e

VIII - O PROINFA, que tem como objetivo a diversificação da matriz energética brasileira com a utilização de fontes renováveis de energia, onde é assegurada a ELETROBRÁS, a compra da energia a ser produzida, pelo período de 20 anos.

Até 31 de dezembro de 1995, os recursos utilizados pela ELETROBRÁS para aplicação nos diversos projetos citados, eram corrigidos monetariamente de acordo com os índices de correção monetária do Ativo Permanente, correção esta extinta naquela data.

A ELETROBRÁS remunera a Reserva, pelos recursos utilizados, com juros de 5% a.a., em 31 de dezembro de 2005, o saldo dos recursos sacados junto ao fundo, totalizava R\$ 5.724.538 mil (31 de dezembro de 2004 - R\$ 5.060.049 mil), sendo que os saques no exercício de 2005 corresponderam a R\$ 503.306 mil e as reposições ao fundo foram de R\$ 45.423 mil.

A ELETROBRÁS também é responsável pela administração dos recursos setoriais decorrentes da Utilização de Bem Público - UBP, formados por contribuições dos Produtores Independentes de Energia Elétrica - PIE, também destinados à expansão e melhoria do sistema elétrico.


Alicia de Cencelos
Presidente do Conselho de Administração
Eletrobrás

João Vicente Amato Torres
Contador - CRC-RJ - 057991/O-S-DF

A ELETROBRÁS gere, também, um fundo federal denominado Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, que visa o desenvolvimento energético dos s a partir de fontes alternativas nas áreas atendidas pelo sistema interligado, bem como, financiar a universalização do serviço público de energia elétrica, com duração de 25 anos, sendo os recursos provenientes dos pagamentos a título de uso de bem público e das multas aplicadas pela ANEEL a concessionários, permissionários e autorizados a explorar o serviço de energia elétrica.

NOTA 40- EVENTO SUBSEQUENTE

Em 16 de fevereiro de 2006, foram assinados os acordos de reestruturação societária da participação acionária da ELETROBRÁS na INVESTCO, empreendimento constituído para a exploração da concessão da UHE Luiz Eduardo Magalhães, em sociedade com o GRUPO REDE, a EDP - ENERGIAS DO BRASIL, a CEB e a CMS ENERGY, cujo valor do investimento, em 30 de novembro de 2005, acrescido dos rendimentos não regatados, atingem o montante de R\$ 1.067.259 mil. Os instrumentos contratuais foram firmados com as empresas REDE LAJEADO ENERGIA S.A., CEB LAJEADO S.A., EDP LAJEADO ENERGIA S.A. e PAULISTA LAJEADO ENERGIA S.A., controladoras da INVESTCO objeto do comunicado ao mercado divulgado pela Eletrobrás nos dias 31 de janeiro e 15 de fevereiro de 2006.

A operação envolveu a totalidade dos créditos da ELETROBRÁS detidos contra a INVESTCO S.A., conforme descrito na Nota 16. A operação tem como principal característica a troca de ações preferenciais resgatáveis de propriedade da ELETROBRÁS no capital social da INVESTCO S.A., por ações preferenciais do capital das empresas REDE LAJEADO ENERGIA S.A., CEB LAJEADO S.A., EDP LAJEADO ENERGIA S.A. e PAULISTA LAJEADO ENERGIA S.A., controladoras da INVESTCO, conforme abaixo:

SUBSCRIÇÃO			
Empresa	Valor R\$ mil	Ações	Participação no Capital
Rede Lajeado	217.188	53.210.337	40,07%
EDP Lajeado	110.536	83.234.057	40,07%
CEB Lajeado	62.227	54.835.800	40,07%
Paulista Lajeado	24.733	21.060.769	40,07%
	<u>414.684</u>		

Como parte do acordo também foram adquiridos títulos representativos de Partes Beneficiárias (Vide Nota 10), emitidos pelas respectivas empresas, com rendimento equivalente a 10% do lucro apurado anualmente por cada uma das empresas Lajeados e serão pagos juntamente com os dividendos das referidas empresas, conforme abaixo:

João Vicente Amato Torres
Contador: CRC-RJ - 057991/O-S-DF

	R\$ mil
Rede Lajeado	266.798
EDP Lajeado	184.577
CEB Lajeado	151.225
Paulista Lajeado	49.975
	<u>652.575</u>


Esses títulos prevêm a sua conversão em ações preferenciais, sem direito de voto, em outubro de 2032.

A reestruturação contempla, ainda, Acordos de Acionistas firmados na mesma data, com os acionistas de cada uma das quatro empresas Lajeados - CAIUÁ, CELPA, CEMAT e CELTINS (REDE), CJGE (PAULISTA), EDP-ENERGIAS DO BRASIL (EDP) e CEB (EB) com o objetivo de regular os direitos e vantagens asseguradas à ELETROBRÁS, na qualidade de acionista titular de ações preferências e de Partes Beneficiárias emitidas pelas referidas empresas. Tais instrumentos têm as seguintes principais características:

- (I) regular o exercício do direito de voto nas assembléias gerais que deliberem sobre a eleição dos membros do Conselho de Administração;
- (II) regular o exercício do direito da ELETROBRÁS em relação a determinadas matérias pertinentes à condução dos negócios;
- (III) dispor sobre a obrigação das ACIONISTAS titulares de ações ordinárias de preservar inalterados os direitos e preferências atribuídos às ações preferenciais, bem como as características das partes beneficiárias;
- (IV) dispor sobre o exercício do direito de preferência pelas ACIONISTAS nas alienações de ações preferenciais e partes beneficiárias e,
- (V) dispor sobre o critério de apuração e distribuição dos dividendos.

Dessa forma, a operação de reestruturação do investimento na INVESTCO está completamente equacionada, estando, como conseqüência, nestas Demonstrações Contábeis, registrados no realizável a longo prazo, o montante de R\$ 652.575 mil e no Ativo Permanente - Investimentos, o valor de R\$ 415.184 mil.

Alcides Vasconcelos
Presidente da Eletrobrás



João Vicente Amato Torres
Contador: CRC-RJ - 057991/O-S-DF



CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRÁS

CONSUMIDORES E REVENDEDORES EM 31 DE DEZEMBRO
(em milhares de Reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO			
	Circulante		Circulante		Longo Prazo	
	2005	2004	2005	2004	2005	2004
AES ELETROPAULO	183.448	169.505	205.131	177.340	-	-
AES SUL	30.541	28.235	36.727	36.050	-	-
AES TIETÊ	-	38.271	-	38.271	-	-
ANDE	-	-	38.561	2.660	-	-
CEA	-	-	253.849	192.337	-	-
CEB	14.111	12.980	46.044	47.342	-	-
CEEE	40.520	37.520	59.056	67.937	-	-
CELESC	54.310	42.993	66.378	53.124	-	-
CELG	151.551	29.562	200.209	69.256	-	-
CELPA	-	-	75.953	114.514	-	-
CELPE	-	-	59.105	57.155	-	-
CEMAR	-	-	48.153	40.474	-	-
CEMIG	210.495	111.044	265.038	154.421	-	-
CEPISA	-	-	155.926	176.937	-	-
AMPLA	40.587	37.395	72.932	85.774	-	-
CESP	2	9.736	3.519	10.222	-	-
COELBA	-	-	73.849	79.221	-	-
COPEL	79.264	62.846	126.910	79.722	-	-
CPFL	98.074	77.599	154.853	147.235	-	-
BANDEIRANTE	70.204	64.871	94.161	88.578	-	-
ELEKTRO	53.388	49.316	83.021	54.138	-	-
ENERSUL	-	9.949	12.741	11.802	-	-
ESCELSA	30.810	24.444	57.093	54.104	-	-
LIGHT	144.171	209.140	248.371	332.466	-	-
MAE	-	-	358.948	591.285	-	-
PIRATININGA	66.676	52.679	88.094	90.139	-	-
RGE	25.988	20.561	34.050	28.252	-	-
Ativo Regulatório	-	-	353.444	317.176	997.358	717.758
Consumidores	-	-	512.993	476.819	-	-
Outros	19.354	17.380	667.858	275.662	105.129	154.330
(-) Provisão Cred. Liq. Duvidosa	-	-	(382.158)	(117.829)	-	-
	<u>1.313.494</u>	<u>1.106.026</u>	<u>4.070.809</u>	<u>3.832.584</u>	<u>1.102.487</u>	<u>872.088</u>

Alecio Vasconcelos
Presidente da Eletrobrás

João Vicente Amato Torres
Contador: CRC-RJ - 057991/O-S-DF



CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRÁS
DEMONSTRAÇÃO DOS FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS A RECEBER EM 31. DE DEZEMBRO
(em milhares de Reais)

	2005						2004						2003						2002					
	ENCARGOS			PRINCIPAL			ENCARGOS			PRINCIPAL			ENCARGOS			PRINCIPAL			ENCARGOS			PRINCIPAL		
	TAXA MÉDIA	VALOR	PRINCIPAL	CIRCULANTE	LONGO PRAZO	TAXA MÉDIA	VALOR	CIRCULANTE	LONGO PRAZO	TAXA MÉDIA	VALOR	CIRCULANTE	LONGO PRAZO	TAXA MÉDIA	VALOR	CIRCULANTE	LONGO PRAZO	TAXA MÉDIA	VALOR	CIRCULANTE	LONGO PRAZO			
CONTROLADAS E CONTROLADA EM CONJUNTO																								
FURNAS	6,67%	10.349	132.923	700.545		6,57%	17.226	388.582	680.749															
CHESF	11,57%	105.016	418.516	4.165.956		11,42%	-	379.617	4.559.261															
ELETROSUL	6,35%	156	11.826	7.576		6,60%	-	33.828	8.351															
ELETRONORTE	14,14%	2.087.790	495.751	4.367.224		13,59%	1.346.755	424.243	4.856.848															
ELETRONUCLEAR	11,65%	68.278	207.492	1.807.087		11,93%	6.088	179.206	1.985.754															
LIGHTPAR	10,00%	5.703	11.047			1,81%	4.580	11.047																
ITAIPU	6,98%	-	17.084	15.652.563		7,01%	-	18.284	16.939.218															
OUTRAS																								
CEPISA	12,76%	1.322	-	135.939		3,50%	119	24.699	94.533															
CERON	15,59%	2.307	38.201	236.349		3,85%	2.307	2.307	233.719															
CEMIG	7,11%	1.401	55.245	195.439		7,75%	2.201	100.478	244.474															
COPEL	8,27%	2.452	49.453	305.973		8,18%	3.594	42.169	363.854															
CEEE	11,41%	1.870	57.649	142.099		11,27%	2.168	529	195.750															
DUKE	10,00%	4.774	109.226	1.025.953		10,00%	4.774	109.226	1.121.105															
AES TIETÊ	10,00%	6.094	139.349	1.309.631		10,00%	6.071	120.874	1.431.085															
AES ELETRIPAULO	9,82%	237.111	109.728	20.435		10,04%	224.679	108.024	14.206															
TRACTEBEL	12,00%	2.536	79.149	174.443		12,00%	2.868	71.647	247.802															
CELPE	6,06%	832	11.017	90.106		6,12%	711	14.567	60.725															
CEMAR	8,11%	692	596	266.111		8,03%	265	265	244.517															
CESP	9,24%	1.442	25.061	273.145		9,19%	1.491	14.363	296.700															
OUTRAS		38.672	347.387	1.298.411			32.805	318.011	1.280.447															
(-) PCLD		(273.927)	(197.439)				(234.945)	(108.024)																
		27.778	824.622	5.474.034			46.783	802.055	5.638.917															
TOTAL		2.305.060	2.119.261	32.174.955			1.421.442	2.236.892	35.049.098															

Os financiamentos e empréstimos concedidos com recursos ordinários e setoriais, inclusive os repasses, vencem em parcelas variáveis, conforme demonstrado abaixo:

	2007	2008	2009	2010	2011	Após 2011	TOTAL
CONTROLADORA	3.928.935	3.982.714	3.969.420	4.382.372	3.768.059	12.143.465	32.174.985
CONSOLIDADO	1.651.084	1.673.684	1.656.097	1.841.635	1.593.478	5.103.140	13.521.118

Assinatura
Presidente da Eletrobrás



João Vicente Amato Torres
Contador: CRC-RJ - 057991/O-S-DF



CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRÁS
INVESTIMENTOS EM EMPRESAS CONTROLADAS EM 31 DE DEZEMBRO
(em milhares de Reais)

	2005					2004	
	FURNAS	CHESF	ELETROSUL	ELETRO-NORTE	ELETRO-NUCLEAR	ITAIPU (b)	TOTAL
DADOS DAS EMPRESAS							
Capital social	2.000.000	1.278.585	279.072	2.843.235	2.944.456	868.721	234.070
Patrimônio líquido (a)	12.632.627	10.941.628	1.827.297	8.174.833	3.992.893	711.915	234.070
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	839.686	746.405	166.216	(323.691)	190.653	(1.542)	24.405
PARTICIPAÇÃO DA ELETROBRÁS							
Quantidade de ações - lote de mil	50.618.949	40.477	42.582	68.736	8.828.994	8.480.196	1.126.273
Ordinárias	14.088.223	1.002	-	-	2.467.800	-	-
Preferenciais	-	-	-	-	-	-	-
Participação em %	99,54	99,45	99,71	98,66	99,80	81,61	99,94
Subscrito e integralizado	99,82	100,00	99,71	98,66	99,92	81,61	99,94
Votante	-	-	-	-	-	-	-
MOVIMENTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS:							
Saldo no início do exercício	11.959.234	10.473.586	1.734.616	8.195.217	3.839.826	29.895	686.769
Equivalência patrimonial - resultado do exercício	835.824	742.299	165.735	(429.927)	190.270	(1.258)	24.299
Dividendo	-	(119.340)	-	-	(45.189)	-	-
Rendimentos de capital	-	-	-	-	-	-	(164.529)
Juros sobre o capital próprio	(239.593)	(228.735)	(78.353)	-	-	-	(46.965)
Saldo no final do exercício	12.555.465	10.867.810	1.821.998	8.065.290	3.984.907	28.637	711.068
						117.035	38.152.210
							37.051.863
							1.858.522
							(52.058)
							(496.535)
							37.051.863

(a) Exclui Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital; e

(b) A participação da ELETROBRÁS, de acordo com o Decreto 72.707/73, é fixa e equivale a US\$ 50,000 mil.

Os exames das Demonstrações Contábeis das empresas controladas CHESF e ELETRONORTE e da controlada em conjunto ITAIPU BINACIONAL, foram realizados pelos mesmos auditores independentes da controladora.

Abelino de Aguiar
Presidente da Eletrobrás

João Vicente Amato Torres
Contador: CRC-RJ - 057991/O-5-DF



CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETOBRÁS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005
(em milhares de Reais)

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO				
	GERAÇÃO	TRANSMISSÃO	DISTRIBUIÇÃO	ADMINISTRAÇÃO	TOTAL
RECEITAS OPERACIONAIS	14.538.158	3.459.038	2.830.100	532.063	21.359.359
DESPESAS OPERACIONAIS					
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	8.924.785	2.153.837	3.313.456	1.694.706	16.086.794
RESULTADO FINANCEIRO	5.613.373	1.305.201	(483.366)	(1.162.643)	5.272.565
	(2.102.543)	161.918	330.504	(1.877.724)	(3.487.845)
RESULTADO OPERACIONAL	3.510.830	1.467.119	(152.862)	(3.040.367)	1.784.720
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(47.786)	(24.510)	(4.773)	16.384	(60.685)
RESULTADO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E DO IMPOSTO DE RENDA	3.463.044	1.442.609	(157.635)	(3.023.983)	1.724.035
Contribuição social	(158.555)	(86.251)	89.558	(2.528)	(157.776)
Imposto de renda	(461.712)	(243.087)	248.780	(6.817)	(462.836)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES	2.842.777	1.113.271	180.703	(3.033.328)	1.103.423
Participação nos lucros	(44.133)	(72.918)	(1.008)	(15.000)	(133.059)
Participação minoritária				4.225	4.225
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	2.798.644	1.040.353	179.695	(3.044.103)	974.589



João Vicente Amato Torres
Contador: CRC-PJ - 057991/O-S-DF


Aloisio Vasconcelos
Presidente da Eletrobrás

Siglas Utilizadas nas Demonstrações Contábeis

ALBRÁS	Alumínio Brasileiro S.A.
AES BANDEIRANTE	AES Bandeirante Empreendimentos Ltda.
AES ELETROPAULO	AES Eletropaulo Metropolitana de Eletricidade de São Paulo S.A.
AES SUL	AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A.
AES TIETÊ	AES Tietê S.A.
AMPLA	Ampla Energia e Serviços S.A.
ANDE	Administración Nacional de Electricidad
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
ARTEMIS	Artemis Transmisora de Energia S.A.
CAIUÁ	Caiuá Serviços de Eletricidade S.A.
CAJA	Caja Paraguaya de Judicaciones y Pensiones del Personal de Itaipu Binacional
CCEE	Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (sucessora do MAE)
CDSA	Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A.
CEA	Companhia de Eletricidade do Amapá
CEAL	Companhia Energética de Alagoas
CEAM	Companhia Energética do Amazonas
CEB	Companhia Energética de Brasília
CEB Lajeado	CEB Lajeado S.A.
CEEE	Companhia Estadual de Energia Elétrica
CELESC	Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.
CELG	Centrais Elétricas de Goiás S.A.
CELPA	Centrais Elétricas do Pará S.A.
CELPE	Companhia Energética de Pernambuco
CELTINS	Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins
CEMAR	Companhia Energética do Maranhão
CEMAT	Centrais Elétricas Matogrossenses S.A.
CEMIG	Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A.
CENTRO-OESTE DE MINAS	Companhia de Transmissão Centro-Oeste de Minas
CEPISA	Companhia Energética do Piauí
CERON	Centrais Elétricas de Rondônia S.A.
CESP	Companhia Energética de São Paulo
COELBA	Companhia de Eletricidade da Bahia
COELCE	Companhia Energética do Ceará
CJGE	Companhia Jaguariúna de Geração de Energia
COPEL	Companhia Paranaense de Energia
CPFL	Companhia Paulista de Força e Luz
CTEEP	Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista
DUKE	Duke Energy International, Geração Paranapanema S.A.
EATE	Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.
EBE	Empresa Bandeirante de Energia S.A.
EDP Lajeado	EDP - Lajeado Energia S.A.
ELEJOR	Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A.
ELEKTRO	Elektro Eletricidade e Serviços S.A.
ELOS	Fundação ELETROSUL de Previdência e Assistência Social
ELETROS	Fundação ELETROBRÁS de Seguridade Social
ELETROACRE	Companhia de Eletricidade do Acre
ELETROCEEE	Fundação CEEE de Seguridade Social

João Vicente Amato Torres
Contador: CRC-RJ - 05799/10-S-DF

Amato Torres
João Vicente Amato Torres
Contador: CRC-RJ - 05799/10-S-DF

ELETRONET	Eletronet S.A.
EMAE	Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.
ENERPEIXE	Enpeixe S.A.
ENERSUL	Empresa Energética do Mato Grosso do Sul
ETEP	Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.
ETAU	Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
ESCELSA	Espírito Santo Centrais Elétricas S.A.
FACHESF	Fundação CHESF de Assistência e Seguridade Social
FIBRA	Fundação ITAIPU-BR de Previdência e Assistência Social
GRALHA AZUL	Gralha Azul Transmissora de Energia S.A.
GUASCOR	Guascor do Brasil Ltda.
INB	Indústrias Nucleares do Brasil S.A.
INVESTCO	Investco S.A.
ITIQUIRA	Itiquira Energética S.A.
LIGHT	Light Serviços de Eletricidade S.A.
MAE	Mercado Atacadista de Energia Elétrica (atual CCEE)
NUCLEOS	Nucleos Instituto de Seguridade Social
NUCLEP	Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A.
PAULISTA LAJEADO	Paulista Lajeado Energia S.A.
PIRATININGA	Companhia Piratininga de Força e Luz
PREVINORTE	Previnorte – Fundação de Previdência Complementar
REAL GRANDEZA	Real Grandeza – Fundação de Previdência e Assistência Social
REDE LAJEADO	Rede Lajeado Energia S.A.
RGE	Rio Grande Energia Elétrica S.A.
RS ENERGIA	Empresa de Transmissão de Energia do Rio Grande do Sul
SC ENERGIA	Empresa de Transmissão de energia de Santa Catarina S.A.
STN	Sistema de Transmissão Nordeste S.A.
TANGARÁ	Tangará Energia S.A.
TRACTBEL	Tractbel Energia S.A.
TRANSIRAPÉ	Companhia Transirapé de Transmissão
TRANSLESTE	Companhia Transleste de Transmissão
TRANSUDESTE	Companhia Transudeste de Transmissão
UIRAPURU	Uirapuru Transmissora de Energia S.A.


João Vicente Amato Torres
Presidente do EletrobrásJoão Vicente Amato Torres
Contador: CRC-RJ - 057991/O-S-DI

DIRETORIA EXECUTIVA

Aloísio Marcos Vasconcelos Novais
Presidente

José Drumond Saraiva
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

João Ruy Castelo Branco de Castro
Diretor de Projetos Especiais e Desenvolvimento
Tecnológico e Industrial

Valter Luiz Cardeal de Souza
Diretor de Engenharia

Aracilba Alves da Rocha
Diretora de Administração


Aloísio Marcos Vasconcelos
Presidente da Eletrobrás


João Vicente Amato Torres
Contador
CRC-RJ-057.991/O-S-DF
Chefe do Departamento de Contabilidade

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Silas Rondeau Cavalcante Silva
Presidente

Aloísio Marcos Vasconcelos Novais
Conselheiro

Ronaldo Schuck
Conselheiro

Miriam Aparecida Belchior
Conselheiro

Glauco Antonio Truzzi Arbix
Conselheiro

Luiz Mariano de Campos
Conselheiro

José Antonio Gragnani
Conselheiro

Demian Fiocca
Conselheiro

Nelson José Hubner Moreira
Conselheiro

CONSELHO FISCAL

Oswaldo Petersen Filho
Presidente

Charles Carvalho Guedes
Conselheiro

Ricardo de Gusmão Dornelles
Conselheiro

Adolpho Gonçalves Nogueira
Conselheiro

Kurt Janos Toth
Conselheiro



PARECER DO CONSELHO FISCAL


O Conselho Fiscal das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS, no âmbito de suas atribuições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2005, compostas do Balanço Patrimonial, da Demonstração do Resultado do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido, das Origens e Aplicações de Recursos, da Demonstração do Fluxo de Caixa, da Demonstração do Valor Adicionado e das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Parecer da Auditoria Independente, bem como inteirou-se da proposta relativa à destinação do resultado do exercício.

Considerando o trabalho de acompanhamento da Empresa, desenvolvido pelo Conselho Fiscal ao longo do exercício, com base na análise da documentação apresentada, nas informações prestadas pelo Departamento de Contabilidade – DFC e no Parecer da Auditoria Independente BDO Trevisan Auditores Independentes, que declara que as Demonstrações Contábeis representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS em 31 de dezembro de 2005, o Conselho Fiscal da ELETROBRÁS, destacando o entendimento firmado nos parágrafos de ênfase n°s 6 a 12 do Parecer da Auditoria Independente BDO Trevisan Auditores Independentes, entende que os referidos documentos estão em condições de serem submetidas à deliberação da Assembléia Geral Ordinária de Acionistas da Empresa.

É de parecer, ainda, que a proposta da Administração da ELETROBRÁS relativamente à destinação do resultado do exercício de 2005 está amparada pelas disposições legais e societárias vigentes.

Brasília (DF), 22 de março de 2006.


OSVALDO PETERSEN FILHO
Presidente


RICARDO DE GUSMÃO DORNELLES
Conselheiro


KURT JANOS TOTH
Conselheiro


ADOLPHO G. NOGUEIRA
Conselheiro


CHARLES CARVALHO GUEDES
Conselheiro


João Vicente Amato Torres
Contador: CRC-RJ - 057991/O-S-D

RELATOR: Conselheiro ALOISIO MARCOS VASCONCELOS NOVAIS.

ASSUNTO: Demonstrações Contábeis relativas ao exercício de 2005 e Convocação da 46ª Assembléia Geral Ordinária. RES-295, de 22.03.2006.

O Conselho de Administração da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS, no uso de suas atribuições, referendando decisão da Diretoria Executiva, DELIBEROU aprovar o Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2005, da Controladora e Consolidado, acompanhados do parecer do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes, e submeter à decisão da 46ª Assembléia Geral Ordinária, à realizar-se em 28.04.2005, a seguinte proposta:

Do: Conselho de Administração

À: 46ª Assembléia Geral Ordinária

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31.12.2005

Mensagem do Presidente

Os indicadores da ELETROBRÁS, no exercício findo em 31 de dezembro de 2005, demonstram o crescimento da Empresa na execução do serviço público de energia elétrica, fundamentalmente no segmento de geração e transmissão, atendendo as premissas de rentabilidade, responsabilidade social e ambiental, conceitos consolidados na missão, visão e valores do Planejamento Estratégico, aprovado em 2005 na Diretoria Executiva e no Conselho de Administração.

Em 2005 verificou-se uma recuperação na venda da energia existente, impulsionada, principalmente, pela realização de leilões de energia, a partir de dezembro de 2004, nos quais o grupo ELETROBRÁS participou ativamente, quer seja isoladamente ou em parceria com empresas privadas, obtendo concessão para os novos empreendimentos.

Associado a este conjunto de fatores e apesar da valorização do Real frente ao Dólar, a ELETROBRÁS encerrou o exercício de 2005 com um expressivo lucro líquido, no montante de R\$974,5 milhões, devido à rentabilidade de sua carteira de ações e de financiamento e empréstimos, gerando dividendos relevantes para os nossos acionistas.

A ELETROBRÁS está em processo de reestruturação de suas ações societárias nos empreendimentos já existentes com o setor privado, trocando suas ações preferenciais resgatáveis por ações preferenciais não resgatáveis, ou ordinárias nas áreas de geração e transmissão de energia elétrica.

Para os próximos anos, em função do crescimento da demanda de energia elétrica, estima-se que a capacidade instalada do País irá se expandir significativamente, sendo que somente em 2006 projeta-se um aumento de cerca de 7.800 MW na capacidade de geração do Setor Elétrico Brasileiro.

A ELETROBRÁS poderá também participar em empreendimentos junto com suas controladas, que contribuirão significativamente para atender com excelência empresarial, rentabilidade e responsabilidade sócio-ambiental as necessidades de energia elétrica, insumo básico e

fundamental para o crescimento sustentado em todas as regiões, atendendo a todas as classes de consumidores do país.

ALOÍSIO VASCONCELOS

Senhores Acionistas,

Apresentamos o Relatório da Administração da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS, relativo ao ano de 2005, destacando as principais ações e atividades desenvolvidas ao longo do ano.

1. INTRODUÇÃO

1.1. A EMPRESA

A Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRÁS é uma empresa de economia mista e de capital aberto, com ações negociadas nas Bolsas de Valores de São Paulo (Bovespa), de Madri, na Espanha, e nos Estados Unidos (por meio dos programas de ADR nível1). O Governo Federal, por ter 58,41% das ações ordinárias, detém o controle da empresa.

Criada em 1962 para promover estudos e projetos de construção e operação de usinas geradoras, linhas de transmissão e subestações, destinadas ao suprimento de energia elétrica do país, a ELETROBRÁS adquiriu características de holding, controlando empresas de geração e transmissão de energia elétrica. São elas: CHESF, FURNAS, ELETRONORTE, ELETRONUCLEAR, ELETROSUL e CGTEE. A companhia é controladora, também, da Light Participações S.A. – LIGHTPAR e, em regime de controle conjunto, da Itaipu Binacional, nos termos do Tratado Internacional firmado entre os Governos do Brasil e do Paraguai. A atuação na distribuição de energia se dá por intermédio das empresas federalizadas ELETROACRE (Acre), CEAL (Alagoas), CEAM (Amazonas), CEPISA (Piauí) e CERON (Rondônia), assim como pelas distribuidoras de energia Manaus Energia e Boa Vista Energia (controladas pela ELETRONORTE).

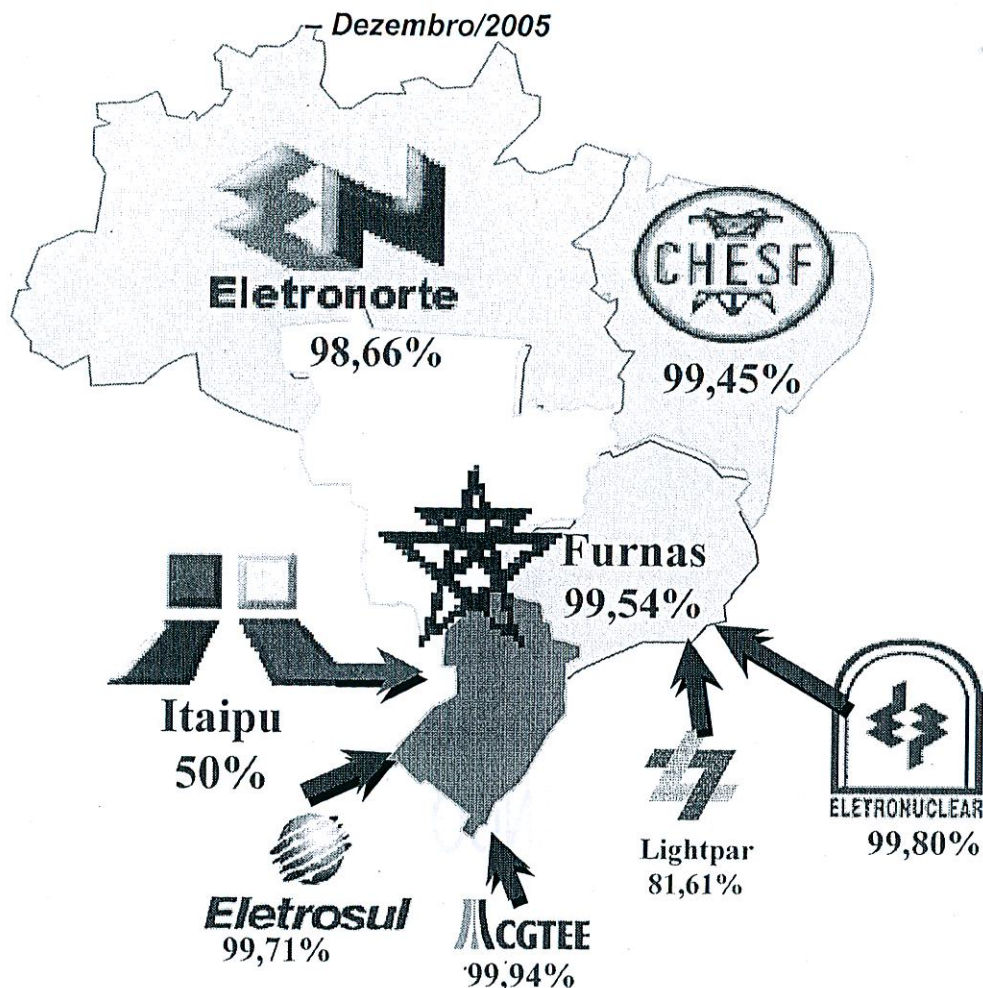
Presentes em todo o Brasil, as empresas do grupo ELETROBRÁS têm capacidade instalada para produção de 37.056 MW. São 56.622 km de linhas de transmissão, representando mais de 60% do total nacional, 29 usinas hidrelétricas, 15 termelétricas e duas nucleares.

É responsável pela gestão de recursos setoriais, representados pela Reserva Global de Reversão – RGR, pela Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, pela Utilização de Bem Público – UBP, e pela Conta de Consumo de Combustível – CCC, que financiam os programas do Governo Federal de Universalização de Acesso à Energia Elétrica – Luz Para Todos, o Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – Reluz, o Programa de Incentivos às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA, o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL e os combustíveis fósseis utilizados nos sistemas isolados de geração de energia elétrica.

O grupo ELETROBRÁS atua de forma integrada. As políticas e diretrizes adotadas são definidas pelo Conselho Superior da ELETROBRÁS (CONSISE), formado pelos presidentes da holding e das empresas controladas, que se reúne regularmente.

1.2. GRUPO ELETROBRÁS

Área de atuação e participação total da ELETROBRÁS no capital das
empresas controladas



1.3. PANORAMA MUNDIAL

Segundo o Fundo Monetário Internacional e os principais analistas econômicos, no biênio 2005-2006 o crescimento mundial será na ordem de 4,3%. São considerados como fatores de risco para a economia mundial, a volatilidade no preço do petróleo e o excesso de dependência do consumo do mesmo, em especial dos EUA. A Zona do Euro continua com fraco desempenho (1,2% a 1,8%) e as reformas estruturais para reativar o continente são medidas duras. O Japão apresentou um melhor desempenho crescendo 2%, em boa parte devido ao aumento no consumo e do investimento privado. O Japão está menos dependente das exportações como impulsionador do seu crescimento. A China continua firme com 9% de crescimento do PIB. Nos demais emergentes da Ásia, o crescimento é mais moderado, em especial devido à alta nos preços do petróleo.

Já na América Latina, houve aumento nas exportações de commodities e matérias primas e ganhos nos termos de troca, ao invés de capital especulativo. As exportações de manufaturados seguiram a tendência mundial e tiveram uma queda. A inflação está controlada

e os países da região apresentam um pequeno superávit comercial em torno de 0,5% do PIB. Estes países aproveitaram as condições favoráveis do mercado internacional para renegociarem suas dívidas externas e aumentarem suas reservas. Continuam os problemas na região de baixas taxas de investimento e poupança. As previsões de crescimento para o Chile 6,1%, Argentina 6,0% e Venezuela 4,6%.

1.4. PANORAMA BRASILEIRO

No Brasil, em 2005, o PIB cresceu 2,3% e foi marcante a apreciação do Real frente ao dólar, o que ajudou a conter a inflação. Apesar desta valorização a balança comercial obteve um superávit recorde de US\$44,764 bilhões. A inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou em 5,69%. O crescimento das reservas internacionais que terminaram o ano em US\$53,799 bilhões, quando em 2000 elas estavam em US\$33 bilhões, permitiu o Governo Federal pagar antecipadamente as dívidas junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI). O índice IBOVESPA obteve uma rentabilidade de 27,68% em 2005, acompanhado por recordes de máximas históricas e pelo maior volume financeiro já alcançado na história da BOVESPA.

Foi iniciada a coordenação das atividades de planejamento energético para os países da América Latina, referenciadas na construção de uma plataforma comum de entendimentos e projetos e num planejamento de longo prazo, considerando a complementaridade dos recursos energéticos. No Brasil, a regulação do mercado de gás natural é objeto de uma análise estratégica que tenha presente a possibilidade de variações significativas na demanda de gás natural para a geração de eletricidade em um sistema predominantemente hídrico, que já não dispõe da regulação plurianual anteriormente existente. As interligações fronteiriças dos sistemas elétricos junto com gasodutos continentais são elementos fundamentais para um sistema provido de capacidade para tolerar variações de oferta e demanda de maneira a atender as circunstâncias climáticas, energéticas e também políticas.

1.5. NOVO MARCO REGULATÓRIO

Promulgado em 15 de março de 2004, por meio da Lei 10.848, o novo marco regulatório do setor elétrico consolidou-se em 2005, com a realização do primeiro leilão de energia de novos empreendimentos, realizado no dia 16 de dezembro. Os resultados da licitação garantiram toda a demanda de mercado para os anos de 2005, 2006, 2007 e 2010. Para os anos de 2008 e 2009, a demanda a ser ajustada é de, respectivamente, 1,2% e 4,5%, do montante total estimado pelas distribuidoras de energia elétrica para esses períodos.

1.6. MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA

Segundo o boletim mensal da Empresa de Pesquisa de Energia (EPE), referente a dezembro de 2005, o mercado faturado de energia elétrica apresentou crescimento de 4,56%, totalizando 335,4 TWh. Esse resultado é recorde histórico, superando os valores de consumo apresentados antes de 2001. A classe de consumo industrial apresentou um pequeno crescimento de 2,38%, compatível com a desaceleração da produção industrial. O crescimento de energia elétrica consumida por consumidores livres é muito rápido, sendo de 2,8 TWh em 2002 e, em 2005, de 69,8 TWh. A classe residencial indicou um crescimento de 1,6 milhão de contas que significou uma ampliação de 3,3%. A classe comercial impulsionada pelo aumento do turismo e pelo incremento das atividades portuárias, além da expansão e modernização do setor de comércio e serviços, alcançou crescimento sobre 2004 de 7,2%.

Na tabela a seguir é apresentado o comportamento do mercado faturado até o ano de 2005, por subsistema elétrico e classe de consumo.

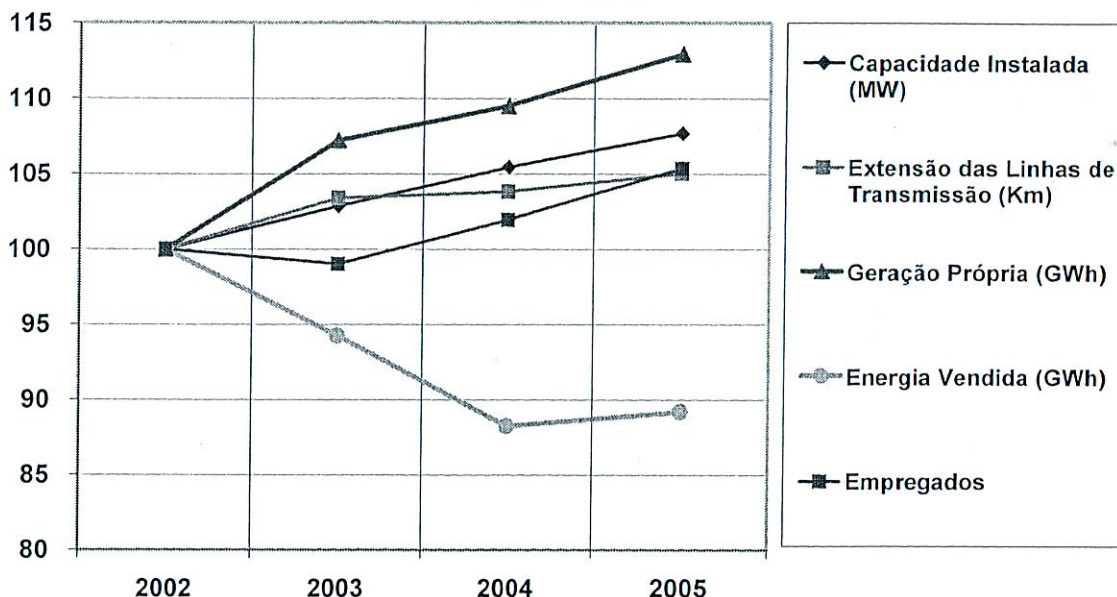
Quadro Consolidado por Classe do Consumo em GWh					
Classe	2002	2003	2004	2005	
Consumo Total	290.540	306.987	320.772	335.411	
RESIDENCIAL	72.719	76.162	78.469	82.694	
INDUSTRIAL	128.240	136.221	146.065	149.541	
COMERCIAL	45.222	47.531	49.686	53.240	
OUTROS	44.359	47.073	46.552	49.936	
Taxas de Crescimento % - 2005/2004					
Subsistema	Residencial	Industrial	Comercial	Outros	TOTAL
Norte Isolado	3,71%	6,87%	7,38%	7,97%	6,12%
Norte Interligado	7,06%	1,70%	7,23%	-0,57%	2,62%
Nordeste	7,42%	2,11%	9,14%	8,88%	5,72%
Sudeste/CO	5,16%	2,86%	6,92%	7,07%	4,69%
SUL	4,36%	1,06%	6,46%	7,76%	3,80%

Os Sistemas Isolados abrangem uma área em torno de 50% do território nacional, onde habitam aproximadamente 7 milhões de habitantes, cujo mercado de energia elétrica representa apenas 2,1 % do total de consumo do Brasil. No ano de 2005, alcançou montante de 7.124 GWh o que equivale a uma taxa de crescimento de 6,12% em relação ao ano de 2004.

1.7. EVOLUÇÃO DOS DADOS OPERACIONAIS DAS CONTROLADAS

CONSOLIDADO Grupo ELETROBRÁS *				
INFORMAÇÕES GERAIS	2002	2003	2004	2005
Capacidade Instalada (MW)	34.415	35.398	36.282	37.056
Extensão das Linhas de Transmissão (Km)	53.916	55.733	55.964	56.622
Geração Própria (GWh)	193.880	207.842	212.266	218.955
Energia Vendida (GWh)	247.875	233.615	218.718	221.087
Empregados	21.904	21.685	22.332	23.076

* Inclui 50% de Itaipu e as empresas distribuidoras federalizadas Manaus e Boavista Energia.

**EVOLUÇÃO DAS CONTROLADAS
2002 a 2005**

O gráfico acima mostra que cresce continuamente a capacidade instalada e a extensão das LTs do grupo ELETROBRÁS. A energia própria gerada pelo grupo acompanha esta tendência e o aumento da quantidade de empregados entre 2003 e 2005 acompanha o crescimento da geração própria e da transmissão.

O fator decisivo foi o início da recuperação da energia vendida com os leilões de energia existente realizados em 2005, após a descontração de 2003 e 2004.

1.8. ATIVIDADES INTERNACIONAIS

A ELETROBRÁS participou com o Ministério das Relações Exteriores (MRE) e em apoio ao Ministério das Minas e Energia (MME), da assinatura do Compromisso de Puerto Iguazú, firmado entre Brasil e Argentina, para fomentar a integração energética entre os dois países. do Memorando de Entendimento sobre integração elétrica entre Brasil e Venezuela e das negociações com Argentina e Paraguai para efetuar mudanças nos parâmetros do Acordo Tripartite de Itaipu.

A ELETROBRÁS deu, ainda, continuidade às negociações com o grupo chinês *China International Trust and Investment Corporation (Citic)*, visando à construção da UTE de Candiota II, Fase C, e à revitalização do parque térmico de Manaus.

1.9. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O ano de 2005 marcou a retomada do Planejamento Estratégico Empresarial da ELETROBRÁS, que incluiu reuniões com o corpo gerencial e com todos os empregados. Foram consolidados os conceitos de Missão, Visão e Valores, posteriormente aprovados pela diretoria e pelo Conselho de Administração:

Missão



“Criar, ofertar e implementar soluções que atendam os mercados nacional e internacional de energia elétrica, atuando com excelência empresarial, com rentabilidade e responsabilidade social e ambiental, contribuindo para o desenvolvimento do Brasil e dos países onde venha a atuar”

Visão

“Ser referência mundial no negócio de energia elétrica, com eficiência empresarial, rentabilidade e responsabilidade social e ambiental”

Valores

“Ética, Integração, Comprometimento, Valorização das Pessoas, Excelência na Gestão, Transparência e Responsabilidade Social e Ambiental”

No processo de planejamento estratégico, chegou-se a um consenso em torno da estrutura da carteira de negócios da ELETROBRÁS, segundo duas funções básicas:

ELETROBRÁS S.A., empresa de capital aberto, atuante no mercado de energia elétrica e ELETROBRÁS Governo, empresa implementadora e gestora de programas sociais, setoriais e de comercialização de energia elétrica, por delegação de seu acionista majoritário, o Governo Federal.

Essa visão permitiu a elaboração das quatro macro-orientações estratégicas, que vão balizar a operacionalização do Planejamento Estratégico em 2006:

⇒ Obedecer, no desempenho da função “empresa de capital aberto”, a critérios de governança corporativa, que assegurem maior eficiência à gestão das participações acionárias da ELETROBRÁS (majoritárias e minoritárias) e à análise de viabilidade e atratividade de novos investimentos, visando a maximização dos retornos financeiros.

⇒ Pautar-se, no desempenho de funções “de governo”, pela obtenção do equilíbrio econômico-financeiro da ELETROBRÁS para o cumprimento das metas estabelecidas por instrumentos legais, associando retorno institucional, visibilidade e valor de mercado à marca do grupo.

⇒ Reavaliar a participação nas empresas federais de distribuição, considerando a especificidade de cada caso – aspectos regionais, sociais, legais, de gestão, econômicos e financeiros – de modo que sejam estruturadas, aprovadas e implementadas soluções que agreguem valor econômico aos resultados da ELETROBRÁS.

⇒ Atingir um elevado grau de conhecimento e de capacitação tecnológica, através do desenvolvimento e da valorização do pessoal da ELETROBRÁS, buscando atender às novas demandas do ambiente competitivo.

2. ANÁLISE EMPRESARIAL E FINANCEIRA**2.1. DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO**

A ELETROBRÁS encerrou o ano de 2005 com um lucro de R\$974,5 milhões (2004 – R\$1.293,3 milhões), equivalente a R\$1,73 por lote de mil ações (2004 – R\$2,41).

A valorização do Real em relação ao Dólar Norte-Americano, pelo terceiro ano consecutivo e o fato de a ELETROBRÁS deter relevante parcela de seus recebíveis indexados à moeda norte-americana criaram um cenário desfavorável para a Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2005. Considerando, contudo, a rentabilidade de sua carteira de ações e de financiamentos e empréstimos, a Companhia obteve um relevante lucro.

As participações societárias mantidas em diversas empresas do setor elétrico brasileiro geraram um ganho de R\$2.387,8 milhões (2004 – R\$723,4 milhões), representando uma aumento de 230%. Esta recuperação foi motivada especialmente pela realocação no mercado da quase totalidade da energia descontratada existente nas empresas controladas e pela renegociação havida ao final de 2004, com os consumidores eletrointensivos, atendidos pela ELETRONORTE, o que fez com que aquela controlada reduzisse a tendência de apuração prejuízos elevados.

Em 2005 a ELETROBRÁS registrou uma perda de R\$2.454,0 milhões (2004 - 1.655,9 milhões) relativos aos efeitos da variação cambial. No tocante as variações monetárias, no exercício de 2005 a Companhia verificou um ganho de R\$256,8 milhões (2004 – 747,7 milhões), e registrou, ainda, uma receita de R\$214,6 milhões (2004 – 197,7 milhões) decorrentes de aplicações financeiras.

A atividade de Comercialização de Energia Elétrica, apesar de significar um expressivo faturamento na ordem de R\$6.054,3 milhões (2004 – R\$6.506 milhões) correspondente a venda da energia gerada pela Itaipu Binacional, não representa ganhos para a Companhia nos termos da Lei nº 10.438/02. No tocante a esta atividade, a Companhia possui um direito equivalente a R\$270,1 milhões em 31 de dezembro de 2005, correspondente aos custos decorrentes da atividade a serem recuperados em exercícios futuros.

Cabe destaque, também, os efeitos positivos produzidos pela desoneração das receitas financeiras de contribuições ao PASEP e a COFINS, introduzidas pelo Decreto 5.164/2004, que reduz a zero a alíquota das referidas contribuições sobre os ganhos financeiros. Influenciou, também de forma extremamente positiva o efeito da inflação norte-americana, medida pelos índices Industrial Goods e Consumer Price, incidentes sobre os contratos de financiamentos mantidos junto a ITAIPU, o que impactou o resultado em R\$878,9 milhões.

Os principais indexadores dos contratos de financiamentos e de repasses mostraram as seguintes variações nos períodos:

	01/01/05 a 31/12/05	01/01/04 a 31/12/04
Varição do IGPM	1,21%	12,42%
Varição do US\$	(11,82%)	(8,12%)

Detalhamento	2002	2003	2004	2005
Receita operacional	17.761.385	19.694.351	20.095.967	21.359.359
Venda de Energia Elétrica	16.995.887	18.087.284	18.616.769	19.029.001
Subvenções-consumo de combustível (CCC)	1.013.711	1.627.917	1.857.514	2.387.900
Acréscimo Moratório sobre venda de energia	402.917	469.571	325.865	326.556
(-) Encargos Setoriais		(425.246)	(562.021)	(565.079)
(-) ICMS		(263.733)	(325.480)	(401.877)
Participação Societária	(651.130)	198.558	183.320	582.858
Despesas Operacionais	16.900.682	13.120.530	13.978.930	16.086.794
Pessoal (em 2001, pessoal, material e serviços)	1.391.440	1.561.813	1.807.431	2.161.854
Material	132.185	155.119	177.968	220.870
Serviços	677.017	861.036	997.077	1.121.065
Energia Comprada para Revenda	5.115.170	5.012.497	4.891.001	4.598.705
Combustível para produção de energia elétrica	1.302.609	1.920.054	2.247.198	2.823.891
PASEP e COFINS	1.426.218	1.237.020	169.737	949.775
Uso da rede elétrica	83.599	215.619	302.375	560.219
Encargo de Capacidade Emergencial		143.450	146.786	56.687
Depreciação e amortização	2.454.735	1.857.656	1.911.996	1.957.124
Provisões Operacionais	2.410.261	113.003	1.258.896	1.366.676
Resultado a compensar de Itaipu	1.266.423	(783.497)	(733.552)	(790.412)
Doações e Contribuições	70.033	94.337	147.405	177.003
Outras	570.992	732.423	654.612	883.337
Resultado operacional antes do financeiro	860.703	6.573.821	6.117.037	5.272.565
Resultado Financeiro	3.660.440	(5.650.395)	(3.377.045)	(3.487.845)
Receita de juros, comissões e taxas	925.645	1.825.709	1.577.386	2.175.693
Encargo de Dívidas	(1.992.760)	(2.433.732)	(1.684.830)	(1.931.883)
Encargos de parcelamento de tributos	(290.693)	(81.337)	0	0
Encargo s/ remuneração aos acionistas	(1.151.846)	(1.326.287)	(1.146.240)	(1.570.686)
Remuneração e ressarcimento	(839.493)	(1.008.634)	(1.007.010)	(1.041.833)
Receita de aplicações financeiras	393.098	473.995	459.470	590.832
Atualizações monetárias líquidas	895.260	(344.460)	549.644	(841.285)
Atualizações cambiais líquidas	5.172.732	(3.352.036)	(2.853.431)	(1.651.231)
Outras receitas (despesas) financeiras	548.497	596.387	727.966	782.548
Resultado Operacional	4.521.143	923.426	2.739.992	1.784.720
Resultado Não Operacional	(777.754)	390.367	(22.506)	(60.685)
Resultado antes do IR e Contribuição Social	3.743.389	1.313.793	2.717.486	1.724.035

Contribuição Social	575.532	317.186	362.289	157.776
Imposto de Renda	2.032.995	582.912	957.997	462.836
Resultado antes das participações	1.134.862	413.695	1.397.200	1.103.423
Participação nos lucros	(60.505)	(95.181)	(97.572)	(133.059)
Participação Minoritária	25.983	4.611	(6.314)	4.225
Lucro Líquido do Exercício	1.100.340	323.125	1.293.314	974.589

2.2. INDICADORES FINANCEIROS

INDICADORES	2002	2003	2004	2005
R\$ em mil				
Receita Operac. Líquida-ROL	16.335.167	18.457.331	19.926.230	20.409.584
Margem Op. Líq(%) (LL0 / RO)	25,5	4,7	13,6	8,4
Resultado do Serviço	860.703	6.573.821	6.117.037	5.272.565
EBITDA	6.992.122	7.760.983	8.554.377	7.229.689
Margem EBITDA (%)	42,8	42,0	42,9	35,0
Margem Bruta	5,3	35,6	30,7	25,8
LPA-Lucro Líquido (Prejuízo) p/lote 1000 ações	2,05	0,60	2,41	1,73
Margem Líquida (%) (LL/ROL)	6,7	1,8	6,5	4,8
Rentabilidade do PL (%)	1,7	0,5	1,9	1,3
VPA-Valor Patromonial p/ ação	124	126	130	134
Liquidez Corrente	1,22	1,30	1,18	1,42

CONTROLADAS	LAJDA (EBITDA) - R\$ Milhões			
	2002	2003	2004	2005
FURNAS	1.653,2	2.086,1	1.480,9	1.533,0
CHESF	1.656,2	2.094,2	2.319,5	1.964,4
ELETRONORTE	683,4	439,3	266,8	639,6
ELETRONUCLEAR	80,4	159,5	91,8	395,6
ELETROSUL	213,9	218,8	246,6	250,6
CGTEE	49,9	50,5	40,4	34,6

2.3. RESULTADO PRIMÁRIO

O resultado primário (receitas menos despesas, exclusive pagamento de juros) do grupo ELETROBRÁS, em 2005, registrou superávit de R\$2,8 bilhões, contra R\$1,6 bilhão realizado no ano anterior.

A holding ELETROBRÁS contribuiu para esse resultado com superávit de R\$1,6 bilhão. Este é o maior resultado dos últimos anos, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Anos	Resultado	Valor
2001	Superávit	R\$ 602,0 milhões
2002	Déficit	R\$ 373,2 milhões
2003	Superávit	R\$ 1.211,0 milhões
2004	Superávit	R\$ 1.650,5 milhões
2005	Superávit	R\$ 2.810,8 milhões

2.4. ANÁLISE DO RISCO EMPRESARIAL

A ELETROBRÁS realiza análise de riscos empresariais para seus negócios associados à concessão de financiamentos e participações societárias, com o objetivo de adotar medidas de proteção que reduzam as possibilidades de perdas financeiras, assim como identificar oportunidades de ganhos que possam melhorar os resultados esperados. Além disso, o perfil de risco da ELETROBRÁS é compatível com as expectativas de rentabilidade dos seus acionistas

2.5. DÉBITOS VENCIDOS – RENEGOCIAÇÃO

A ELETROBRÁS efetuou operações de repactuação de dívidas no ano de 2005, com o intuito de ajustar o perfil de sua carteira de empréstimos e financiamentos e manter a sua rentabilidade. Foram renegociadas dívidas das empresas CELG, CEPISA, CEAL, Boa Vista Energia, ELETROSUL e CELPA, em um total de R\$1,1 bilhão.

É digna de menção a renegociação com a CELG, concretizada em novembro, e que envolveu um total de R\$984,5 milhões. Foram repactuados R\$628,9 milhões entre dívidas de empréstimos, financiamentos, fundos institucionais e energia de Itaipu.

Em 2005, a ELETROBRÁS concluiu a reestruturação societária da sua participação acionária na INVESTCO S.A. que envolveu créditos da ELETROBRÁS detidos contra a INVESTCO S.A. da ordem de R\$1,1 bilhão. A operação teve como principal característica a troca de ações preferenciais resgatáveis de propriedade da ELETROBRÁS no capital social da INVESTCO S.A, por ações preferenciais do capital das empresas Rede Lajeado, CEB Lajeado, EDP Lajeado e Paulista Lajeado, controladoras da INVESTCO S.A.

Esta operação representa importante recuperação de crédito da ELETROBRÁS, que faz parte de um programa mais amplo de valorização da companhia, em parcerias com grandes empresas que atuam no setor elétrico brasileiro.

2.6. EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO

O Empréstimo Compulsório, instituído com o objetivo de gerar recursos para a expansão do sistema elétrico nacional, foi extinto pela Lei nº. 7.181, de 20 de dezembro de 1983, que fixou a data de 31 de dezembro de 1993 como prazo final de recolhimento. Os créditos do Empréstimo Compulsório foram atualizados monetariamente na forma da legislação em vigor,

com base na variação anual do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial - IPCA-E e remunerados com juros de 6% ao ano, alcançando, ao fim de 2004, um montante de cerca de R\$3,6 bilhões. Este saldo refere-se aos créditos de 1978 a 1994, não havendo passivos constituídos relativos às Obrigações e Cautelas de Obrigações.

A ELETROBRÁS, em 2005, respaldada no que faculta a legislação, por meio da sua 142ª Assembléia Geral Extraordinária de Acionistas, aprovou a antecipação do resgate dos créditos do empréstimo compulsório mediante conversão em ações. A conversão, além de ter permitido uma melhora no índice de endividamento da empresa, com a eliminação de um passivo de R\$3,6 bilhões e uma redução das despesas financeiras relativas aos juros anuais de 6% na ordem de R\$200 milhões, gerou a emissão de 27,247 bilhões de ações preferenciais da classe B representando um acréscimo de 32,09% em relação à referida classe de ações e de 5,07% em relação ao capital total.

3. RELAÇÕES COM INVESTIDORES E O MERCADO FINANCEIRO

3.1. RATING

Em 2005, o *rating* da ELETROBRÁS foi confirmado em BB para emissões locais e em BB- para emissões em moeda estrangeira, equivalente ao *rating* soberano do país. Essa avaliação de risco foi emitida pela Standard & Poor's, que atribuiu perspectiva positiva para ambos.

3.2. BASE ACIONÁRIA

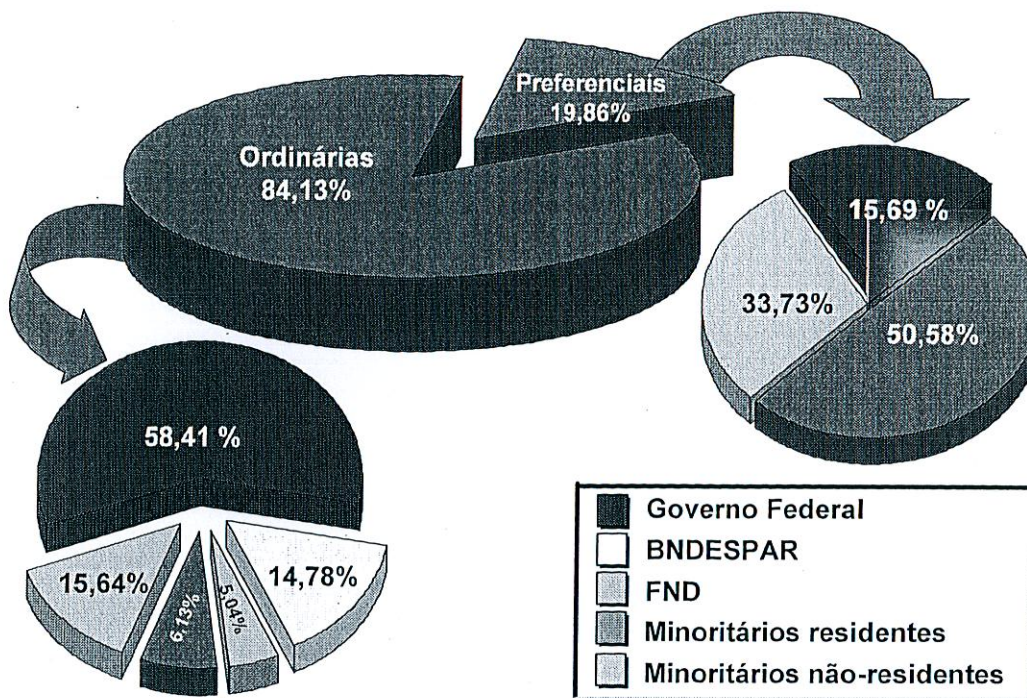
Acionistas	Quantidade de Ações 31/12/2005	Quantidade de Ações 31/12/2004
União	281.923.621.935	281.923.621.935
BNDESPAR	66.878.975.753	67.863.037.188
FND	22.810.794.898	22.810.794.898
Outros	193.135.858.339	164.905.066.859
Total	564.749.250.925	537.502.520.880

Quantidade de Acionistas Não – Residentes

Tipo	31/12/2005	31/12/2004	Varição
Ordinária	197	183	7,65%
Pref.	253	214	18,22%
Total	450	397	13,35%

QUANTIDADE DE ACIONISTAS RESIDENTES

Tipo	31/12/2005	31/12/2004	Varição
Ordinária	2.024	3.320	-39,03%
Pref. B	379	428	-11,45%
Total	2.403	3.748	-35,88

Estrutura de Capital - Dezembro 2005**3.3. GOVERNANÇA CORPORATIVA:**

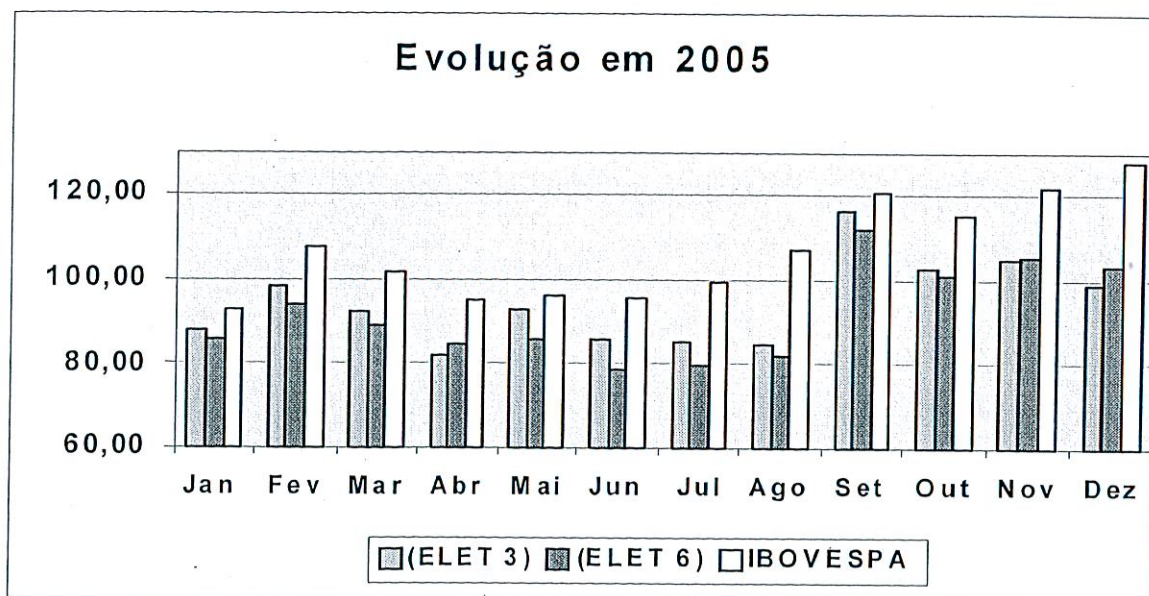
Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa (ISE): A ELETROBRÁS foi listada em 1º de dezembro no ISE. Fazem parte deste índice as empresas que possuem as melhores práticas de sustentabilidade empresarial.

Nível 1 de Governança Corporativa da Bovespa: Em 2005, o conselho de acionistas aprovou a adesão ao nível 1 de governança corporativa da Bovespa. Esta adesão é voluntária e a companhia, seus controladores e administradores assumem o compromisso de seguir as regras do regulamento de listagem da BOVESPA.

American Depositary Receipt (ADR) Nível 2: Atualmente, as ADRs negociadas pela ELETROBRÁS encontram-se no nível 1 e são negociadas no mercado de balcão. A ELETROBRÁS está atualmente realizando a adaptação da contabilidade ao padrão US GAAP, levantamento de ajustes da parte atuarial, levantamento legal para realização do formulário 20-F e mapeamento dos controles internos, com o objetivo de *upgrade* para o Nível 2, quando então suas ações serão negociadas na NYSE.

3.4. ANÁLISE DAS AÇÕES DA ELETROBRÁS E DO IBOVESPA

No período de dezembro de 2004 a dezembro de 2005, a valorização do IBOVESPA foi de 27,71%, enquanto que as ações ordinárias (ELET3) desvalorizaram 1,30%, encerrando o ano de 2005 cotadas a R\$38,00, e as preferenciais (ELET6) da empresa valorizaram-se 2,86%, fechando a R\$39,60. Vale destacar que, no mês de setembro, houve expressiva valorização desses ativos em relação a dezembro de 2004, tendo o IBOVESPA subido 20,56% e as ações ELET3 e ELET6 apresentado uma apreciação de, respectivamente 16,10% e 11,69%.



3.5. PROGRAMAS DE ADR

ADR Nível I:

A apreciação do real em relação ao dólar favoreceu as ações da ELETROBRÁS negociadas no mercado de balcão de Nova Iorque, tanto as ações ordinárias (CAIFY) como as preferenciais (CAIGY). Enquanto o dólar depreciou-se 11,82%, as ações preferenciais obtiveram uma variação de 11,79% e as ordinárias, 10,56%.

CAIGY — AÇÕES PREFERENCIAIS DA ELETROBRÁS (Lote de 500 ações)

As ADRs de ações preferenciais da ELETROBRÁS apresentaram o valor mais alto em 30 de setembro de 2005, quando a cotação atingiu US\$9,93. A cotação mais baixa registrada no período foi US\$5,65 no dia 30 de setembro de 2005. Em 2005 este papel encerrou o ano cotado a US\$8,25, com uma valorização de 11,78% em comparação ao fechamento de dezembro de 2004, que foi de US\$ 7,38:

CAIFY — AÇÕES ORDINÁRIAS DA ELETROBRÁS (Lote de 500 ações)

No ano de 2005, as ADRs de ações ordinárias da ELETROBRÁS registraram uma cotação mínima de US\$5,60, no dia 20 de janeiro de 2005, e uma cotação máxima de US\$9,90 em 30 de setembro de 2005. Esta ação encerrou o ano a US\$7,85 e teve uma valorização de 10,56% em relação a 2004, quando fechou o ano cotada a US\$7,10.

3.6. LATIBEX (mercado de ações latino-americanas existente na Bolsa de Madri)

Este ativo teve valorização expressiva, em parte devido à apreciação do real frente ao euro, que sofreu uma depreciação de 23,44% entre dezembro de 2004 e dezembro de 2005. Neste mesmo período, a ação preferencial da ELETROBRÁS no Latibex (Xelbt) valorizou-se 42,26%.

XELTB: As ações preferenciais do programa LATIBEX tiveram uma valorização de 42,26% no ano, sendo sua cotação mais alta €7,60, em 30 de dezembro, e sua menor cotação €4,20 em 20 de janeiro. Em dezembro de 2004, este ativo estava cotado a €5,30 e teve uma valorização de 42,26% em comparação com dezembro de 2005, quando encerrou o ano a €7,54.



XELTO: Este ativo apresentou negociação inexpressiva em 2005. A falta de liquidez deveu-se em boa parte à ausência de um especialista que garanta negociabilidade ao papel e atenda a todas as demandas do mercado. Este aumento de liquidez torna o papel mais atrativo e também exerce controle sobre a sua volatilidade.

3.7. CARTEIRA DE AÇÕES DA ELETROBRÁS

A ELETROBRÁS possui ações de empresas do setor elétrico, na maior parte de distribuidoras, no valor de R\$3,35 bilhões em 31 de dezembro de 2005. Deste montante R\$1,96 bilhão foi oferecido como garantia de diversas ações judiciais, em sua maior parte em questionamentos relativos a empréstimos compulsórios e obrigações.

No quadro a seguir, a cotação das ações negociadas em bolsa que compõem a carteira de ações da ELETROBRÁS em 31 de dezembro de 2005 e o valor bloqueado pelas ações judiciais:

Ação	Tipo	COT. / R\$ LOTE (*)	VALOR TOTAL / R\$	VALOR BLOQUEADO/R\$
CEB	Pref. A	19,00	1.846.590,22	1.846.590,22
	Pref. B	12,00	646.247,57	646.247,57
CELPA	Pref. A	10,40	1.261.922,83	888.002,33
	Pref. B	9,99	10.735.592,73	10.735.591,41
COELCE	Pref. A	7,10	56.342.137,71	56.342.137,71
	Pref. B	5,61	17.179.404,19	17.179.404,19
CELPE	Ord.	11,30	227.557,75	0,00
	Pref. A	14,00	15.937.555,83	11.480.000,00
	Pref. B	12,06	91.846,46	0,00
CEMAR	Ord.	0,10	540.170.481,07	0,00
	Pref. A	0,00	0,00	0,00
	Pref. B	0,13	7.917.903,57	0,00
CESP	Ord.	10,45	393.270,39	0,00
	Pref. B	13,17	87.771.819,23	87.092.182,16
COPEL	Ord.	14,95	22.885.080,99	0,00
CELESC	Ord.	1,26	106.674,12	0,00
	Pref. B	1,46	120.969.069,42	18.590.993,22
CEEE	Ord.	1,07	131.269.137,24	101.178.172,70
	Pref. B	1,10	3.856.142,50	3.856.142,50
CELG	Ord.	18,11	415.932,37	0,00
CEMAT	Ord.	4,00	8.434.868,00	3.760.000,00
	Pref.	4,30	177.163.061,60	177.163.061,60
LIGHTPAR	Ord.	18,00	152.643.534,91	0,00
EMAE	Pref. B	5,00	72.081.669,26	72.081.669,26
CGEEP(DUKE)	Pref. B	16,20	7.152.914,17	4.469.391,74
AES TIETÊ	Ord.	50,00	1.881.676,50	638.850,00
	Pref. B	50,90	383.120.349,19	109.572.499,02
CTEEP	Ord.	31,80	195.914.601,02	195.633.600,00
	Pref..(*)	26,40	1.228.192.938,06	1.084.156.755,42



TOTAL	3.246.609.978,91	1.957.311.291,04
-------	------------------	------------------

Variação anual da carteira da ELETROBRÁS

Valor em	Valor em	%
31/12/2004	31/12/2005	
1.569.866.046,18	3.246.609.978,91	106,81%

3.8. CAPTAÇÃO DE RECURSOS NO MERCADO INTERNACIONAL

Em novembro, a ELETROBRÁS concluiu a operação de lançamento de bônus no mercado internacional no valor de US\$300 milhões. Os títulos foram emitidos com prazo de 10 (dez) anos, com resgate total na data do vencimento (30.11.2015) e com cupom de juros semestrais a taxas de 7,75% ao ano, possibilitando um retorno de 7,87% ao ano para os investidores que compraram os referidos bônus na data do lançamento. A operação foi liderada pelo banco Dresdner Kleinwort Wasserstein. Foram apresentadas, por meio de 127 investidores, ordens de compra de US\$776 milhões, ou seja, volume 2,6 vezes superior ao que foi ofertado ao mercado. Essa operação apresenta dois pontos positivos para a empresa. O primeiro é o retorno da ELETROBRÁS ao mercado de "debt" internacional, o que cria um cenário propício para novas captações de recursos. O segundo ponto refere-se à redução de custos nas Demonstrações Financeiras da empresa. Em junho de 2005, a ELETROBRÁS liquidou um bônus de US\$300 milhões, lançado em 2000, com cupom de 12% ao ano. Com a atual operação, a companhia substitui uma dívida de cinco anos por outra de dez anos e reduz o cupom de juros de 12% para 7,75%. Isso representa uma redução de 37,5% sobre o volume de despesa financeira relativa aos juros pagos pelo financiamento.

Em termos de participação geográfica, 59% das ofertas foram originadas da Europa, 25,5% originadas dos Estados Unidos e Canadá, 10,2% da América Latina, e 5,3% da Ásia.

Empréstimo sindicalizado – A ELETROBRÁS também realizou uma captação de recursos no valor de US\$100 milhões, na modalidade A/B Loan, com a Corporación Andina de Fomento (CAF) e o Banco Santander. Esse financiamento proporcionará uma redução substancial nos custos financeiros da companhia. A taxa de juros dessa operação tem um spread inferior a 2% ao ano acima da variação da Libor, com prazo de liquidação de 10 anos. Já o financiamento quitado em maio passado, também na modalidade A/B Loan, com prazo de três anos, apresentava taxa de juros com spread de 4% ao ano acima da variação da Libor. Comparando, o financiamento atual apresenta uma redução de 50% em relação ao spread anteriormente praticado.

Os recursos obtidos nas recentes operações junto ao mercado internacional irão compor o fluxo de caixa da companhia e assegurar o cumprimento do programa de investimentos proposto para os próximos meses.

3.9. AUDITORES INDEPENDENTES

Em cumprimento ao disposto na Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a ELETROBRÁS informa que contratou, os serviços de auditoria independente da empresa BDO Trevisan Auditores Independentes, pelo prazo de três anos, contados de 1º de agosto de 2005



para execução de serviços de auditoria das demonstrações contábeis da controladora e consolidadas do Sistema ELETROBRÁS, no valor total de R\$1.454 mil devendo ser ressaltado, adicionalmente, que a Companhia não possui com a referida empresa nenhum outro contrato de prestação de serviços que não o referente aos próprios serviços de auditoria externa.

Segue abaixo a relação dos auditores independentes das empresas do Sistema ELETROBRÁS, que, individualmente, também prestam serviços exclusivos de auditoria independente:

<u>Controladas e Controlada em Conjunto</u>	<u>Auditor Independente</u>
CGTEE	Deloitte Touche Tohmatsu
Chesf	BDO Trevisan
Eletronorte	BDO Trevisan
Eletronuclear	HLB Audilink e CIA
Eletrosul	KPMG
Furnas	HLB Audilink e CIA
Itaipu	BDO Trevisan
Lightpar	Loundon Blomquist

4. COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA

4.1. ITAIPU

A Lei nº 10.438, de 26/04/02, determinou que cabe à ELETROBRÁS ser o Agente Comercializador de Energia de Itaipu. Nessa condição, a empresa, no ano de 2005, repassou para as concessionárias das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, uma potência média de 10.327 MW e comercializou o montante de 81.089,549 GWh correspondente à energia suprida pela Itaipu Binacional ao Brasil, que resultou num faturamento de US\$2.450 milhões contra a despesa de US\$2.400 milhões com a aquisição de energia.

4.2. PROINFA

Na condição de agente comercializador de energia e gestor dos contratos no âmbito do PROINFA, destacam-se as seguintes atividades realizadas pela ELETROBRÁS em 2005: término da contratação de empreendimentos no início de 2005, completando os 3.300 MW de capacidade instalada; realização da gestão administrativa, comercial e energética dos 144 contratos de compra e venda de energia; prorrogação da data planejada de entrada em operação de 110 empreendimentos, por meio da assinatura de termos aditivos, com base no estabelecido na Portaria 452/05, do MME; elaboração do primeiro Plano Anual Proinfa – PAP para homologação e cálculo das quotas de energia e de custeio pela ANEEL; participação dos estudos para operacionalização a comercialização dos créditos de carbono nos mercados de carbono nacionais e internacionais com foco no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo dos empreendimentos contratados; execução das atividades inerentes à representação das Usinas Geradoras de Energia contratadas no âmbito do PROINFA, junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

4.3. INTERLIGAÇÕES FRONTEIRIÇAS

Interligação com o Uruguai através da Estação Conversora de Freqüência de Rivera

A ELETROBRÁS, segundo resolução da ANEEL, detém, pelo lado brasileiro, a exclusividade

do direito de uso das instalações da Conversora de Freqüência de Rivera, para importação ou exportação de energia, cuja potência é de 70 MW, que interliga Rivera, no Uruguai, à subestação de Santana do Livramento, localizada no Estado do Rio Grande do Sul;

Durante o ano de 2005 a exportação para o Uruguai foi realizada nos termos do acordo mantido entre os governos do Brasil e do Uruguai, conduzido pelo MME, tendo como princípio o acordo no qual a ELETROBRÁS cedeu, mediante ressarcimento, o direito de uso das instalações da conversora.

Interligação com a Argentina através da Estação Conversora de Freqüência de Uruguaiana

A ELETROBRÁS, também segundo resolução da ANEEL, foi autorizada a importar e exportar energia elétrica através da Estação Conversora de Freqüência de Uruguaiana, com capacidade de 50 MW, que interliga Paso de Los Libres, na Argentina, à Subestação de Uruguaiana 5, localizada no Estado do Rio Grande do Sul. Em 2005, foram realizadas negociações envolvendo a ELETROBRÁS, a ELETROSUL e a EBISA, objetivando equacionar a dívida da EBISA com a ELETROSUL, para viabilizar a retomada das operações de intercâmbio.

5. INVESTIMENTOS

5.1. EMPRESAS E PROJETOS

Foram realizados, em 2005, investimentos de R\$3,18 bilhões nos sistemas de geração e transmissão de energia elétrica pelas empresas controladas e federalizadas, conforme demonstra a tabela abaixo:

Investimento do Grupo ELETROBRÁS em 2005 (Em R\$)			
Empresas	Lei 11.042/04	REALIZADO	%
	Lei 11.069/04	NO ANO	
	(A)	(B)	do Total
ELETROBRÁS	156.920.020	7.782.470	4,96%
FURNAS	1.128.128.050	918.720.130	81,44%
ELETRONUCLEAR	355.770.860	242.119.630	68,05%
CHESF	612.751.120	486.401.220	79,38%
CGTEE	63.045.360	26.195.360	41,55%
ELETROSUL	276.822.000	260.822.250	94,22%
ELETRONORTE	969.800.000	898.311.080	92,63%
CEPEL	12.358.500	9.734.410	78,77%
LIGHTPAR	50.000	26.690	53,38%



TOTAL CONTROLADAS	3.575.645.910	2.850.113.240	79,70%
MANAUS	151.000.000	108.664.870	71,96%
BOAVISTA	19.836.920	14.480.660	73,00%
CERON	118.160.800	20.467.920	17,32%
ELETROACRE	50.400.000	30.759.050	61,03%
CEPISA	150.611.700	43.615.110	28,96%
CEAL	80.899.320	54.744.790	67,67%
CEAM	149.281.790	55.363.170	37,09%
TOTAL FEDERALIZADAS	720.190.530	328.095.570	45,55%
TOTAL	4.295.836.430	3.178.208.810	73,98%

Algumas empresas apresentaram baixos resultados de investimento explicados pelos seguintes fatos: a holding ELETROBRÁS não adquiriu sua sede própria; a CGTEE está iniciando fase C de Candiota II em 2006; as empresas federais de distribuição não alcançaram a realização prevista do programa Luz para Todos.

Esse montante foi direcionado aos seguintes projetos:

Em 1000 R\$

Projetos	Realizado Até dezembro/05
TOTAL GERAÇÃO	1.205.189
UTE Santa Cruz	45.842
Angra I, II e III	77.900
UTE Camaçari	32.552
UHE Tucuruí	449.157
Modernização UHE Furnas	97.142
Outros	502.596
TOTAL TRANSMISSÃO	1.597.868
Sist. Nordeste	157.420
ST Tucuruí no Pará	70.984
LT Ouro Preto-Vitória	49.011
Reforços no ST S.Paulo e Minas Gerais	191.187
Reforços no ST do Rio de Janeiro e Espírito Santo	200.078
Ampliação no ST na Região Sul	235.527
Outros	693.661
TOTAL DISTRIBUIÇÃO	201.760
TOTAL QUALIDADE AMBIENTAL	18.309



TOTAL PESQUISA	9.734
TOTAL INFRA-ESTRUTURA	145.430
TOTAL GERAL	3.178.209

5.2. GERAÇÃO

Em 2005, as empresas do grupo ELETROBRÁS estiveram envolvidas isoladamente ou em parcerias com empresas privadas na construção das UHEs de Peixe Angical (Furnas, EDP e Grupo Rede); Fundão (COPEL, Paineiras e ELETROBRÁS); na revitalização da UTE Camaçari (CHESF) e na ampliação da UTE Santa Cruz (Furnas); da UHE Tucuruí (ELETROBRÁS), e da UHE Santa Clara (COPEL, Paineiras e ELETROBRÁS). Os dois últimos empreendimentos agregaram, em 2005, ao setor elétrico, 750 MW e 123,4 MW, respectivamente.

5.3. TRANSMISSÃO

Em 2005, 44,6% dos recursos investidos foram destinados para transmissão. Entre as principais ações estão:

⇒ obras concluídas do grupo ELETROBRÁS: LT 345 kV Ouro Preto – Vitória (MG/ES); SE Viana (ES), LT 230 kV Fortaleza – Pici (CE); LT 230 kV Sobral II – Sobral III (CE); Ampliação da SE Sobral III e Ampliação da SE Ivaiporã; e

⇒ obras concluídas em parceria com os empreendedores privados: LT Salto Santiago - Ivaiporã - Cascavel do Oeste; LT Teresina - Fortaleza II; LT Montes Claros Irapé e LT Coxipó – Cuiabá – Rondonópolis.

5.4. SISTEMAS ISOLADOS

A ELETROBRÁS, por meio do grupo Técnico-Operacional da Região Norte - GTON, coordena as atividades de planejamento da expansão e da operação dos cerca de 300 Sistemas Elétricos Isolados existentes - localizados principalmente na Região Norte, incluindo as capitais, visando à universalização dos serviços de energia elétrica. Em 2005, a carga própria de energia dos Sistemas Isolados foi de 11.085 GWh, distribuída entre 15 concessionárias, com um parque gerador térmico de 2.533 MW e um parque gerador hidráulico de 636 MW.

5.5. NOVO MODELO DE ANÁLISES TÉCNICAS E COMERCIAIS

A ELETROBRÁS está em processo de reestruturação de suas participações societárias nos empreendimentos já existentes com o setor privado, nas áreas de geração e transmissão de energia elétrica, trocando suas ações preferenciais resgatáveis por ações preferenciais não resgatáveis, ou ações ordinárias. Isto faz parte de um novo desenho do modelo de parcerias para o grupo ELETROBRÁS com o setor privado, onde a holding poderá ter participação direta



nos empreendimentos junto com suas controladas, beneficiando os empreendimentos com as sinergias existentes.

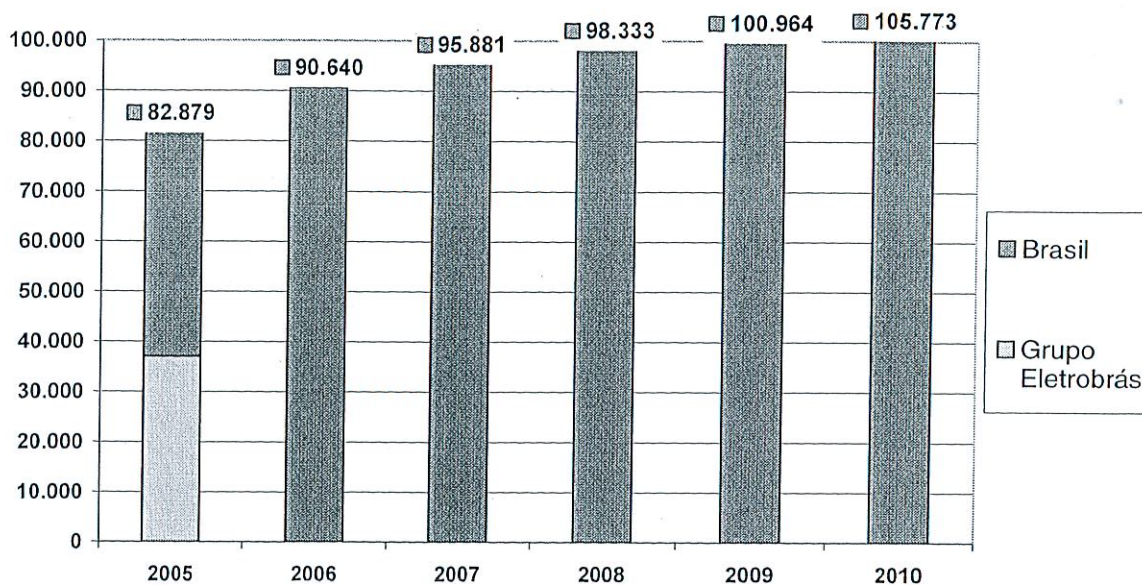
A ELETROBRÁS também está aperfeiçoando as programações financeiras do seu orçamento de capital e aprimorando seus sistemas de acompanhamento físico de obras, associados aos financiamentos concedidos, e aos compromissos de participações societárias, de forma a obter eficiência na programação dos recursos financeiros efetivamente disponíveis.

5.6. EXPANSÃO DA OFERTA DE ENERGIA ELÉTRICA DO SISTEMA ELETROBRÁS

Em 08.07.2005 foi criado o Comitê de Operação, Planejamento, Engenharia e Meio Ambiente - COPEM, órgão do CONSISE - Conselho Superior do Sistema ELETROBRÁS. No ano de 2005, no âmbito do COPEM, foram elaborados cenários de expansão da oferta de energia elétrica pelas empresas do grupo ELETROBRÁS, coordenadas pela holding, com o objetivo de subsidiar as empresas controladas na avaliação das oportunidades de negócio no Novo Modelo Institucional do Setor Elétrico, bem como nos estudos de geração e transmissão de interesse das suas empresas, entre eles estão: o planejamento dos empreendimentos prioritários do grupo e pontos críticos por empresa; o estudo para definição dos Sistemas de Integração das Usinas do Complexo do Rio Madeira, da Usina de Belo Monte e dos Sistemas Receptores das Regiões Sudeste e Nordeste e a análise técnico-econômica de alternativas para uma nova interligação entre o Brasil e o Uruguai.

O gráfico a seguir mostra a projeção da capacidade instalada no Brasil, na visão do grupo ELETROBRÁS. Em 2005, o grupo tem 37.056MW instalado (incluindo as empresas distribuidoras federalizadas Manaus e Boavista) e crescerá em função dos empreendimentos em andamento e da participação nos novos empreendimentos.

PROJEÇÃO DA CAPACIDADE INSTALADA NO BRASIL (MW)



5.7. NOVOS EMPREENDIMENTOS E PARCERIAS

As empresas do grupo ELETROBRÁS estiveram envolvidas isoladamente ou em parcerias com empresas privadas, em 2005, na construção de 1018 Km de linhas de transmissão.

No fim de 2005, ocorreu o leilão de energia nova, no qual as empresas do grupo ELETROBRÁS participaram isoladamente ou em parceria com empresas privadas, obtendo concessão para os seguintes empreendimentos:

EMPREENDIMENTO	POTÊNCIA (MW)	EMPRESA(S)
UHE Baguari	140	Cemig, Furnas e Neoenergia
UHE Passo São João	77	ELETROSUL
UHE Simplício + Anta	333,7	FURNAS
UHE Paulistas	52,5	FURNAS
UTE Candiota II – Fase C	350	CGTEE

5.8. RECURSOS ORDINÁRIOS

Os recursos aplicados nas empresas federais de distribuição, nas controladas e nas participações societárias foram realizados conforme o quadro a seguir:

Aplicações	Liberação Econômica	Liberação Financeira	Total
Adiantamento por Conta de Futuro Aumento de Capital	236.880.213	354.455.896	591.336.109
Federalizadas	3.121.319	241.649.212	244.770.531
CEAM	-	89.881.601	89.881.601
CEPISA	434.862	95.665.138	96.100.000
CEAL	2.686.457	31.613.543	34.300.000
ELETROACRE	-	24.488.930	24.488.930
Controladas			
ELETRONUCLEAR	233.758.894	112.806.684	346.565.578
Parcerias	-	10.104.141	10.104.141
ELEJOR	-	10.104.141	10.104.141
Empréstimos	1.740.280	33.000.000	34.740.280
FURNAS	-	20.000.000	20.000.000
ELETRONUCLEAR	1.740.280	13.000.000	14.740.280
Financiamentos	-	51.448.843	51.448.843
CEPISA	-	1.818.660	1.818.660
ITAIPU	-	49.630.183	49.630.183
Total	238.620.49	449.008.88	687.629.37

Liberação Econômica - É a liberação sem transferência de numerário, que ocorre por meio de compensação entre débitos e créditos.

6. ATIVIDADES DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO NO CEPEL

O Centro de Pesquisa de Energia Elétrica – CEPEL em 2005, desenvolveu 105 projetos de P&D para o grupo ELETROBRÁS, sendo 30 em Tecnologias Especiais e Fontes Renováveis, 28 em Instalações e Equipamentos, 17 em Otimização Energética e Meio Ambiente, 20 em Sistemas Elétricos e 10 em Automação de Sistemas.

Houve um acréscimo de cerca de 16% no valor dos recursos totais do CEPEL em relação a 2004. Foram investidos no CEPEL R\$128,1 milhões, contra R\$111 milhões em 2004. As empresas do grupo ELETROBRÁS responderam por 78% dos investimentos em 2005,



totalizando um aporte de R\$99,5 milhões. O restante dos investimentos foi financiado com Recursos Próprios (R\$15 milhões) e Outros (R\$13 milhões), recursos advindos do MME e outras empresas do setor.

7. PROGRAMA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INDUSTRIAL (PDTI)

O Programa de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico e Industrial (PDTI), cujo objetivo é coordenar as ações de desenvolvimento das empresas do grupo ELETROBRÁS, teve na sua atuação em 2005 os seguintes destaques:

⇒ Logística e Suprimento: desenvolvimento de programas de treinamento, para cerca de 500 profissionais das empresas do grupo; criação e operação do Centro de Catalogação do Setor Elétrico – CECASE e elaboração de relatórios do Plano Plurianual de Demanda de Materiais e Equipamentos;

⇒ Normatização e Qualidade: implementação, em parceria com as empresas do grupo ELETROBRÁS, do Projeto NBR 19000;

⇒ Gestão das Informações Tecnológicas do Setor de Energia Elétrica: disseminação de projetos e tecnologias disponíveis através da Rede Brasil de Tecnologia;

⇒ Capacitação Tecnológica: assinatura, com a integração de diversos agentes, de convênios voltados à capacitação das universidades e da indústria nacional na área de energia elétrica, em um total de cerca de R\$6 milhões;

⇒ Pesquisa e Desenvolvimento: coordenação de projetos pelo Comitê de Integração Corporativa de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico - CICOP de apoio aos projetos de P&D das empresas do grupo, envolvendo o montante de R\$ 250 milhões ao longo de 2005, e aprovação de projetos no âmbito do CT-Energ do Ministério de Ciência e Tecnologia – MCT da ordem de R\$7 milhões;

⇒ Substituição de Importações - Assinaturas de protocolos de cooperação com o MCT e Finep, visando o desenvolvimento de pesquisas e produtos com o objetivo, entre outros, da substituição competitiva daqueles normalmente demandados e importados pelo setor elétrico.

8. FUNDOS SETORIAIS

8.1. RESERVA GLOBAL DE REVERSÃO (RGR)

Na condição de gestora dos recursos oriundos da Reserva Global de Reversão (RGR), conforme legislação em vigor, a ELETROBRÁS aplicou no exercício financeiro de 2005, o montante de R\$503,3 milhões. A movimentação, referente aos ingressos e aplicações desses recursos, ocorrida durante o ano de 2005, está apresentada a seguir:

RGR - INGRESSOS E APLICAÇÕES EM 2005

R\$ milhões

MOVIMENTAÇÃO	VALOR R\$ milhões
Ingressos:	
Arrecadação de Quotas	1.288,7
Outros	485,4
Aplicações:	
Financiamentos	503,3
Outras	57,5

R\$ milhões

Região	Financiamento Liberado	%
Norte	104,9	20,8
Nordeste	104,2	20,7
Centro-Oeste	56,4	11,2
Sul	24,9	4,9
Sudeste	212,9	42,4
TOTAL	503,3	100,0

LINHAS DE CRÉDITO

R\$ milhões

Programa	Liberações	%
1. Luz para Todos	173,1	34,4
2. Reluz / Conservação	44,6	8,9
3. Luz no Campo	16,6	3,3
4. Geração	0,0	20,2
5. Transmissão	238,8	27,2
6. Distribuição	10,3	2,0
7. Revitalização de Parques Térmicos	19,9	4,0
TOTAL	503,3	100,0

8.2. CONTA DE DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO - CDE

Para compensar as concessionárias de energia elétrica pela redução de receitas oriundas do atendimento aos consumidores da Subclasse Residencial Baixa Renda, foi criada a subvenção econômica, a princípio com recursos da RGR, e depois, em 2004, da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE.

Em 2005, foram liberados, a título dessa fonte de recursos, um montante de R\$1.704,5 milhão, sendo R\$1.177,5 milhão para Baixa Renda, atendendo a 50 concessionárias de distribuição de energia elétrica, e R\$527 milhões para o Programa “Luz Para Todos”, conforme movimentação apresentada a seguir:

CDE - INGRESSOS E APLICAÇÕES EM 2005 (em R\$ milhões)

MOVIMENTAÇÃO	VALOR
Ingressos: CDE+UBP	
Arrecadação de Quotas	1.810,7
Outros	182,2
Aplicações:	
Subvenção Luz para Todos	527,0
Subvenção Baixa Renda	1.222,1
Outras	22,7

Com um orçamento destinado pelo Ministério de Minas e Energia da ordem de R\$332,8 milhões, a ELETROBRÁS efetivou os repasses para os Agentes Geradores proprietários de termelétricas

participantes da Conta de Desenvolvimento Energético, que utilizam o carvão mineral de origem nacional.

8.3. CONTA DE CONSUMO DE COMBUSTÍVEIS - CCC

A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, por meio da Resolução Normativa nº 144, de 24 de janeiro de 2005, homologou os Planos Anuais de Combustíveis da ELETROBRÁS, fixando os valores das quotas anuais referentes aos dispêndios com combustíveis para geração de energia elétrica, para crédito na Conta de Consumo de Combustíveis – CCC.

A Resolução apresenta um valor total de R\$3,4 bilhões de reais, sendo R\$3,3 bilhões alocados nos Sistemas Isolados e a diferença nos Sistemas Interligados S/SE/CO.

8.4. LUZ PARA TODOS

No ano de 2005 foram liberados R\$173,1 milhões com recursos da RGR para 57 concessionárias de energia elétrica e 26 cooperativas de eletrificação rural, totalizando nos anos de 2004 e 2005 R\$265,7 milhões. Na CDE foram feitas liberações no ano de 2005 no valor de R\$527,0 milhões, totalizando nos anos 2004 e 2005 R\$822,9 milhões. Estão previstos investimentos de R\$7,0 bilhões até o ano de 2008, dos quais R\$5,3 bilhões originados dos recursos da CDE e RGR.

Os contratos de financiamento e subvenção celebrados com os agentes executores do Programa totalizaram ao final de 2005 R\$2,6 bilhões. Foram analisados e aprovados programas de eletrificação rural de 79 agentes executores. As obras foram iniciadas em meados de 2004 e irão beneficiar um total de 658.497 consumidores, dos quais 175.129 foram contratados em 2005. A participação de cada região do país é apresentada a seguir:

Região	Consumidores Contratados até 31.12.2005
Centro-Oeste	40.196
Norte	93.583
Nordeste	344.594
Sul	49.193
Sudeste	130.931
Total	658.497

8.5. RELUZ

Em 2005, foram liberados aproximadamente R\$44,6 milhões para o Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente com recursos da RGR, alcançando 15 concessionárias. A carteira total de projetos contratados é de R\$526 milhões. Adicionalmente, foram aprovados pelo Conselho de Administração cerca de 40 novos contratos totalizando o valor de cerca de R\$70 milhões. O PROCEL Reluz já atingiu 22 estados da federação.

A tabela a seguir mostra, por região, os resultados efetivos alcançados com o Programa ReLuz, no ano de 2005.

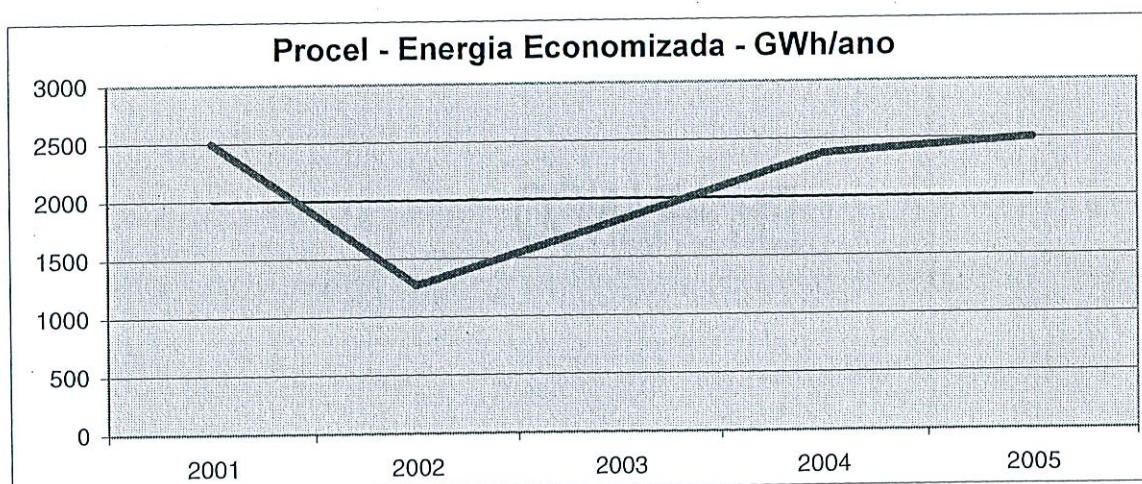
Região	N	NE	SE	CO	S	Total
--------	---	----	----	----	---	-------

Número de pontos	60	20.121	194.615	21.336	111.368	347.500
Redução de demanda (kW)		1.152,03	7.089,36	2.138,00	4.476,82	14.856,21

8.6. PROCEL

O Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL é executado pela ELETROBRÁS e tem como objetivo promover o uso eficiente da energia elétrica e combater o desperdício.

Em 2005, o PROCEL contribuiu para uma economia de energia estimada em aproximadamente 2.500 GWh. Este resultado é equivalente ao consumo de cerca de 1,5 milhão de residências no período de um ano, representando uma economia de investimentos no setor elétrico em torno de R\$2 bilhões.

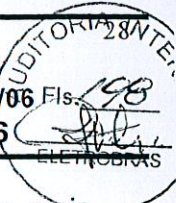


Projeto de Eficiência Energética (PEE Brasil)

Com recursos de US\$11,9 milhões, financiados pelo Global Environment Facility – GEF por intermédio do Banco Mundial, o Projeto de Eficiência Energética – PEE realizou investimentos de US\$5,5 milhões em 2005, com o desenvolvimento dos seguintes subprojetos: Centro Brasileiro de Informação em Eficiência Energética; disseminação de informação de eficiência energética no âmbito da indústria, prédios e hospitais públicos, prefeituras entre outros; avaliação do mercado em eficiência energética; capacitação laboratorial e elaboração do plano de marketing do PROCEL.

9. GESTÃO EMPRESARIAL

9.1. COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL



A partir de 2005, a área de comunicação da ELETROBRÁS assumiu uma atitude mais proativa, incentivada pelo desenvolvimento do planejamento estratégico e pelas exigências de mercado. O planejamento e reestruturação do trabalho iniciados no último trimestre tiveram como objetivo estimular o diálogo com os clientes internos e a sociedade, utilizando-se de todas as ferramentas de comunicação disponíveis, eventos promocionais, publicidade, patrocínio, e, sobretudo, um contato mais intenso internamente, com o grupo ELETROBRÁS e com a imprensa.

9.2. RECURSOS HUMANOS

Em 2005, a ELETROBRÁS realizou um novo concurso público visando à contratação de profissionais e formação de cadastro de reserva e a primeira Pesquisa de Clima Organizacional.

A *holding* ELETROBRÁS coordenou a criação do Programa Jovem Aprendiz Grupo ELETROBRÁS, com a participação de todas as suas empresas subsidiárias e do Senai.

Treinamento e Desenvolvimento

Em 2005, foram realizados oito treinamentos do Programa de Suprimentos para o grupo ELETROBRÁS, além de treinamentos específicos de Negociação Sindical, de Sistema de Registro de Preços e da Lei Sarbanes-Oxley-404. Em 2005, o Programa de Idiomas Estrangeiros inscreveu cerca de 400 empregados. No ano passado, foram inscritos aproximadamente 70 empregados em cursos de pós-graduação *lato sensu* (especialização, MBA) e *stricto sensu* (mestrado e doutorado) voltados à capacitação dos quadros técnicos e gerenciais da empresa para atuação em seus principais negócios. Em 2005 a ELETROBRÁS investiu R\$4,01 milhões com programas de capacitação e desenvolvimento de pessoal e reembolso de despesas para empregados que cursam nível superior.

9.3 AÇÕES ADMINISTRATIVAS

Dentre as atividades desenvolvidas, em 2005, estão:

⇒ início do trabalho de migração para Linux, utilizando a infra-estrutura criada para software livre e permitindo significativa redução de custo na utilização desta plataforma de software; implantação do projeto de adequação dos processos corporativos da ELETROBRÁS às exigências do Artigo 404 da Lei Sarbanes-Oxley; a implantação nas EFDs do Sistema de Gestão Comercial de Energia Elétrica Ajuri; conclusão da 1ª fase e início da análise para o desenvolvimento da 2ª fase do sistema PROINFA, que deverá armazenar informações sobre o licenciamento ambiental (LI) e contratual; início do estudo e análise para automatizar a Gestão dos Projetos do grupo ELETROBRÁS; desenvolvimento do sistema de Coleta de Dados de Consumo de Combustível para o Sistema Isolado; início da implantação do Portal de Conservação de Energia, o Procel-INFO e a despesa total de investimento em Informática foi de R\$6,4 milhões.

⇒ finalizadas em 2005, as seguintes licitações da ELETROBRÁS: 12 contratos em carta convite no montante de R\$652,4 mil, 38 pregões, totalizando R\$25,9 milhões e um contrato no modelo de concorrência no valor de R\$1,5 milhão.

9.4. AUDITORIA

Como parte da projeto de *upgrade* das ADRs da ELETROBRÁS de nível 1 para nível 2, as empresas do grupo realizam, desde março de 2005, uma série de ações para atender às



exigências da Seção 404, da Lei Sarbanes Oxley e, também, para certificação da Security and Exchange Commission - SEC.

Para tanto, iniciou-se a implantação dos mecanismos visando atestar anualmente a eficácia dos controles internos que dão suporte aos números apresentados nas Demonstrações Contábeis das empresas que compõem o grupo ELETROBRÁS.

Durante o exercício de 2005, os trabalhos contemplaram a avaliação de sete empresas, envolvendo profissionais de todo o grupo. Para o exercício de 2006, estão sendo organizadas ações no sentido de concluir os trabalhos nas demais empresas. Os trabalhos prevêem, ao seu fim, a avaliação de cerca de 500 processos de negócio, resultando em aproximadamente 5000 controles internos.

9.5. OUVIDORIA

A Ouvidoria-Geral da ELETROBRÁS foi criada com a finalidade de estabelecer um canal permanente de comunicação rápido e eficiente entre a Presidência e seus empregados, bem como, com a sociedade. A comunicação com a Ouvidoria-Geral da ELETROBRÁS é feita por meio do site da empresa, por, telefone, carta, fax e de forma presencial. Em 2005, foram encaminhadas 1.855 solicitações, com um percentual de soluções de cerca de 82%.

10. RESPONSABILIDADE SOCIAL

10.1. COORDENADORIA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

Em 2005, a ELETROBRÁS avançou na consolidação do compromisso de incorporar a Responsabilidade Social de forma efetiva, inserindo o tema nas Macro-Orientações Estratégicas do Planejamento Estratégico.

Nesse sentido, participa na Comissão Técnica de Responsabilidade Social do Inmetro (CTRS/Inmetro) e na Comissão de Estudo Especial Temporária de Responsabilidade Social da ABNT (CEET/ABNT) para discussão de documentos internacionais norteadores de Responsabilidade Social Empresarial; coordena o Programa de Desenvolvimento Econômico e Social das Comunidades Atingidas por empreendimentos Elétricos – Prodesca e dá apoio aos programas institucionais de energia elétrica (Luz Para Todos, Procel, e Projeto Ribeirinhas).

Apóia, também, os Programas do Plano Plurianual do Governo Federal como: Estatais na Educação (MEC), Tecnologias Sociais (Secom), Brasil Quilombola (Seppir); Inclusão Digital (Casa Civil) e demandas da sociedade civil.

Em 2005, a ELETROBRÁS criou o Comitê Permanente para Questões de Gênero da ELETROBRÁS e aderiu ao Programa Pró-Eqüidade de Gênero da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – SPM.

10.2. MEIO AMBIENTE

Dentre as atividades de suporte técnico-institucional às demais áreas da empresa destacaram-se, no ano de 2005, em matéria socioambiental, os trabalhos de análise ambiental de operações de financiamento a empresas do grupo; acompanhamento da implantação do



PROINFA e elaboração e implantação de procedimentos para a gestão ambiental dos sistemas isolados.

Destacou-se também o apoio no atendimento aos quesitos ambientais nos processos de listagem das ações da ELETROBRÁS junto ao ISE – Bovespa e à captação externa de recursos financeiros.

Foram iniciados os trabalhos de revisão e complementação dos estudos ambientais necessários à conclusão dos estudos de viabilidade do AHE Belo Monte, incluindo os procedimentos requeridos para o licenciamento ambiental.

No âmbito das atividades de coordenação das áreas de meio ambiente do grupo ELETROBRÁS, dentre outras atividades, foi concluído e aprovado pelo COPEM e pelo CONSISE, a Política Ambiental formal do grupo.

No desenvolvimento técnico, científico e instrumental destacaram-se os investimentos em estudos sobre Mudanças Climáticas para subsidiar a habilitação de créditos de carbono dos projetos do PROINFA e do uso de microalgas na gestão das emissões em térmicas a carvão.

10.3. PATROCÍNIOS CULTURAIS E ESPORTIVOS

Em 2005, a ELETROBRÁS iniciou a discussão de uma política de patrocínio integrada para o grupo ELETROBRÁS, mantendo seu tradicional investimento em projetos culturais e colocando em prática a estratégia de divulgar essas atividades a fim de sedimentar a percepção da marca da empresa junto ao público. A empresa investiu mais de R\$20 milhões em cerca de 130 projetos que contemplaram diversos segmentos da produção artística.

Destacaram-se, nessa área, entre outros, o espetáculo teatral Sopa de Letras, que rendeu o prêmio Mambembe – o mais importante do teatro brasileiro - ao ator Pedro Paulo Rangel; o 38º. Festival de Brasília do Cinema Brasileiro; o filme “Tainá 2” e a transcrição em braille das obras de Jorge Amado. No esporte, a ELETROBRÁS é a patrocinadora oficial das seleções de basquete feminino e masculino de todas as idades.

10.4. BALANÇO SOCIAL

A administração da empresa optou por apresentar, voluntariamente, anexo a este relatório, já neste exercício, as Informações de Natureza Social e Ambiental, instituída pela Resolução CFC nº 1.003/04. Dessa forma, deixou-se de divulgar o Balanço Social, por entender que as suas informações estão integralmente inseridas nestas Informações. A partir do exercício de 2006 as Informações de Natureza Social e Ambiental serão de divulgação compulsória, nas Demonstrações Contábeis.

11. AS EMPRESAS FEDERAIS DE DISTRIBUIÇÃO

Resultados das Empresas Federais de Distribuição:

Total Distribuidoras Federalizadas



	2002	2003	2004	2005
Consumidores	2.245.507	2.376.727	2.464.141	2.577.279
Empregados	4.496	4.548	4.575	4.704
Consumidores por empregado	499	523	539	548
Energia requerida GWh	12.168	13.093	13.900	15.037
Geração Própria GWh	2.257	2.391	2.285	2.635
Energia comprada GWh (com cogrador)	9.911	10.702	11.615	12.402
Energia vendida GWh	8.095	8.714	9.093	9.747
Perdas Técnicas e Comerciais GWh	3.738	4.072	4.477	4.913
Perdas Técnicas e Comerciais (%)	30,7%	31,1%	32,2%	32,7%
Ebitda Boavista (Mil R\$)	-15.735	-70.351	-24.057	-18.731
Ebitda CEAL (Mil R\$)	23.349	15.238	51.525	84.808
Ebitda CEAM (Mil R\$)	-55.594	-76.690	-71.180	-67.567
Ebitda CEPISA (Mil R\$)	-40.565	-33.308	-41.179	-43.629
Ebitda CERON (Mil R\$)	-40.005	624	19.967	5.780
Ebitda ELETROACRE (Mil R\$)	-13.894	-3.499	920	25.874
Ebitda Manaus Energia (Mil R\$)	-22.702	-6.911	-59.089	73.057

As empresas continuaram a ser monitoradas pelo Sistema de Acompanhamento de Gestão Empresarial (SIAGE) Em 2005, com exceção da Manaus Energia e da Companhia Energética do Piauí, todas as demais empresas apresentaram uma curva descendente das perdas de energia elétrica. Entretanto, apesar dos esforços empreendidos pela ELETROBRÁS, os índices ainda se encontram em patamares muito elevados, notadamente as perdas não técnicas, resultado da proliferação de fraudes e desvios de energia.

Em 2005, outra ação empreendida pela ELETROBRÁS foi o acompanhamento do processo de revisão tarifária das empresas federalizadas. Para isso, buscou apoio de consultoria especializada para auxiliar na análise da Empresa de Referência (ER), que define os custos operacionais eficientes a serem passados às tarifas.

Foi também realizado, em 2005, estudo do processo de reestruturação societária da Companhia Energética do Amazonas - CEAM e da Manaus Energia S.A., que continua no exercício de 2006, para a integração das atividades de distribuição de energia elétrica das duas concessionárias no Estado do Amazonas.

Em 2006, a ELETROBRÁS dará início a uma mudança ao nível do modelo de governança que vem adotando nas empresas federais de distribuição, com vista ao saneamento econômico financeiro dessas empresas conforme previsto na própria lei que autorizou a participação da ELETROBRÁS em tais empresas e que colocou no Programa Nacional de Desestatização.

3. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS da Controladora e do Consolidado da empresas da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS, acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes BDO Trevisan, cujos valores e principais destaques são os seguintes:

a) Demonstrações Contábeis

Demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro 2005 da ELETROBRÁS e Consolidadas, composta das seguintes peças: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido, das Origens e Aplicações de Recursos, do Fluxo de Caixa e do Valor Adicionado, acompanhadas das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, com anexos I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII.

a.1) Balanço Patrimonial

	Em milhares de reais	
	Controladora	Consolidado
ATIVO		
Circulante	10.236.414	12.811.278
Realizável a longo prazo	38.825.899	24.387.055
Permanente	41.983.782	83.249.285
	<u>91.046.095</u>	<u>120.447.618</u>
PASSIVO		
Circulante	3.684.093	9.043.297
Exigível a longo prazo	11.647.112	35.441.229
Participação dos acionistas não controladores	-	248.202
Patrimônio líquido	75.714.890	75.714.890
	<u>91.046.095</u>	<u>120.447.618</u>

a.2) Demonstrações do Resultado

	Em milhares de reais	
	Controladora	Consolidado
Receitas operacionais	8.460.248	21.359.359
Despesas operacionais	7.742.155	16.086.794
Resultado operacional	982.550	1.784.720
Resultado não operacional	16.384	(60.685)
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	<u>998.934</u>	<u>1.724.035</u>
Contribuição social	(2.528)	(157.776)
Imposto de Renda	(6.817)	(462.836)
Resultado antes da participação minoritária	<u>989.589</u>	<u>1.103.423</u>
Participação minoritária	-	4.225
Participação dos empregados nos lucros	(15.000)	(133.059)
Lucro líquido do exercício	<u>974.589</u>	<u>974.589</u>
Lucro por Lote de mil Ações	R\$ 1,73	R\$ 1,73

a.3) Destinação do lucro líquido do exercício

	Em milhares de reais
Reserva Legal – 5% do lucro líquido	48.729
Reservas Estatutárias	
Estudos e projetos – 1% do lucro líquido – art.38 - I, do Estatuto Social	9.747
Investimentos – 50% do lucro líquido – art.38 - II, do Estatuto	487.294

Social	
Lucro líquido disponível para os acionistas	428.819
	<u>974.589</u>

a.4) Remuneração aos acionistas

Em conformidade com as disposições das Leis 6.404/76, da Deliberação CVM - 207/96 e do Estatuto Social da ELETROBRÁS, que regulam a remuneração aos acionistas, demonstramos, a seguir, a proposta para pagamento de Dividendos, já registrados em Balanço, evidenciados na demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e detalhada na Nota Explicativa nº 23, na pressuposição de sua aprovação pela Assembléia Geral Ordinária, como segue:

	Em milhares de reais
Lucro líquido do exercício	974.589
Reserva legal	(48.729)
Lucro líquido ajustado	925.860
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	231.465
Remuneração Proposta à Assembléia Geral Ordinária	
Lucro líquido do exercício disponível para os acionistas	428.819
Realização de reservas de reavaliação	13.298
	<u>442.117</u>

Com relação ao lucro apurado no exercício de 2005 está sendo proposta uma remuneração aos acionistas, correspondente a R\$0,33 para as ações ordinárias, R\$2,57 para as ações preferenciais "B" e R\$3,43 para as ações preferenciais "A", por lote de mil ações.

Farão jus ao recebimento de dividendos as pessoas físicas ou jurídicas que integrem o quadro de acionistas da ELETROBRÁS no dia seguinte ao da AGO em que ocorrer a deliberação sobre a aprovação das Demonstrações Contábeis e Distribuição dos Dividendos, sendo proposto que o pagamento ocorra até 30.06.2006.

A distribuição por classe de ações é a seguinte:

	<u>Quantidade de ações</u>	<u>Remuneração em R\$mil</u>
Ordinárias	452.511.763.550	153.058
Preferenciais "A"	73.460.000	252
Preferenciais "B"	112.164.027.375	288.807



Total

564.749.250.925442.117**a.5) Participação dos empregados nos lucros e resultados**

Considerando que a ELETROBRÁS consignou, nestas Demonstrações Contábeis, observadas as disposições da Lei nº 10.101, de 20.12.2000 e orientações do DEST, provisionamento a esse título, propor o pagamento de Participação nos Lucros e Resultados - PLR aos empregados da Empresa, no montante de R\$15.000 mil.

AFRÂNIO ALENCAR MATOS Fº
Secretário-Geral

Anexo do Relatório de Administração
EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31.12.2005

Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS
INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004

R\$ (mil)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2005	2004	2005	2004
I – RECURSOS HUMANOS				
Remuneração				
Remuneração Bruta				
- Empregados	35.389	32.898	1.532.097	1.268.58
- Administradores	1.251	1.164	5.909	5.30
- Terceirizados	20.023	17.330	43.089	37.47
- Autônomos	442	536	1.074	1.50
Total	57.105	51.928	1.582.169	1.312.87
Relação entre maior e menor remuneração				
- Empregados	13,17 %	15,74%	-	-
- Administradores	1,00%	1,00%	-	-
Benefícios concedidos				
- Gastos com encargos sociais	21.162	20.404	464.697	388.08
- Gastos com alimentação	6.077	4.978	98.478	85.91
- Gastos com transporte	950	834	9.674	8.55
- Gastos com previdência privada	16.956	9.187	138.079	115.24
- Gastos com saúde	7.178	5.776	139.096	116.70
- Gastos com segurança e medicina do trabalho	1.464	1.302	16.000	13.57
- Gastos com educação (excluídos os de educação ambiental)	474	463	12.174	11.79
- Gastos com cultura	0	0	2.950	1.16
- Gastos com capacitação e desenvolvimento de profissional	3.788	1.915	40.099	34.29
- Gastos com creches ou auxílio-creches	0	0	2.849	2.63
- Gastos com habitação (manutenção predial e Urbanas das Vilas Residências)	0	0	8.718	7.56
- Participação nos lucros ou resultados	15000	13000	146.743	124.55
- Outros	0	0	36.893	34.22
Total	73.049	57.859	1.116.450	944.321
QUANTIDADE				
Composição do corpo funcional				
- Total de empregados no final do exercício	951	969	17.172	16.500
- Total de admissões	19	57	1.109	1.250
- Total de demissões	37	28	341	240
- Total de estagiários no final do exercício	220	140	1.385	1.190
- Total de estagiários portadores de necessidades especiais no final do exercício	3	3	240	180
- Total de prestadores de serviço autônomos ao final do período	0	0	57	60
- Total de prestadores de serviços terceirizados no final do exercício	314	284	2.565	2.490
- Total de empregados por sexo				
- Masculino	600	668	14.062	13.340
- Feminino	351	301	3.110	2.960
- Total de empregados por faixa etária				
- Menores de 18 anos	0	0	0	0
- De 18 a 35 anos	198	215	2.250	1.870
- De 36 a 60 anos	731	738	12.027	12.370
- Acima de 60 anos	22	16	276	230



- Total de empregados por nível de escolaridade

- Analfabetos	0	0	21	1.8
- Com ensino fundamental	30	33	1.900	1.7
- Com ensino médio	199	205	2.543	3.4
- Com ensino técnico	0	0	3.739	2.7
- Com ensino superior	396	411	3.258	1.0
- Pós-graduados	317	312	1.121	

CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
2005	2004	2005	2004

- Percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo:

- Masculino	0,77 %	0,78 %	-	-
- Feminino	0,24 %	0,22 %	-	-

Contingências e passivos trabalhistas

- Número de processos trabalhistas movidos contra a entidade	588	567	2.556	2.2
- Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça			13.042	3.2

R\$ (mil)

II – Interação da Entidade com o Ambiente Externo

Relacionamento com a comunidade

- Totais dos investimentos em:				
- Educação, exceto a de caráter ambiental	76	735	15.879	13.98
- Cultura	20.975	22.695	42.079	44.32
- Saúde e saneamento	-	-	47.734	26.51
- Esporte e lazer, não considerado os patrocínios com finalidade publicitária	-	-	2.339	59
- Alimentação	-	-	5.096	3.40

Interação com os clientes

Interação com fornecedores

- Critérios de responsabilidade social utilizados para a seleção de seus fornecedores

São verificadas as provas de regularidade fiscal juntos as Fazendas, Federal Estaduais e Municipais bem como prov de regularidade relativas ao FGTS, INSS, E CND. Declaração de que um fornecedor não emprega menor de 18 anos ou trabalho noturno perigoso ou insalubre e que também não emprega menores de 16 anos , ressalvando apenas, na condição de aprendiz, e o emprego de aprendiz a partir de 14 anos.

III- Interação com o Meio Ambiente

- Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente	-	-	5.730	3.867
- Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	380	-	1.551	669
- Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores de entidade	-	-	59.209	61.666
- Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade	7	-	1.737	1.324
- Investimentos e gastos com outros projetos ambientais	3	-	64.581	66.602
- Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade	-	-	38	12
- Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas, administrativas e/ou judicialmente	-	-	3.276	226
- Passivos e contingências ambientais	-	-	39	0